GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

ÁGUA DOCE DO NORTE

http://www.ferias.tur.br/fotos/1800/agua-doce-do-norte-es.html

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Água Doce do Norte

Nilson Araújo Barbosa

Evandro Braga Nunes

Anderson de Souza Rocha

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte

Câmara Municipal de Vereadores

Associações de Produtores Rurais

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDR'S

Movimento dos Pequenos Agricultores

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Samir Serodio Amim Rangel (Assessor Técnico)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

A cidade de Água Doce do Norte localiza-se a Latitude Sul 18º 32’ 49’’e Longitude Oeste 40º 58’ 48’’ à aproximadamente 270 km da capital Vitória, integra a região Noroeste Espírito Santense e a microrregião Noroeste I. Limita-se com os municípios capixabas Ecoporanga e Barra de São Francisco e com municípios de Minas Gerais, ocupando uma área de 484 Km², pertencendo na estrutura administrativa do INCAPER ao Centro Regional de Desenvolvimento Rural Noroeste com sede em São Gabriel da Palha.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

Elevado à categoria de município em 10 de maio de 1988, a área territorial de Água Doce do Norte foi doada, em 1949, pelo fazendeiro Domingos Marculino, que, de acordo com a vontade popular, teria emprestado seu nome à localidade. Mas acabou prevalecendo denominação ligada ao hábito daqueles moradores de servirem-se de um cafezinho tão ralo que se assemelhava a água doce.

A povoação de Água Doce do Norte, então pertencente ao município de Barra de São Francisco, foi criada em 11 de outubro de 1949, recebendo o status de distrito em 1951. Em 6 de maio de 1988, pela Lei nº 4.066, foi o município desmembrado de Barra de São Francisco e em 1º de janeiro de 1989, instalado. A principal origem de seu povo são de agricultores oriundos de Minas Gerais que vieram em busca de terras férteis e devolutas no então chamado “Norte” e algumas famílias de Imigrantes Italianos que após fixados no Norte do Estado, mudaram para Água Doce do Norte em busca de terras mais baratas.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

Água Doce do Norte (Sede), Governador Lacerda de Aguiar, Santa Luzia do Azul, Santo Agostinho e Vila Nelita.

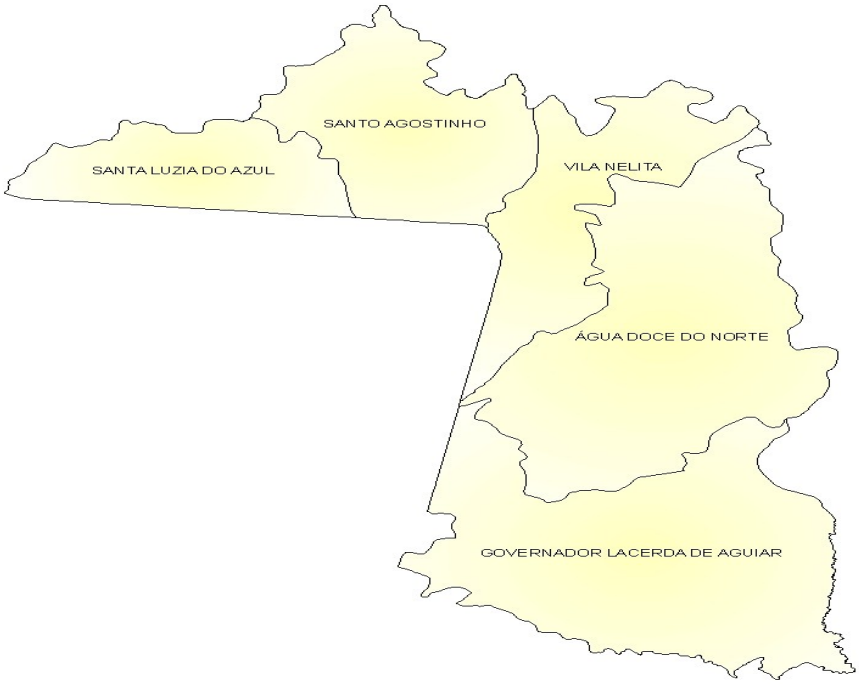


Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Água Doce do Norte ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 77º lugar (0,659), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**6699**
Homens	3292
Mulheres	3407
Rural	**5072**
Homens	2668
Mulhere	2404

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Água Doce do Norte o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Associação dos Agricultores Rurais Familiares da Cabeceira do Azul	Crédito Fundiário - CAF	04
2	Associação dos Agricultores Rurais Familiares Tolentino	Crédito Fundiário - CPR	14
3	Associação dos Agricultores Rurais do Córrego São Pedro	Crédito Fundiário - CAF	05
4	Associação Familiar dos Agricultores Souza Gonçalves	Crédito Fundiário - CAF	03
5	Associação dos Agricultores Familiares do Córrego dos Angélicos	Crédito Fundiário - CAF	06
6	Associação dos Agricultores Rurais Família Sudré	Crédito Fundiário - CAF	02
7	Associação dos Agricultores Familiares Recanto do Córrego do Garfo	Crédito Fundiário - CPR	06
8	Associação Familiar dos Agricultores Fonseca	Crédito Fundiário - CPR	10
9	Associação dos Agricultores Familiares do Córrego Santa Cruz	Crédito Fundiário - CPR	03
10	Associação dos Agricultores Familiares da Família Cerqueira	Crédito Fundiário - CAF	05
11	Eliza Pinheiro de Andrade	Crédito Fundiário - CAF	01
12	Adriano Miranda da Silva	Crédito Fundiário - CAF	01
13	Arizio Antônio Machado	Crédito Fundiário - CAF	01
14	Walmir Alves Siqueira	Crédito Fundiário - CAF	1

Fonte: INCAPER/ELDR Água Doce do Norte, 2010.

Água Doce do Norte possui uma boa distribuição fundiária com um número muito grande de pequenas propriedades o que caracteriza a agricultura familiar como a maior referência na agricultura do município. Observa-se, no entanto, que um número expressivo de agricultores familiares não possui os documentos da terra, o que dificulta o acesso a alguns benefícios e vantagens, sobretudo no crédito e financiamento destinados a agricultura familiar.

Por outro lado, constata-se de alguns anos para cá um fluxo de agricultores familiares que não resistindo aos altos preços de terra praticados pelo mercado, vendem-nas e transfere-se para a sede do município com as inúmeras consequências sociais já conhecidas para o meio urbano. Não obstante a transferência do campo para o meio urbano, Água Doce do Norte apresenta um numero relativamente elevado de pessoas que deixam o município e até o país, o que fez o número de habitantes diminuir em relação aos anos anteriores. Não se verifica no município a existência de nenhum programa ou assentamento já constituído da reforma agrária. O crédito fundiário ainda é incipiente no município, mas percebe-se o inicio de alguns projetos no município.

A estrutura fundiária de Água Doce do Norte retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Água Doce do Norte	754	549	88	6	139

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

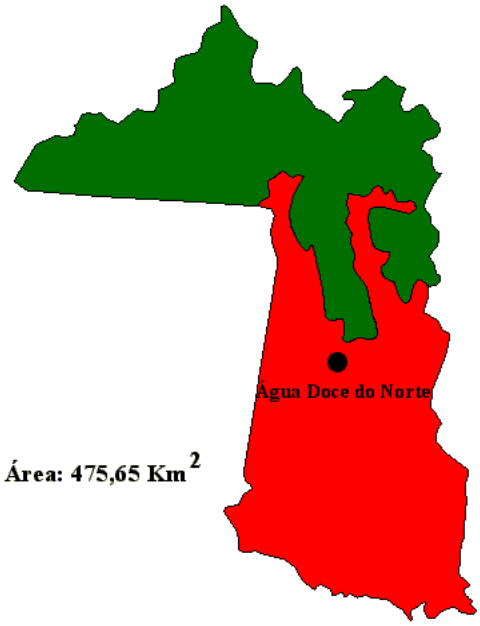
Água Doce do Norte encontra-se a uma altitude média de 250 m, porém com localidades que alcançam altitudes acima de 700m. Possui duas regiões bem distintas, a primeira conhecida como região alta que engloba os distritos de Santo Agostinho e Córrego Azul com altitude variando de 500 a 700m e produz café arábica e pecuária de leite e a região baixa que compreende as demais localidades, com altitude média de 200 a de 500 metros, com produção de café conillon, gado de leite e corte.

Observam-se no município, basicamente três tipologias de solos: Litossolos (R), em áreas de relevo mais fortemente ondulado a montanhoso e próximo aos afloramentos graníticos, frequentes em toda a zona rural, podendo ter fertilidade variável (eutróficos e distróficos); Latossolo Vermelho-Amarelo (LV), nas áreas de topografia ondulada, variando de baixa (distróficos) a alta (eutróficos) fertilidade sendo estes últimos menos ocorrentes e finalmente os solos Podzólicos Vermelho-Amarelo (PV), ocorrendo nas áreas de terraço e leito maior, sendo em sua maioria solos de média a alta fertilidade (eutróficos).

O clima é ameno, seco no inverno, quente e úmido no verão, com temperatura média anual oscilando entre 30º e 34º, tendo um índice de pluviosidade média nos últimos 30 anos de 1.300 mm, apresentando déficit hídrico anual, indicativo este que serve de alerta para que se inicie imediatamente um trabalho em todo o território municipal no sentido de prevenir e atenuar possíveis efeitos futuros de uma estiagem mais prolongada.

O município é ainda dotado de uma boa e abundante rede hídrica composta pelos Rios (1) Cricaré ou Braço Sul do São Mateus, e (2) Rio Preto, destacando-se ainda os Córregos, Bom Jesus, Córrego Azul e Córrego Santo Agostinho.

Figura 2 - Zonas naturais do município de Água Doce do Norte



ZONAS NATURAIS		ÁREA (%)
Zona 2	Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas	45,70
Zona 6	Terras quentes, acidentadas e secas	54,30

Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

Algumas características das zonas naturais[1] do município de Água Doce do Norte

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	Nº meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 2: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Chuvosas**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	3,5	U	P	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U
				8	P	P	P	S	S	S	S	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;
[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

O município é rico em recursos hídricos, banhado por diversos córregos e rios sendo característica marcante a existência de nascentes de água em quase todas as grotas e vales, formando verdadeiros mananciais de água doce que devem e precisam ser conservados e recuperados. Não só em relação às áreas de recarga, mas devido à forte devastação florestal ocorrida no passado, é preciso pensar em ações de recomposição florestal, principalmente em áreas de beiras de rios e córregos (matas ciliares), bem como nos topos de morros. Apesar de todo o desmatamento Água Doce do Norte possui cerca de 9 % da cobertura original de Mata Atlântica.

1.4 Organização social

O município é relativamente bem servido de entidades que tentam organizar os agricultores familiares, sua produção e suas relações com o mercado, porém o nível destas organizações ainda deixa muito a desejar, estando a maioria das Associações Comunitárias Rurais, que congregam os agricultores familiares desarticuladas e com um calendário de reuniões indefinido, não tendo um programa estabelecido de trabalho que tenha por objetivo a promoção social, política e econômica dos seus membros, embora que, algumas associações começam a se destacar na realização de trabalhos de conscientização ambiental e de formação técnica aos seus associados e estas geralmente mantém um calendário de reuniões mensais.

No total, o município conta com 24 associações de produtores rurais, com sindicato dos trabalhadores rurais - STR, movimento dos pequenos agricultores - MPA e ainda com uma associação comunitária e um movimento popular. O crédito rural aparece como uma alternativa sustentável de investimento na propriedade e que vem mantendo o homem no campo, porém a carência de assistência técnica ainda é muito grande, fazendo com que muitos agricultores se endividem com os recursos advindo dos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação dos Produtores Rurais de Santa Luzia do Azul	Córrego Azul	30 famílias	Melhoria da qualidade do café arábica; Capacitação técnica dos agricultores-cursos; Alimentação Escolar
2	Associação dos Produtores Rurais de São Pedro (APRUSP)	Córrego São Pedro	18 famílias	Compra conjunta de insumos; Venda conj. de leite; Beneficiamento de café; Capacitação técnica dos agricultores-cursos; Alimentação Escolar
3	Associação dos Produtores Rurais de Vila Nelita (APRUVINE)	Vila Nelita	15 famílias	
4	Associação dos Produtores Rurais de Economia Familiar do Córrego Alto / Córrego da Pipoca	Córrego Alto	35 famílias	Melhoria da qualidade do café; Compra conjunta de insumos; PAA. Alimentação Escolar
5	Associação dos Agricultores rurais Familiares de Cafelândia. (A.A.F.C.)	Patrimônio do Garfo	87 famílias	Alimentação Escolar Trator – prestação de serviços
6	AFAMARP – Associação dos Agricultores e Familiares da Margem do Rio Preto	C° Margem do Rio Preto	89 famílias	Palestras para agricultores familiares, Alimentação Escolar
7	Associação dos Produtores Rurais do Córrego Havaí	Córrego Havaí	15 famílias	Alimentação Escolar
8	Associação dos Produtores Rurais do Córrego Bom Jesus. (APRUCOBOJE)	Córrego Bom Jesus	48 famílias	Compra conjunta de insumos; Venda conj. de leite; Trator – Prestação de serviços.
9	Associação dos Produtores Rurais do Córrego Barra Mansa	Córrego Barra Mansa	40 famílias	
10	Associação de Produtores Rurais de Bom Destino	Córrego Bom Destino	20 famílias	Compra conjunta de insumos; Capacitação técnica para os associados
11	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade João Mourão – APRUCOJOM	Córrego da Pratinha	32 famílias	Capacitação técnica dos agricultores-cursos;
12	Associação dos Agricultores Familiares	Santo Agostinho	170 famílias	Trator – Prestação de serviços; Capacitação técnica dos agricultores-

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
	de Santo Agostinho			cursos; Alimentação Escolar
13	Associação dos Agricultores Familiares do Córrego São Domingos.	Córrego São Domingos	15 famílias	Reuniões técnicas-melhorias da atividade cafeeira;
14	Associação dos Produtores Rurais do Córrego Santa Cruz	Córrego Santa Cruz	20 famílias	Capacitação técnica dos agricultores-cursos;
15	Associação dos Agricultores Rurais Familiares da Cabeceira do Azul	Cabeceira do Córrego Azul	04	Plantio de culturas de subsistência em conjunto
16	Associação dos Agricultores Rurais Familiares Tolentino	Vila Nelita	14	Plantio de culturas de subsistência em conjunto
17	Associação dos Agricultores Rurais do Córrego São Pedro	Córrego São Pedro	05	Plantio de culturas de subsistência em conjunto
18	Associação Familiar dos Agricultores Souza Gonçalves	Córrego Santo Agostinho	03	Plantio de culturas de subsistência em conjunto
19	Associação dos Agricultores Familiares do Córrego dos Angélicos	Córrego dos Angélicos	06	Plantio de culturas de subsistência em conjunto
20	Associação dos Agricultores Rurais Família Sudré	Córrego Bom Jesus	02	Plantio de culturas de subsistência em conjunto
21	Associação dos Agricultores Familiares Recanto do Córrego do Garfo	Cabeceira do Córrego do Garfo	06	Plantio de culturas de subsistência em conjunto
22	Associação Familiar dos Agricultores Fonseca	Córrego Bom Jesus	10	Plantio de culturas de subsistência em conjunto
23	Associação dos Agricultores Familiares do Córrego Santa Cruz	Córrego Santa Cruz	03	Plantio de culturas de subsistência em conjunto
24	Associação dos Agricultores Familiares da Família Cerqueira	Córrego Alto	05	Projeto horticultura PAA; Alimentação Escolar

Fonte: INCAPER/ELDR Água Doce do Norte, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Secretaria de desenvolvimento Econômico e Agricultura	EFETIVO: Valdeci Luiz da silva SUPLENTE:não existe
2	INCAPER	EFETIVO: Nilson Araujo Barbosa SUPLENTE: não existe
3	IDAF	EFETIVO: Riverley Rodrigues Toleto SUPLENTE: não existe
4	Poder Público (Secretaria de Planejamento)	EFETIVO: Marcelo Ribeiro Leite SUPLENTE: não existe
5	Poder Público Secretaria de meio ambiente)	EFETIVO: Rondinei Alves SUPLENTE: não existe
6	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	EFETIVO: Leonir Viana SUPLENTE: não existe
7	Associação dos Agricultores Familiares de Santo Agostinho	EFETIVO: Sebastião Flauzino de Paula SUPLENTE: não existe
8	Associação dos Produtores Rurais de São Pedro	EFETIVO: Sebastião Eufrásio Neto SUPLENTE: não existe
9	Associação dos Produtores e Familiares da Margem do Rio Preto	EFETIVO: Antônio Augusto Pralan SUPLENTE: não existe
10	Poder Público (funcionário público)	EFETIVO: Zefirino Dias do Carmo SUPLENTE: não existe
11	Associação dos Produtores Rurais do Córrego Havaí	EFETIVO: Jovelino Rodrigues Correia SUPLENTE: não existe
12	Representante Câmara de Vereadores	EFETIVO:Paulo Marcio Leite Ribeiro SUPLENTE: não existe
13	Secretaria de Meio Ambiente	EFETIVO: Adão Constantino da Silva SUPLENTE: não existe
14	INCAPER	EFETIVO: Anderson de Souza Rocha SUPLENTE: não existe

Fonte: INCAPER/ELDR Água Doce do Norte, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

O município tem na agropecuária a base principal de sua economia, sendo o café e a pecuária de leite, as principais fontes de renda do município. Destaca-se também a silvicultura, principalmente na região de Santa Luzia do Azul, devido ao fomento florestal promovido na região pela empresa de celulose. Esta última preocupa alguns agricultores familiares da região, pois a atividade não depende de muita mão de obra após a implantação o que reduz muito a força de trabalho e também no tocante ao aspecto ambiental, pois nem todos respeitam a indicação técnica, implantando algumas áreas ao entorno de nascentes.

Em termos de diversificação, podemos destacar uma pequena produção para subsistência familiar como a produção de arroz, milho, feijão, olerícolas, cana-de-açúcar e algumas frutíferas, além de alguns poucos criatórios de suínos e aves. Os agricultores familiares concluem que a diversificação é uma saída possível para a agricultura familiar, no entanto, salientam que a dificuldade de comercialização é o grande empecilho para avançar com a diversificação.

Mas um fator importante tem contribuído para o aumento da diversificação na região, foi o surgimento do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) do governo federal e da aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Estes dois novos canais de comercialização impulsionaram a diversificação e a produção local, principalmente de hortaliças para atender esta demanda, gerando ainda um excedente que fortaleceu a feira livre do município e a própria subsistência do agricultor familiar.

Vale ressaltar que a atividade cafeeira apesar de bem rudimentar, começa a se destacar pelo fato de alguns agricultores começarem a investir na cultura bem como renovar algumas áreas com variedades clonais melhoradas pelo Incaper, fato este motivado por fatores diversos, os quais podemos destacar as ações que vem sendo desenvolvidas pelo Incaper no âmbito da cafeicultura, como: realização de encontros, cursos, reuniões técnicas, demonstrações de métodos e excursões com os produtores rurais.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	29
Indústria	19,07
Comércio e Serviços	51,92

*Fonte:*http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Arroz	40	40	80	0	0
Banana	40	40	400	10000	400
Cacau	2	2	1	500	1
Café	2700	2450	2447	1766	4327
Cana	50	50	2000	40000	2000
Coco-da-baía	10	10	80	8000	80
Feijão – Safra 1	40	40	24	0	0
Laranja	15	15	69	4600	69
Mandioca	50	50	750	15000	750
Manga	50	30	300	10000	300
Milho – Safra 1	50	50	100	2000	100
TOTAL	**3047**	**2777**	**6251**	**91866**	**8027**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Água Doce do Norte	Bovino	22.012	23.225
	Suíno	560	567
	Caprino	210	200
	Ovino	240	250
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	3.800	3.900
	Galinha	2.800	2.850
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Água Doce do Norte	Leite	2528	2756
	Ovos de Galinha	13	14
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	1	2

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(x)	Área utilizada em ha	04
OUTROS PEIXES	(x)	Produção em Tonelada	12
QUAIS? Tambaqui, pacu, traíra		Produtor Nº	12

ALEVINOS	TILÁPIA	( )	Área utilizada em ha
	OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada
	QUAIS?		Produtor Nº

Fonte: INCAPER/ELDR Água Doce do Norte, 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	8
2	Artesanato	1
3	Agroturismo	0

Fonte: INCAPER/ELDR Água Doce do Norte, 2010.

1.6 Aspectos turísticos

O município de Água Doce do Norte faz parte da rota turística *Pedras, Pão e Mel.* O grande potencial turístico do município está ligado ao turismo de aventura, devido às suas áreas montanhosas. Para tanto, se faz necessário um trabalho de sensibilização dos agentes sociais locais e a implementação de uma política pública que integre todos os aspectos de desenvolvimento sustentável para a região

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 11 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Água Doce do Norte - Sede	Representante das Lideranças das associações, STR, MPA, Secretarias Municipais de Agricultura e de Meio Ambiente.	09/11/10	15

Fonte: INCAPER/ELDR Água Doce do Norte, 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município.

Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente

- **Potencialidades**

- Existência de Código Municipal
- Projetos de Educação Ambiental
- Potencial Turístico

- **Problemas**

- Perda de Solo e Água por erosão
- Uso de Técnicas Agrícolas inadequadas para cultivo de solo
- Falta de cobertura vegetal nas Área de APP e Reserva Legal das propriedades
- Falta de conscientização
- Falta de Conscientização e Fiscalização
- Drenagem,Desmatamento e Queimadas
- Extração Mineral e seus passivos
- Falta Conselho de Meio Ambiente
- Poucos Agricultores no Programa de Adequação Ambiental
- Insensibilidade dos órgãos públicos e dos movimentos sócias
- Pouca divulgação
- Falta de caixa seca

Econômico/Produtivo

- **Potencialidades**

- Bons exemplos de produtividade de café
- Bons exemplos de produtividade de hortaliças
- Bons exemplos de produtividade de leite
- Feira Livre
- Produção para PAA, Merenda Escolar
- Piquetes Rotacionados
- Técnicos bons
- Algumas experiências boas de melhoramento genético
- Clima
- Movimentos sociais

- **Problemas**

- Baixa Produtividade da Pecuária
- Pastagens Degradadas
- Pouca Produção diversificada para alimentação da família
- Pouca horta familiar no meio rural
- Pouca diversificação
- Pastagens em área de APP.
- Pastagens mal formadas e solo com baixa fertilidade
- Má qualidade das pastagens e bovinos de genética imprópria para a produção de leite
- Local de feira livre (mal localizado)

Social

- **Potencialidades**

- Central das Associações

- **Problemas**

- Falta de Educação Agrícola para Crianças (Escola Agrícola)
- Agricultor Familiar Descaracterizado
- Identidade com Agricultura Familiar
- Falta de Conhecimento Gerencial
- Resgate Cultural
- Produtor com baixa capacidade de administrar a propriedade
- Falta de Educação voltada para o homem do Campo e Seus Filhos
- Mobilização dos Agricultores
- Falta Comercialização em Conjunto
- Associações Descaracterizadas
- Desvio da estrutura do Pronaf

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Água Doce do Norte

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	833
Assentados	
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	
Outros Públicos	3
Somatório	**836**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	50
Projeto Contratado	50
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	6
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	4
Inclusão/Apoio a feiras	1
Inclusão/Apoio outros mercados	1
Organização e gestão da comercialização	2

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	218	40	40	2	4	0	6	0	0	1	0	1	0	0	0	0	6	0	0
Café Conilon	345	60	50	5	8	1	4	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Fruticultura	30	25	15	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olericultura	46	5	5	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	82	20	27	1	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e Aquicultura	5	10	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	15	30	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	22	-	10	3	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	10	-	1
Atividades Rurais Não Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	70	30	10	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		10	-	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somatório	**833**	**230**	**177**	**17**	**13**	**1**	**18**	**0**	**0**	**5**	**0**	**6**	**0**	**0**	**0**	**0**	**16**	**0**	**1**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES.

IDAF - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Água Doce do Norte – PMDRS. Água Doce do Norte, 2005.

PROATER – PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENÇÃO RURAL – Proater /2009 - ELDR de Água Doce do Norte.

PEDEAG – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CAPIXABA – Novo Pedeag 2007-2025 – Região Noroeste, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

ÁGUIA BRANCA

Fonte: www.panoramio.com

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES – (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Antônio Carlos Torezani

Emanoel Chequetto

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal de Águia Branca

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águia Branca

CEIER – Centro Estadual Integrado de Ensino Rural – Águia Branca

CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

Escola Municipal Agroecológica Fazenda Lacerda – Águas Claras

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Carlos Lobo Teixiera (CRDR Noroeste)

Samir Serodio Amim Rangel (Assessor Técnico)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Localizado na Macrorregião Noroeste, Microrregião Noroeste II, o município de Águia Branca foi criado em 11 de maio de 1988 pela Lei n 4.070, desmembrado de São Gabriel da Palha, e instalado em 1º de janeiro de 1989. Distância de 219 km da sede à capital do Estado, com altitude de 130m, latitude 18º59'01'' e longitude (W.Gr) 40º44'22'', possuindo o distrito-sede, denominado Águia Branca e o distrito de Águas Claras. O Município de Águia Branca encontra-se em região de ocorrência da Mata Atlântica, no noroeste do Estado do Espírito Santo, com área de 450 km^2.

1.2 Aspectos Históricos, populacional e fundiários

1.2.1 – Histórico da clonização, etnia, costumes e tradições

Antes da década de 20, o município estava inserido em uma região coberta de florestas, habitadas por índios Aimorés e Goitacazes. Data de 1925 a presença dos primeiros desbravadores morando nas terras da sede de Águia Branca. Florentino Avidos, Presidente do Espírito Santo de 1924 a 1928, inaugurou a ponte sobre o rio Doce, em Colatina, começando assim a colonização da região. A seguir, aprovou as leis 1.472 e 1.490 que concediam benefícios a quem quisesse trabalhar no cultivo de terras novas visando ocupar a área. Em 06/10/1928 foi celebrado contrato de colonização com a *Towarzystwo Kolonizacijsne*, da Polônia, para introdução de colonos poloneses no norte do Estado, área contestada por Minas Gerais.

De acordo com Altair Malacarne, em seu livro "Águia Branca – uma rapsódia polono-brasileira na selva capixaba", escreve que o nome Orzel Bialy significa águia branca em Polonês, que é o símbolo da nação polonesa desde a Idade Média. Diz Malacarne: *quando a primeira turma de colonos poloneses chegou, foi distribuído um livrinho de regras cujo título era Orzel Bialy. Assim foi batizado o núcleo do empreendimento e este nome é hoje o que tem o Município.* Segundo o mesmo autor, *Águia Branca é, sobretudo, o resultado de um feliz encontro de gente de origens diversas. Esta mistura já havia começado ainda durante a colonização eslava. A miscigenação misturada com os originais cablocos e poloneses gerou um panorama humano especial.* Mais tarde, vieram os alemães e, em maior número, os italianos, e todos estes compõem a população atual. Águia Branca também recebeu e continua recebendo pessoas de outros Estados brasileiros, como afirma o IBGE, com maior número de Minas Gerais e ainda Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1956, dado o grande impulso tomado pela zona norte do rio Doce, Águia Branca e mais 5 distritos são criados. Águia Branca passa a ser de vila a distrito de Colatina.

Em 1963 passa a ser distrito de São Gabriel da Palha. Em 1987, foi redigido e assinado um abaixo-assinado em que se pedia a emancipação do distrito. Foram cumpridos todos os passos legais e em 11/05/1988 foi sancionada a Lei Estadual 4.070, publicada pelo Diário Oficial do Estado, criando o Município de Águia Branca, que foi instalado em 1º de janeiro de 1989.

O município apresenta uma das menores taxas de urbanização do Estado, com apenas 24,4%. Assim, conta com uma população predominantemente rural, dispersa em seus 450 Km^2 de área, distribuída em aproximadamente 40 comunidades rurais. A densidade demográfica, entre 2000 e 2004, de acordo com o IPES[1], permanece praticamente inalterada nos últimos 5 anos, com 21 hab/km^2 e a taxa de crescimento geométrico anual da população residente é negativo, no mesmo período, em –0,30. A população do município, resultado do encontro de diversas nacionalidades, apresenta, hoje, uma grande imigração para outros países (especialmente Estados Unidos e Portugal).

---

[1] Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

O IBGE – Censo 2000, informa que Águia Branca possui uma população residente de 9.599 habitantes, sendo 52% de homens e 48% de mulheres. A população do município representa 2,5% da população total da mesorregião Noroeste Espírito Santense e 0,3% do total do Estado.

1.2.2 Distritos e principais comunidades

Figura 1 – Mapa do município/ distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Águia Branca ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 69º lugar (0,69), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000), ficando atrás de Vitória e Vila Velha. Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

SITUAÇÃO DO DOMÍCILIO/ SEXO	2010
Urbana	**3051**
Homens	1463
Mulheres	1588
Rural	**6468**
Homens	3438
Mulheres	3030

Http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=p, em 12 de maio de 2001.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[2].

Em Águia Branca o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

[2] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Assentamento Rosa de Sarón	INCRA	39
2	Assentamento 16 de Abril	INCRA	156
3	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Dias Melhores	Crédito fundiário	4
4	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Santa Cruz	Crédito fundiário	5
5	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Cantinho da Esperança	Crédito fundiário	6
6	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Córrego do Coqueiro	Crédito fundiário	6
7	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Pedra Redonda	Crédito fundiário	3
8	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Vale do Rio	Crédito fundiário	3
9	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Louzada Freitas	Crédito fundiário	8
10	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Ribeiro Viana	Crédito fundiário	3
11	Associação Familiar de Pequenos AgricultoresGomes de Brito	Crédito fundiário	4
12	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Nobre Carvalho	Crédito fundiário	5
13	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Monte Verde	Crédito fundiário	3
14	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Barra Nova	Crédito fundiário	4
15	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Oliveira Nobre	Crédito fundiário	4
16	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Três Amigos	Crédito fundiário	3
17	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Souza Ramos	Crédito fundiário	5
18	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Bela Vista	Crédito fundiário	6
19	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Scheder Menegassi	Crédito fundiário	3
20	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Bernado Pitako	Crédito fundiário	5

21	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Fernandes dos Santos	Crédito fundiário	5
22	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Aquino Correia	Crédito fundiário	5
23	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Cassimiro, Cordeiro e Mariano	Crédito fundiário	14
24	Associação Familiar de Pequenos Agricultores união de Águas Claras	Crédito fundiário	6
25	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Strezepa e Amigos	Crédito fundiário	5
26	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Gomes dos Sanots	Crédito fundiário	2
27	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Gódio e Pandolfi	Crédito fundiário	3
28	Associação Familias dos Agricultores Félix e de Souza	Crédito fundiário	3
29	Associação Familias dos Agricultores Gonçalves Matias	Crédito fundiário	2
30	Associação Familias dos Agricultores Barbosa Nascimento	Crédito fundiário	6
31	Associação Familias dos Agricultores Clara Silva	Crédito fundiário	2
32	Associação Familias dos Agricultores Ribeiro Oliveira	Crédito fundiário	3
33	Associação Familias dos Agricultores Scotá	Crédito fundiário	5
34	Associação Familias dos Agricultores Teixeira Souza	Crédito fundiário	6
35	Associação Familias dos Agricultores Teixeira dos Santos	Crédito fundiário	5
36	Associação Familias dos Agricultores Bruni Almeida Helmer	Crédito fundiário	2
37	Associação Familias dos Agricultores Batista Gobbi	Crédito fundiário	2
38	Associação Familias dos Agricultores Passos Pontes	Crédito fundiário	2
39	Associação Familias dos Agricultores Ludgério Fontana	Crédito fundiário	2
40	Associação Familias dos Agricultores Vicente dos Anjos	Crédito fundiário	2
41	Associação Familias dos Agricultores Siqueira Souza	Crédito fundiário	2

Fonte: ELDR de Águia Branca - INCAPER

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 2 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Águia Branca	822	460	59	6	1347

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) 10/01/2011

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

- **Topografia**

O relevo é ondulado e montanhoso com apenas 20% de área plana, 15% ondulado, 30% de relevo montanhoso e 35% de relevo escarpado. A altitude varia de 166 a 668 metros, estando a sede do município a 180 metros aproximadamente.

- **Solos**

São predominantes no município os Podzólicos e os Latossolos vermelho-amarelo, distróficos, com fertilidade de média a baixa e pH em torno de 5,0.

- **Vegetação**

O município está hoje na vanguarda da preservação ambiental com a criação do Parque Natural Municipal Recanto do Jacaré. O plano de manejo já foi elaborado e já foi realizada no município, no início de junho, a 1ª Feira Ecológica de Águia Branca. Também foi instituído e encaminhado à Câmara Municipal para votação e transformação em Lei, o Código de Meio Ambiente, discutido inclusive com a sociedade civil organizada no município, quando o meio ambiente passou a ser municipalizado.

Com o crescimento da cultura do café conilon, plantios de eucalipto e a exploração do granito, as matas da região foram seriamente devastadas, restando hoje apenas alguns remanescentes de mata atlântica nos pontos mais elevados e em algumas poucas propriedades.

- **Recursos hídricos**

O principal recurso hídrico é o rio São José, que nasce no município de Mantenópolis, percorre o município de Águia Branca numa extensão de aproximadamente 45 km, indo desaguar na Lagoa Juparanã. O rio São José está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Doce que engloba os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Os principais afluentes do rio São José são o rio Águas Claras, córrego do Rochedo, córrego Itaquaruçu, córrego Jabuticaba, córrego da Onça, córrego São João, córrego Trinta e córrego do Café. São utilizados para irrigação de culturas, abastecimento humano, formação de barragens de terra e dessedentação de animais. Vale ressaltar que devido ao desmatamento na região, observa-se, à cada ano, maior escassez de água em seu leito. A qualidade das águas é comprometida por lançamentos de esgotos domésticos, agrotóxicos e sedimentos da exploração do granito, contribuem para a degradação da qualidade ambiental da bacia, em particular, de seus recursos hídricos.

- **Uso do solo**

De acordo com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, atualizado neste ano de 2005, o município conta com 22.511 ha de área explorada aproveitável, equivalendo a cerca de 50% da área total. Outros 14.379 há são consideradas áreas inaproveitáveis (pedras e outros) e 8.119 ha são de solos aproveitáveis e ainda não explorados.

Hoje uma das preocupações tem sido a conservação do solo, procurando envolver o produtor rural na discussão e capacitação para o controle da erosão nos solos utilizados. Mas, infelizmente, há diversos casos onde a utilização das terras passa por um processo acelerado de degradação, tornando os solos da região pobres, e condicionando a elevação dos custos de produção com introdução mais insumos externos à propriedade.

- **Dados climáticos**

O clima é caracterizado como ameno e seco no inverno e quente e úmido no verão. A temperatura média anual situa-se entre 30 e 34º C. As precipitações anuais atingem, em média, mais de 1.200 mm/ano, porém a maior causa de preocupação é a distribuição irregular das chuvas na região. Existem períodos prolongados de estiagem, refletindo-se diretamente na produtividade das lavouras. Em 1998 e mais recentemente, em 2003, ocorreram longos períodos de estiagem, que duraram quase 9 meses e provocaram grandes perdas de produção nas atividades agropecuárias do município. De acordo com dados coletados, as precipitações pluviométricas totais anuais.

1.3.2 – Aspectos Ambientais

O município conta com o Parque Natural Municipal Recanto do Jacaré. O plano de manejo já foi elaborado e já foi realizada no município, no início de junho, a 1ª Feira Ecológica de Águia Branca. Também foi instituído e encaminhado à Câmara Municipal para votação e transformação em Lei, o Código de Meio Ambiente, discutido inclusive com a sociedade civil organizada no município, quando o meio ambiente passou a ser municipalizado. Além de também estar incluso no Parque Pontões Capixabas.

1.4 Organização Social

Atualmente, existem 56 associações no município. Apesar de existirem em número bem expressivo e representativo, percebem-se algumas lacunas na sua organização e gestão. Muitas associações têm um histórico ligado ao assistencialismo e “compadrio” político, o que dificulta a realização de um trabalho mais sistemático e organizado em torno dos princípios do associativismo.

Entre as associações destacam-se a Associação dos São Pedro, Massucatti, Águas Claras, Pedra Torta, as quais desenvolvem trabalhos comunitários na secagem e beneficiamento do café conilon, comercialização do leite, bem como atividades alternativas para redução de agroquímicos utilizados nas lavouras.
No segundo semestre de 2009, foi fundada a Aguiamel - Associação dos Apicultores de Águia Branca. Esta foi resultado do Projeto Apes, onde foram realizados vários treinamentos, excursões, cursos, dentre outros, e desponta com amplas atividades desde a organização até a comercialização do mel produzido no município.

Os agricultores familiares deste município contam ainda com o Sindicato dos trabalhadores Rurais, que é um parceiro efetivo do ELDR na promoção de eventos, bem como atua buscando benefícios para habitação rural, oferecendo assistência social, jurídica, com uma atuação mais abrangente na vida social, política e econômica do município.

O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, é localizado na sede do município e tem atuação direta na melhoria da qualidade de vida do homem do campo, levantando desafios ligados a educação, habitação, culturais e de lazer, sendo peça fundamental no processo de desenvolvimento.

Tabela 4 – Associações de agriculturores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação das Familias e Amigos de São João	Córrego são joão	48	Reuniões
2	Associação das Mulheres Confec. de São Pedro	Córrego São Pedro	18	Reuniões, cursos de alimentícios, artesanatos
3	Associação do Assentamento Rosa de Sarón	Córrego do Café	160	Reuniões, Beneficío do Pronaf Capixaba
4	Associação dos Agricultores Familiares de São Pedro	Córrego São Pedro	178	Reuniões, Beneficío do Pronaf Capixaba, PAA, Oficinas
5	Associação dos pequenos Agricultores da pedra Torta	Pedra Torta	53	Reunião, Palestra
6	Associação dos pequenos Agricultores do Vale do São José	São José	59	
7	Associação dos Pequenos produtores do Assentamento 16 de Abril	Córrego do Café	150	Reunião, Palestra
8	Associação dos produtores de Águas Claras	Águas Claras	38	Reuniões, Palestras
9	Associação Familiar de Pequenos Agricultores da região do Trinta	Córrego do Trinta	20	Reuniões, Beneficío do Pronaf Capixaba
10	Associação Familiar de pequenos Agricultores da Barra do Sertão	Barra do Sertão	34	Reuniões, Beneficío do Pronaf Capixaba
11	Associação Familiar de pequenos Agricultores do Córrego Beija Flor	Córrego Ebenezér	26	Reunião
12	Associação Familiar de Pequenos Agricultores do Massucatti	Fazenda Massucatti	32	Reuniões, Beneficío do Pronaf Capixaba
13	Associação Familiar de Pequenos Agricultores do Córrego das Flores	Córrego das Flores	29	Reunião
14	Associação Familiar de Pequenos Agricultores do Rosário	Rosário	28	Reunião
15	Associação das Familias Produtoras Rurais de Aparecida de Águas Claras	Córrego Aparecida de Águas Claras	26	Reunião, palestras ambientais
16	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Dias Melhores	Córrego do Café	4	

17	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Santa Cruz	Santa Cruz	5	
18	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Cantinho da Esperança	Águas Claras	6	Reunião, Palestra, adequação ambiental
19	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Córrego do Coqueiro	Córrego do Coqueiro	6	
20	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Pedra Redonda	Pedra Redonda	3	
21	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Vale do Rio	São Pedro	3	
22	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Louzada Freitas	Águas Claras	8	
23	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Ribeiro Viana	Córrego Boa Sorte	3	
24	Associação Familiar de Pequenos AgricultoresGomes de Brito	Barro Branco	4	
25	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Nobre Carvalho	Santa Cruz	5	Reunião, palestra
26	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Monte Verde	Aparecidinha de Águas Claras	3	
27	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Barra Nova	Taquarussú	4	
28	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Oliveira Nobre	Santa Cruz	4	
29	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Três Amigos	Águas Claras	3	
30	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Souza Ramos	Córrego das Pedras	5	
31	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Bela Vista	Córrego das Pedras	6	
32	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Scheder Menegassi	Águas Claras	3	

33	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Bernado Pitako	Aparecidinha de Águas Claras	5
34	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Fernandes dos Santos	Córrego das Pedras	5
35	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Aquino Correia	Taquarussú	5
36	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Cassimiro, Cordeiro e Mariano	Córrego do Café	14
37	Associação Familiar de Pequenos Agricultores união de Águas Claras	Águas Claras	6
38	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Strezepa e Amigos	Córrego Delta	5
39	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Gomes dos Sanots	Córrego São josé	2
40	Associação Familiar de Pequenos Agricultores Gódio e Pandolfi	Córrego da Perdida	3
41	Associação Familias dos Agricultores Félix e de Souza	Águas Claras	3
42	Associação Familias dos Agricultores Gonçalves Matias	Águas Claras	2
43	Associação Familias dos Agricultores Barbosa Nascimento	Taquarussú	6
44	Associação Familias dos Agricultores Clara Silva	Águas Claras	2
45	Associação Familias dos Agricultores Ribeiro Oliveira	Córrego Trinta	3
46	Associação Familias dos Agricultores Scotá	Córrego do Macuco	5
47	Associação Familias dos Agricultores Teixeira Souza	Córrego Taquarussú	6
48	Associação Familias dos Agricultores Teixeira dos Santos	Córrego do Brejão	5
49	Associação Familias dos Agricultores Bruni Almeida Helmer	Córrego Águas Claras	2

50	Associação Familias dos Agricultores Batista Gobbi	Córrego Taquarussú	2	
	Associação Familias dos Agricultores Passos Pontes	Córrego das Flores	2	
	Associação Familias dos Agricultores Ludgério Fontana	Córrego Delta	2	
	Associação Familias dos Agricultores Vicente dos Anjos	Águas Claras	2	
	Associação Familias dos Agricultores Siqueira Souza	Córrego Boa Vista (Pião)	2	
	Associação dos Apiculrores de Águia Branca	Sede	11	Cursos, palestras, escursões, treinamentos, dias de campo
	Associação dos pequenos Agricultores de Córrego das Pedras	Córrego das pedras	18	Reuniões, Beneficío do Pronaf Capixaba, palestras, reuniões

Fonte: ELDR de Águia Branca – INCAPER

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	INCAPER	EFETIVO: ANTONIO CARLOS TOREZANI SUPLENTE: EMANOEL CHEQUETTO
2	ASSOCIAÇÃO DO Cº SÃO JOÃO	EFETIVO: VALTEVIR DE ANDRADE SUPLENTE: JOSÉ LUIZ VEMCIONETTI
3	ASSOCIAÇÃO MASSUCATTI	EFETIVO: LUIZ CARLOS DELAFINA SUPLENTE: DAVI MATUCHAKI
4	ASSOCIAÇÃO DO Cº TRINTA	EFETIVO: JOSÉ LUIS PILON SUPLENTE: JOSE AMATÓRIO DO NASCIMENTO
5	ASSOCIAÇÃO SÃO PEDRO	EFETIVO: ANTONIO CARLOS PIMENTEL SUPLENTE: GERALDO CALEZANI
6	ASSOCIAÇÃO ÁGUAS CLARAS	EFETIVO: JOÃO PINHEIRO ALVES SUPLENTE: VALMIR PORTO LACERDA
7	ASSOCIAÇÕES DO CRÉDITO FUNDIÁRIO	EFETIVO: LUIZ BOLSONI SUPLENTE: JUAREZ MENEGASSI
8	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ÁGUIA BRANCA	EFETIVO: CLAUDIO ANTONIO DESTEFANI SUPLENTE:LUCIELENA FERNANDES PESSOAS
9	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	EFETIVO: MICHEL ANGELO GOMES SUPLENTE:MARCIO DE OLIVEIRA DE JESUS
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	EFETIVO: MARTA MARIA ALVES FARIAS SUPLENTE: ANGILENE PIRES DA LUZ
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	EFETIVO: ANNA KORDAS ROCHA SUPLENTE: MARIA APARECIDA LOTÉRIO DA SILVA
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	EFETIVO: RONAN RONCONI SUPLENTE: NARCISIO SCARDINI MACIEL
13	ESCOLAS AGROECOLÓGICAS	EFETIVO: GEOVANI DEGASPARI TOREZANI SUPLENTE: NILSON REZENDE
14	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA	EFETIVO:AMARILDO FRANKOWIASKI SUPLENTE: ERIDES GOMES PINTO DE ARAÚJO

Fonte: ELDR de Águia Branca - INCAPER

1.5 Aspectos Econômicos

O município tem como sua base econômica agropecuária. Dentro da atividade destacam-se os cultivos de café conilon e pecuária de leite e corte. Mas, recentemente, a silvicultura vem ocupando um local de destaque. Já outras culturas, como o coco, vem tendo suas áreas reduzidas, visto os baixos preços do mercado.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

ATIVIDADES	% no PIB MUNICIPAL/2008
Agropecuária	46,92
Indústria	10,13
Comércio e Serviços	42,96

http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor Total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (T)
Arroz	40	40	100	0	-
Banana	70	70	2100	30000	19
Borracha	9	9	19	2111	21000
Café	9500	7500	12600	2800	500
Cana	20	20	500	25000	1980
Coco-da-baía	200	180	1980	11000	-
Feijão safra 1	120	120	72	0	-
Feijão safra 2	30	30	18	0	51
Limão	3	3	51	17000	510
Mandioca	30	30	510	17000	680
Milho safra 1	400	400	680	1700	-

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo.

Tabela 8 – Atividade Pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Águia Branca	Bovino	16917	17586
	Suíno	1050	1010
	Caprino	400	420
	Ovino	215	200
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	4250	4200
	Galinhas	3700	3750
	Codornas	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Águia Branca	Leite	2705	2939
	Ovos de Galinha	22	23
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	9	9

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(x)	Área utilizada em ha	4,00
OUTROS PEIXES	(x)	Produção em Tonelada	70,00
QUAIS? Tambacú		Produtor Nº	4

ALEVINOS	TILÁPIA	( )	Área utilizada em ha
	OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada
	QUAIS?		Produtor Nº

Fonte: INCAPER/ELDR de Águia Branca, 2011.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	8
2	Artesanato	10
3	Agroturismo	1

Fonte: INCAPER/ELDR de Águia Branca, 2011.

1.6 Aspectos Turísticos

O Município de Águia Branca é contemplado com belíssimas formações rochosas. Há um potencial para o ecoturismo muito elevado, havendo grandes possibilidades de escaladas, trilhas, rotas, acervo cultural grandioso no Museu do Polonês, mas que ainda é pouco explorado.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 11 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	SEDE Casa Polonesa	Agricultores, Poder Público CMDRS ,Assiciações AF, STR.	28/11/2010	15 participantes

Fonte: INCAPER/ELDR de Águia Branca, 2011.

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Águia Branca

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	350
Assentados	150
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	35
Outros Públicos	
Somatório	**535**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	50
Projeto Contratado	50
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	2
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	2
Inclusão/Apoio a feiras	1
Inclusão/Apoio outros mercados	1
Organização e gestão da comercialização	4

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	500	120	200	10	10	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Fruticultura	108	60	65	2	4	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Olericultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	40	30	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	100	55	55	10	2	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e Aquicultura	12	12	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	70	38	32	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	128	72	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	100	30	30	6	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Organização Social		205	65	23	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somatório	**1058**	**622**	**521**	**51**	**19**	**2**	**2**	**4**	**0**	**1**	**0**	**3**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**4**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Governo do Estado do Espírito Santo. Site www.es.gov.br. Acesso em 19/10/2009.

IBGE, Censo 2000, site www.ibge.gov.br. Acesso em 19/10/2009.

IPES, site www.ipes.es.gov.br. Acesso em 19/10/2009.

MALACARNE, Altair. **Águia Branca – uma rapsódia polono-brasileira na selva capixaba**", 2002, 211p.

Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Incaper de Águia Branca – **Proater** – 2006.

Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Incaper de Águia Branca – **Proater** – 2008.

Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Incaper de Águia Branca – **Proater** – 2009.

SOS Mata Atlântica. Site: www.sosmataatlantica.org.br. Acesso em 19/10/2009

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

ALTO RIO NOVO

Foto: Prefeitura municipal de Alto Rio Novo.

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Alto Rio Novo

Tiago dos Santos

Ivamara Monteiro Caetano

Silvana Januário Santos

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Ação Social

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Secretaria Municipal de Educação

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Rio Novo

Câmara Municipal de Vereadores

Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Rio Novo

Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Capim

ARACAME – Associação Rionovense de Apicultores Criadores de Abelhas Melíferas

Federação Nacional da Agricultura - FAES

SEBRAE

SENAR

SINE

CEARN

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

José Carlos Grobério (MDR Oeste)

Celia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

O município recebeu o nome de Alto Rio Novo por estar localizado numa região alta, com altitudes que variam de 250 a cerca de 900 metros em relação ao nível do mar. Possui mais de 60% de suas terras com declividade acima de 30%, o relevo é fortemente ondulado a montanhoso com fortes ondulações, o que dificulta a produtividade local, uma vez que impede o uso de máquinas e implementos agrícolas e exige o aperfeiçoamento nas práticas conservacionistas do solo.

Fica situado na Região Noroeste do Estado, limitando-se ao sul com o Município de Pancas, a leste com o município de Barra de São Francisco, ao norte com o município de Mantenópolis, a oeste com os municípios de Cuparaque-MG e Resplendor-MG. Ocupa uma área de 238,31 km², representando 0,48% do território do Estado do Espírito Santo. A sua bacia hidrográfica é a Rio Doce-Suruaca, onde se destacam os Córregos Rio Novo, Água Limpa, Zé Chico, Jequitibá, Paraíso e Desengano, havendo mais de 170 nascentes no município.

Conforme dados levantados no Mapa Pedológico do Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Espírito Santo, convênio IBC/GERCA- 1971, os solos predominantes perfazem: 60,6% da área municipal com o LVd10 -Latosol Vermelho Amarelo Distrófico (variação d10); 19,1% de LVd3 – Latosol Vermelho Amarelo Distrófico (variação d3); 8,9% de LVd9 – Latosol Vermelho Distrófico (variação d9); 9,1% de Podzólico Vermelho Amarelo A moderado e 2,3% de Afloramento de Rochas.

No Município predomina um clima tipicamente tropical, com verão úmido e quente e inverno frio e seco sendo que a maior incidência de chuvas ocorre de outubro a março. As condições de solo e clima têm se apresentadas propícias à fruticultura, floricultura e oleicultura, devido às suas características topográficas e naturais. Como pôde ser constatado nas oficinas, o solo foi considerado bastante fértil, sendo que as principais restrições de uso residem no relevo acidentado e no clima com período frio e seco, impróprio para algumas culturas.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

A formação do município de Alto Rio Novo teve início por volta de 1918, com uma expedição vinda de Aimorés(MG) formada por descendentes de italianos e portugueses que, desbravando matas em busca de terras cultiváveis e riquezas naturais, encontraram um córrego e, em seguida, um rio com maior volume d'água, o qual denominam " Rio Novo" por não desaguar no já conhecido Rio Bananal.

Os expedicionários voltaram e trouxeram suas famílias, e vindo pelas trilhas abertas inicialmente, em seguida começaram a chegar, outras famílias, formando assim uma pequena localidade que passou a ser chamada de Patrimônio de São José de Alto Rio Novo. Com o passar do tempo, a população aumentou e tornou-se Vila, isto por volta de 1925. Em 1940, a Vila recebeu um grande impulso, com a vinda de João Felipe, um comerciante, que comprou uma fazenda na região, e, dispondo de um gerador cedeu energia elétrica para a Vila.

Impulso maior ainda aconteceria em 1944, com a abertura da estrada ligando o Distrito à sede do município – Pancas. Esta estrada, inicialmente, era bastante estreita e tinha capacidade apenas para o tráfego de animais. Hoje, a cidade de Alto rio Novo é ligada por via asfáltica a Pancas, Mantenópolis, Vitória e outras cidades do norte do Espírito Santo. Em 1945, a região já produzia e comercializava café, cujo transporte era feito por tropas. E na década de 60, muitos cafezais foram substituídos por pastagens ou desativados, reiniciando a cafeicultura no início dos anos 70, quando esta voltou a ser destaque na economia local.

Em 1988, o distrito de Alto Rio Novo, emancipou-se do município de Pancas, com aprovação da Lei no. 4.071, de 11 de maio de 1988. O distrito de Alto Rio Novo, passou a ser considerado oficialmente como município no dia 1° de janeiro de 1989, quando tomou posse seu primeiro Prefeito o Senhor Sebastião Alves Caldeira.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

O Município de Alto Rio Novo ocupa uma área de 238,31 Km²; está situado na região Noroeste do Estado e é constituído, conforme Mapa da Nucleação, tanto da zona urbana de distritos e sede, quanto no meio rural dos Núcleos Rurais: Distrito de Monte Carmelo, Distrito de Vila Palmerino, as comunidades São Paulo, Alto Capim, José Chico, Córrego Rondoninha, Córrego Beija-Flor, Córrego Santa Bárbara, Córrego Paraíso, Córrego José Francisco, Córrego Desengano, Córrego Água Limpa, Córrego Afluente do Rio Novo, Córrego São Paulo, Córrego São Pedro,Córrego São João, Córrego Jacutinga, Córrego Divino, Córrego Frio, Alto Capim, Córrego Santo Antônio, Córrego Boa Vista, Córrego Jequitibá, Assentamento Beija Flor, Assentamento Boa Esperança e Assentamento Laje.

Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Alto Rio Novo ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 73º lugar (0,679), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**4256**
Homens	2082
Mulheres	2174
Rural	**3061**
Homens	1592
Mulheres	1469

Fonte: www.sidra.ibge.gov.br/dba/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Alto Rio Novo o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Assentamento Laje	Incra	50
2	Assentamento Boa Esperança	Incra	46
3	Assentamento Beija Flor	Incra	13
4	Associação São Lourenço	Crédito Fundiário	03
5	Associação Vargas	Crédito Fundiário	11

Fonte: INCAPER/ELDR Alto Rio Novo, 2010.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Alto Rio Novo, possui estrutura fundiária baseada na pequena propriedade familiar. A estrutura fundiária municipal revela um predomínio absoluto da pequena propriedade familiar e um relativo equilíbrio no que diz respeito à área ocupada por pequenas e grandes propriedades, indicando desconcentração da posse das terras: em termos quantitativos, os estabelecimentos no estrato de área de 0 a 100 ha representam aproximadamente 60% da área total.

Os dados da tabela a seguir, mostram a estrutura fundiária na qual é baseada a distribuição de terras no município.

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Alto Rio Novo	625	320	55	2	1.005

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

Um grande problema levantado consiste no grande número de propriedades em situação irregular, ou seja, sem documentação. A irregularidade das propriedades deve-se a vários fatores que vão desde a existência de terras devolutas, carência de recursos financeiros para a legalização e as terras de herança. Esse problema vem se agravando na medida em que as propriedades começam a serem divididas entre os filhos que se casam e formam outra unidade familiar.

A maioria dos imóveis rurais registrados, considerados como sendo utilizados por um grupo familiar do proprietário nos dados oficiais, na prática abriga um maior número de famílias sem estar com a terra legalizada, com a maior parte de seus membros trabalhando no exterior ou nos grandes centros.

Esse problema implica em significativos impactos na economia local devido à falta de documentos para acesso ao crédito rural, uma vez que os proprietários, em sua maioria, não dispõem de outros bens passíveis de serem utilizados como garantia dos financiamentos necessários. A ocupação no sistema de parcerias, que outrora assumira alguma relevância, sofre com a decadência da atividade agrícola (degradação do café, aumento de pastagens e eucalipto), apresentando números inexpressivos no atual contexto econômico local.

No município estão sendo implantados três assentamentos de reforma agrária com um total de 112 famílias de assentados com 7,26 ha de área explorável cada uma, sendo: 49 famílias na Comunidade Sto. Antonio, 50 famílias na Co. Monte Carmelo e 12 na Co. Córrego Beija-Flor. Existe ainda, em fase de negociação, o assentamento de mais 33 famílias pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. Segundo dados da Secretaria de Agricultura e do Incaper local, a estrutura fundiária de Alto Rio Novo, incluindo as propriedades em situação irregular, é a apresentada na tabela abaixo:

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

A colonização da região desencadeou intenso desmatamento da Mata Atlântica nativa, o que ainda ocorre esporadicamente, além das constantes ameaças de queimadas e pela pouca consciência ambiental de alguns proprietários, resultando em aproximadamente 14,0 % da área do município (3.200ha) com vegetação de matas nativas e capoeiras, dispersas em diversas situações, porém com limitações quanto aos canais de biodiversidade. Por outro lado vem ocorrendo o aumento intenso da área reflorestada principalmente com eucalipto (2.458ha), o que ocupa aproximadamente 10,8 % da área do município.

O atual quadro de devastação ambiental em grande parte deve-se a incentivos por parte dos governos estadual e federal, que, durante a década de setenta - após a implantação do Programa de Erradicação de Cafezais Improdutivos do IBC/GERCA - incentivou o plantio de cafezais em áreas com declividade acima de 45%.

Conforme zoneamento do café, existem seis (6) diferentes situações quanto ao seu plantio ou não. Como se verifica no mapa do Zoneamento Agroecológico para a Cultura do Cafeeiro no Estado do Espírito Santo, o município apresenta potencialidades para plantio e produção tanto do café arábica quanto o conilon, irrigados e não irrigados, havendo, porém também situações em que não é recomendado o plantio de café por inaptidão por impedimento pedológico.

A implantação da lavoura de café - juntamente com a exploração extensiva da pecuária em relevo acidentado, sem a adoção de práticas conservacionistas - permitiu a erosão laminar e em sulco do solo, processo que persiste degradando significativamente sua

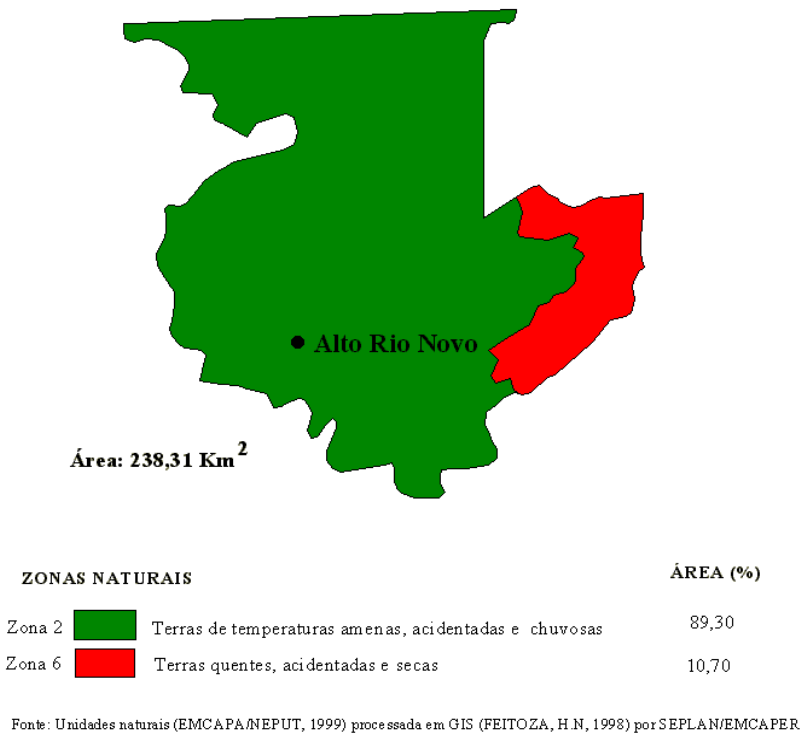
fertilidade e permitindo o assoreamento de nascentes, córregos, represas e lagoas naturais. Localizado na região serrana do noroeste capixaba, a uma altitude média de 660 metros em relação ao nível do mar, o município de Alto Rio Novo, caracteriza-se por um clima frio e seco no inverno e com período de maior precipitação total de outubro a março, com uma distribuição não homogênea do índice pluviométrico mensal.

O índice pluviométrico médio anual de Alto Rio Novo está entre 1.200 e 1.300mm, porém é importante considerar-se a ocorrência de histórico de seca, onde no ano de 1998 foi decretado estado de emergência em função do longo período de estiagem verificado. A temperatura média máxima é de 30.7 ºC e a mínima de 11.8ºC, resultando numa média anual de 21.3ºC. As áreas de temperaturas amenas, acidentadas e melhores índices de chuvas representam 89,3% de seu território, enquanto os 10.7% restantes é composto por áreas de terras quentes, acidentadas e mais sujeitas a secas. A bacia que compõe a paisagem hidrográfica do município é a do Rio Doce - Suruaca e seu principal curso hídrico é o córrego Rio Novo, havendo mais de 170 nascentes de outros córregos e seus afluentes.

1.3.2 Aspectos Ambientais

O município em sua composição territorial tem, em dados estimados pelo INCAPER e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, uma área de 3.200 ha de matas nativas, capoeiras, matas ciliares e grotões remanescentes da Mata Atlântica de região montanhosa, onde estão localizadas cachoeiras e corredeiras, havendo três cachoeiras principais pelo seu porte e beleza localizadas na Faz. Sta. Ana no Córrego Frio, na Comunidade Monte Carmelo no Córrego Rio Novo e no Córrego Água Limpa. Existem ainda os montes rochosos ocupando 3,18 % do município em aproximadamente 725 ha, onde se destaca o Pico dos Abelheiros com altitude próxima de 900 metros.

Figura 2 - Zonas naturais do município de Alto Rio Novo



Algumas características das zonas naturais[1] do município de Alto Rio Novo

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	Nº meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 2: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Chuvosas**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	3,5	U	P	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);

[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;

[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.4 Organização social

A população do município conta com vários grupos organizados, entre eles destacamos a seguir os que estão mais diretamente relacionados com a agricultura.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação Produtores do Cº Frio	Cº Frio	25	PAA; Gerenciamento de Máquina de beneficiar café
2	Associação Produtores da Vila Palmerino.	Vila Palmerino	38	PAA; Gerenciamento de Resfriadores.
3	Associação Produtores do Cº Jacutinga	Cº Jacutinga	22	PAA; Gerencimento de Resfriador de leite.
4	Associação Produtores do Cº Alto Capim.	Cº Alto Capim	15	PAA; Gerenciamento de secador de café.
5	Associação Produtores do Cº Água Limpa II.	Cº Água Limpa II	12	PAA
6	Associação A F ARN Cº Água Limpa.	Cº Água Limpa	72	PAA; Gerenciamento de um secador, máquinas e resfriador de leite.
7	Associação Produtores do Cº Divino	Cº Divino	12	PAA; Gerenciamento de resfriador.
8	Associação Produtores do Cº Zé Chico	Zé Chico	20	PAA; Gerenciamento de um secador, máquinas e resfriador de leite.
9	Associação Produtores do Monte Carmelo	Monte Carmelo	42	PAA; Gerenciamento de um secador e máquina.
10	Associação Produtores do Cº Beija-Flor	Cº Beija-Flor	25	PAA; Gerenciamento de um resfriador de leite.
11	Associação Produtores do Cº Santa Rosa	Cº Santa Rosa	15	PAA; Gerenciamento de um resfriador de leite.
12	Associação Produtores do Cº São João	Cº São João	12	PAA; Gerenciamento de um resfriador de leite.
13	Associação Produtores do Cº Paraíso	Cº Paraíso	18	PAA; Gerenciamento de máquinas e resfriador de leite.
14	Associação Produtores do Cº São Paulo	Cº São Paulo	30	PAA; Gerenciamento de máquinas e resfriador de leite.
15	Associação Produtores do Cº São Pedro	Cº São Pedro	35	PAA; Gerenciamento de máquinas e resfriador de leite.
16	ARACAME	Cº AGUA LIMPA.	20	PAA;
17	ASSOCIAÇÃO DE PEQENOS PRODUTORES / ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA.	MONTE CARMELO.	46	PAA; Gerenciamento de equipamentos.
18	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTROS ASSENTAMENTO LAJE	Cº SANTO ANTONIO	50	PAA

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
19	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO BEIJA FLOR.	Cº BEIJA FLOR	13	PAA; Gerenciamento de secador de café.
20	ASSOCIAÇÃO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO VARGAS	Cº CABECEIRA DO JACUTINGA	11	
21	ASSOCIAÇÃO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO	Cº SÃO LOURENÇO.	3	

Fonte: INCAPER/ELDR Alto Rio Novo, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Rio Novo.	EFETIVO: Selvo Antonio dos Reis. SUPLENTE: Geraldo Peixoto.
2	Secretaria de Ação Social.	EFETIVO: Paulo Amaral de Faria. SUPLENTE: Juliana Alves Moura.
3	INCAPER.	EFETIVO: Tiago dos Santos SUPLENTE: Ivamara Monteiro Caetano.
4	Secretaria de Obras	EFETIVO: Pedro Celestino Fanelle SUPLENTE: Luiz Antonio Silverol Colnago.
5	Secretaria de Administração	EFETIVO: Djalma de Faria. SUPLENTE: Ronaldo Rodrigues da Costa.
6	Secretaria de Educação.	EFETIVO: Carlos Márcio Clem SUPLENTE: Fabricio Maforte da Cunha
7	Associação da Vila Palmerino.	EFETIVO: Ednaldo Antonio Moreira. SUPLENTE: Anerval Pinheiro.
8	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Alto Rio Novo.	EFETIVO: José Manoel Maforte SUPLENTE: Élcio Peixoto.
9	Câmara de Vereadores	EFETIVO: João Maforte Hote. SUPLENTE: Antonia Maria Spagnol Bastos.
10	Gabinete da Prefeitura	EFETIVO: Valter Norberto Bezerra. SUPLENTE: Salmista Vieira Pinheiro.
11	Associação Boa Esperança.	EFETIVO: Isaias Dias. SUPLENTE: Marina de Jesus.
12	Secretaria de Saúde	EFETIVO: Emanuela Alves Pedroso. SUPLENTE: Roseni de Fátima da Silva.
13	Cooabriel	EFETIVO: Alcimar Valim Sodré SUPLENTE:
14	Associação Monte Carmelo.	EFETIVO: João Gonçalves. SUPLENTE:

Fonte: INCAPER/ELDR Alto Rio Novo, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

O município de Alto Rio Novo tem por base a agropecuária, sendo seu expoente máximo o café do tipo arábica e em fase de expansão o café conilon. Contudo essa cultura sofre com a falta de investimentos na tecnologia de plantio, condução de lavouras e melhoria da qualidade do produto, havendo ocorrências de estiagens prolongadas, além dos problemas de comercialização.

No município foram constatadas 20 máquinas fixas de pilar café, que beneficiaram 23.510 sacos no ano agrícola 2005/ 2006, havendo ainda pelo menos duas máquinas móveis de Minas Gerais que atuam no município. No secamento de café existem 21 secadores a lenha com capacidade total para 22.800 litros, 12 terreiros de cimento com 18.180 m² sendo que o restante é secado em terreiros de chão batido.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal / 2008
Agropecuária	32,4
Indústria	7,58
Comércio e Serviços	60,02

Fonte:http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Arroz	20	20	44	0	0
Banana	15	15	150	10000	150
Café	2900	2400	1632	6800	16320
Coco-da-Baía	5	5	40	8000	40
Feijão – Safra 1	30	30	18	0	0
Feijão – Safra 2	20	20	12	0	0
Milho – Safra 1	50	50	75	1500	75
TOTAL	**3040**	**2540**	**1971**	**26300**	**16585**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Alto Rio Novo	Bovino	17.595	8.095
	Suíno	620	645
	Caprino	60	65
	Ovino	160	150
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	3.300	3.320
	Galinha	3.400	3.450
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Alto Rio Novo	Leite	1517	1616
	Ovos de Galinha	20	21
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	1	1

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	1 ha
OUTROS PEIXES	(X)	Produção em Tonelada	5 ton.
QUAIS? Carpa		Produtor Nº	5 produtores.
ALEVINOS	TILÁPIA ( )	Área utilizada em ha	
	OUTROS PEIXES ( )	Produção em Tonelada	
	QUAIS?	Produtor Nº	

Fonte: INCAPER/ELDR Alto Rio Novo, 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	2
2	Artesanato	2
3	Agroturismo	1

Fonte: INCAPER/ELDR Alto Rio Novo, 2010.

O plantio de eucalipto vem mantendo sua expansão por exigir menor uso de mão de obra e estar adequado à capacidade de uso de áreas mais acidentadas, ter demonstrado ser muito tolerante às estiagens prolongadas, ser alternativa com melhor constância de preço, bom mercado comprador na hora de vender, sendo que sua comercialização concentra-se na Fibria e em uma pequena empresa de palanques do município e outras da região de Colatina, e em pequenas industrias de caxaria, de estrados de cama e de carvoarias.

Os demais produtos que possuem alguma expressão comercial são o arroz, o milho, a mandioca, o feijão e a cana-de-açúcar vinculada a 5 alambiques, produção artesanal de rapadura e pecuária; os quais são identificados como parte da agricultura de subsistência. A falta de política pública correta e o não uso de técnicas adequadas, têm sido os principais fatores que contribuem por sua baixa expressividade econômica.

O fato economicamente mais agravante é a concentração de áreas com as atividades de menor renda bruta/ano como, pecuária de leite e de corte com 53,4% da área de produção municipal, enquanto as de maior renda bruta/ano como coco-verde (água), Banana, Mandioca e Café Conilon, ocupam somente 4,05% da área produtiva do Município. A Pecuária de Leite, vinculada a lavouras abandonadas de café, vem crescendo rapidamente apesar de apresentar-se bem próxima da menor média de renda bruta por hectare/ano, já ultrapassando 6.000 litros/dia tendo por destino principalmente as Cooperativas de Resplendor-MG e Mantena-MG, sendo o restante para o consumo local.

A Pecuária de Corte abastece o mercado interno, além de fornecer a matéria prima para dois frigoríficos localizados no Estado. Vale destacar que é a pior média/ha/ano, além disso, o município não dispõe de matadouro, sendo que o abate é feito de forma clandestina, sem qualquer inspeção sanitária, o que põem em risco a saúde da população. O comércio é formado por pequenos comerciantes varejistas, onde os gêneros alimentícios se sobressaem, não existindo comércio atacadista.

Em relação ao setor de prestação de serviços especializados, o município apresenta um fraco desempenho, levando os habitantes a procurarem esses serviços em municípios vizinhos.

O nível de desemprego aumenta, principalmente, no período de entre safra da cafeicultura e, sobretudo, nos anos em que o nível pluviométrico do município diminui levando à quebra na produção agropecuária. Este fato tem levado a um forte fluxo de saída migratória para Portugal e EUA (faixa etária de 20 a 40 anos), principalmente, levando a processo de redução das áreas conduzidas de café, que está se restringindo á capacidade dos que ficam na propriedade, os mais velhos da família, e por outro lado, é responsável pelo aumento da área de pecuária.

1.6 Aspectos turísticos

Como área de Turismo e Lazer destacam-se a Piscina Natural do Marcinho na Comunidade São Pedro e a Piscina da Cachoeira na Comunidade Água Limpa.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 11 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Reunião Ampliada CMDRS / Sede	Agricultores	23/11/2010	11

Fonte: INCAPER/ELDR Alto Rio Novo 2010.

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Alto Rio Novo

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	546
Assentados	
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	
Outros Públicos	
Somatório	**546**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	25
Projeto Contratado	10
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	-
Inclusão/Apoio a feiras	-
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	20

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	67	20	25	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	115	30	25	0	4	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Fruticultura	57	32	18	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olericultura	36	10	36	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	120	-	20	2	-	1	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Pesca e Aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	6	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	114	5	6	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Atividades Rurais Não Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	30	5	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somatório	**546**	**107**	**134**	**17**	**7**	**3**	**5**	**0**	**0**	**2**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**1**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CETCAF-Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café – Zoneamento Agroecológico para a Cultura do Café no Estado do Espírito Santo, 1997.

GONZALES, Heleno M.; FASOLO, Luciano M.; Diagnóstico participativo – Alto Rio Novo – ES – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – BRA/98/017-MI/PNUD, Alto Rio Novo, p.138, 11/2002.

IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Disponível em www.incaper.es.gov.br.

IJSN –Instituto Jones dos Santos Neves.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Espírito Santo - Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária – Divisão de Pesquisa Pedológica, 1971.

MENOSSI, José C.; Diagnóstico da cafeicultura de Alto Rio Novo – ES – Trabalho de Capacitação Inicial de Agente de Desenvolvimento Rural II – ATER – INCAPER, Alto Rio Novo, 2005.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – 2005 – 2008; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Alto Rio Novo, 2005.

PROATER 2009 – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – 2009; INCAPER - ELDRS – Alto Rio Novo, 2009 – e-mail: altorionovo@incaper.es.gov.br.

SEAG – Secretaria Estadual da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca – ES – Disponível em www.seag.es.gov.br.

SIAG – Sistema de Informações Agrometeorológicas – site: www.siag.incaper.es.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

BAIXO GUANDU

http://www.flickr.com/photos/capixabismo/5310134833/

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Baixo Guandu

Anízio Luiz Sperandio

Antônio Sergio Gobbo

Franz Holz Filho

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura;

Associações de Produtores Rurais;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Sindicato Rural;

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

José Carlos Grobério (MDR Oeste)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila de Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Localizado na região Noroeste do estado do Espírito Santo, latitude: 19° 30’ 33’’ S e longitude: 41° 00’ 44’’ W, no território polo Colatina.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

Localizado na região Noroeste do estado do Espírito Santo, segundo historiadores os seus primeiros habitantes foram os índios Botocudos, que muito resistiram à perda de suas terras. As primeiras tentativas de ocupação teriam ocorrido entre 1850 a 1860, mas os colonos as abandonavam por falta de segurança, por falta de recursos e não resistindo ao ataque dos índios. Em 1886 aportavam os primeiros imigrantes, sobretudo os de origem italiana e alemã.

Baixo Guandu cada vez mais se consolida na região devido a proximidade com cidades mineiras, onde grande parte dos consumidores destas se deslocam para o município para fazer compras.

O município teve nos últimos anos forte crescimento em seu comércio, o que neste momento passa novamente por um forte impulso no desenvolvimento, isto devido a implantação do Polo Industrial que irá atrair novas oportunidades empreendedoras, inclusive no agronegócio. O setor de comércio e serviços se tornaram importantes empregadoras de mão de obra e gerador de receita para o município.

Porém, apesar da importância dos outros segmentos econômicos, o agronegócio apresenta-se como fundamental na economia, como uma das principais fontes de geração de trabalho e renda, ocupando a grande parcela da população.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

Baixo Guandu (Sede); Alto Mutum Preto; Ibituba; Quilômetro 14 do Mutum; Vila Nova do Bananal.

Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Baixo Guandu ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 53º lugar (0,710), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**29081**
Homens	10779
Mulheres	11733
Rural	**6569**
Homens	3441
Mulheres	3128

Fonte:http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Baixo Guandu o módulo fiscal equivale a 26 hectares.

A estrutura fundiária de Baixo Guandu retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas. No município não existem assentamentos rurais e a estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 2 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Baixo Guandu	927	676	150	16	1.769

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

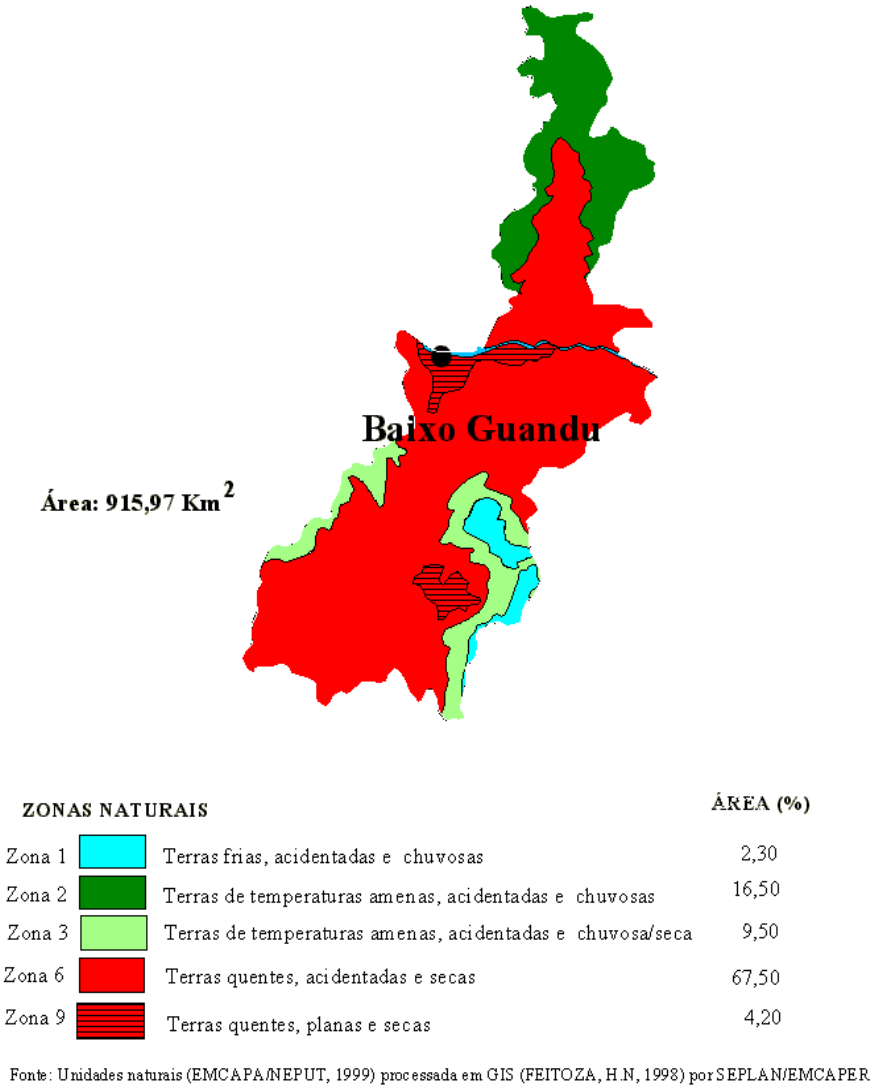
1.3.1 Caracterização edafoclimática

O município de Baixo Guandu possui sua hidrografia composta dos principais rios: Doce, Guandu, Laje, Mutum e dispõe ainda de vários pequenos mananciais de onde a água é destinada a irrigação. Esses mananciais no entanto tem sua capacidade bastante comprometida no período de estiagem que as vezes se estende por um período de até sete meses, nos quais as temperaturas chegam atingir na média das máximas de 33,6º.

O período das chuvas está concentrado entre outubro a março, com média anual de precipitação pluviométrica de 948 milímetros. A topografia que predomina vai de: plana 12%, ondulado 50%, montanhoso 33% e escarpado 5 % em relação a sua área que é de 918 km², possui ainda altitude de 77 m, na sede do município chegando a 900 m em seu ponto mais alto.

Os solos predominantes no são: latossolo vermelho amarelo, distrófico, com fertilidade média e acidez moderada, pH em torno de 5,0. A cobertura vegetal é composta por pequenos fragmentos da mata atlântica e a vegetação predominante é a pastagem que vem nos últimos anos sendo recuperada com um melhor manejo contribuindo assim para diminuição da degradação do mesmo.

Figura 2 - Zonas naturais do município Baixo Guandu



Algumas características das zonas naturais[1] do município Baixo Guandu

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	Nº meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 1: **Terras Frias, Acidentadas e Chuvosas**	7,3 – 9,4	25,3 - 27,8	> 8%	3,0	U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 2: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Chuvosas**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	3,5	U	P	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 3: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Transição Chuvosa/Seca**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	4,5	U	U	U	U	P	S	S	S	S	U	U	U
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	7	U	P	P	P	S	S	S	S	S	P	U	U
				8	P	P	P	S	S	S	S	S	S	P	U	U
Zona 9: **Terras Quentes, Planas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	< 8%	8	P	P	P	S	S	S	S	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;
[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

Hoje a parceria entre instituições (Incaper, Idaf, Prefeitura, Ministério Público, e Comunidades) está sendo fundamental na realização dos trabalhos de preservação dos recursos hídricos, envolvendo comunidades na implantação dos programas de revitalização de córregos com a recuperação de nascentes, construção de caixas secas, construção de barragens, recuperação de áreas degradadas. Há necessidade de se direcionar esforços na preservação de ambientes responsáveis pela produção de água (nascentes, encostas, margem de rios) e também a recuperação de áreas degradadas.

A utilização da irrigação, sem a devida consciência quanto ao uso indiscriminado, tem causado grandes transtornos em várias comunidades, havendo necessidade de intervenções do Ministério Público, exigindo a suspensão de irrigações e/ou alternância de horários dentre os vários usuários em determinada região. As ações de adequação das propriedades rurais, de conformidade com exigências legais, estão também sendo realizadas no Município.

1.4 Organização social

As transformações desejadas por uma comunidade passam pela organização e o fortalecimento de suas formas associativas e no desenvolvimento da consciência crítica e na realidade de conceberem e articularem seus próprios projetos. Neste sentido, existem no município 12 associações de produtores da agricultura familiar, mas que apresentam resultados muito aquém dos princípios do associativismo. Entretanto, percebe-se que existe vontade de algumas mudarem o rumo haja vista a solicitação do Incaper para apoio na elaboração de projetos. É merecedora de destaque a Associação de Pequenos Produtores de Alto Bananal, que esta desenvolvendo trabalhos de coleta e comercialização de leite e quiabo, agregando valor e gerando emprego e renda naquele distrito.

A atuação do ELDR de Baixo Guandu neste sentido será de melhorar a gestão junto às associações que estão realizando algumas ações associativas como compra conjunta de insumos e planejamento de ações e capacitação conjunta. O processo de ATER vem sistematicamente motivando os agricultores familiares na sua maior participação e envolvimento nas associações.

Os agricultores familiares contam ainda com apoio do Sindicato Rural, que é parceiro do Incaper na capacitação rural juntamente com Senar e ainda com Sindicato dos Trabalhadores Rurais que também atua no apoio dos agricultores através de assistência social, saúde, crédito fundiário entre outros.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável dentro de suas funções tem discutido e encaminhado mensalmente propostas para melhorias da agricultura familiar.

Tabela 3 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação dos Produtores Rurais de Alto Bananal	Alto Bananal	36	Venda de Leite, Quiabo e Insumos
2	Associação dos Produtores Rurais de Vila N. Bananal	Vila Nova do Bananal	80	Venda de Leite e Quiabo
3	Associação de Produtores Rurais de Ibituba	Ibituba	130	Venda de Leite
4	Associação de Produtores Rurais de Santa Rosa	Santa Rosa	42	
5	Associação Produtores Rurais Patrimônio da Penha	Patrimônio da Penha	22	Venda de Leite
6	Associação Produtores Rurais do Laje	Laje	35	
7	Associação Produtores Rurais Dois Irmãos	Dois Irmãos – Alto laje	37	Secador de Café
8	Associação Produtores Rurais Monjolo	Monjolo	18	
9	Associação Produtores Rurais Queixada	Queixada	45	Trator e Máq. Beneficiar arroz
10	Associação Produtores Rurais (AFAVIS)	Mutum Claro	5	Crédito Fundiário
11	Associação Produtores Rurais do Km 14	Km 14 do Mutum	12	
12	Associação Produtores Rurais do Alto Mutum Preto	Alto Mutum Preto		Reorganizando

Fonte: INCAPER/ELDR Baixo Guandu, 2010.

Tabela 4 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	SECRETARIA DE AGRICULTURA_SEMA	EFETIVO: Michelly Monteiro Eleutério SUPLENTE: Josmar José Gobbo
2	SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO_NAC	EFETIVO: Laura Maria Alves Ambrósio SUPLENTE: Rogéria Cristina Gonçalves
3	SECRETARIA DE SAÚDE_SEMUS	EFETIVO: Elias Lempke SUPLENTE: Dejalma V. de Almeida
4	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA_SEMEC	EFETIVO: Paulo César Dultra Machado SUPLENTE: Scheila Machado Cardoso
5	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE_SEMAM	EFETIVO: Cleres de M. Schwambach SUPLENTE: Edson Evaristo Justino Netto
6	INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – INCAPER	EFETIVO: Anízio Luiz Sperandio SUPLENTE: Franz Holz Filho
7	CÂMARA MUNICIPAL	EFETIVO: Juscelino Henck SUPLENTE: Rodrigo Oliveira Rodrigues
8	BANCO DO BRASIL	EFETIVO: Acione de Souza Loose SUPLENTE: Oziel Martins Araújo
9	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL_SEMAS	EFETIVO: Gleiciane Firme do Carmo SUPLENTE: Daniele Pereira de A. Lempke
10	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	EFETIVO: Ediane Almeida Corteletti SUPLENTE: Argeu Kefner
11	ASSOCIAÇÃO DE IBITUBA	EFETIVO: Dachiel Schwambach SUPLENTE: Francisco João da Silva
12	ASSOCIAÇÃO DO CÓRREGO LAGE	EFETIVO: Rinildo Bostel Fellberg SUPLENTE: Valério Pascoal Loss
13	ASSOCIAÇÃO DO CÓRREGO DO QUEIXADA	EFETIVO: Gilson Luiz Frederico SUPLENTE: Adelcino França de Carvalho
14	ASSOCIAÇÃO DO CÓRREGO DOIS IRMÃOS	EFETIVO: Adir do Carmo da Silva SUPLENTE: Edison Fioroti
15	ASSOCIAÇÃO DE VILA NOVA DO BANANAL	EFETIVO: Adenir Vigka SUPLENTE: Carlile Berger
16	ASSOCIAÇÃO DE ALTO BANANAL	EFETIVO: Ervino Pagung SUPLENTE: Wilson Liebermann
17	ASSOCIAÇÃO VICENTE SILVA	EFETIVO: Antonio Francisco da Silva SUPLENTE: Anderson Carlo da Silva Leão
18	MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	EFETIVO: Celso Helmer SUPLENTE: Renildo Amancio Ferreira

Fonte: INCAPER/ELDR Baixo Guandu, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

A exploração cafeeira e a pecuária ainda representam as principais atividades econômicas. A adoção de práticas ou técnicas conservacionistas de manejo, aliada a cobertura deficiente do solo, passam por uma melhor exploração haja vista que um grande número de propriedades onde as pastagens estão sendo recuperadas, diminuindo assim o processo erosivo. O desmatamento desordenado das cabeceiras das microbacias, das matas ciliares e topos de morro permitiu o aumento do escoamento das águas das chuvas, diminuindo a retenção da água pelo solo e alimentação dos lençóis freáticos e do volume de água oferecido pelas nascentes.

A distribuição irregular das chuvas, diminuição do volume da água, baixo nível de organização social dos produtores, despreparo para a comercialização e a dependência em relação ao café e pecuária e a baixa qualidade e produtividade das culturas, provocaram a descapitalização de grande parte das propriedades agrícolas, limitando a capacidade de investimento dos produtores.

Tabela 5 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	15,49
Indústria	24,41
Comércio e Serviços	60,1

Fonte:http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258.

Tabela 6 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Arroz	50	50	175	0	0
Banana	40	40	400	10000	400
Cacau	10	2	0	0	0
Café	6500	5800	5724	9868	57234
Cana	60	60	1200	20000	1200
Coco-da-baía	90	80	1080	13500	1080
Feijão – Safra 1	50	50	35	0	0
Feijão – Safra 2	150	150	135	0	0
Goiaba	2	2	50	25000	50
Laranja	15	10	37	3700	37
Mandioca	54	50	850	17000	850
Manga	60	30	300	10000	300
Milho – Safra 1	500	500	1200	2400	1200
Quiabo	35	35	39	1100	39
Tomate	10	10	600	0	0
TOTAL	**7626**	**6869**	**11825**	**112568**	**62390**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 7 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Baixo Guandu	Bovino	50.198	50.282
	Suíno	2.450	2.540
	Caprino	250	270
	Ovino	600	620
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	9.700	9.740
	Galinha	12.300	12.350
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Baixo Guandu	Leite	7268	8432
	Ovos de Galinha	74	80
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	1	2

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 8 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	6
2	Artesanato	1 Associação com 20 artesãos
3	Agroturismo	-

Fonte: INCAPER/ELDR Baixo Guandu, 2010.

Os riscos inerentes à produção são elevados, em razão da dependência em relação aos fatores climáticos, principalmente as chuvas que acabam, em muitos casos, determinando a produtividade das safras. A atividade do café, tanto do arábica quanto do conilon ainda apresenta baixa adoção tecnológica. A experiência de alguns produtores tem resultado em uma maior produtividade na exploração cafeeira.

A pecuária, segunda atividade agrícola do município, está inserida no mesmo contexto produtivo, ou seja, necessitando de aprimorar o nível tecnológico, que aliados ao potencial genético e manejo inadequado de rebanho e pastagens, resulta em baixa produtividade.

A comercialização de bovinos de corte é realizada através de comerciantes intermediários do município que os revendem a frigoríficos de Colatina e outros. O leite é destinado principalmente para cooperativas e laticínios de Colatina e Resplendor (MG), que através de Associações de produtores e particulares fazem coleta e armazenam em tanques resfriadores.

Outras culturas também são desenvolvidas no município como o arroz, feijão, milho, sua produção em sua maior parte se destina para uso nas propriedades. Ainda podemos citar a horticultura, com destaque para o quiabo com forte valor agregado, a partir da comercialização feita em bandejas.

Importância comercial tem a fruticultura, com destaque o cacau, a banana e o coco. Merece destaque a produção de manga, principalmente para a indústria, uma vez que o município está inserido no polo e participa do grupo gestor.

Aquicultura: atividade explorada, sobretudo, como complementação da dieta alimentar das famílias. Existe uma associação de pescadores que explora a atividade nos rios Doce e Guandu.

Em relação à agroindústria, o município possui algumas iniciativas isoladas e que enfrentam dificuldades em relação ao escoamento e comercialização da produção, sobretudo em relação à adequação às normas sanitárias e obtenção do serviço de inspeção municipal - SIM. Os principais produtos produzidos são derivados do leite, embutidos e defumados, bebidas e doces. A comercialização é feita principalmente no próprio município, em feiras ou sob encomenda.

Existe ainda no município produção de artesanato contando com uma associação situada na Sede do Município.

A silvicultura vem se apresentado como uma alternativa de renda, com forte expansão.

1.6 Aspectos turísticos

O município vem organizando o setor, estudando novas rotas turísticas e apoiando e realizando formações em capacitação rural. Como destaque apontamos a Cachoeira do km 20 do Mutum e a rampa de Vou Livre no Monjolo).

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 9 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 9 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Baixo Guandu - SEDE	Entidades	30/04//2008	24
2	Distrito de Ibituba (Associação de Produtores)	Produtores Rurais	31/05/2008	15
3	Queixada	Produtores Rurais	28/05/2008	26
4	Santa Rosa	Produtores Rurais	08/05/2008	31
5	Distrito Vila Nova do Bananal	Produtores Rurais	15/05/2008	28
6	Palmital	Produtores Rurais	12/06/2008	15
7	Mutum Claro	Produtores Rurais	06/06/2008	16
8	Distrito Km 14 do Mutum	Produtores Rurais	04/06/2008	27
9	Dois Irmãos - Alto Lage	Produtores Rurais	05/06/2008	22
10	Alto Bananal	Produtores Rurais	06/2008	22
11	Patrimônio da Penha	Produtores Rurais	17/06/2008	22
12	Laje – Córrego do Laje	Produtores Rurais	06/2008	11
13	Baixo Guandu - SEDE	Entidades	06/2008	21
14	Baixo Guandu - SEDE	Entidades	09/09/2009	04
15	Baixo Guandu - SEDE	Entidades	14/09/2009	05
16	Baixo Guandu - SEDE	Entidades	22/09/2009	10
17	Baixo Guandu - SEDE	Entidades	23/09/2009	04
18	Baixo Guandu - SEDE	Entidades	07/10/2009	05
19	Baixo Guandu - SEDE	Entidades/Assoc. de Produtores	09/10/2009	17

Fonte: INCAPER/ELDR Baixo Guandu 2010.

Fotos das reuniões para diagnóstico e planejamento. Reuniões realizadas nos anos de 2008, 2009 e 2010

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município. Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente
• **Problemas** - Preservação e recuperação de mananciais. - Saneamento básico. - Uso da água nos diversos processos. - Coleta de lixo. - Uso indiscriminado de agroquímicos. - Drenagem de estradas e carreadores. - Estiagem prolongada. • **Potencialidades** - Remanescentes florestais. - Armazenamento de água. - Máquinas p/ cx. Seca. - Secretaria M. Meio Ambiente estruturada com: 01 Zootecnista, 01 Biólogo, 01 Técnico Agrícola e 03 Tecnólogos Ambiental.

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Baixa produtividade e rentabilidade da lavoura.
- Baixa Qualidade.
- Lavouras com baixo potencial produtivo.
- Comercialização.
- Baixo nível tecnológico.
- Uso de práticas inadequadas.
- Manutenção estradas, carreadores e terreiros.

- **Potencialidades**

- Associativismo.
- Agroindústria
- Fruticultura.
- Secretaria M. Agricultura estruturada com: 01 Agrônoma, 01 Zootecnista, 02 Méd. veterinário, 2 Téc. Agrícola.

Social

- **Problemas**

- CMDRS pouco atuante.
- Associações de produtores desorganizadas.
- Transporte escolar e creches no meio rural.
- Área de laser.
- Inclusão digital nas escolas rurais.
- Manutenção de estradas e pontes.
- Atendimento médico/dentário às famílias.
- deficiência nas redes de comunicação.
- Educação voltada a realidade rural (disciplinas).
- Postos de saúde e ambulâncias.
- Fiscalização dos serviços.

- **Potencialidades**

- Associações de produtores.
- Secretaria de Ação Social.

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Baixo Guandu

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	700
Assentados	
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	50
Outros Públicos	50
Somatório	**800**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	75
Projeto Contratado	75
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	1
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	1
Inclusão/Apoio a feiras	1
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	4

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	120	30	50	4	10	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2	0	0
Café Conilon	250	50	100	5	20	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	5	4	0
Fruticultura	90	15	60	5	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olericultura	56	8	37	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	150	40	65	2	7	1	2	-	-	1	-	4	-	-	-	-	2	1	-
Pesca e Aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	40	20	17	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	225	74	70	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	1	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	10	5	10	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	5	10	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		30	12	12	10	1	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	3	3	-
Somatório	**956**	**292**	**426**	**36**	**49**	**3**	**5**	**0**	**0**	**6**	**0**	**7**	**0**	**0**	**1**	**0**	**39**	**9**	**0**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDAF – Cartografia.

IJSN – Instituto Jones Santo Neves.

INCAPER- Mapas das Unidades Naturais do Estado do Espírito Santo.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

NOVO PEDEAG -2007/2025 - Plano Estratégico da Agricultura Capixaba.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. (2009) Município de Baixo Guandu.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

BARRA DE SÃO FRANCISCO

Foto: ELDR Barra de São Francisco.

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Barra de São Francisco

Edson Pacheco

Rogéria Almança de Paula

Robson Alves de Almeida

Felipe Martins Fanti

Ana Lúcia Babilon Fiuza

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Secretaria Municipal de Agricultura;

CESAN;

IDAF;

CMDRS;

SEAG;

Agentes Financeiros: Banco do Brasil S/A; Banco do Nordeste, Banestes, Sicoob.;

Igreja Católica e Evangélicas.

Federação da Associação de Produtores Rurais de Barra de São Francisco;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Sindicato Patronal Rural.

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Samir Serodio Amim Rangel (Assessor Técnico)

Celia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Elevado à categoria de município em 31 de janeiro de 1943, a cidade de Barra de São Francisco localiza-se a 192 m de altitude, a Noroeste do Estado do Espírito Santo, a uma latitude Sul 18º 45’ 37’’ e a uma longitude Oeste 40º 43’ 48’’. Situa-se na Mesorregião Noroeste e Microrregião de Barra de São Francisco, ocupando uma área territorial de 943 Km². Pertence ao Território Norte da Cidadania.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

Lavradores vindos de Minas e de Colatina à procura de terras devolutas e férteis estabelecem-se na confluência dos rios Itaúnas e São Francisco, fundando o Patrimônio de São Sebastião. Este, em 31 de março de 1938, torna-se sede de distrito, pela Lei nº 9.222, com a denominação de Barra de São Francisco. Em 31 de outubro de 1943, pela Lei 15.177, é criado o município, desmembrado de São Mateus. A instalação do município ocorreu a 1º de março de 1944.

Aniversário: 4 de outubro
Fundação: 31 de dezembro de 1943

Municípios limítrofes: Vila Pavão, Mantena-MG, Ecoporanga, Águia Branca, Mantenópolis, Nova Venécia e Água Doce do Norte.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

Barra de São Francisco (Sede), Poranga, Paulista, Monte Sinai, Itaperuna, Santo Antônio, Cachoeirinha de Itaúna.

Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Barra de São Francisco ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 58º lugar (0,701), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**26357**
Homens	12720
Mulheres	13637
Rural	**14292**
Homens	7688
Mulheres	6604

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Barra de São Francisco o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

Em todo município, existem 22 (vinte e dois) assentamentos, sendo 21 (vinte e um) menores criados através do Programa de Credito Fundiário e um assentamento federal, a 50 Km da sede no Cº Poço Azul, na divisa de Ecoporanga e Vila Pavão, criado pelo INCRA com 118 famílias assentadas, tendo como principal atividades na geração da renda familiar, o café conillon e a bovinocultura de leite, cujo nome é Assentamento 3 Corações. Alem destes assentamentos, existem 6 propostas de credito fundiário em analise na UTE (Unidade de Terras do Estado) e uma proposta em fase de liberação pelo banco.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DOS PRODUTORES RURAIS LOUZADA FREITAS	PNCF	8 famílias
2	ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DOS PRODUTORES RURAIS DO CÓRREGO DO BOI	PNCF	9 beneficiários
3	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES TELES DE OLIVEIRA	PNCF	4 beneficiários
4	ROBERTO GROSMAN	PNCF	1 beneficiário
5	GILSON DE SOUZA NEGRINI	PNCF	1 beneficiário
6	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO CORREGO FERVEDOURO	PNCF	5 beneficiários
7	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES RURAL DAS FAMILIAS KEMPIM E MOURA,	PNCF	3 beneficiários
8	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES RURAIS FAMILIARES ESPERANÇA	PNCF	5 beneficiários
9	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES FERREIRA PEREIRA	PNCF	6 beneficiários
10	Associação dos Agricultores Familiares do Córrego Santo Antonio	PNCF	2 beneficiários
11	Geraldo Pereira de Souza	PNCF	1 beneficiário
12	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA CABECEIRA DO CORREGO DO BOI	PNCF	2 beneficiários
13	Associação dos Pequenos Agricultores Familiares Rurais do Córrego Santa Angélica	PNCF	4 beneficiário
14	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES RURAIS DA FAMÍLIA BITENCOURT	PNCF	7 beneficiários
15	CALVINO ALVES RODRIGUES	PNCF	1 beneficiário
16	SEBASTIÃO GOMES DIAS	PNCF	1 beneficiário
17	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES RURAIS DA FAMILIA MORAES	PNCF	4 beneficiários
18	LILIAN DE SOUZA BLUNCK	PNCF	1 beneficiário
19	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES RURAIS NETOS DA DONA JOANA	PNCF	5 beneficiários
20	ASSOCIAÇÃO DAS AGRICULTORAS RURAIS FAMILIARES SILVA E SANTOS	PNCF	2 beneficiários
21	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES RURAIS FAMILIARES DO CÔRREGO BOA SORTE	PNCF	3 beneficiários
22	JOSÉ CORREIA FAGUNDES	PNCF	1 beneficiário
23	Thiago Alves da Silva	PNCF	1 beneficiário

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
24	André Emenegildo da Silva	PNCF	1 beneficiário
25	Ronaldo Canuto da Mota	PNCF	1 beneficiário
26	Associação dos Agricultores Familiares Ferreira e Costa	PNCF	3 beneficiários
27	Associação dos Agricultores Familiares do Córrego Itauninhas	PNCF	4 beneficiários
28	Associação dos Agricultores Familiares do Córrego da Riqueza	PNCF	2 beneficiários
29	Associação dos Agricultores Familiares do Córrego do Ouro	PNCF	5 beneficiários
30	Associação dos Agricultores Familiares Cabeceira do Córrego Vargem Grande	PNCF	2 beneficiários
31	Assentamento 03 Corações (BSF – ECO – Vila Pavão)	INCRA	128 famílias

Fonte: INCAPER/ELDR Barra de São Francisco, 2010.

Uma característica marcante do município é a estratificação fundiária intensa ocorrida por sucessão hereditária e que fez de Barra de São Francisco um dos municípios do Espírito Santo com menor concentração de terras, mas, constata-se de alguns anos para cá um fluxo de agricultores familiares que não resistindo aos altos preços de terra praticados pelo mercado, vendem-nas e transferem-se para a sede do município.

Mesmo assim, fica evidenciado que mais de 90% dos estabelecimentos são de agricultores de base familiar. E nesse contingente de pequenos produtores rurais estão inseridos aqueles produtores que trabalham em regime de parceria agrícola e comodato, principalmente com a cultura do café e bovinocultura de leite.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Barra de São Francisco	2.133	1.122	225	22	3502

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

Observam-se no município, basicamente três tipologias de solos: Litossolos (R), em áreas de relevo mais fortemente ondulado a montanhoso e próximo aos afloramentos graníticos, freqüentes em toda a zona rural, podendo ter fertilidade variável (eutróficos e distróficos); Latossolo Vermelho-Amarelo (LV), nas áreas de topografia ondulada, variando de baixa (distróficos) a alta (eutróficos) fertilidade sendo estes últimos menos ocorrentes e finalmente os solos Podzólicos Vermelho-Amarelo (PV), ocorrendo nas áreas de terraço e leito maior, sendo em sua maioria solos de média a alta fertilidade (eutróficos).

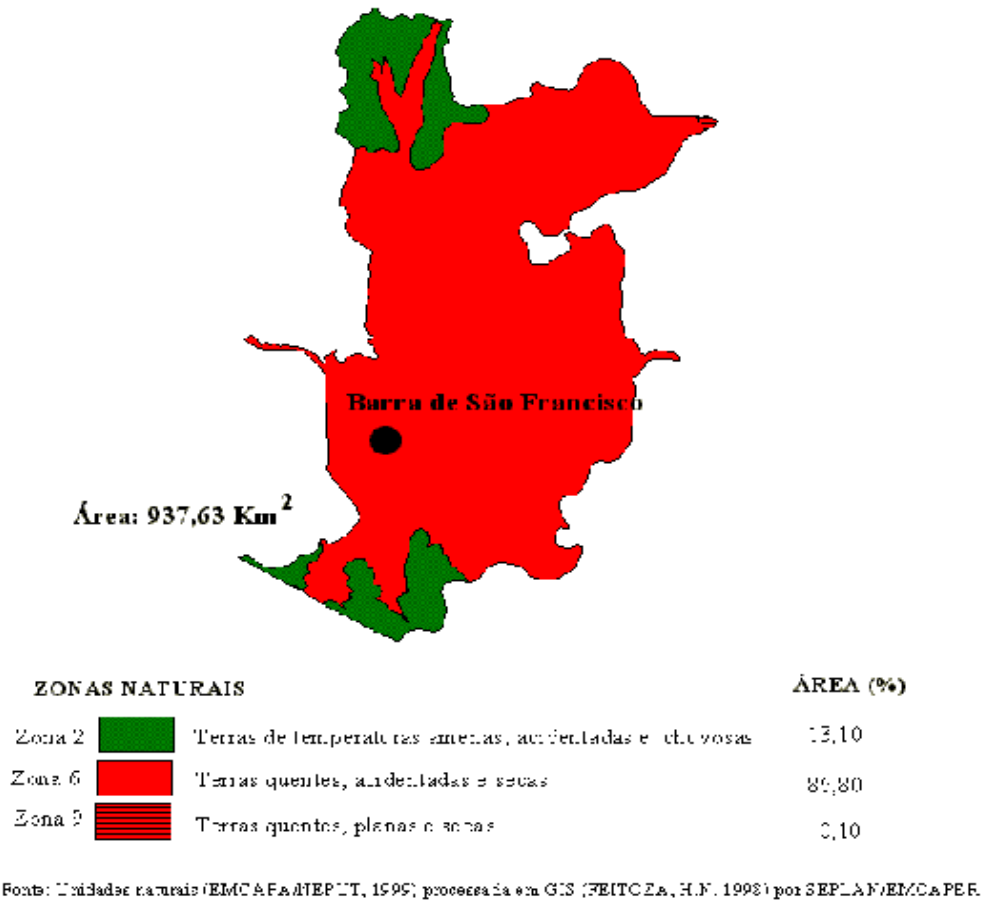
O clima é ameno, seco no inverno, quente e úmido no verão, com temperatura média anual oscilando entre 30º e 34º, tendo um índice de pluviosidade média nos últimos 30 anos de 842 mm, apresentando déficit hídrico anual, indicativo este que serve de alerta para que se inicie imediatamente um trabalho em todo o território municipal no sentido de prevenir e atenuar possíveis efeitos futuros de uma estiagem mais prolongada, visto que o município é ainda dotado de abundante rede hídrica composta pelos rios:

São Mateus (Braço Sul), Itaúnas, São Francisco e Rio Preto, destacando-se ainda os Córregos Boa Vista, Poaia, Vargem Alegre, Córrego Rico e Córrego dos Baianos, possuindo ainda inúmeras nascentes nas grotas, formando verdadeiros mananciais de água doce que devem ser conservados e recuperados.

Não só em relação às áreas de recarga, mas devido à forte devastação florestal ocorrida no passado, é preciso pensar em ações de recomposição florestal, principalmente em áreas ciliares de rios e córregos, bem como nos topos de morros, visto que hoje permanecem em todo o território municipal apenas 4,89% da cobertura original de Mata Atlântica.

O novo PEDEAG, recomenda para o município e região, ajustes com vistas a um desenvolvimento sustentável. Desta forma, apontamos a necessidade de aumentar o controle ambiental por um lado e, por outro, promover e incentivar projetos ambientais e boas práticas de uso do solo e dos recursos naturais renováveis.

Figura 2 – Zonas naturais do município de São Francisco



Algumas características das zonas naturais[1] do município de Barra de São Francisco

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	N° meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 2: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Chuvosas**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	3,5	U	P	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U
				8	P	P	P	S	S	S	S	S	S	P	U	U
Zona 9: **Terras Quentes, Planas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	< 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U

[1]Fonte: Mapa de Unidades Naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;

[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

Barra de São Francisco faz parte da bacia hidrográfica do Rio São Mateus. O município é abastecido por alguns rios de maior fluxo de água, como o São Francisco e Itaúnas. Possui muitas nascentes, que, no entanto, não estão sendo conservadas, devido, principalmente ao desmatamento e à falta de observância da legislação ambiental. Os índices de desmatamento e queimadas, principalmente no período da seca (que chega a durar 6 meses), faz de Barra de São Francisco um município com pouquíssima cobertura natural, aparecendo com um índice de 4,89%, segundo dados do Novo PEDEAG.

Lixo rural sem tratamento, altos índices de verminoses, uso abusivo de agrotóxico, práticas agrícolas não sustentáveis, erosão provocada pela ação humana, e desrespeito à legislação ambiental, entre outros, são problemas que devem ser enfrentados e amenizados em curto e médio prazo. Envolver ações da ATER pública e entidades da sociedade civil (associações, igrejas, sindicatos etç...), por meio de atividade de educação ambiental deve ser um ponto chave e pontapé inicial para reverter esse quadro e caminhar em direção a um desenvolvimento sustentável da agricultura.

Em dezembro de 1999 foi criado o Parque Natural Sombra da Tarde, na Rodovia Barra de São Francisco a Ecoporanga, às margens do Rio São Francisco a 1 km da Sede do Município. Construído com recursos do Ministério do Meio ambiente em parceria com a Prefeitura municipal e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Parque congrega uma pequena reserva florestal, com resquícios de flora e fauna da mata atlântica brasileira.

1.4 Organização social

O inicio da colonização do município deu-se por volta de 1927. Caracteriza-se por uma colonização de agricultores que procuravam por terras devolutas, na tentativa de difundirem lavouras de café, principalmente após a construção da ponte sobre o Rio Doce. Lavradores vindos de Minas e de Colatina à procura de terras devolutas e férteis estabelecem-se na confluência dos rios Itaúnas e São Francisco, fundando o Patrimônio de São Sebastião. Este, em 31 de março de 1938, torna-se sede de distrito, pela Lei nº 9.222, com a denominação de Barra de São Francisco. Em 31 de outubro de 1943, pela Lei 15.177, é criado o município, desmembrado de São Mateus. A instalação do município ocorreu a 1º de março de 1944.

Com relação a grupos estrangeiros, salientamos a presença de descendentes de alemães e italianos. Em relação à presença dos alemães, hoje é possível reconhecer o legado, principalmente na existência de algumas igrejas luteranas e na arquitetura de algumas edificações rurais que resistiram ao tempo. Em termos culturais, a língua alemã é mantida pelos mais velhos, sobretudo em diálogos familiares. A religiosidade luterana é outro forte elemento de identidade social. Desta forma, um trabalho de memória social pode ser conduzido com vistas a incentivar e valorizar as famílias descentes de alemães, contribuindo para a criação de grupos folclóricos, sobretudo compostos por jovens rurais, que poderão ter acesso a elementos culturais e da tradição de suas raízes, encontrando alternativas de lazer e cultura.

Com relação aos italianos, a influência é muito marcante em algumas regiões do município, onde a língua é falada nos redutos familiares e também na tradição religiosa e familiar de trabalhar com a terra. Os indicadores sociais do município não são os melhores. Em termos de analfabetismo da população com mais de 15 anos encontramos um índice elevado em relação ao Brasil e Espírito Santo. Mais de 19% da população acima de 15 anos é analfabeta em Barra de São Francisco.

No município existem muitas associações ligadas aos interesses da agricultura familiar, sendo 19 constituídas para aquisição de terras pelo programa credito fundiário, e também uma sede do MPA. Apesar de existirem em número bem expressivo, percebem-se algumas lacunas na sua organização e gestão. Muitas dessas associações têm um histórico ligado ao assistencialismo e “compadrio” político, o que dificulta a realização de um trabalho mais sistemático e organizado em torno dos princípios do associativismo. Contudo, percebe-se o amadurecimento político e institucional de algumas associações que estão desenvolvendo trabalhos de formação política e técnica dos associados, além

de realizarem e vincularem projetos de desenvolvimento sustentável para a região onde atuam. A Federação das associações congrega as associações do município e representa uma instituição de preponderante força política institucional entre os agricultores, principalmente nos trabalhos ligados ao polo da manga.

Neste sentido, uma das nossas metas é contribuir para o aperfeiçoamento da gestão dessas associações, disponibilizando uma ATER pública que esteja vinculada aos interesses e anseios dos agricultores familiares, ponto este já salientado pelo Novo PEDEAG como uma das estratégias de desenvolvimento, não só do município como da região Noroeste.

Os agricultores familiares de Barra de São Francisco contam ainda com o Sindicato Rural (patronal) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, estas instituições realizam um constante apoio aos proprietários, agricultores e trabalhadores rurais, oferecendo assistência social, jurídica, saúde, suporte nos projetos de acesso ao crédito fundiário e rural, com uma atuação abrangente na vida social, política e econômica do município.

Vale ressaltar que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é muito atuante. Seus conselheiros reúnem-se mensalmente para discutirem propostas e projetos de desenvolvimento para a agricultura familiar do município, atualmente a presidência do conselho está sendo exercida por um agricultor familiar, o senhor José Valdeci de Souza.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação de Produtores Rurais Córrego Miracema	Córrego Miracema	18 famílias	-PAA -Compra conjunta -Cursos e palestras -Horta comunitária -Grupo de mulheres
2	Associação de Produtores Rurais Córrego da Penha	Córrego da Penha	20 famílias	
3	Associação de Produtores Rurais Córrego São Pedro	Córrego São Pedro	40 famílias	-PAA -Compra conjunta -Cursos e palestras
4	Associação de Produtores Rurais Córrego São João e Santa Rosa	C° do São João e Santa Rosa	70 famílias	
5	Associação de Produtores Rurais Córrego Vargem Alegre	Córrego Vargem Alegre	30 famílias	
6	Associação de Produtores Rurais de Vila Paulista	Vila Paulista	25 famílias	
7	Associação de Produtores Rurais do Córrego São José	Córrego do Denzol e São José	35 famílias	
8	Associação de Produtores Rurais Córrego do Boi	Córrego do Boi	20 famílias	
9	Associação Prod. Rurais dos Dias e Cabeceira do Itaúnas	C° dos Dias e Cab. do Itaúnas	40 famílias	
10	Associação de Produtores Rurais Córrego do Fervedouro	Córrego do Fervedouro	22 famílias	
11	Associação. Prod. Rurais Córrego Vargem Grande e Itauninhas	Cº Vargem Grande / Itauninhas	110 famílias	-Compra conjunta -Cursos e palestras -Grupo de mulheres
12	Associação Prod.Rurais de Vila Poranga	Vila Poranga	20 famílias	
13	Associação de Produtores Rurais Córrego do Itaúnas	Córrego do Itaúnas	30 famílias	
14	Associação de Produtores Rurais Córrego do Bagaço	Córrego do Bagaço	30 famílias	
15	Associação de Produtores Rurais Monte Senir	Monte Senir	18 famílias	

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
16	Associação de Prod. Rurais Córrego do Barro Preto	Córrego Barro Preto	40 famílias	
17	Associação. de Prod. Rurais Córrego Boa Vista (Paulista)	Córrego Boa Vista (Paulista)	75 famílias	
18	Associação. de Prod.Rurais Córrego do Panorama	Córrego do Panorama	35 famílias	
19	Associação Prod. Rurais Córrego Sapucaia e Barra do Engenho	Cº Sapucaia e B. do Engenho	40 famílias	
20	Associação de Prod. Rurais do Assenta. 3 Corações	Assentamento 3 Corações	118 famílias	
21	Associação de Prod. Rurais Córrego Rio do Campo	Córrego do Rio Campo	60 famílias	
22	Associação de Prod. Rurais Córrego do Valão Fundo	Córrego do Valão Fundo	20 famílias	
23	Associação de Produtores Rurais Córrego do Ouro	Córrego do Ouro	22 famílias	
24	Associação de Prod. Rurais Córrego do Pé da Serra	Córrego V. Alegre	18 famílias	
25	Associação de Prod. Rurais Córrego Santa Angélica e Fuzil	C° Santa Angélica e Fuzil	75 famílias	-PAA -Cursos e palestras -Grupo de mulheres
26	Associação de Prod. Rurais Córrego do Itá (ANPAS)	Córrego do Itá	40 famílias	
27	Associação de Prod. Rurais Córrego do Ita (AMAI)	Córrego do Itá	35 famílias	
28	Associação de Prod. Rurais Córrego do Ita – (3ª)	Córrego do Itá	45 famílias	

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
29	Associação. de Prod. Rurais Córrego Alto Sapucaia	Córrego da Sapucaia	30 famílias	
30	Associação. de Prod. Rurais Córrego do Engenho	Córrego do Engenho	45 famílias	
31	Associação. de Prod. Rurais Córrego Cach. do Itaúnas	Cachoeirinha do Itaúnas	40 famílias	
32	Associação de Prod. Rurais de Vila Monte Sinai	Vila Monte Sinai	40 famílias	
33	Associação de Prod. Rurais Córrego Aventureiro	Córrego do Aventureiro	50 famílias	
34	Associação. de Prod. Rurais de Vila Santo Antonio	Vila Santo Antônio	45 famílias	
35	Associação. de Prod. Rurais Córrego do Palmital	Córrego do Palmital	30 famílias	
36	Associação Prom. da Educ. Rural Ensino Fundamental	Cº da Queixada – EFA.	150 famílias	-PAA -Cursos e palestras -Horta comunitária -Grupo de mulheres
37	Associação da Escola Família Agrícola – Ensino Médio	Margem do Rio São Mateus	20 famílias	
38	Associação dos feirantes	Sede (Feira Livre/ Produtores	60 famílias	
39	Associação de produtores do Alto Paulista	Alto Paulista	20 famílias	
40	Associação dos agricultores de Itaperuna	Itaperuna	30 famílias	
41	Associação dos agricultores de Barra de São Pedro	Córrego São Pedro	15 famílias	
42	Movimento dos Pequenos	Sede	70 famílias	

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
	Agricultores			
43	Federação das Associações.	Sede (Cº. São Pedro- Elio Uliana).	500 famílias	

Fonte: INCAPER/ELDR Barra de São Francisco, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Asssociaçao Pe da Serra – Vargem Alegre	EFETIVO: Wagner da Silva SUPLENTE: Roberto Francisco Stoffel
2	Secretaria Municipal de Saude	EFETIVO: Dario Francisco Grosman SUPLENTE: Itamar Jose Ferreira
3	Federação das Associaçoes	EFETIVO: Elio Uliana SUPLENTE: Aguinaldo Alberti
4	Associação do Ita	EFETIVO: Célio Luiz Saar SUPLENTE: Wequisley Douglas Lopes
5	IDAF	EFETIVO: Valmir Xavier Martins SUPLENTE: Mateus Ferreira da Costa Oliveira
6	INCAPER	EFETIVO: Edson Pacheco SUPLENTE: Robson Alves de Almeida
7	Associação Pequenos Produtores Vargem Grande	EFETIVO: Jose Valdeci de Souza SUPLENTE: Paulo Jose da Costa
8	Movimento dos Pequenos Agricultores	EFETIVO: Sergio Luiz Marin SUPLENTE:Genilto Muniz de Mello
9	Prefeitura Municipal	EFETIVO: Paulo César Andrade SUPLENTE: Waldeles Calvacante
10	APAZIL	EFETIVO:Alessandro Marin SUPLENTE: Luiz Carlos Marin
11	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	EFETIVO: Silvestre Ribeiro de Souza Neto SUPLENTE: Maria Rodrigues
12	Secretaria de Meio Ambiente	EFETIVO: Zilma Matos SUPLENTE: Guido Ortega de Oliveira
13	Associação Santo Antonio	EFETIVO: Jose Evaldt SUPLENTE: Antonio Emilio Lorençoni
14	Associação São João de Itaperuna	EFETIVO: Silvio Ferrari SUPLENTE: Valtinho Jose de Paula
15	Câmara Municipal	EFETIVO: Aloizio Alves SUPLENTE: Carlos Rubens
16	Secretaria Municipal de Agricultura	EFETIVO: Antonio Rosa Brun SUPLENTE: Jose Fabio Rizzo

Fonte: INCAPER/ELDR Barra de São Francisco, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

O município tem na agropecuária a base de sua economia, sendo a pecuária (leite e corte) e o café as principais atividades produtivas geradoras de emprego e renda. No que tange a agregação de valor e beneficiamento dos produtos, percebemos um reduzido número de estabelecimentos. Existem uma pequena agroindústria de embutidos e defumados, uma indústria de torrefação e envasamento de café solúvel (BONZON), uma pequena fábrica de farinha de mandioca (ligada a Associação Santa Angélica) e um frigorífico para abate de bovinos. Existiam no passado 03 (três) usinas de beneficiamento de leite, que hoje funcionam como ponto de coleta, armazenamento e resfriamento de leite. O leite recebido por estes pontos de coleta são transportados e beneficiados em outros municípios.

As atividades agrícolas como o arroz, o milho, o feijão, o coco-da-baía, a cana-de-açúcar e a banana, apresentam uma produção significante no quadro geral da economia agrícola do município com excedentes da produção comercializáveis. Os criatórios de suínos e aves são menores, não oferecendo uma grande representatividade. Atualmente está sendo implantada em caráter experimental por alguns agricultores familiares a cultura da uva, e o INCAPER está fomentando a implantação do cultivo da seringueira no município, dentro das metas previstas no PROBORES (Programa de Expansão da Heveicultura Capixaba).

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	12,28
Indústria	21,79
Comércio e Serviços	65,93

*Fonte:*http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Arroz	400	40	800	0	0
Banana	100	100	450	4500	450
Café	8000	7000	9520	2266	15862
Cana	40	40	800	20000	800
Feijão – Safra 1	140	140	84	0	0
Feijão – Safra 2	50	50	30	0	0
Mandioca	80	80	1200	15000	1200
Milho – Safra 1	400	400	920	2300	920
TOTAL	**9210**	**8210**	**13804**	**44066**	**19232**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Barra de São Francisco	Bovino	70.174	76.219
	Suíno	2.850	2.760
	Caprino	390	400
	Ovino	700	680
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	18.200	18.300
	Galinha	13.090	13.000
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Barra de São Francisco	Leite	9981	10613
	Ovos de Galinha	79	85
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	21	23

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(x)	Área utilizada em ha	85
OUTROS PEIXES	(x)	Produção em Tonelada	850
QUAIS? Tambaqui, Tambacu, Pacu.		Produtor Nº	200
	TILÁPIA ( )	Área utilizada em ha	
ALEVINOS	OUTROS PEIXES ( )	Produção em Tonelada	
	QUAIS?	Produtor Nº	

Fonte: INCAPER/ELDR Barra de São Francisco, 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	02
2	Artesanato	01
3	Agroturismo	02

Fonte: INCAPER/ELDR Barra de São Francisco, 2010.

Vale ressaltar que a cafeicultura do município passou por um processo gradativo de diminuição da produtividade e produção, devido a fatores diversos, entre os quais poderíamos destacar a idade avançada do Parque Cafeeiro, a falta de adoção de tecnologias motivada pela descapitalização dos produtores, escassez de mão de obra devido ao êxodo rural e à migração desta para a atividade mineradora de granito, dentre outros, mas atualmente a Secretaria Municipal de Agricultura e o INCAPER têm incentivando a renovação do parque cafeeiro do município, com distribuição de mudas da variedade Conilon Vitória pela secretaria municipal de agricultura, suporte no envio de amostras de solos para análise, interpretação e recomendação de calagem e adubação, assistência técnica e os recursos do PRONAF, vêm contribuindo para a ampliação e renovação do parque cafeeiro, para que futuramente os índices de produtividade da cafeicultura melhorem, e aumente a geração de emprego e renda na agricultura do município. Tem-se notado bons interesses por parte dos produtores em mudar esse quadro para um futuro bem próximo.

Barra de São Francisco é o terceiro maior produtor de leite do estado, no entanto, a atividade encontra-se desorganizada, com pouca agregação de valor ao seu produto primário, problemas básicos de higiene na ordenha e transporte, baixo padrão genético do rebanho, degradação da pastagem e dos recursos naturais, além de problemas gerados pela seca. Outro ponto crucial para o desenvolvimento da agricultura familiar é a diversificação agrícola e a comercialização. Os agricultores do município percebem que a diversificação pode ser uma saída para a agricultura de base familiar, contudo, ponderam que o principal obstáculo é a dificuldade de comercialização e a falta de incentivo.

Deste modo, há que se pensar a diversificação paralelamente a comercialização. Segundo os próprios agricultores, uma forma de incentivar a diversificação seria planejar projetos de acordo com a vocação regional, trabalho que já vem sendo realizado por algumas associações. Com relação à mineração, atividade que deu um impulso significativo no município, destaca-se o potencial de produção, visto que segundo o DNPM as reservas de granito do município são estimadas em 2 milhões de m³. A introdução desta nova e dinâmica atividade deu um novo formato às relações econômico-financeiras entre empresas mineradoras e produtor rural gerando efeitos e consequências que ainda estão sendo melhores estudados, visto que, por um lado geram enormes ganhos para a empresa mineradora e fornecem uma pequena receita alternativa para aqueles agricultores que têm jazidas em suas propriedades, por outro lado a atividade vem provocando graves danos ao meio ambiente, ao patrimônio natural e causando mutilações nos operários, danos esses que precisam ser mensurados com o objetivo de planejar e disciplinar melhor esta atividade.

Em 04 de maio de 1992, foi criado o Polo Industrial de Barra de São Francisco, pela Lei Municipal Nº 036/92. Este polo aparece como uma promessa de desenvolvimento para o município. Encontram-se instaladas algumas indústrias de beneficiamento de granito e uma indústria envasadora e distribuidora de gás liquefeito (NUTRIGÁS). Destacamos também a atividade comercial da sede do município, cuja pujança e crescimento têm sido importantes na geração de emprego e renda, contribuindo para absorver parte desta mão de obra que se evadiu da zona rural.

Em perspectiva de futuro salientamos a necessidade de contribuir para o desenvolvimento rural, dando atenção especial às atividades tradicionais como o café e a pecuária de leite, aumentado o leque de atuação da ATER pública, com novas contratações, desenvolvimento de projetos e incentivo governamental. A diversificação agrícola e o apoio à comercialização devem ser pensados como estratégias de sustentabilidade da

família rural. Os projetos de diversificação devem estar atrelados ao desenvolvimento e aprimoramento da organização dos produtores em associações e/ou grupos de produção, mesmo ponto enfatizado pelo Novo PEDEAG no que diz respeito ao desenvolvimento da fruticultura.

Ponto chave para ampliar a economia, de acordo com o Novo PEDEAG é aumentar a cobertura florestal, desta forma, é necessário incentivar, informando sobre o plantio de florestas econômicas, sistemas agroflorestais e da necessidade de preservação ambiental nas propriedades rurais. É importante, também, pensar em políticas públicas municipais de incentivo à conservação ambiental em propriedades rurais.

1.6 Aspectos turísticos

Inserido na região turística P*edras, Pão e Mel,* o potencial turístico do município é grande, embora não exista nenhum projeto ou programa sistematizado. O potencial para turismo de aventura e agroturismo deve ser trabalhado, principalmente com os praticantes de rapel, montanhismo e escalada. Já as pequenas propriedades que ainda mantêm resquícios da arquitetura alemã e italiana podem oferecer estadias e alimentação peculiares. Contudo, a ideia de desenvolvimento do turismo como atividade rural não agrícola ainda é muito incipiente e até desconhecida, demandando um direcionamento e projetos mais sistematizados.

Um ponto turístico já estruturado é o Pesque Pague Fazenda Paraíso, Localizado às Margens da Rodovia Barra de São Francisco – Ecoporanga, km 09. Este pesque pague possui a melhor infraestrutura no município, com restaurante ao ar livre, área de churrasco, jogos, piscina, toboágua, pedalinhos, caiaques, pescaria, passeios a cavalo e confortáveis apartamentos para pernoites dos visitantes. Há também, um auditório para realização de eventos sociais. Outros pesque pague estão instalados no município, com o objetivo de atender os próprios moradores de Barra de São Francisco.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções. A tabela abaixo indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Reunião do CMDRS/Sede	Conselheiros e Agricultores Familiares.	10/11/10	12 participantes.

Fonte: INCAPER/ELDR Barra de São Francisco, 2010.

Agricultores na elaboração do diagnóstico

Agricultores na elaboração do diagnóstico

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município.

Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente

- **Problemas**

- Falta de conservação dos Recursos Naturais.
- Fiscalização Ambiental Insuficiente.
- Pouca Informação sobre Legislação e Adequação Ambiental.
- Uso de Agrotóxicos sem orientação técnica e sem EPI.
- Inexistência de Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

- **Potencialidades**

- Existência de Nascentes e Recursos Naturais.
- Palestras sobre legislação e adequação ambiental.
- Criação de Secretaria Municipal de Meio – Ambiente pela Prefeitura Municipal.
- Incentivar a adesão dos produtores rurais aos Programas Governamentais de conservação dos recursos naturais. (PSA, Campo Sustentável, Extensão de Florestas, etç...).

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Pouca diversificação Agrícola.
- Poucas Agroindústria no município.
- Higienização e manejo do leite.
- Pouca produção de alimentos de subsistência no município.
- Falta de estrutura para comercialização e transporte da manga.
- Falta de manutenção e conservação nas estradas vicinais do município.
- Pouco acesso dos agricultores e associações aos programas de comercialização do Governo Federal.

- **Potencialidades**

- PAA
- PNAE
- PRONAF
- PRONAF Capixaba.
- PROBORES.
- Pinhão Manso.
- Programas “Terra Firme” e “Caminhos do Campo” (SEAG).
- PROFALEITE.
- Potencial para produção orgânica e agroecológica.
- Consumo interno de alimentos produzidos no Município.

Social

- **Problemas**

- Pouca organização e legalização das Associações de Produtores.
- Falta de maior conhecimento nas áreas de Artesanato e Turismo Rural.
- Falta de Espaço para comercialização dos produtos da agricultura familiar.

- **Potencialidades**

- Melhorar a gestão das associações de produtores rurais e o acesso dessas organizações em programas oficiais de comercialização e geração de renda..
- Propriedades com potencial para o Agroturismo .
- Criação de espaço para comercialização dos produtos da Agricultura Famíliar.

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Barra de São Francisco

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	864
Assentados	
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	
Outros Públicos	
Somatório	**864**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	30
Projeto Contratado	
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	3
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	3
Inclusão/Apoio a feiras	1
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	1

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	463	100	110	0	10	1	0	1	0	1	0	2	0	0	0	0	10	0	80
Fruticultura	93	5	54	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	10	-	-
Olericultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	135	50	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	6
Pesca e Aquicultura	25	-	10	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	71	5	25	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	25	-	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	45	-	15	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		70	56	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-
Somatório	**864**	**230**	**275**	**31**	**10**	**1**	**0**	**1**	**0**	**2**	**0**	**3**	**4**	**0**	**0**	**0**	**30**	**3**	**86**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Silva, Marlídia Alves e Lopes, Maria da Penha Gomes. O passado e o presente de Barra de São Francisco. Barra de São Francisco: PMBSF, 1999.

Espírito Santo. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura; Novo PEDEAG 2007-2025. Vitória: SEAG, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

PROATER 2011 - 2013

COLATINA

http://4.bp.blogspot.com/--iLse5Fovl0/TcWLm4Dqc2I/AAAAAAAAXes/MolCTF6IbVY/s1600/colatina%252Bautordafoto%252Bjoelrogerio.jpg

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Colatina

José Carlos Grobéro

Euridis Baptisti

Osvaldino Martins de Oliveira Neto

Mayara Morelato Lyrio

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura;

Associações de Produtores Rurais;

Cooperativa de Agricultores Familiares – CAF;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Sindicato Patronal;

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável;

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

José Carlos Grobério (MDR Oeste)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Localizado na região Noroeste do estado do Espírito Santo, latitude: 19° 32’ 16’’ S e longitude: 40° 37’ 59’’ W, nas coordenadas UTM (Datum WGS 84) N-7838827; E-328646, no território polo de Colatina.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

Localizado na região Noroeste do estado do Espírito Santo, a colonização do município de Colatina teve início em meados do século XIX, mais especificamente no ano de 1857, como consequência da imigração Europeia, sobretudo de origem italiana e alemã.

No ano de 1886, o processo de colonização ganhou forte impulso com a migração de Fluminenses e Mineiros que se dirigiam para a região motivados pelas terras férteis e baratas propícias à cafeicultura, e pela abundância de madeira e água.

Já nas primeiras décadas do século XX, Colatina apresentava grande importância para o Estado, sendo a porta de entrada para o povoamento da região. A colonização do Noroeste Capixaba e o crescente desenvolvimento do Estado trouxeram grande dinamismo para a economia do município, que favorecida pela sua posição geográfica e pela construção da ferrovia Vitória x Minas (1905), tornou-se um importante polo regional de produção e distribuição de mercadorias e serviços, sendo referência comercial para os municípios da região assumindo um caráter de centralidade que se verifica até os dias atuais, com área de influência de cerca de mais de 200 km de raio.

A emancipação política do município se deu no ano de 1921, de sua área original emanciparam-se os municípios de Baixo Guandu, Linhares, Pancas, São Gabriel da Palha, Marilândia, São Domingos do Norte e Governador Lindenberg, e em razão deste fato Colatina conta hoje com uma extensão territorial significativamente menor do que a original.

A taxa de crescimento anual é de 1,88% onde se verifica uma tendência ao êxodo rural, uma vez que o percentual da população rural vem diminuindo em relação à população total, passando de aproximadamente 19% no Censo de 1990 para 14% no Censo de 2008 e, por fim, para 12% no Censo de 2010, em muito devido a atual configuração do setor agropecuário e suas inerentes dificuldades.

Colatina é destaque regional no setor de comércio e serviços, possuindo também um forte setor industrial que atualmente responde pela maior parte do ICMS recolhido na cidade e contribui para a diversificação da economia local.

Os ramos industriais mais significativos atualmente são os setores de confecções, moveleiro, metal mecânico, alimentar e de serviços.

Exportadores de café, atacadistas e as lojas de pronta entrega dinamizam o comércio local que atende aos municípios do norte capixaba, leste de Minas Gerais e sul da Bahia, representando um universo de mais de 700 mil consumidores.

Desde sua colonização, a instalação das unidades fabris, e o setor de comércio e serviços se tornaram importantes empregadoras de mão de obra e geradoras de receita para o município.

Apesar da importância dos outros segmentos econômicos, a agricultura apresenta-se como peça fundamental na economia colatinense como uma das principais fontes de geração de trabalho e renda, ocupando a grande parcela da população.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

Distritos: Colatina (Sede), Angelo Frechiani, Baunilha, Boapaba, Graça Aranha, Itapina.

Principais bairros: Nossa senhora Aparecida, São Vicente, Santa Lenira, Moacir Brotas, Bela Vista, Colatina Velha, Centro, São Silvano, Honório Fraga, Carlos Germano Naumam, Santo Antônio, Maria das Graças, São Braz, Colúmbia.

Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Colatina ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 10º lugar (0,773), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**98395**
Homens	47235
Mulheres	51160
Rural	**13393**
Homens	7056
Mulheres	6337

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Colatina o módulo fiscal equivale a 18 hectares.

A estrutura fundiária de Colatina retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Lajinha do Oito	Crédito Fundiário	3 famílias
2	Quinze de Outubro	Crédito Fundiário	3 famílias
3	Córrego Timbuizinho	Crédito Fundiário	3 famílias
4	Barra de Santa Júlia	Crédito Fundiário	5 famílias
5	Baunilha	Crédito Fundiário	1 família
6	Santa Joana	Crédito Fundiário	2 famílias
7	São João Pequeno	Crédito Fundiário	3 famílias

Fonte: INCAPER/ELDR Colatina 2010.

Os dados do Incra mostram, a predominância da pequena propriedade em relação ao número total delas. Mas estudos indicam que o percentual de hectares explorados pelas mesmas é pequeno em relação ao total, sendo que a soma total das áreas das propriedades menores que 50 ha não chega a 30% da área total do município, ao passo que a área total explorada pelas propriedades maiores que 100 ha passa dos 50% do total, o que aponta para uma relativa concentração fundiária no município.

Portanto, podemos dizer que Colatina é um município composto majoritariamente por propriedades de mini e pequeno porte, que utilizam, em grande medida, mão de obra familiar. No entanto, o fato de existirem propriedades que chegam a ter área superior 1000 hectares ainda é um assunto que merece atenção no município, especialmente em razão do considerável êxodo rural observado nas últimas décadas. Nesse sentido, merece destaque a ação de programas como o Banco da Terra, Crédito Fundiário entre outros, que há alguns meses vem provocando mudanças no quadro atual, ampliando o acesso a terra ao mesmo tempo em que entrava a permanência/avanço das grandes propriedades, assegurando a permanência do homem no campo.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Colatina	1.694	1.672	391	36	3.793

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011

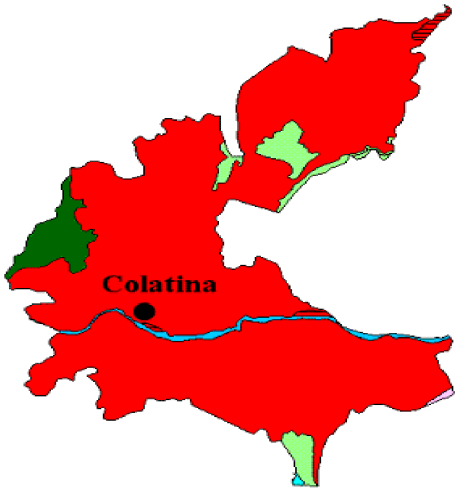
1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

A bacia que compõe a paisagem hidrográfica do município é a do Rio Doce Suruaca, cuja área é de 1820 km², destacando-se com os principais rios: Doce, São José, Pancas, Santa Maria, Santa Joana, e Pau-Gigante. As lagoas mais importantes são: Limão, Cobra Verde, Taboal, Óleo e Boa Noite. O município possui aproximadamente 800 mananciais hídricos, além de cerca de 1000 barragens e poços que servem como armazenamento de água destinada à irrigação; e como forma de aproveitamento de área alagada, em alguns casos, há produção de peixes e/ou camarão de água doce, porém de maneira pouco tecnificada, salvo uma minoria de empreendimentos voltados à criação de peixes como atividade principal.

Os tipos de solo que predominam no território de Colatina são latossolo vermelho amarelo, distrófico, com fertilidade média e acidez moderada, pH em torno de 5,0. A topografia que predomina é plano e ondulado (60% da área total) O clima é quente, típico do vale do rio Doce, com inverno seco. A maior ocorrência de chuvas é registrada de outubro a março, com pluviosidade média anual de 1100 milímetros.

Figura 2 - Zonas naturais do município Colatina



Zonas naturais			Área (%)
Zona 1		Terras frias, acidentadas e chuvosas	0,10
Zona 2		Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas	3,70
Zona 3		Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca	5,35
Zona 5		Terras quentes, acidentadas e transição chuvosa/seca	0,15
Zona 6		Terras quentes, acidentadas e secas	90,00
Zona 9		Terras quentes, planas e secas	0,7

Algumas características das zonas naturais[1] do município de Colatina

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água													
					Meses secos, chuvosos/secos e secos[1]												
	Média mín. mês mais frio (ºC)	Média máx. mês mais quente (ºC)	Decli-vidade	Meses secos[1]	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 1 ➔ Terras frias, acidentadas e chuvosas	7,3 – 9,4	25,3 – 27,8	**> 8%**	3,0	U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 2 ➔ Terras de temperaturas amenas acidentadas e chuvosas	9,4 – 11,8	27,8 – 30,7	> 8%	3,5	U	P	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 3 ➔ Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca	9,4 – 11,8	27,8 – 30,7	> 8%	4,5	U	U	U	U	P	S	S	S	S	U	U	U
Zona 5 ➔ Terras quentes, acidentadas e transição chuvosa/seca	11,8 – 18,0	30,7 – 34,0	> 8%	4,5	U	P	P	P	P	P	P	S	P	U	U	U
				5	P	P	P	P	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 6 ➔ Terras quentes, acidentadas e secas	11,8 – 18,0	30,7 – 34,0	> 8%	6,0	P	P	P	P	P	P	P	S	S	P	U	U
				6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U
				7	U	P	P	P	S	S	S	S	S	P	U	U
				8	P	P	P	S	S	S	S	S	S	P	U	U
Zona 9 ➔ Terras quentes, planas e secas	11,8 – 18,0	30,7 – 34,0	< 8%	6	P	P	P	P	P	P	P	S	S	P	U	U
				6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U
				7	U	P	P	P	S	S	S	S	S	P	U	U
				8	P	P	P	S	S	S	S	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);

[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;

[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

Nos aspectos ambientais vale destacar a necessidade de direcionar esforços na preservação de ambientes responsáveis pela produção de água (nascentes, encostas, margem de rios) e também a recuperação de áreas degradadas ocupadas com pastagens mal utilizadas. Na cafeicultura há grande dependência de recursos hídricos com a utilização de sistemas de irrigação nas lavouras, porém o uso indiscriminado aliado a sistema de elevado consumo desse recursos têm causado grandes transtornos em várias comunidades, havendo necessidade de intervenções pelo Ministério Público, exigindo a suspensão de irrigações e/ou alternância de horários dentre os vários usuários da região.

Hoje a parceria entre instituições (Incaper, Idaf, Prefeitura , Ministério Público,Ibama e Comunidades) está sendo fundamental na realização dos trabalho de preservação dos recursos hídricos, envolvendo comunidades na implantação dos programas de revitalização de córregos com a recuperação de nascentes, construção de caixas secas, construção de barragens, recuperação de áreas degradadas, e principalmente eliminar as agressões em locais de preservação permanente , dentre outras.

Foram realizados levantamentos junto às comunidades do Rio Baunilha e a de São João Pequeno, uma vez que estão em situação de maior grau de dificuldade. Estão sendo realizados trabalhos com ações imediatas (construção de caixas-secas), e os de médio e longo prazo estão sendo elaborados. As ações de adequação das propriedades rurais, de conformidade com exigências legais, estão também sendo realizadas no Município.

1.4 Organização social

No que concerne à organização social, o município de Colatina apresenta graves deficiências. Apesar de possuir significativo número de associações de produtores rurais, sendo 20 ao todo, uma associação central; dois sindicatos (patronal e dos Trabalhadores Rurais) e uma Cooperativa de Agricultores Familiares – CAF, a grande maioria das associações existentes foram criadas com objetivos e intervenções políticas, apresentando resultados muito aquém das possibilidades, com poucas ações realizadas, o que amplia o já grande descrédito que o associativismo apresenta na região.

Atualmente Colatina conta com cerca de 20 associações de pequenos produtores rurais que apresentam fragilidade no desempenho de suas atividades, e em relação à consciência dos objetivos e da amplitude de sua atuação, ficando a maioria com caráter preponderantemente reivindicatório, sem planejamento concreto das atividades. São poucas as ações associativas empreendidas por estas associações. Atualmente é bastante comum no município, casos de iniciativas de produção de determinadas culturas que não obtiveram êxito com o empreendimento, devido a dificuldades de escoamento e comercialização em função das pequenas quantidades individuais, custo de frete, falta de regularidade na produção e outras dificuldades resultantes das ações individualizadas.

A atuação do ELDR Colatina junto às associações vem apresentando alguns resultados práticos no que concerne ao processo de organização das comunidades. Atualmente cerca de 10 associações estão realizando algumas ações associativas como compra conjunta de insumos e planejamento de ações e capacitação conjunta. O processo de ATER vem sistematicamente motivando os agricultores familiares na sua maior participação e envolvimento nas associações, principalmente em função dos resultados obtidos em termos de produtividade e economia na compra de insumos (chegando em alguns casos a ordem de 40%).

Aliado ao processo de organização existe a necessidade de capacitação dos produtores na gestão dos empreendimentos rurais. A grande maioria dos produtores rurais do município desconhece ou não realiza nenhum tipo de controle gerencial, ou mesmo utiliza alguma ferramenta sistematizada de administração rural, havendo dificuldades para a formação de preços e para controle de custos de produção e na condução e desenvolvimento das propriedades.

O processo de tomada de decisão se dá sem análises concretas e abrangentes de mercado, sem preocupação com viabilidade técnica dos projetos ou mesmo com as perspectivas em relação ao futuro da atividade, comprometendo, em alguns casos a continuidade dos projetos.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação dos Produtores Rurais de São Luiz da Barra Seca	São Luiz da Barra Seca	15 pessoas	Plantio coletivo de abacaxi.
2	Associação dos Produtores Rurais de Boapaba	Boapaba	20 pessoas	
3	Associação de Pequenos Produtores Rurais de São João da Barra Seca	São João da Barra Seca	23 pessoas	Máquinas de beneficiar café em comodato com estado.
4	Associação de Agricultores Familiares do Córrego Bom Jesus	Córrego Bom Jesus - Baunilha	24 a 26 pessoas	
5	Associação de Produtores Rurais do Vale de Boa Esperança	São Roque- Ângelo Frechiani	29 pessoas	Unidade de beneficiamento de café.
6	Associação de Produtores Rurais de Bela Aurora	Bela Aurora - Ângelo Frechiani	20 pessoas	
7	Associação de Pequenos Produtores de Cascatinha do Pancas	Cascatinha do Pancas - Ângelo Frechiani	18 pessoas	Secador de café de fogo indireto e máquina de beneficiamento doado pela SEAG para produção de café de qualidade.
8	Associação de Trabalhadores e Produtores Rurais de Floresta do Pancas	Floresta do Pancas – Ângelo Frechiani	Desativada Momentaneamente	Desativada Momentaneamente
9	Associação dos Produtores Rurais do Córrego Mattedi	Córrego Mattedi – Ângelo Frechiani	Desativada Momentaneamente	Desativada Momentaneamente
10	Associação de Pequenos Produtores Rurais e Meeiros de Farinha Seca, Ponte do Pancas e São Salvador	Ponte do Pancas	26 pessoas	Trator 4x4 e implementos em parceria com a SEAG
11	Associação de Produtores Rurais de Cascatinha do Milanezi	Cascatinha do Milanezi	29 pessoas	Secador de café de fogo indireto e máquina de beneficiamento doado pela SEAG para produção de café de qualidade.

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
12	Associação do Trabalhadores Rurais de São João Pequeno	São João Pequeno - Itapina	40 pessoas	Compra coletiva de insumos agrícolas
13	Associação de Produtores Rurais de Barra de São João Pequeno	Barra de São João Pequeno - Itapina	20 pessoas	
14	Associação de Pequenos Agricultores do Córrego do Almoço	Córrego do Almoço - Itapina	Cadastrados 60 pessoas, mas que freqüentam 25 pessoas	Participação nas atividades de produção da agroindústria da CAF.
15	Associação de Produtores de São Pedro Frio	São Pedro Frio – Itapina	30 a 35 pessoas	Compra coletiva de insumos agrícolas.
16	Associação dos Produtores Rurais de Barra de São Pedro Frio e São Julião	São Julião - Itapina	20 a 30 pessoas	
17	Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais do Córrego Estrela	Córrego Estrela	15 pessoas	Resfriador de leite comunitário
18	Associação de Agricultores Familiares do Córrego Boa Esperança	Córrego Boa Esperança - Itapina	20 pessoas	
19	Associação dos Produtores Rurais de Piabas e Jacarandá	Itapina	42 pessoas	Projeto de recuperação de nascentes do Rio São João Grande.
20	Associação de Produtores de Paul de Graça Aranha	Paul de Graça Aranha	30 pessoas	Compra coletiva de insumos agrícolas.
21	Associação de Produtores Rurais de São Pedrinho	São Pedrinho - Boapaba	20 pessoas	Máquina de beneficiar café
22	Associação de Produtores Rurais de Barra de Santa Júlia	Barra de Santa Júlia	20 pessoas	

Fonte: INCAPER/ELDR Colatina, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Sec. Municipal de Desenvolvimento Rural	EFETIVO: José Izidoro Rodrigues (presidente) SUPLENTE: Daniel Pereira de Araujo
2	Sec. Municipal de Saúde	EFETIVO: Maria do Carmo Binda SUPLENTE: Roberta Tatyane E. S. Figueiredo
3	Sec. Municipal de Educação	EFETIVO: Ana Paula Moscha Brumatti SUPLENTE: Ana Carla Loss Furlan
4	COMMASA- Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	EFETIVO: Lucas Henrique Caser Venturim SUPLENTE: Franciscarlos Azevedo Barros
5	INCAPER- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistêcia Técnica e Extensão Rural	EFETIVO: Euridis Baptisti SUPLENTE: José Carlos Grobério
6	IDAF- Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo	EFETIVO: Raoni Cezana Cipiano SUPLENTE: Tiago Augusto Monteiro de Oliveira
7	Câmara Municipal de Colatina	EFETIVO: Marlene Binda Covre SUPLENTE: Elimar José Alves da Costa
8	Sindicato Rural de Colatina	EFETIVO: Jorge do Nascimento Dias SUPLENTE: Adalto Cassaro
9	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina	EFETIVO: Maria Emília Brumat SUPLENTE: Laudeir Luiz Cassaro
10	APRUCOL- Associação dos Produtores Rurais de Colatina	EFETIVO: Anildo Cozer EFETIVO: Guilherme Ribeiro Giuberti SUPLENTE: Alvaro Alonso Margotto SUPLENTE: Olmeris Antônio Auer
11	Segmento da Agricultura Familiar	EFETIVO: Antônio Carlos Zanotelli EFETIVO: João Alexandre Morandi EFETIVO: Ercílio Braun EFETIVO: Judismar Tadeu Ferrari EFETIVO: Messias Alves dos Santos SUPLENTE: Cleber Chagas SUPLENTE: Edilberto Brochardt Jacob SUPLENTE: Idis Gonçalo da Silva SUPLENTE: Nivaldo Monteiro SUPLENTE: Gilberto Rodrigues Pereira

Fonte: INCAPER/ELDR Colatina 2010.

1.5 Aspectos econômicos

A agricultura de Colatina possui uma estrutura fundiária baseada em pequenas e médias propriedades onde 89% do total de estabelecimentos possuem menos de 100 hectares (ha). A atividade econômica das propriedades é baseada na cafeicultura e na pecuária.

Em seu processo histórico, a agricultura do município está fortemente marcada por dois fatores, a pequena propriedade familiar e a dependência em relação ao café. Seu desenvolvimento foi potencializado pela fertilidade natural do solo, uma vez que as matas nativas, abundantes no passado, davam lugar à cultura cafeeira e posteriormente a pecuária, atendendo ao ciclo café-mata-pastagens.

Durante a década de 60 (sessenta), devido a um complexo de crises sistêmicas que se abateram sob a cafeicultura, e em consequência disto, a política de erradicação de cafezais improdutivos implantada pelo IBC – GERCA, o ciclo de ocupação da terra (mata-café-pastagem) foi abreviado, as matas deram lugar à pecuária extensiva e a exploração de madeira, o que provocou a quase erradicação da cobertura vegetal nativa da região.

A retomada da cafeicultura na década de 70 (setenta), favoreceu, nos anos seguintes a exaustão do modelo de exploração, que, devido à política de incentivo ao cultivo em área com declividade acentuada, realizada sem a utilização de nenhum tipo de técnica de preservação configurou o quadro caótico de degradação ambiental no município.

A exploração cafeeira e a pecuária extensiva, em áreas com relevo acidentado sem adoção de práticas ou técnicas conservacionistas de manejo, aliado a cobertura deficiente do solo, causaram uma erosão laminar depreciando significativamente sua fertilidade. O desmatamento desordenado das cabeceiras das microbacias das matas ciliares e topos de morro permitiu o aumento da velocidade de escoamento das águas das chuvas, diminuindo a retenção da água pelo solo e alimentação dos lençóis freáticos e do volume de água oferecido pelas nascentes.

Nos anos subsequentes, a configuração de fatores como a queda da fertilidade do solo, a distribuição irregular das chuvas, diminuição do volume da água, baixo nível de organização social dos produtores, despreparo para a comercialização e a dependência em relação ao café e pecuária e a baixa qualidade e produtividade das culturas, provocaram o empobrecimento da grande parte das propriedades agrícolas, limitando a capacidade de investimento dos produtores, causando um efeito cíclico retroalimentado que delineia o atual contexto da agricultura Colatinense.

Atualmente algumas ações vêm sendo implantadas para contornar o problema hídrico do município como a construção de caixas secas e os projetos de reflorestamento e silvicultura, que já vem apresentando resultados positivos.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	5,23
Indústria	19,51
Comércio e Serviços	75,26

*Fonte:*http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Arroz	30	30	75	0	0
Banana	150	150	2250	15000	2250
Cacau	391	391	143	366	143
Café	12900	12300	17040	13853	170392
Cana	120	120	3000	25000	25000
Coco-da-baía	450	400	4080	10200	10200
Feijão – Safra 1	130	130	78	0	0
Feijão – Safra 2	80	80	62	3875	310
Goiaba	20	20	500	25000	25000
Laranja	30	30	120	4000	4000
Limão	15	15	240	16000	16000
Mandioca	90	90	1620	18000	18000
Manga	150	100	1000	10000	10000
Milho – Safra 1	800	800	1600	2000	2000
Pimenta	2	2	4	2000	2000
TOTAL	**15358**	**14658**	**31812**	**145294**	**185259**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade Pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Colatina	Bovino	68.596	69.446
	Suíno	5.060	5.120
	Caprino	650	640
	Ovino	660	650
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	19.250	19.200
	Galinha	27.300	27.380
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Colatina	Leite	11542	12510
	Ovos de Galinha	166	179
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	20	22

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	30
OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada	300
QUAIS?		Produtor Nº	100
ALEVINOS	TILÁPIA (X)	Área utilizada em ha	2,0
	OUTROS PEIXES (X)	Produção em Tonelada	---
	QUAIS? Tabacu, Pintado, Carpa, Vermelha, Carpa Capim, Dourado, Pirarucu	Produtor Nº	02

Fonte: INCAPER/ELDR Colatina 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	40
2	Artesanato	1 associação com 14 artesãos
3	Agroturismo	5 pesque-pague

Fonte: INCAPER/ELDR Colatina 2010.

A atividade econômica agrícola do município é capitaneada pelo café, em especial o conilon, sendo ele responsável por 88% da área total da cafeicultura. Apresenta uma produtividade média de 30 sacas por hectare, obtida em geral, com baixo nível médio tecnológico. Tal constatação se verifica devido ao fato de que os produtores rurais apesar de orientados tecnicamente ainda resistem a inovação tecnológica principalmente relacionada a fertilização das lavouras, e em alguns casos, defensivos e fertilizantes são utilizados de maneiras inadequadas.

Os riscos inerentes à produção são muito elevados, em razão da dependência em relação aos fatores climáticos, principalmente as chuvas que acabam, em muitos casos, determinando a produtividade das safras. A experiência de alguns produtores com implantação de sistema de irrigação, resultou em uma produtividade média 2,5 vezes maior por hectare. Neste sentido, cabe destaque ao processo de intervenção do ELDR nas comunidades. Em alguns casos, o processo de ATER, a adoção de técnicas de manejo e insumos resultou em saltos ainda maiores de produtividade chegando em alguns casos a produtividades superiores a 100 sacas por hectare.

A tecnologia agrícola empregada limita-se à utilização, em determinadas propriedades, de sementes e mudas selecionadas, adubação química e orgânica, plantio em nível, uso restrito de irrigação e mais limitado ainda de máquinas e implementos, que neste caso específico, é dependente dos equipamentos do Pronaf e da Secretaria Municipal de Agricultura.

A pecuária, segunda atividade agrícola do município, está inserida no mesmo contexto produtivo, ou seja, baixo nível tecnológico, manejo inadequado de rebanho e pastagens, animais com baixa capacidade genética de produção de leite, pastagens inadequadas, resultando em baixa produtividade. A área total de pastagens corresponde a 40 % da área cultivada do município.

O setor pecuário no município concentra-se, sobretudo na modalidade de “corte”. As áreas de pastagem somam 53 mil hectares, com predomínio do capim colonião. O município conta hoje com um dos maiores frigoríficos do país, o Frigorífico Rio Doce S/A - FRISA - que realiza a comercialização do gado de corte. O leite do município é destinado principalmente para cooperativas e laticínios da região. Algumas outras culturas também são desenvolvidas no município como o arroz, feijão, milho, cacau, banana, côco, goiaba, limão, graviola entre outros, onde a maioria não possui grande importância comercial, além de apresentar sérias dificuldades de escoamento e acesso a mercados. Estas dificuldades se dão principalmente em razão da pequena quantidade produzida individualmente, da falta de regularidade da produção, dos altos custos com frete e pelas dificuldades de comercialização no próprio município.

Outro segmento da agricultura que vem merecendo destaque no município de Colatina nos últimos anos é a fruticultura, com a produção da manga. Seu desenvolvimento vem sendo largamente incentivado devido às características edafoclimáticas favoráveis ao cultivo da fruta e em função do aumento da demanda do mercado e possibilidades de comercialização garantida, através da estruturação do Polo de Manga.

Existe grande expectativa quanto à absorção de parte, ou até mesmo de toda a produção da fruta, com o início do funcionamento da unidade de processamento de polpa de frutas da empresa Trop Brasil, situada no município de Linhares, distante apenas 50km de Colatina, através da nova rodovia, que está em fase de conclusão das obras. Em anos anteriores, especialmente em 2004, foi comercializada uma quantidade considerável da fruta produzida em Colatina para a fábrica de polpa Natures, localizada em Guacuí-ES e atualmente, empresas do ramo adquirem esta fruta de outras regiões do país ou até mesmo de outros países.

É importante salientar que existe uma preocupação em relação à estruturação do Polo de manga, principalmente quanto à organização dos produtores e sua gestão. Trabalhos vêm sendo feitos com êxito através de esforços conjuntos do Incaper, SEAG, SEBRAE, Cooperativa dos Agricultores – CAF, do Sindicato dos Trabalhadores,Secretarias Municipais de Agriculturas e a TROP Brasil, onde em 2008 foi criado o Grupo Gestor do Polo de Manga, que atualmente conta com a representação de 17 municípios tendo comercializado neste mesmo ano 1.000 toneladas de manga movimentando cerca de R$ 500 mil reais e beneficiando diretamente 600 produtores rurais de base familiar.

A aquicultura continental, principalmente a criação de peixes e camarões de água doce, é tratada hoje no município de Colatina, em sua maioria, como atividade suplementar, sem fins lucrativos e também como forma de aproveitamento de estruturas de retenção de água para irrigação. Alguns dos poucos produtores que tem na aquicultura sua principal fonte de renda encontram-se de certa forma, desestimulados principalmente em relação às condições de preço e logística da comercialização do produto e com o alto custo de produção.

A ausência de projetos de desenvolvimento, ações de assistência técnica e principalmente obstáculos para a comercialização do pescado são fatores que estão contribuindo para o não desenvolvimento da aquicultura neste município. O setor pesqueiro do município conta com uma colônia e uma associação de pescadores. Este setor passa por dificuldades devido ao assoreamento do Rio Doce e também pela baixa organização dos pescadores. O fortalecimento do setor só será possível através de ações de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida e geração de trabalho e renda.

Em relação à agroindústria, o município possui uma de multiprocessamento de polpas congeladas e uma de processamento de leite, outras enfrentam dificuldades em relação ao escoamento e comercialização da produção e em relação à adequação às normas sanitárias e obtenção do serviço de inspeção municipal - SIM. A agregação de valor aos produtos por meio das agroindústrias constitui-se em uma importante alternativa econômica que vem mostrando resultados positivos em outras regiões do estado, mas que, ainda precisa ser melhor trabalhada no município. Os principais produtos produzidos são derivados do leite, embutidos e defumados, bebidas e doces. A comercialização é feita principalmente no próprio município, em feiras ou sob encomenda, salvo alguns casos que são comercializados para outros estados.

Um outro segmento que vem ganhando destaque no município é a silvicultura, que nos últimos anos vem se firmando cada vez mais como alternativa econômica para o produtor rural. O programa de fomento da Aracruz Celulose e as iniciativas dos próprios produtores vêm incentivando e expandindo o plantio de eucalipto em todo o estado, e também no município de Colatina.

1.6 Aspectos turísticos

São poucas as iniciativas em relação às atividades não agrícolas como o turismo e artesanato (na acepção conceitual de artesanato). O município possui potencial para o agroturismo (região de São Pedro Frio), mas, porém, ainda não há na região empreendimentos turísticos, e nem infraestrutura para receber os turistas, apesar de alguns produtores demonstrarem interesse no assunto. Recentemente, foram realizadas capacitações em turismo rural, onde a partir destas um grupo de produtores está se organizando para a estruturação de roteiros turísticos na região de Baunilha.

No que concerne ao artesanato (trabalhos manuais), o mesmo é produzido na zona rural de maneira dispersa não apresentado características histórico-culturiais marcantes. Os principais produtos são panos de prato, crochê, cestaria, pintura entre outros, que são em quase sua totalidade, comercializados em feiras na própria região ou no município, porém apresentando dificuldades neste processo. Existe na sede do Município uma associação de artesanato composta por 14 artesões.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 11 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Cascatinha do Milanezi	Agricultores familiares	17/09/2010	12
2	Ponte do Pancas e farinha Seca	Agricultores familiares	17/09/2010	12
3	Boa Esperança/São Roque/Bela Aurora	Agricultores familiares	06/2010	18
4	São João Pequeno	Agricultores familiares	11/11/2010	34

Fonte: INCAPER/ELDR Colatina 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município. Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente
• **Problemas** - Conflito pelo uso de água (São João Pequeno e Baunilha) - Uso intenso de agrotóxicos - Desmatamento em áreas de preservação - Falta de recolhimento de lixo - Uso de irrigação de consumo excessivo de água - Seca prolongada - Nascentes desprotegidas - Estradas mal locadas - Falta de caixas secas nas lombadas e carreadores - Pastagens erodidas - Barragens irregulares • **Potencialidades** - Nascentes - Belezas naturais - Remanescentes de matas - Interesse pelos agricultores em preservação - Udo de equipamentos da secretaria para a construção de obras - Participação dos produtores através do TAC - Disponibilidade para treinamento sobre uso da água - Interessados no programa campo sustentável probores

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Baixa produtividade e rentabilidade das lavouras de café
- Poucas opções de comercialização
- Alto custo de insumos
- Baixa produtividade e rentabilidade da pecuária leiteira
- Poucas opções de renda para mulheres rurais
- Pouca disponibilidade de máquinas agrícolas para AF
- Doenças nas lavouras
- Baixa informação sobre a comercialização via CEASA
- Pouca informação sobre PAA
- Pastagens degradadas
- Pouca opção de produção
- Alimentação (Rebanho)
- Falta de local para armazenamento de café
- Mão de obra rural

- **Potencialidades**

- CEASA
- PAA
- Merenda escolar
- Linhas de credito – Pronaf
- Cooperativa de agricultores familiares
- Polo de manga e diversificado de frutas
- Localização Geográfica
- Interesse em lavouras de cacau
- Progenético
- Controle Sanitário (Idaf, SIM)
- Conab
- Produtores interessados em uva
- Associação de criadores de ovinos

Social

- **Problemas**

- Falta de estruturas de lazer no meio rural
- Associações pouco organizadas
- Produtores desestimulados
- Falta de mão de obra rural
- Ociosidade de mulheres rurais
- Poluição de rios
- Capacitação em enxertia de uva e cacau
- Compra e venda coletiva de produtos

- **Potencialidades**

- Numero expressivo de associações
- Pouco grupo de mulheres
- Jovens em escola família
- Escola agrotécnica
- Estrutura da secretaria municipal
- Presença de credsol
- Cenapruc
- CMDR e CODETER
- Presença de dois sindicatos (rural e patronal)
- Comitê de bacias hidrográficas
- Quatro comunidades treinadas no curso da cultura de cooperação (Culti-Coop)
- Expocol
- Sete assentamentos

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Colatina

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	850
Assentados	20
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	30
Outros Públicos	
Somatório	**900**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	50
Projeto Contratado	30
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	5
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	4
Inclusão/Apoio a feiras	2
Inclusão/Apoio outros mercados	1
Organização e gestão da comercialização	3

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	700	150	300	25	40	0	1	1	0	10	1	3	0	1	0	0	0	0	0
Fruticultura	293	149	201	26	20	1	2	-	1	10	5	10	7	-	-	-	-	-	-
Olericultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	30	10	15	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	68	25	40	6	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Pesca e Aquicultura	32	20	22	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	166	99	76	11	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	113	74	108	10	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	30	13	15	3	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		7	11	13	4	-	3	-	-	4	-	2	1	-	-	-	2	-	-
Somatório	**1432**	**547**	**788**	**97**	**64**	**1**	**14**	**1**	**1**	**25**	**6**	**15**	**8**	**2**	**0**	**0**	**2**	**1**	**1**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EMATER/RS – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica Rural e ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Técnica Rural. Fichas pedagógicas, coordenadas por Alberto Bracagioli, Porto Alegre. Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania: sub-programa de desenvolvimento rural sustentável enfoque agroecológico; n°04. (2002).

GEIFUS, Frans. 80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San Salvador: Prochalate-IICA. (1997). 208p.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IJSN – Instituto Jones Santos Neves.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

NOVO PEDEAG -2007/2025 - Plano Estratégico da Agricultura Capixaba. Disponível em http://www.incaper.es.gov.br. Acesso em 10/10/2007.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. (2009) Município de Colatina.

PLANO PLURI ANUAL DO MUNICÍPIO DE COLATINA.

IDAF – Cartografia.

INCAPER- Mapas das Unidades Naturais do Estado do Espírito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

ECOPORANGA

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Ecoporanga

Alice Cristina Bitencourt Teixeira

Elza de Souza Lima

Angelita Maria Vicente

Geraldo Francisco Costa

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Associações de Produtores Rurais

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ecoporanga

Secretaria de Agricultura de Ecoporanga

Sindicato Patronal de Ecoporanga

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ecoporanga

CEMAFC- Central Municipal das Associações de Agricultores Familiares e Associações afins de Ecoporanga

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

João Carlos Juliatti (MDR Extremo Noroeste)

Samir Serodio Amim Rangel (Assessor Técnico)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

O município de Ecoporanga está localizado no noroeste do estado do Espírito Santo, a uma latitude sul de 18º 22` 16”e uma longitude oeste de Greenwich de 41º 50` 01”. Limita-se ao norte e a oeste com o estado de Minas Gerais, ao sul com os Municípios de Água Doce do Norte, Barra de São Francisco e Vila Pavão e a leste com Mucurici e Nova Venécia. Possui uma área de 2294,52 km^2, com sede a uma altitude de 200 m, distando da Capital do Estado 322 km, e do Centro Regional mais próximo (Barra de São Francisco) 56 km.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

Originalmente a área do município era revestida pela floresta estacional, semidecídua, representada por prolongamento da floresta atlântica de planície e encosta, em direção ao interior. Esta vegetação primitiva foi profundamente alterada, com o desbravamento e colonização do território de Ecoporanga, que teve início com o extrativismo de madeira seguido pelo avanço de duas frentes agropastoris pioneiras. O primeiro ciclo econômico a atuar na região foi o extrativismo de madeira, com a posterior introdução da cafeicultura na década de quarenta do século XX chamada de “Febre do Café”.

Com a decadência da cafeicultura houve a erradicação dos cafezais de baixa produtividade, cedendo lugar às pastagens que passaram a constituir a paisagem quase exclusiva do município. Atualmente a economia esta baseada nas poucas lavouras de café existentes, na pecuária de leite e carne e extração de granito. A criação do município teve início no ano de 1937 quando Jacinto Antônio Dias, um dos primeiros colonizadores, doou uma área de terra, com 28 ha, na qual hoje está instalada a sede do Município. Inicialmente denominado Patrimônio do Quinze.

Divergências de ordem política entre os seus habitantes na escolha do local para a sede do Município conturbaram a vida da região e provocaram um atraso no processo de instalação do município de Ecoporanga. No entanto, em 24 de dezembro de 1948, o município de Ecoporanga foi criado pela Lei nº 167 e teve sua instalação em 08 de abril de 1955.

Os marcos tradicionais do município são três: O grupo de capoeira, no distrito de Santa Luzia do Norte, que realiza intercâmbios culturais, inclusive com outros países; A festa de São José Operário, que ocorre na sede do Município no do dia 1° de Maio, com desfile de cavaleiros; A festa do roubo da bandeira, que ocorre no Distrito da Prata dos Baianos no mês de junho;

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

Ecoporanga tem 12 distritos, sendo eles: Imburana, Cotaxé, Muritiba, Santa Luiza, Joaçuba, Itapeba, Ribeirãozinho, Prata dos Baianos, Santa Rita, São Geraldo, Dois de Setembro, Santa Terezinha.

Ecoporanga conta também em seu núcleo urbano com os bairros: Centro, Vila Nova, Homero Amante, Vale Encantado, Divino Espirito Santo, Benedita Monteiro, Valtinho Figueiredo entre outros.

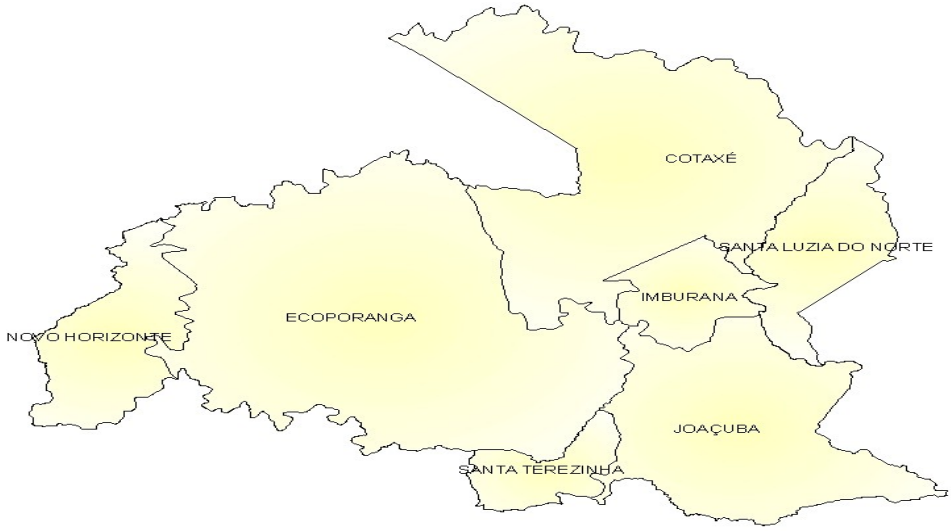


Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Ecoporanga ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 61º lugar (0,695), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**14779**
Homens	7091
Mulheres	7688
Rural	**8433**
Homens	4475
Mulheres	3958

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Ecoporanga módulo fiscal equivale a 50 hectares.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Projeto de Assentamento Miragem	INCRA	213
2	Projeto de Assentamento Franqueza e Realeza	INCRA	100
3	Projeto de Assentamento Sete Família	INCRA	7
4	Projeto de Assentamento Boa Vista	INCRA	57
5	Projeto de Assentamento Lírio dos Vales	INCRA	30
6	Assentamento Vale Ouro	SEAG	30
7	Assentamento Bom Jesus	SEAG	15
8	Assentamento Vinte e Dois de Julho	SEAG	12
9	Terra Nossa	Crédito Fundiário	38
10	Amigos de Montanha	Crédito Fundiário	33

Fonte: INCAPER/ELDR Ecoporanga, 2010.

As pequenas propriedades e minifúndios correspondem a aproximadamente 34,7 % da área do município. Já os imóveis de grande e médio porte ocupam mais da metade da área do município, o correspondente a 65,3%. Este tipo de estrutura resultou em vários assentamentos na região.

Observamos que a agricultura familiar ocupa as terras agricultáveis do município, seja na condição de proprietário, principalmente dos minifúndios e pequenas propriedades, seja na condição posseiros ou na forma de contrato para exploração agropecuária.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Ecoporanga	1.529	782	49	44	2.404

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

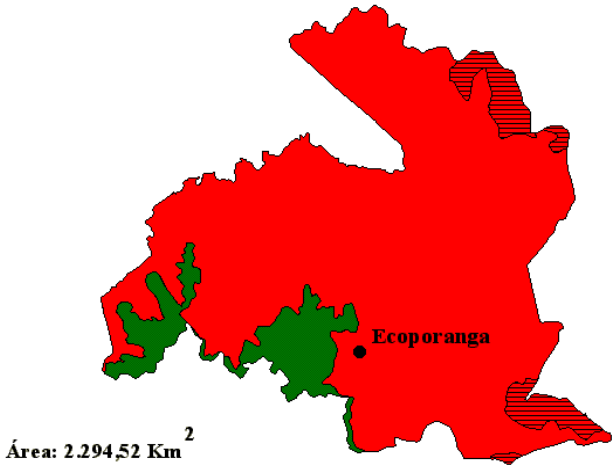
1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

O município de Ecoporanga possui precipitação média de 1325 mm por ano, com concentração no período que vai de outubro a março, destacando os meses de novembro e dezembro. Apresenta pequeno déficit hídrico por ano se compararmos as precipitações e as evapotranspirações médias ao longo dos anos. O clima é quente e úmido, com média das temperaturas máximas em 29ºC e mínimas de 19,1ºC, e variações não superiores a 14 ºC em intervalo de 24 horas. Os solos predominantes são de fertilidade variando de média a baixa, com PH em torno de 5,0 e são classificados como latos solo vermelho amarelo distrófico. Possui 60,27% de suas áreas com declividade entre 30 e 100%, 39,08% abaixo de 30% de declividade e 0,65% acima de 100% de declividade.

A bacia que compõe a paisagem hidrográfica do município é a do rio São Mateus, cuja área é de 2093 km^2, destacando-se como principais rios: Dois de Setembro, do Norte ou Braço Norte do São Mateus e 15 de Novembro.

Figura 2 – Zonas naturais do município



ZONAS NATURAIS			ÁREA (%)
Zona 2		Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas	9,50
Zona 6		Terras quentes, acidentadas e secas	85,30
Zona 9		Terras quentes, planas e secas	5,20

Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

Algumas características das zonas naturais[1] do município de Iconha

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	N° meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 2: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Chuvosas**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	3,5	U	P	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U
Zona 9: **Terras Quentes, Planas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	< 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;
[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

O município é marcado por cachoeiras e pedras de grande beleza.

Além do mais a pecuária realizada de forma extrativista tem levado a degradação de pastos e solo, causando grandes dados ao meio ambiente. Nos últimos anos tais danos ambientais têm sido intensificados com a introdução da exploração desordenada do granito.

1.4 Organização social

No município existem atualmente 39 associações ligadas aos interesses da agricultura familiar, uma ONG (ASPAME - Associação Para Um Mundo Melhor) e outra em formação (R+1 - Resgatando Mais Um), dois sindicatos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Rural de Ecoporanga) e recentemente foi criada a Central Municipal das Associações de agricultores Familiares e associações afins de Ecoporanga (CEMAFEC), na qual estão associadas 14 associações de produtores de Ecoporanga. A CEMAFEC encontra-se vinculada ao Conselho Regional da Agricultura Familiar e Agroecologia da Região Noroeste, que envolve os municípios de Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Alto Rio Novo e Mantenópolis.

Apesar de existirem um número bem expressivo de associações de produtores, percebem-se algumas lacunas na sua organização e gestão. Muitas associações têm um histórico ligado ao assistencialismo e "compadrio" político, o que dificulta a realização de um trabalho mais sistemático e organizado em torno dos princípios do associativismo.
Contudo, percebe-se um amadurecimento político, que teve inicio após a criação da ASPAME e alavancou com a criação do Conselho Regional da Agricultura Familiar e Agroecologia da Região Noroeste que resultou na criação da CEMAFEC. Tem se notado a partir destas organizações um desenvolvimento de trabalhos de formação política e técnica dos associados, além de realizarem e vincularem projetos de desenvolvimento sustentável para a região, como o PAA e a implantação de um pólo de produção de uva na região.

Neste sentido, uma das nossas metas é aperfeiçoar a gestão dessas associações, disponibilizando uma ATER pública que esteja vinculada aos interesses e anseios dos agricultores familiares, ponto este já salientado pelo Novo PEDEAG como uma das estratégias de desenvolvimento, não só do município como da região Noroeste.

Os agricultores familiares deste município contam ainda com o Sindicato Rural (patronal), que é um parceiro efetivo do ELDR na promoção do programa de capacitação rural do SENAR e o Sindicato dos trabalhadores rurais que ainda não possui um trabalho bem sincronizado com o ELDR, trabalhando de maneira mais individual.

Vale ressaltar que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é pouco atuante, no que diz respeito a ações planejadas no desenvolvimento do município,

havendo a necessidade de elaboração de emendas na lei de criação do conselho para torná-lo mais democrático e também da elaboração de um regimento interno para seu melhor funcionamento.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora das Graças	Córrego Osvaldo Cruz	32	* Realiza venda conjunta de leite dos produtores que entregam leite nos resfriadores da associação. * As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: -1 tanque resfriador de 2000 litros e outro de 1500 litros, em comodato com a SEAG. -1 botijão de sêmen em comodato com a SEAG. - 1 secado de café em comodato com a SEAG. - 1 máquina de pilar café em comodato com a SEAG. * A associação também realiza compra conjunta de insumos.
2	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Cº do Divino	Córrego do Divino	----------	* Associação no momento desarticulada.
3	Associação de Pequenos Produtores Ruais do Cº da Lage	Córrego da Lage	23	*Realiza venda conjunta de leite dos produtores que entregam leite nos resfriadores da associação. * As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: - 1 tanque resfriador 2000 litros, adquirido com recurso do Pronaf infraestrutura via prefeitura. - 1 junta de boi, adquirido via prefeitura com recurso da Secretaria de Agricultura. - 1 arado, adquirido com recurso próprio. - 1 botijão de sêmen adquirido em comodato com a SEAG. - 1 máquina de beneficiar arroz adquirido em comodato com a SEAG. * A associação também realiza compra conjunta de insumos.
4	Associação de Peq. Produtores Rurais do Cº da Invejada e Arredores	Córrego Invejada	----------	* Associação no momento desarticulada.
5	Associação de Pequenos Produtores Rurais da Muritiba	Muritiba	60	* A atividade coletiva mais importante realizada pela associação é a venda conjunta de leite , a qual viabilizou a atividade principal desenvolvida pela comunidade, a qual se encontra a 60 Km de estrada não pavimentada, da sede do município.

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
6	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Cº Dois de Setembro	Dois de Setembro	35	* As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: - 2 tanques resfriadores de 2000 litros cada, adquiridos com recurso próprio - 4 tanques resfriadores, sendo 1 de 1000 litros, 1 de 1500 litros e 2 de 2000 litros, em comodato com a SEAG. -1 trator com grade niveladora e arado, em comodato com a SEAG. - 1 moto adquirida com recurso próprio. - 1 botija de sêmen doado pela casa do adubo. * A associação realiza compra conjunta de insumos. * Pode ser considerada como uma associação bem articulado, com um presidente atuante. * Realiza venda conjunta de leite dos associados que entregam leite no tanque da associação. * As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: -1 tanque resfriador de 2000 litros, em comodato com a SEAG. -1 cultivador, com carroça tracionada, enxada rotativa, roçadeira frontal, em comodato com a SEAG. * A associação realiza compra conjunta de insumos. * Entrega para o PAA, em articulação com a CEMEFC. * A associação é bem articulada e possui um presidente atuante.
7	Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais das comunidades Pratinha e Barbosa	Não possui sede própria, as reuniões são realizadas de forma alternada nas comunidades Pratinha e Barbosa	40	* Realiza venda conjunta de leite . *As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: - 4 tanques coletivos de 1000 litros e 1 tanque coletivo de 1500 litros, em comodato com a SEAG. * A associação também realiza compra conjunta de insumos.
8	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Imburana (APEPRI)	Imburana	38	* Realiza venda conjunta de leite dos associados que entregam leite no tanque da associação . *As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são:

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
				- 4 tanques resfriadores, sendo 3 de 2000 litros e 1 tanque coletivo de 1000 litros, em comodato com a SEAG. - 1 botijão de sêmen em comodato com a SEAG. -1 tratos agrícola sem implementos, em comodato com a SEAG, que no momento ainda não está sendo utilizado. -1 secador em comodato com a SEAG. * A associação também realiza compra conjunta de insumos. * A associação parece ter um boa articulação.
9	Associação de Agricultores Familiares do Córrego Santa Rita (AAFCSR)	Córrego Santa Rita	20	* Realiza venda conjunta de leite. * A associação também realiza compra conjunta de insumos. * A associação existe desde 2003, mas foi documentada em 2010.
10	Associação de Pais e Amigos da Escola Família Rural	Escola família Rural-Paraíso	60 pais dos alunos, 2 produtores da comunidade e e monitores da escola	*A associação executa a administração da Escola Família Rural.
11	Associação dos Produtores de Ecoporanga - ASPEC	Ecoporanga	25	* A principal atividade realizada pela ASPEC é a fabricação própria de sal mineral, proteinado, ração balanceada e a compra conjunta de insumos. A unidade de produção de sal mineral, proteinado e ração foi adquirida com recursos próprios e está atendendo uma demanda anual de aproximadamente 200 toneladas de mineral e proteinado, a um custo de 20 a 30% menor sob o valor praticado no mercado. Nas compras conjuntas tem-se conseguidos preços em média 10% inferior ao praticado no comércio local, chegando até a 40% na compra de sêmen. * A ASPEC já realizou comercialização conjunta do leite, mas no momento não está realizando. *As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: - 1 trator, em comodato com a SEAG, que é utilizado coletivamente e não atende a demanda. Os implementos, grade aradora, controle remoto, e duplagem dos pneus trazeiros, foram adquiridos com recurso próprio. - Equipamentos com: misturador, balança, etc, para fabricação de mineral e ração, que também foram adquiridos com recurso próprio.

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
				* A ASPEC possui dois funcionários com carteira assinada, um tratorista e um operador da unidade de produção de sal mineral e ração. * A ASPEC também possui um contrato de plano de saúde com a UNIMED em benefício aos associados. * Hoje está filiada a ASPEC, a associação do córrego da lage, a qual usufrui dos benefícios oferecidos pela ASPEC. A associação filiada, é representada na ASPEC pelo seu presidente atual, o qual é responsável por repassar as informações e recursos também necessários a ASPEC. * A ASPEC possui 12 anos desde a sua criação, e pode ser considerada como atuante é bem articulada.
12	Associação dos Produtores Rurais de Prata dos Baianos - ASPRATA	Prata dos Baianos	25	* A associação realiza a venda conjunta de leite dos produtores que entregam leite nos tanques da associação . * As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: - 2 tanques resfriadores de 1000 litros e 2 de 2000 litros em comodato com a SEAG. -1 trator, sem implemento, em comodato com a SEAG, que ainda não está sendo utilizado. -1 botijão de sêmen, em comodato com a SEAG, que está sendo utilizado coletivamente. * A associação realiza compra conjunta de insumos..
13	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Cº Peixe Branco	Córrego Peixe Branco	25	* Realiza venda conjunta de leite. * As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: - 1 tanques resfriador de 1000 litros, em comodato com a SEAG - 1 botijão de sêmen, em comodato com a SEAG. * A associação realiza compra conjunta de insumos.
14	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Cº do Bonfim	Córrego do Bom Fim	----------	* No momento está desarticulada.
15	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Cº da Mumbuca	Córrego da Mumbuca	12	* A associação realiza compra conjunta, quando existe apoio da prefeitura.
16	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Cº Pedra Bonita	Córrego Pedra Bonita	15	* Realiza venda conjunta dos produtores que entregam leite no tanque da associação. * As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: - 1 tanque resfriador de 2000 litros em comodato com a SEAG.

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
17	Associação de Peq. Produtores Rurais do Cº Carrapatinho - APRUC	Assentamento Miragem	23	-1 secado de café em comodato com a SEAG. -1 trato sem implemento, que no momento não está sendo utilizado, em comodato com a SEAG. -1 botijão de sêmen em comodato com a SEAG. * As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: - 1 máquina de pilar café, em comodato com a prefeitura. - 1 cultivador, sem implemento, que no momento não está sendo ainda utilizado, em comodato com a SEAG. * A associação realiza compra conjunta de insumos.
18	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Miragem - ASAFAMI	Assentamento Miragem	46	* As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: - 1 botijão de sêmen coletivo, em comodato com a SEAG. * A associação realiza compra conjunta de insumos.
19	Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Miragem - APARFAM	Assentamento Miragem	15	-Associação com dificuldades de articulação.
20	Associação de Peq. Produtores Rurais do Assentamento Boa Vista	Assentamento Boa Vista	53	* No momento ainda não realizam compra e venda coletivamente. * A associação possui 1 tanque de 1000 litros, em comodato com a SEAG, em processo de instalação, para realização de venda de leite conjunta.
21	Associação de Peq. Produtores Rurais do Assentamento Bom Jesus - ASTRABOM	Assentamento Bom Jesus	20	* No momento ainda não realizam compra e venda coletivamente. * A associação possui um tanque de 1000 litros, em comodato com a SEAG, em processo de instalação, para realização de venda de leite conjunta.
22	Associação Peq. Prod. Rurais do Assentamento Vale Ouro	Assentamento Vale Ouro-Grupo 1	16	* A associação realiza compra conjunta. * A associação possui um resfriador de 1000 litros, em comodato com a SEAG, ainda em instalação.
23	Associação dos Agricultores Familiares dos Três Córregos - AAFATREC	Não possui sede e as reuniões são realizadas de forma	15	* Entrega para o PAA, em articulação com a CEMEFC.

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
		alternada nos córregos, do café, gavião e divino.		
24	Associação dos Agricultores e Moradores do Cº Boa Vista	Córrego Boa Vista	17	* Compra conjunta de milho da CONAB, com suporte de STR. * Venda de leite conjunta dos produtores que entregam leite nos tanques da associação.
25	Associação de Peq. Produtores Rurais do Cº da Dourada	Córrego da Dourada	----------	* No momento se encontra desarticulada.
26	Associação Para um Mundo Melhor – ASPAME	Sede - Ecoporanga	40	* Atualmente a ONG está realizando as seguintes atividades: -O cadastramento das famílias carente e também distribuição dos produtos do PAA. - Trabalhando a mobilização da comunidade para implantação de uma EFA de ensino médio em Ecoporanga. * A ONG está credenciada na rede de apoio do programa nacional do crédito fundiário e possui convênio com o banco do Brasil e Nordeste para elaboração de projetos de crédito rural.
27	Central Municipal das Associações de Agricultores Familiares e Associações Afins de Ecoporanga - CEMAFEC	Sede - Ecoporanga	23 Associações	*Está associada a Central as seguintes associações: 1 - Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora das Graças 2 - Associação de Pequenos Produtores Rurais da Muritiba 3 - Associação de Pequenos Produtores Rurais do Cº Dois de Setembro 4 - Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais das comunidades Pratinha e Barbosa 5 - Associação de Agricultores Familiares do Córrego Santa Rita (AAFCSR) 6 - Associação dos Produtores de Ecoporanga – ASPEC 7 - Associação dos Produtores Rurais de Prata dos Baianos – ASPRATA 8 - Associação de Pequenos Produtores Rurais do Cº Peixe Branco 9 - Associação de Pequenos Produtores

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
				Rurais do Cº do Bonfim 10 - Associação de Pequenos Produtores Rurais do Cº da Mumbuca 11 - Associação de Pequenos Produtores Rurais do Cº Pedra Bonita 12 - Associação de Peq. Produtores Rurais do Cº Carrapatinho – APRUC 13 - Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Miragem – ASAFAMI 14 - Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Miragem – APARFAM 15 - Associação de Peq. Produtores Rurais do Assentamento Boa Vista 16 - Associação de Peq. Produtores Rurais do Assentamento Bom Jesus – ASTRABOM 17 - Associação dos Agricultores Familiares dos Três Córregos – AAFATREC 18 - Associação dos Agricultores e Moradores do Cº Boa Vista 19 - Associação de Peq. Produtores Rurais do Cº da Dourada 20 - Associação dos Moradores do Bairro Residencial Alvorada 21 - Associação para um Mundo Melhor-ASPAME 22 - Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Vinte e Dois de Julho 23 - Associação Comunitária Terra Nossa * Elabora projetos de comercialização para o PAA e Merenda Escolar. Para o PAA foi comercializado o valor de R$ 126.000 e para a Merenda Escolar o valor de R$ 14.000 até o momento. Está para ser comercializado mais R$ 120.000 via PAA e R$ 84.000 via Merenda Escolar. * Apoio a implantação da cultura da uva na região, visando estimular a diversificação e produção de alimentos na região.
28	Associação de	Córrego	35	* A associação realiza a venda conjunta de

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
	Pequenos Produtores Rurais do Córrego Paraíso - APRACPA	Paraíso		leite . *As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: - 1 tanques resfriadores de 1500 em comodato com a SEAG. * A associação realiza compra conjunta de insumos.
29	Associação Comunitária Terra Nossa	Muritiba	38	* Associação sem muito poder de atuação na produção e comercialização, devido a irregularidade dos assentados do crédito rural.
30	Associação Amigos de Montanha	Imburana	33	* Associação sem muito poder de atuação na produção e comercialização, devido a irregularidade dos assentados do crédito rural .* Associação pouco articulada.
31	Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Vinte e Dois de Julho	Assentamento Vinte e Dois de Julho	25	* Associação pouco articulada.
32	Associação de Pequenos Produtores do Assentamento Vale Ouro e Arredores - APAVOA	Assentamento Vale Ouro – Grupo 2	12	* A associação realiza compra conjunta.
33	Associação dos Pequenos Agricultores do Córrego Vermelho	Assentamento Sete Famílias	12	* A associação realiza compra conjunta. * As Máquinas, equipamentos e implementos utilizados coletivamente são: - 1 secador, em comodato com a SEAG.
34	Associação de Moradores Amigos e Pequenos Produtores Rurais de Santa Tereza	Santa Terezinha	15	* Possui um secado de café, em comodato com a SEAG, que ainda não foi instalado para ser utilizado.
35	Associação de Produtores Rurais do Córrego Osvaldo Cruz (APROC)	Córrego Osvaldo Cruz	38	* A associação realiza compra conjunta de insumos.
36	Associação Fazenda Franqueza Realeza	Assentamento Franqueza e Realeza	64	* A associação foi criada recentemente e as atividades realizadas coletivamente ainda não estão bem consolidadas.
37	Conselho Regional de Agroecologia da Região Noroeste 2	Barra de São Francisco – Sede	5 municípios (Ecoporanga, Barra de São Francisco, Mantenópol	* Articulações com o governo do estado, prefeituras, associações de produtores e entidades afins, no sentido de fomentar o desenvolvimento da agroecologia e da agricultura familiar.

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
			is, Alto Rio Novo, Água Doce Norte), e cada município com 4 conselheiros.	
38	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Ecoporanga - sede	----------	* Emissão de carta de aptidão. * A aposentadoria.
39	Sindicato Rural de Ecoporanga	Ecoporanga - sede	----------	* Fornecimento de cursos pelo SENAR * Leilão de animais.

Fonte: INCAPER/ELDR Ecoporanga, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Escola Familia	EFETIVO: Milton Vieira Roas SUPLENTE:
2	Associação Pigorete	EFETIVO: José Pigorete SUPLENTE:
3	ASPRATA	EFETIVO: Luiz Alves Ferreira SUPLENTE:
4	Associação Muritiba	EFETIVO: Edson Pereira SUPLENTE:
5	Associação Imburana	EFETIVO: Alicerio Denard SUPLENTE:
6	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	EFETIVO: José Galdino Pereira SUPLENTE:
7	Secretaria de Educação	EFETIVO: Manoel Vieira SUPLENTE:
8	Secretaria de Saúde	EFETIVO: Ricardo Maia SUPLENTE:
9	Incaper	EFETIVO: Alice Cristina Bitencourt Teixeira SUPLENTE:
10	Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais das Comunidades Pratinha e Barboda	EFETIVO: Luiz Rogerio Lessa dos Santos SUPLENTE:
11	Secretaria de Agricultura	EFETIVO: Nilson Pimentel de Araujo SUPLENTE:
12	BANESTES	EFETIVO: Ronaldo Viana SUPLENTE:
13	Câmara Municipal de Vereadores	EFETIVO: José Brochine Serra SUPLENTE: Valdir Baia

Fonte: INCAPER/ELDR Ecoporanga, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

A economia local tem como principais atividades a pecuária de corte e leiteira e a cafeicultura. Ecoporanga destaca-se como o maior produtor de leite do estado, com produção em torno de cento e vinte mil litros dia, bem como, possuidor do maior efetivo pecuário bovino do Espírito Santo, com 202.917 cabeças (IDAF, 2009). Segundo um levantamento realizado em 2009 pelo ELDR, é comercializado no município em torno de 850 litros dia de forma informal, o qual é destinado a residências e padarias locais.

Da produção local somente 33% é industrializada no município, sendo deste, 87% pela Indústria e Comércio Laticínio Vista Nova LTDA, localizado no distrito Prata dos Baianos, e o restante por sete agroindústrias, localizadas no Córrego vermelho, Juaçuba, Ribeirãozinho e Imburana. O restante da produção do município, 77% é industrializado por laticínios e cooperativas localizadas em Minas e Espírito Santo, gerando emprego e renda em outros municípios e estados. O município possui em torno de 110 refreadores de leite e como compradores as seguintes empresas e cooperativas: Capel, Veneza, Colatina, Damare, Vale do Mucuri, Terra Boa e Ibituruna. Também nos últimos anos a extração de granito tem crescido no município, se tornando uma das principais atividades de importância econômica e social.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	31
Indústria	20,36
Comércio e Serviços	48,65

Fonte:http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Arroz	80	80	240	0	0
Banana	50	50	650	13000	650
Borracha	25	10	20	2000	20
Café	1400	1300	1161	1527	1985
Cana	240	240	12480	52000	12480
Feijão – Safra 1	40	40	29	0	0
Feijão – Safra 2	60	60	36	0	0
Laranja	5	5	40	8000	40
Limão	5	5	80	16000	80
Mandioca	90	90	1350	15000	1350
Manga	5	5	50	10000	50
Milho – Safra 1	40	40	64	1600	64
TOTAL	**2040**	**1925**	**16200**	**119127**	**16719**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Ecoporanga	Bovino	215.803	214.505
	Suíno	2.610	2.670
	Caprino	300	320
	Ovino	3.400	3.300
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	11.500	11.250
	Galinha	9.700	9.750
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Ecoporanga	Leite	27201	29247
	Ovos de Galinha	56	56
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	4	4

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	7 (Laticínios) e 3 (Alambiques)
2	Artesanato	1 localizado na SEDE
3	Agroturismo	2 Localizados em Juaçuba e Dois de Setembro

Fonte: INCAPER/ELDR Ecoporanga, 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

O município é marcado por cachoeiras e pedras de grande beleza, no entanto não há cultura na região para desenvolvimento do turismo e a distancia dos grandes centros tem dificultado esta exploração.

A administração atual possui planos de trabalhar o turismo na região a partir da criação de um parque, motivado pelos resultados alcançados em municípios próximos como Mucurici. O Município de Ecoporanga possui uma cobertura de 3% de floresta Mata Atlântica.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

Tabela 10 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Todas comunidades/Ecopranga-sede	Produtores e representantes das suas entidades organizadas	19/11/09	7
2	Comunidade Bom Fim e Peixe Branco	Produtores rurais	20/11/09	15
4	Representantes de todas comunidades/Sede	Produtores e representantes das suas entidades organizadas	2008	20

Fonte: ELDR de Ecoporanga - INCAPER

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município. Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente

- **Problemas**

- Município em processo de Desertificação
- Desrespeito ao Meio ambiente no meio rural.

- **Potencialidades**

- Recursos Hídricos ainda Suficiente

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Associações pouco atuantes
- Falta de planejamento público
- Monocultura (pecuária e café)
- Baixo preço do principais produtos comercializados
- Falta de beneficiamento dos produtos leite e carne dentro do município.
- Dificuldade de escoação da produção

- **Potencialidades**

- Presença de organizações rurais
- Programas de governo estimulando a diversificação e comercialização (Polo de Manga, Polo Diversificado de Frutas, PAA, etc).
- Município maior produtor de leite do estado.
- Município com maior rebanho do estado.

Social
• **Problemas** - Migração dos filhos dos produtores rurais para o meio urbano - Desigualdade social no campo - Ensino e estrutura fraca em algumas comunidades - Transporte escolar • **Potencialidades** - Presença de muitas famílias em algumas comunidades do meio rural - Extração de Granito gerando renda para o produtor rural - Escola Família Rural - Transporte escolar

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Ecoporanga

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	266
Assentados	40
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	100
Outros Públicos	
Somatório	**406**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	50
Projeto Contratado	50
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	-
Inclusão/Apoio a feiras	-
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	-

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	10	8	5	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	100	100	80	0	4	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	25	0	0
Fruticultura	26	13	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olericultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	200	40	30	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	4	25	-	-
Pesca e Aquicultura	33	13	12	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	7	15	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	30	30	100	2	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somatório	**406**	**219**	**245**	**6**	**4**	**0**	**11**	**0**	**0**	**2**	**0**	**18**	**0**	**0**	**0**	**4**	**50**	**0**	**0**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PEDEAG - Plano Estratégico da Agricultura Capixaba.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSITÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

PROATER 2011 - 2013

GOVERNADOR LINDENBERG

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Governador Lindenberg

Jair Antônio Toso

Romer Luiz Hofmann

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina

Sindicato dos Produtores Rurais de Colatina

Central das Associações de Produtores Rurais de Gov. Lindenberg

Banco do Estado do Espírito Santo

Sicoob

Rotary Club de Novo Brasil

Secretarias Municipais

Escolas Estaduais e Municipais

Grupo gestor do polo de manga

IDAF

SEBRAE

INCRA

TROP frutas do Brasil

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

José Carlos Grobério (MDR Oeste)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Latitude: 19º 25’ 13’’
Longitude: 40º 46’ 10’’
Região: Noroeste

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições
O processo de ocupação iniciou-se em 1920 com a vinda da Companhia Territorial, cuja finalidade era lotear a região. Até então o nome do Município era 15 de Novembro. A demarcação da região era feita por estacas numeradas que serviam como ponto referencial, a estaca fincada aqui era de número 51, nome pelo qual o município ficou conhecido mais tarde. A Companhia Territorial permaneceu no município até 1932.

Demarcados com 40 hectares cada, os lotes de terras foram doados às famílias descendentes de italianos e alemães vindos de outras regiões do Estado. Algumas famílias beneficiadas foram: Dalfior, Fiorot, Salvador, Paulo, Grassi, Scarpat, Zoppi, Pianna e outras. Muitos lotes ficaram como terras devolutas, devido ao alto índice de febres e outras doenças da época, afastando assim muitos aventureiros.

Acredita-se que o primeiro morador a se instalar na região, mais precisamente na Comunidade de Baia, foi um senhor de nome Menininho Baiano, um ermitão que morava só, e cujo nome certo e procedência ninguém sabe dizer. Conta-se que ele foi acometido de uma terrível febre, vindo a falecer dias depois, em Colatina. Sua casinha rústica e alguns de seus pertences foram encontrados seis anos depois por outras famílias que ocuparam aquela região.

As famílias desbravadoras enfrentaram muitas dificuldades, percorriam quilômetros durante vários dias através de picadas, na mata densa, no lombo das tropas ou a pé para chegar a locais povoados e evoluídos onde pudessem comprar produtos de primeira necessidade. Uma das grandes dificuldades enfrentadas na época foi a seca que assolou a região, por volta de 1937. A estiagem acabou com plantações e rios, muitos abandonaram a lavoura e partiram em busca de novos horizontes.

Tempos depois começaram a chegar novos moradores. Por volta de 1938 vieram os mascates (vendedores ambulantes) e os pequenos comerciantes que se instalaram na região, contribuindo para o desenvolvimento e facilitando a vida dos moradores. A partir de 1946, Cinquenta e Um (51) passou a se chamar Governador Lindenberg, homenagem prestada pela Câmara Municipal de Colatina ao então Governador do Estado, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, pelo fato do mesmo ter beneficiado a população com iluminação e estradas, reivindicação antiga e necessária, além de ter sido também o primeiro governador a visitar o Município.

Governador Lindenberg até então pertencia ao distrito de Novo Brasil, e através de muita rivalidade, em 1968, conseguiu se desmembrar.

O primeiro processo de emancipação política foi feito sem a participação de Novo Brasil, e nele alguns quesitos foram preenchidos, mas o item população ficou abaixo da média e o processo foi arquivado. Governador Lindenberg e Novo Brasil se uniram em 1981 para lutar contra São Domingos do Norte, que queria se emancipar de Colatina levando junto três distritos, inclusive Governador Lindenberg e Novo Brasil. Após um plebiscito tumultuado, o *NÃO* para não pertencer a São Domingos do Norte venceu e o distrito continuou a pertencer a Colatina.

Por muito tempo o local ficou esquecido pelo município *mãe*. Sem estradas, máquinas, saúde etc. e, se não bastasse, as dificuldades que o então distrito enfrentava, em dezembro de 1980 foi assolado por uma enchente violenta que destruiu barragens, estradas e acarretou um enorme prejuízo aos moradores. Muitos perderam todos os seus bens móveis e alguns comerciantes tiveram que começar do nada, já que tudo havia sido levado pelas águas. Mesmo assim, esse povo lutador, aos poucos, foi se reconstruindo. Mas faltava apoio.

A carência era muito grande em todas as áreas. Através do descontentamento do povo com o Município *mãe* e unidos pelo sentimento de conquista, sentiram-se motivados novamente a iniciar o processo de emancipação e, em 1987, Governador Lindenberg e Novo Brasil se uniram e o Sr. Péricles Ferraço Nunes se prontificou a redigir o documento exigido que é o abaixo assinado dos eleitores com os respectivos números dos títulos.

A exigência era que a quantidade de assinaturas não fosse inferior a 120 - Cento e vinte - e foram colhidas 128 - cento e vinte e oito assinaturas. Mas habitantes locais teriam um impasse a enfrentar: Novo Brasil fez várias exigências e somente se aliaria a Governador Lindenberg para lutar pela emancipação, caso o nome fosse mudado para União do Norte. Cuja sede teria que ser instalada na Comunidade de Moacir e as Secretarias em cada uma das Comunidades.

Foram várias viagens à Assembleia Legislativa e também muita luta contra forças políticas contrárias, que não queriam por conveniência, que o município se tornasse livre. Após muita luta, em 29 de junho de 1997 aconteceu o plebiscito vencendo o *SIM* do povo, na quase totalidade dos votos.

No dia 11 de maio 1998, no Palácio Domingos Martins, é aprovada a Lei nº 5.638 que cria o Município de Governador Lindenberg, desmembrado do Município de Colatina e tornando-se o 78º Município do Estado, sendo constituído pelos distritos de Novo Brasil, Moacir e Morello. Em outubro de 2000 aconteceu a 1ª eleição para Prefeito e Câmara Municipal. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal se instalaram no antigo Posto de Saúde no dia 1º de janeiro de 2001.

As instalações foram todas reformadas, equipadas e informatizadas, oferecendo as condições necessárias para o bom desempenho do seu secretariado e funcionários, oferecendo também comodidade ao povo em geral.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

O Município de Governador Lindenberg, localizado na Região Norte do Estado do Espírito Santo (Microrregião expandida norte), é caracterizado, na zona rural, pela predominância de pequenas propriedades de base familiar. Possui uma extensão territorial de 360,4 Km², localiza-se ao norte do Estado a aproximadamente 200 km da Capital do Estado do Espírito Santo - Vitória e a 70 km do Município de Colatina.

O município é constituído pelos distritos de Governador Lindenberg (sede) e Novo Brasil, fazendo a seguinte delimitação: Limita-se com os Municípios de Linhares, Colatina, São Domingos do Norte, Rio Bananal e Marilândia, sendo:

Município de Colatina: Começa onde termina o município de São Domingos do Norte, segue pelo divisor de águas entre o Rio Graça Aranha e o Córrego Novo Brasil até encontrar a Serra da Liberdade na divisa com o Município de Marilândia;

Município de Marilândia: Começa onde termina o Município de Colatina, segue pelo divisor de águas entre os Córregos Moacir Avidos e Liberdade, na serra da Liberdade, até a cabeceira do Córrego São Rafael, onde começa a divisa com o Município de Linhares;

Município de Linhares: Começa onde termina com o Município de Marilândia, segue pelo divisor de águas entre os Córregos São Rafael e Moacir Avidos até a divisa do Município de Rio Bananal;

Município de Rio Bananal: Começa onde termina com o Município de Linhares, segue pelo divisor de águas de margem direita do Rio Moacir Avidos até sua foz no Rio São José na quadrijunção dos Municípios de Rio Bananal, Linhares, São Gabriel da Palha e São Domingos do Norte

Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**4226**
Homens	2137
Mulheres	2089
Rural	**6643**
Homens	3537
Mulheres	3106

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Governador Lindenberg o módulo fiscal equivale a 18 hectares.

A estrutura fundiária de Governador Lindenberg retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas.

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	GRUPO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO	CRÉDITO FUNDIÁRIO	8

Fonte: INCAPER/ELDR Governador Lindenberg, 2010.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Governador Lindenberg	608	505	77	2	1.192

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

Os solos predominantes são os classificados como latossolo vermelho-amarelo com boa e média fertilidade com variações de média a baixa e pH em torno de 5,5. Tal composição é considerada apropriada para o plantio do café, cacau, coco, fruticultura, olerícolas e produtos de subsistência.

Clima: É quente, com temperatura média de 28º a 30º centígrados. Os meses mais quentes do ano coincidem com o período chuvoso;

Vegetação: A cobertura Vegetal é composta por remanescentes da mata atlântica, pastagens nativas e formadas, lavouras, principalmente café e coco;

Os Cursos d'água de maior importância são: Córrego Novo Brasil, Córrego Moacir Avidos, Córrego São Rafael, Córrego Liberdade, Córrego Paraíso, Córrego Santa Rosa, Córrego 15 de Novembro, Córrego Peri, Córrego Bolívia, Córrego Rio Bonito, Córrego Dr. Benvindo e Córrego Guarani.

Relevo: montanhoso com algumas regiões de várzeas;

Altitude: 150 metros de altitude, em média, sendo a máxima do município de 849 m e a mínima de 49 m;

Os solos predominantes são: Latosolo Vermelho amarelo distrófico e moderado, apresentando textura argilosa (conforme figura anterior).

1.3.2 – Aspectos ambientais

O município não possui unidades legais de conservação como Reservas biológicas, RPPNs, parques nacionais etc, não só por serem pequenas propriedades como também falta de interesse, conscientização ou conhecimento do próprio produtor, embora de modo informal existam muitas áreas com maciços rochosos aflorados com vegetação no topo, vales e várias áreas propícias para serem feitas as regulamentações. Com relação a APP, estas praticamente são todas utilizadas para agricultura por serem mais propriedades pequenas e áreas mais férteis, com bom percentual de sistemas agroflorestais, basicamente de coco, cacau e banana. O remanescente da mata atlântica do município está em torno de 10%.

Com a conscientização e fiscalização, diminuiu bastante a queima de palha de café nos secadores, o que estava causando bastante problemas aos moradores das proximidades. A secagem mecânica do café, na época de safra, exala um cheiro bastante forte, irritando também as vias respiratórias dos moradores das proximidades.

No que se refere ao uso de agrotóxico, segue com pouca fiscalização e desconhecimento por parte dos aplicadores. A presença de represas irregulares nas propriedades é bastante significativa e com a falta de água muitos recorrem à poços escavados que baixam o lençol freático, causando ainda maiores problemas. Com a significativa falta de água nestes últimos períodos, o produtor começa a se preocupar em preservar nascentes e outros métodos como barragens, caixas secas, etc, no entanto a irrigação em café é feita sem muitos critérios, às vezes causando mais malefícios que benefícios. Vale ressaltar que a maior demanda do produtor atualmente é a exigência da construção de caixas secas na propriedade.

O licenciamento ambiental está exigindo ajustes nessas obras e nos secadores de café, minimizando assim os efeitos nocivos à saúde das pessoas.

1.4 Organização Social

Existem no Município 14 Associações de produtores, coordenada por uma Central, que em demoradas reuniões ordinárias mensais, com algumas extraordinárias em casos especiais, juntamente com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), definem as ações a serem realizadas, principalmente, a aquisição de insumos, gerenciamento do viveiro municipal, compra de milho da Conab, convênios e comodatos diversos, organização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Agricultura no tocante às máquinas agrícolas, ações do trabalho do INCAPER, divulgação de eventos, cursos, reuniões, excursões etc, e convites diversos.

As decisões tomadas nas reuniões são repassadas pelos presidentes aos sócios nas devidas comunidades. Embora exista toda esta organização com certo compromisso e assiduidade de participação nas reuniões por parte dos presidentes, não há participação significativa nas comunidades, onde há certo “paternalismo” e pouca participação efetiva dos demais sócios.

Neste sentido, percebe-se a necessidade de criar um programa de formação em associativismo e cooperativismo entre os membros das associações do município.

Podemos destacar as Associações do Córrego Bolívia e Rio Bonito, que fazem a gestão própria de máquina cedida pela Secretaria Estadual de Agricultura, a Central que no último ano geriu o viveiro municipal com produção de mudas de café de qualidade, o grupo de produtores do crédito fundiário que trabalha de modo associativo e tem interesse nos projetos do PAA.

De acordo com o Novo PEDEAG, uma das metas é melhorar a gestão destas associações com uma assistência de qualidade e de acordo com os anseios dos agricultores, servindo para o desenvolvimento local e regional. Contam ainda os produtores com o Sindicato com sede em Colatina, que é parceiro nos cursos do SENAR, e oferece assistência diversa, como social, jurídica,saúde, rural etc.

Tabela 04 - Associações de Agricultores Familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego Independência	Córrego Independência	15	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos
2	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Saúde	Córrego Saúde	14	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos
3	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Boa vista	Córrego Boa Vista	18	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos
4	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Bolívia	Córrego Bolívia	63	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos/Trator em Comodato
5	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego da Penha	Córrego da Penha	18	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos
6	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Governador Lindenberg	Sede e entorno	15	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos
7	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Moacir Avidos	Córrego Moacir	15	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos
8	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Novo Brasil	Novo Brasil	12	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos
9	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rio Bonito	Córrego Rio Bonito	27	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos/Trator em comodato
10	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de São João de Novo Brasil	São João de Novo Brasil	12	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos
11	Associação de Agricultores familiares de Córrego Guarani	Córrego Guarani	18	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos/Unidade de tratamento de café
12	Associação de pequenos agricultores do Ferreguetti	Comunidade do Ferreguetti	18	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos
13	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Moacir e Bernabé	Alto Moacir/Bernabé	32	-Distribuição de mudas/compra conjunta insumos
14	Central das Associações de Governador Lindenberg	Sede	227	-Jardim Clonal/Viveiro de mudas de café/compra de milho da Conab/compra de insumos/coordenação das associações

Fonte: INCAPER/ELDR Governador Lindenberg, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	INCAPER	EFETIVO: JAIR ANTONIO TOSO SUPLENTE: ROMER LUIS HOFFMAN
2	SECRETARIA MUNICIAPAL DE AGRICULTURA	EFETIVO:EDUARDO GAVA SALVADOR SUPLENTE:ROBSOM BAYER
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	EFETIVO:NIRLEIA DIAS TRAGINO SUPLENTE: SIRLENE Mª CORADINI ALTOÉ
4	S M DE MEIO AMBIENTE	EFETIVO: **EDVALDO DA SILVA** SUPLENTE: ADALTO PAIVA
5	S M DE DESNVOLVIMENTO ECONOMICO	EFETIVO:RENATO FERREIRA SOUTO SUPLENTE: FRANCISCO MAURO FORNACIARI
6	IDAF	EFETIVO:BERNARDO COMERIO SCHULTAIS SUPLENTE:CHARLAYNE RAMOS MULLER
7	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	EFETIVO: **LEOMAR MANDATO** SUPLENTE:LEIDIÇARA ZOOPI
8	CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES	EFETIVO: **ADEMIR CELIM** SUPLENTE: NILZO VALOTTO
9	LEGISLATIVO MUNICIPAL	EFETIVO:SANDRA PASSAMANI SUPLENTE:JOCINÉLIA PLOTEGHER HELMER
10	REPRESDENTANTES DOS AGRICULTORES FAMILIARES	EFETIVO:ELIO GUALBERTO FREIRE DE ALMEIDA EFETIVO:JONISMAR JEJESKI DE SOUZA EFETIVO:ALDO PAIVA EFETIVO:GILMAR ANTONIO GORONCI EFETIVO:ALCENIR LASCOLA EFETIVO:DEUSDITH FALCONI EFETIVO:JEOVANE ATHAIDE EFETIVO:JERRY MERLO BIANCHI EFETIVO:GERALDO PRANDO EFETIVO:CELESTE MARTINS STOCCO

Fonte: INCAPER/ELDR Governador Lindenberg, 2010.

1.5 Aspectos Econômicos

A parcela preponderante de renda da população provém da agricultura do café, uma vez que o município possui em torno de 12.000 hectares de café conilon, produzindo cerca de 300.000 sacas de café beneficiadas/ano. A pecuária vem em segundo plano, destacando-se que são poucos os proprietários que têm renda com esta atividade, já que na maioria dos casos ela é somente para consumo próprio.

A comercialização é uma fraqueza entre os agricultores familiares que, por produzirem em pouca quantidade, não conseguem alcançar os médios e grandes mercados consumidores. Esta situação é um dos motivos, colocado pelos próprios produtores, de não diversificarem sua produção.

Em relação a cultura do café, observa-se que a mão de obra utilizada no período da colheita é de baixa qualificação, o que tem trazido sérios transtornos para a qualidade do produto final. Em termos gerais, a qualidade é comprometida pela colheita dos frutos ainda verdes e pela secagem em secadores com altas temperaturas e com pouco tempo de secagem.

Ainda com relação à qualidade do café, o pós-colheita é uma grande preocupação, pois ainda é feito sem os cuidados na qualidade da bebida, com destaque para problemas identificados com presença de mofo, ardido, cheiro de fumaça, dentre outros. Nesse sentido, estamos na implantação de um projeto para instalação de unidades de processamento de café denominado cereja descascado (CD), com a finalidade de conquistar melhores preços no mercado consumidor e indústrias de solúvel.

Outro problema observado é que muitos agricultores, por necessidade ou em outros casos por falta de planejamento, às vezes, vendem suas produções antecipadamente, em certos casos até mesmo antes da colheita, por preços injustos, proporcionando-lhes graves dificuldades no decorrer das entressafras

Destaque para a criação de camarão de água doce (camarão da Malásia). Existe uma parceria entre instituições (Prefeitura/Cooperativa/Incaper/Sebrae) no sentido de desenvolvimento e ampliação da atividade.

Na fruticultura destaque para a manga e para o cacau. A partir do ano de 2007, com grande incentivo do Governo Estadual, o município se inseriu no polo da manga. Já o cacau ocupa áreas de baixadas e próximo dos cursos d'água. Ambas culturas demandam por programas de formação, sobretudo no que tange o manejo destas culturas.

Outras atividades agrícolas desenvolvidas no município são consideradas secundárias, proporcionando algum rendimento de sustentação da propriedade, porém sem valor expressivo na comercialização devido à falta de estrutura comercial, neste item destacamos o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, a maracujá, o inhame, o tomate, a banana e bovinocultura de leite e de corte. Vale destacar a grande introdução da cultura do eucalipto, destinado a obtenção de madeira para atendimento de demandas por serrarias e indústria moveleira.

Tabela 6 - Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	36,43
Indústria	11,37
Comércio e Serviços	52,2

Fonte:http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Banana	80	50	500	10000	500
Cacau	100	40	10	240	10
Café	11500	10000	16800	16800	168000
Cana	10	10	250	25000	250
Coco-da-baía	580	500	6250	12500	6250
Feijão – Safra 1	20	20	12	0	0
Feijão – Safra 2	30	30	18	1800	54
Laranja	10	10	42	4200	42
Mandioca	5	5	80	16000	80
Manga	90	30	450	15000	450
Maracujá	2	2	30	15000	30
Milho – Safra 1	60	60	90	1500	90
TOTAL	**12487**	**10757**	**24532**	**118040**	**175756**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividades pecuárias

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Governador Lindenberg	Bovino	8.325	8.337
	Suíno	2.940	2.930
	Caprino	270	275
	Ovino	300	290
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	10.400	10.300
	Galinha	18.200	18.250
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Governador Lindenberg	Leite	1265	1367
	Ovos de Galinha	109	117
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	23	25

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	10
OUTROS PEIXES	(X)	Produção em Tonelada	42
QUAIS? Camarão de água doce. (Gigante da Malásia).		Produtor Nº	
ALEVINOS	TILÁPIA ( )	Área utilizada em ha	
	OUTROS PEIXES ( )	Produção em Tonelada	
	QUAIS?	Produtor Nº	

Fonte: INCAPER/ELDR Governador Lindenberg, 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	10
2	Artesanato	30
3	Agroturismo	01

Fonte: INCAPER/ELDR Governador Lindenberg, 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

O Município possui um bom potencial turístico, com belas montanhas, água abundante em bicas, lagoas e recantos (Sítio Santa Lúcia e Estância das Águas) e com presença de muito verde.

Em termos culturais, salientamos a presença da Banda de Congo de Novo Brasil, do Grupo Folclórico alemão do Córrego do Ouro, da Feira Distrital de Novo Brasil, da Cavalgada para Pedra de Nossa Senhora Aparecida na comunidade do Paraná e a Caminhada Ecológica da Pedra de Santa Rosa de Lima.

A participação no circuito dos Pontões Capixaba, vem despertando o interesse para o turismo,, o que gerou a necessidade de ações de qualificação de mão de obra para atender o público e oferecer produtos aos turistas.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 11 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de Atividades

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	BOLIVIA /RIO BONITO	AF	0UT/2009	32
2	GUARANI	AF	OUT/2010	12
3	SEDE	CMDRS	OUT/2010	11
4	RIO BONITO	AF	NOV/2010	11
5	SEDE	LIDERANÇAS	NOV/2010	5

Fonte: INCAPER/ELDR Governador Lindenberg, 2010.

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Governador Lindemberg

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	500
Assentados	8
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	30
Outros Públicos	100
Somatório	**638**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	15
Projeto Contratado	12
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	2
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	2
Inclusão/Apoio a feiras	3
Inclusão/Apoio outros mercados	4
Organização e gestão da comercialização	4

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	500	180	50	10	13	0	2	1	0	2	0	2	0	0	1	0	15	2	3
Fruticultura	162	113	52	7	8	1	2	-	-	1	1	3	-	-	-	-	8	2	-
Olericultura	22	17	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	22	16	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	12	10	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Pesca e Aquicultura	20	15	20	4	4	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	1	3	2	2
Silvicultura	33	8	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	66	56	59	4	3	-	-	-	-	2	-	-	-	15	-	-	39	1	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	10	5	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	3	1
Agroecologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		26	23	41	-	-	4	-	-	2	-	-	-	-	4	-	9	7	-
Somatório	**847**	**446**	**230**	**72**	**28**	**1**	**9**	**1**	**0**	**8**	**2**	**6**	**0**	**15**	**5**	**3**	**77**	**17**	**6**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dados Municipais IPES, IBGE, INCAPER, SEAG, IDAF INCRA.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves.

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS/INCAPER/Central das Associações de Pequenos Produtores Rurais de Governador Lindenberg.

Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg

Plano Plurianual da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Governador Lindenberg, para o período 2006 a 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

ITAGUAÇU

http://www.itaguacu.es.gov.br/mat_vis.aspx?cd=6481

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Itaguaçu

Altamir Bonatto

Joanir Gomes

Antônio Neto Magevski

Vera Lúcia Saager

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal de Itaguaçu

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

IDAF (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo)

Sindicato Rural de Itaguaçu

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaçu

Associações de Agricultores Familiares das Comunidades

Cooperativas

Agentes Financeiros

Lojas de Insumos

Secretaria de Estado de Agricultura , Abastecimento, Aqüicultura e Pesca

SENAR

IEMA

SEBRAE

CEASA-ES

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Gerson Tavares da Motta (MDR Central)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Localização da Sede: Latitude de 19°48’10”S e Longitude de 40°51’24” W.
Dimensão: 522 km^2 que equivale a 1,14% do território estadual.
Limites: ao norte com os municípios de Baixo Guandu e Colatina; ao sul com Laranja da Terra e Itarana; a leste com Santa Teresa e São Roque do Canaã e a oeste com Baixo Guandu.
Altitudes: de 180 m na Sede, 1.220 m na região mais alta (Comunidade da Areia Branca) e 140 na região mais baixa (Pontal/Casa Branca).
Distância da Capital do Estado (Vitória): 137 km.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições
Emancipação Política: Ato: Lei nº 978 de 28/01/1914. Desmembrado de Afonso Cláudio.

A colonização do município de Itaguaçu deu-se, principalmente, por alemães e italianos, com presença de africanos e portugueses.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Itaguaçu ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 25º lugar (0,748), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**8054**
Homens	3927
Mulheres	4127
Rural	**6080**
Homens	3270
Mulheres	2810

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Itaguaçu o módulo fiscal equivale a 22 hectares.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Assentamento Ita	INCRA	55
2	Associação dos Agricultores Rurais Familiares da " Família Régis "	Crédito Fundiário	08
3	Associação dos Agricultores Rurais Familiar "Rosa e Rossmann"	Crédito Fundiário	04
4	Associação dos Agricultores Rurais Familiar " Pollack "	Crédito Fundiário	03
5	Associação dos Agricultores Rurais Familiar " Barloesius "	Crédito Fundiário	04
6	Associação dos Agricultores Rural Familiar " Santos "	Crédito Fundlário	03

Fonte: INCAPER/ELDR Itaguaçu 2010.

O município de Itaguaçu é predominantemente caracterizado por pequenas propriedades rurais trabalhadas em regime de agricultura familiar, onde é destacado o trabalho em parcerias (meeiros) em lavouras de café.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Itaguaçu	795	655	87	5	1.542

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

Solos: predominantes são os classificados como Latossolo-Vermelho Distrófico (antiga classificação), profundos, de média a baixa fertilidade e pH em torno de 5,0. (Fonte: IMEES – Informações Municipais do Estado de Espírito Santo - 1994).

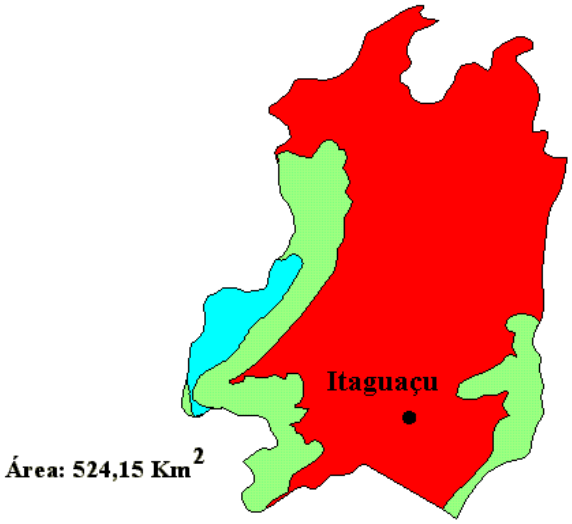
Devido a topografia, nas áreas de encosta, ainda ocorre práticas culturais não adequadas. As pastagens com lotação animal excessiva estão em processo de degradação, devido as áreas mal divididas, ocasionando erosão do solo e pouca infiltração de água no solo. Na maioria das áreas agrícolas do município o plantio é feito obedecendo curvas de nível, sendo o solo explorado de forma intensiva na maioria por pequenos agricultores de mão de obra familiar. Esta sendo adotado o plantio direto nas áreas de milho.

A precipitação média anual de 1.066 mm (19 anos de observação) é concentrada entre os meses de novembro a março, podendo acontecer neste período, estiagens prolongadas, causando déficit hídrico considerável na região. Essas estiagens têm ocorrido com duração variando de 1 a 10 meses no ano.

Hidrografia: Bacia hidrográfica do município é a do Rio Doce, cuja área é de 522 km^2, destacando-se os rios: Santa Joana e Sobreiro.

O clima é tropical sub-úmido, com temperatura média anual 23,45 ºC, temperatura média das máximas 33,2°C e temperatura média das mínimas 13,7 ºC.

Figura 2 – Zonas naturais do município de Itaguaçu



ZONAS NATURAIS		ÁREA (%)
Zona 1	Terras frias, acidentadas e chuvosas	4,50
Zona 3	Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca	20,90
Zona 6	Terras quentes, acidentadas e secas	74,60

Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

Algumas características das zonas naturais[1] do município de Itaguaçu

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	Nº Meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 1: **Terras Frias, Acidentadas e Chuvosas**	7,3 – 9,4	25,3 - 27,8	> 8%	3,0	U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 3: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Transição Chuvosa/Seca**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	4,5	U	U	U	U	P	S	S	S	S	U	U	U
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	7	U	P	P	P	S	S	S	S	S	P	U	U
				8	P	P	P	S	S	S	S	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;
[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

O município apresenta aproximadamente 18% de cobertura florestal nativa, entre matas e capoeiras. O zoneamento das áreas aptas para o Corredor Ecológicos “Alto Misterioso” abrange 80% do território municipal, e está sendo implantado uma RPPN – “Reserva dos Guaribus” – na comunidade de Triunfo, e em torno de 15 propriedades foram mapeadas e cadastradas para sua inclusão no projeto.

1.4 Organização social

Existem, no município, cerca de quarenta associações ligadas aos interesses da agricultura familiar. Trabalham na comercialização de seus produtos, aquisição de insumos, levantamento do uso de hora/máquina em suas atividades. Todas as associações possuem representação junto ao CMDRS.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação dos Produtores de Artesanato de Itaguaçu - APROAI	Sede	22	Artesanato, pintura e peças de vestuário em crochet e tricô
2	Associação Comunitária de Pequenos Produtores de Laranjal	Laranjal	39	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Compra conjunta de insumos Inserido no Projeto Água e Sustentabilidade
3	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Pontal de Santa Joana	Pontal	33	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Implantação de atividades para alternativas de renda
4	Associação de Agricultores Familiares de Alto Paraju	Alto Paraju	12	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Curso
5	Associação de Agricultores Familiares de Alto Santa Rosa	Alto Santa Rosa	20	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Instalação de equipamentos para produção de café de qualidade
6	Associação de Agricultores Familiares de Baixo Itaçu	Baixo Itaçu	40	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Instalação de equipamentos para produção de café de qualidade Implantação de atividades para alternativas de renda Inserido no Projeto Água e Sustentabilidade
7	Associação de Agricultores Familiares de Bom Destino	Bom Destino	25	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina
8	Associação de Agricultores Familiares de Caparaó	Caparaó	10	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina
9	Associação de Agricultores Familiares de Casa Branca	Casa Branca	27	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Instalação de equipamentos para resfriamento de leite

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
				Inserido no Projeto Água e Sustentabilidade Palestras e excursão
10	Associação de Agricultores Familiares de Córrego das Flores	Córrego das Flores	14	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina
11	Associação de Agricultores Familiares de Itaimbé	Itaimbé	04	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina
12	Associação de Agricultores Familiares de Laginha	Laginha	37	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Instalação de equipamentos para resfriamento de leite Compra conjunta de insumos Inserido no Projeto Água e Sustentabilidade Cursos e Palestras
13	Associação de Agricultores Familiares de Limeira	Limeira	54	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina
14	Associação de Agricultores Familiares de Palmeira	Palmeira	31	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Curso e Palestra
15	Associação de Agricultores Familiares de Santa Rosa	Santa Rosa	28	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Implantação de atividades para alternativas de renda Curso e Palestra
16	Associação de Agricultores Familiares de São Bento	São Bento	20	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina
17	Associação de Agricultores Familiares de Triunfo	Triunfo	28	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Inserido no Projeto Água e Sustentabilidade Curso
18	Associação de Agricultores Familiares do Assentamento Ita e Córrego Flor	Assentamento ITA	65	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Implantação de atividades para

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
				alternativas de renda
19	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Córrego do Lage	Córrego do Lage	35	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina
20	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Paraju	Paraju	42	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Instalação de equipamentos para produção de café de qualidade Compra conjunta de insumos Implantação de atividades para alternativas de renda Inserido no Projeto Água e Sustentabilidade Curso e Palestra
21	Associação de Pequenos Produtores Rurais de São Luiz e Boa Esperança	São Luiz	23	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina
22	Associação de Produtores Rurais de Itaçu	Itaçu	32	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Implantação de atividades para alternativas de renda Inserido no Projeto Água e Sustentabilidade
23	Associação de Promoção Comunitária de Alto Lage	Alto Lage	30	Previsão do uso de hora/máquina
24	Associação de Promoção Comunitária de Santa Luzia	Santa Luzia	19	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina
25	Associação de Promoção Comunitária de Santo Antonio de Itaçu	Santo Antonio de Itaçu	17	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Instalação de equipamentos para produção de café de qualidade Compra conjunta de insumos Implantação de atividades para alternativas de renda Inserido no Projeto Água e Sustentabilidade Curso e Palestra
26	Associação de Promoção	Sobreiro	40	Compra subsidiada de sementes de

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
	Comunitária de Sobreiro			milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Instalação de equipamentos para produção de café de qualidade
27	Associação de Promoção Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Beira-Rio	Beira-Rio	34	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Instalação de equipamentos para produção de café de qualidade Compra conjunta de insumos Implantação de atividades para alternativas de renda
28	Associação de Viveiristas e Produtores de Mudas de Itaguaçu - AVIVERDE	Sede	12	Previsão do uso de hora/máquina Compõe parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura para produção de mudas de café conilon Parceria com a NOVABRA para produção de mudas de pinhão manso Parceria com os produtores para produção de muda seminal de cacaueiro
29	Associação dos Agricultores Familiares da Barra da Caatinga	Barra da Caatinga	18	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina
30	Associação dos Agricultores Familiares do Córrego Caatinga	Caatinga	25	Compra subsidiada de sementes de milho e mudas de café Previsão do uso de hora/máquina Curso e Palestra
31	Associação dos Trabalhadores Rural Familiar Barloesius	Córrego Grande	4	Programa do Crédito Fundiário
32	Associação dos Trabalhadores Rural Familiar Pollach		3	Programa do Crédito Fundiário
33	Associação dos Trabalhadores Rurais Familiar Reges	Jacutinga	8	Programa do Crédito Fundiário
34	Associação dos Trabalhadores Rural Familiar Rosa e Rossmann	Paraju	4	Programa do Crédito Fundiário
35	Associação dos Trabalhadores Rurais Familiares Santos	Cruzeirinho	3	Programa do Crédito Fundiário
36	Associação Itaguaçuense dos Produtores e Criadores de Animais	Sede	73	Participa da organização do Concurso Leiteiro
37	Clube do Cavalo de Itaguaçu	Sede	35	Participa da organização do Concurso Leiteiro e Cavalgadas

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
38	Cooperativa Agropecuária de Itaguaçu Ltda.	Sede	364	Compra e venda de insumos e fabricação de ração
39	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaçu	Sede	1.200	Programa de aposentadoria, salário-maternidade e contrato de parceria
40	Sindicato Rural de Itaguaçu	Sede	240	Programa de aposentadoria, assistência médica, contrato de parceri

Fonte: INCAPER/ELDR Itaguaçu 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE	EFETIVO: **JOÃO LUIZ BCALLI** SUPLENTE: WALLACE G. SCHUMACKER
2	Associação dos Produtores do Laranjal	EFETIVO**: ROMÁRIO CELSO BASÍLIO** SUPLENTE: JOÃO CARLOS TIETZ
3	INCAPER	EFETIVO: **JOANIR GOMES** SUPLENTE: ANTONIO NETO MAGEVSKI
4	Secretaria de Educação	EFETIVO: **WALDIVINO PAGUNG** SUPLENTE:
5	Associação dos Produtores do Paraju	EFETIVO: **ANSELMO BUSS** SUPLENTE:
6	Associação dos Produtores do Córrego Flor	EFETIVO: **JACKES ANTONIO DELEPRANI** SUPLENTE:
7	Camara Municipal de Vereadores (Legislativo)	EFETIVO: **GELSON LUIZ GOBBO** SUPLENTE:
8	Secretaria do Bem Estar Social	EFETIVO: **ROSANGELA S. TETEMANN** SUPLENTE:MARLETE FURLANI LOSS
9	Secretaria Municipal de Saúde	EFETIVO: **ORLY BATISTA VEDOVA** SUPLENTE: JOSÉ JOÃO FERNANDES
10	Sindicato Patronal	EFETIVO: **ANTONIO JOSÉ BARATELA** SUPLENTE: ANGELA X. DA R. QUINTINO
11	IDAF	EFETIVO: **GEOVANI GASPERAZZO** SUPLENTE:
12	Associação dos Produtores do Sobreiro	EFETIVO: **LINDAURO PEREIRA DA SILVA** SUPLENTE:
13	Associação dos Produtores da Caatinga	EFETIVO: **ARLINDO RAASCH** SUPLENTE: NELSON ALVES
14	Associação dos Produtores da Casa Branca	EFETIVO: **HERCILIO BINDA** SUPLENTE: **JOÃO LUIZ STINGUEL**
15	Associação dos Produtores do Beira - Rio	EFETIVO: **CLAUDINO G. PETTER** SUPLENTE:
16	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	EFETIVO: **ADEMIR MACHADO** SUPLENTE:

Fonte: INCAPER/ELDR Itaguaçu 2010.

1.5 Aspectos econômicos

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	42,88
Indústria	8,43
Comércio e Serviços	48,69

Fonte:http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Abobora	5	5	70	14000	70
Arroz	15	15	75	0	0
Banana	552	480	8640	18000	8640
Cacau	20	10	20	2000	20
Café	14300	13731	11448	1818	24963
Cana	250	250	10000	40000	10000
Coco-da-baía	40	40	400	10000	400
Feijão – Safra 1	30	30	12	0	0
Feijão – Safra 2	85	85	85	1000	85
Goiaba	6	6	96	16000	96
Inhame	20	20	360	18000	360
Laranja	25	25	175	7000	175
Limão	20	20	0	0	0
Mamão	300	200	9000	45000	9000
Mandioca	150	150	3000	20000	3000
Manga	72	50	200	4000	200
Milho – Safra 1	2000	2000	4000	2000	4000
Quiabo	20	20	360	18000	360
Tomate	10	10	750	0	0
TOTAL	**17920**	**17147**	**48691**	**216818**	**61369**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Itaguaçu	Bovino	19.102	19.997
	Suíno	4.250	1.920
	Caprino	300	150
	Ovino	520	650
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	15.000	15.450
	Galinha	5.300	5.459
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Itaguaçu	Leite	4043	6679
	Ovos de Galinha	146	150
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	26	-

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	5,0
OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada	25,0
QUAIS?		Produtor Nº	20,0

ALEVINOS	TILÁPIA	( )	Área utilizada em ha
	OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada
	QUAIS?		Produtor Nº

Fonte: INCAPER/ELDR Itaguaçu 2010.

Tabela 9 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	20
2	Artesanato	15
3	Agroturismo	2

Fonte: INCAPER/ELDR Itaguaçu 2010.

A principal atividade econômica desenvolvida no município é o café (Arábica e Conilon) sendo seguido pelas demais atividades conforme quadro acima. O café é comercializado através de atacadistas locais e de municípios vizinhos.

Grande parte da produção de frutas é comercializada através da CEASA-ES e comércio local. O leite é comercializado através de 02 laticínios locais e a outra parte da produção é transformada em queijo, nas propriedades. Em torno de 5% do leite é comercializado "in natura" direto pelos produtores no perímetro urbano. A carne é comercializada através de abatedouros de outros municípios. O eucalipto, é comercializado diretamente com a empresa de celulose, localizada no município de Aracruz, serrarias e fábricas de caixas no comércio local e municípios vizinhos.

1.6 Aspectos turísticos

Destacam-se a Igreja Católica Matriz na Sede, Capela e Mirante da Pedra de São João, Pedra do Barro Preto, Comunidade de Areia Branca (clima frio – 1.220 metros de altitude – mata atlântica preservada e águas cristalinas, artesanato de trabalhos manuais, casarões antigos, cachoeiras, agroindústria (cachaça, conservas, doces, licores, etc.), caminhada ecológica.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 10 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 10 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	16	21/09/10	12
2	Reunião dos Presidentes Das Associações locais	34	21/09/10	22

Fonte: INCAPER/ELDR Itaguaçu 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município. Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente
• **Problemas** - Secas Prolongadas. - Solos desprotegidos. - Uso intensivo de agrotóxicos. - Estradas mal adequadas. • **Potencialidades** - Corredor Ecológico Alto Misterioso. - Belezas Naturais (paisagísticas). - Resquícios de Matas.

Econômico/Produtivo
• **Problemas** - Baixa Qualidade do Produto/Bebida. - Implantação de Lavouras em Áreas não Recomendadas. - Baixo preço do leite. - Renda Rural. • **Potencialidades** - PNAE. - Carta de Zoneamento da Atividade. - Fruticultura Local em expansão. - Estudo Edafoclimáticos do Município. - Rebanho com boa Genética. - Boa Alternativa de Produção. - Secretaria Municipal de Agricultura com Programas e Ação

Social
• **Problemas** - Associações desorganizadas - Gestão das Associações e das Propriedades Rurais. - Capacitação dos Proprietários Rurais. • **Potencialidades** **-** CMDRS atuante. - Numero Expressivo de Associações. - PRONAF Atuante e Estruturado (com programas em ação)

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Itaguaçu

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	650
Assentados	50
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	30
Outros Públicos	20
Somatório	**750**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	75
Projeto Contratado	
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	-
Inclusão/Apoio a feiras	-
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	1

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	60	20	60	0	2	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	8	2	0
Café Conilon	590	100	690	2	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0
Fruticultura	260	80	260	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	-	-
Olericultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	40	25	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	100	-	178	3	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3	1	1
Pesca e Aquicultura	15	15	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	161	48	161	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	20	20	40	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	70	75	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	3	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	5	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		-	55	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Somatório	**1324**	**391**	**1567**	**27**	**18**	**1**	**5**	**0**	**0**	**2**	**0**	**2**	**2**	**0**	**0**	**0**	**102**	**3**	**2**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, L.L.F.de.; SEDIYAMA, G.C. & GUIDONI, A.L. Probabilidade de Precipitação Mensal e Anual para o Estado do Espírito Santo. Cariacica – ES, EMCAPA, 1981. 84p. (EMCAPA-Boletim Técnico,)

Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Espírito Santo - PRONAF/ATER: Princípios Fundamentais, Estratégias, Projetos e Orçamentos. Vitória, ES, 1999

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IJSN - Instituto Jones Santos Neves.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Plano Estratégico da Agricultura Capixaba. Vitória, ES, 2004

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – Itaguaçu – Espírito Santo - Prefeitura Municipal de Itaguaçu, INCAPER

Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Itaguaçu - 1999 - ELDR Itaguaçu

Projeto de Mapeamento de Comunidades Urbanas e Rurais do Espírito Santo: Município de Itaguaçu. Instituto Jones Santos Neves. Vitória , ES, 1992, 43p.

Projeto: Agricultura Itaguaçuense Forte - Criando novos horizontes para o agricultor de Itaguaçu - 2005 – CMDR

SEBRAE - Informações Municipais.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

ITARANA

Foto: César Santos Carvalho

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Itarana

Jean Carlos Daré

Ivanilda Lopes da Silva

Cesar Santos Carvalho

Francieli Bárbara Pintos dos Santos

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Jatibocas (APEPRAJ);

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sossego (APEPRUS);

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Loriato (APREVALE);

Associação dos Produtores Rurais de Bela Veneza (APRBV);

Associação dos Produtores Rurais de Praça Oito (APO);

Banco do Brasil (Agência de Itarana);

Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Itarana (CAPIL);

IDAF;

ESFA;

Polícia Ambiental;

Prefeitura Municipal de Itarana;

SEBRAE/ES;

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Itarana;

Secretaria Municipal de Educação de Itarana;

Secretaria Municipal de Saúde de Itarana;

SENAR/ES;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarana;

Sindicato Rural de Itarana;

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Gerson Tavares da Motta (MDR Central)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Latitude (s): 19º52’55”
Longitude (W.Gr): 40º52’31”
Região: Central Serrana
Território: Noroeste

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições
Em 1882, doze famílias vindas da Itália chegaram a Itarana. Elas eram: Daleprani, De Martin, Fiorotti, Meneghel, Fardin, Coan, Rabbi, Toniato, Denardi, Perin, Mazzo e Bergamaschi. Por coincidência do destino, muitos deles figuram nas páginas dos livros como fundadores de Itarana.

Na localidade onde hoje se encontra Limoeiro, já estava fixado Antônio Gonçalves Ferreira que juntamente com outros empregados deram início as primeiras construções e edificações da futura Vila de Figueira de Santa Joana.

O primeiro nome da cidade deu-se ao fato de que, após uma difícil jornada, descansaram debaixo de frondosa figueira, cuja localização até hoje é discutível, uma vez que alguns afirmam que ficava onde hoje se encontra a Igreja Matriz, outros, que o local da figueira é onde está hoje o campo do Flamengo, e próxima a um rio, até então sem nome, e que passou a ser chamado de Santa Joana, talvez pela proximidade da festa de Santa Joana Francisca e Santa Joana Isabel, celebradas pela Igreja Católica, no período de 21 a 26 de agosto, uma vez que de acordo com os historiadores os imigrantes teriam chegado a sede de Itarana em 1.º de agosto.

De acordo com a história, naquele mesmo período também chegaram os primeiros imigrantes alemães, vindos de uma região hoje extinta, a Pomerânia.

A família Schultz, segundo relatos históricos, foi a primeira a chegar, formando logo uma comunidade de luteranos. A comunidade formada pelos luteranos ainda hoje conserva os valores e tradições como a língua, a dança, a culinária e tantos outros que efetivamente deram importante participação no desenvolvimento do Município. Com a chegada dos pomeranos, inicia-se também a pluralidade religiosa, já que estes trouxeram consigo uma nova religião: a Luterana.

Pelo Decreto Lei n.º 15.177 de 31 de dezembro de 1943, Figueira de Santa Joana passou a denominar-se Itarana. No dia 17 de fevereiro de 1915 foi instalado oficialmente o Município de Itaguaçu.

No dia 13 de dezembro de 1963, sob a Lei 1910, aconteceu a emancipação política de Itarana. A instalação do Município e a posse do primeiro Prefeito foram a 18 de abril de 1964.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

O município de Itarana localizado na Região Central do Estado do Espírito Santo, limitando-se ao Norte com o Município de Itaguaçu, ao Sul com Santa Maria de Jetibá, a Leste com Santa Teresa e a Oeste com Afonso Cláudio e Laranja da Terra. Estando a 127 km da capital do Estado. Possuindo 450 km de estradas vicinais e 73 km de estradas intermunicipais.

Itarana não possui distritos e sim comunidades: Sede; Bom Destino e Alto Bom Destino, Barra do Sossego, Pedra Alegre, Ferrugem, Baixo Sossego, Sossego, Santa Helena, Matutina, Santo Antônio do Sossego, Alto Sossego, Guacho, Guarataia, Palmital, Praça Oito, Barra do Limoeiro, Limoeiro do Caravágio, Limoeiro de Santo Antônio e Alto Limoeiro, Macuco, Alto Limoeiro Jatibocas, Barra de Jatibocas, Jatibocas, Alto Jatibocas, Barra Encoberta, Alto Barra Encoberta; Santa Rosa, Alto Santa Joana, Alto Bananal e Santa Joana; Bela Veneza.

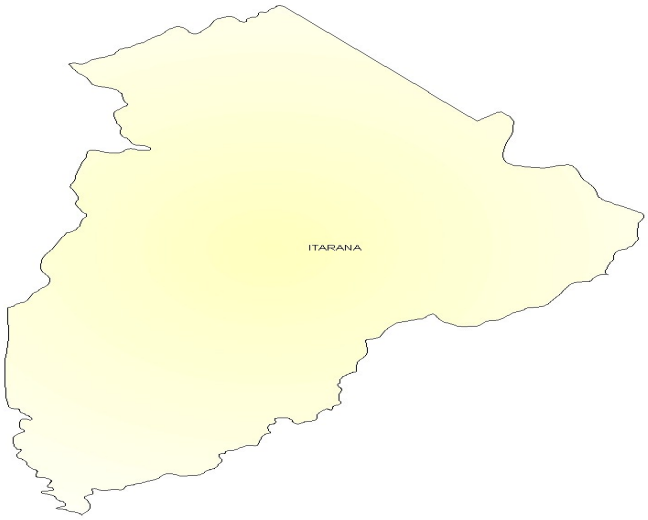


Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Itarana ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 31º lugar (0,741), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**4095**
Homens	1933
Mulheres	2162
Rural	**6786**
Homens	3523
Mulheres	3263

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Itarana o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	ASSENTAMENTO MATUTINA	Assentamento Federal	20
2	ASSOCIAÇÃO BOM DESTINO	Crédito Fundiário	09
3	ASSENTAMENTO SOSSEGO	Crédito Fundiário	03
4	ASSENTAMENTO IRMÃOS GUEDES	Crédito Fundiário	03
5	ASSENTAMENTO PRIMEIRA NOVA TERRA	Crédito Fundiário	03

Fonte: INCAPER/ELDR Itarana 2010.

A estrutura fundiária de Itarana retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Itarana	697	504	47	1	1.249

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

Solo: De acordo com o Mapa do Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Espírito Santo (1971), os solos do município de Itarana são classificados em:

- LVd3 → Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico A, sendo um solo moderado, textura argilosa, fase floresta subperenifólia, relevo montanhoso e fortemente ondulado;
- LVd5 → Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico A, sendo um solo moderado, textura argilosa, fase floresta subcaducifólia, relevo fortemente ondulado.

Principais Cursos D' águas: Rio Santa Joana, Rio Jatibocas, Rio Limoeiro de Santo Antônio, Ribeirão Barra Encoberta, Córrego Limoeiro do Caravágio, Córrego Santa Rosa, Córrego Sossego e Córrego Bananal. O rio Santa Joana é o principal curso d'água, recebendo todos os demais, após atravessar o município de Itaguaçu, deságua no Rio Doce.

Cobertura Florestal: Resquícios de Mata Atlântica é da ordem de 7% (sete por cento), devastada em função das implantações das lavouras agrícolas, sobretudo nas encostas.

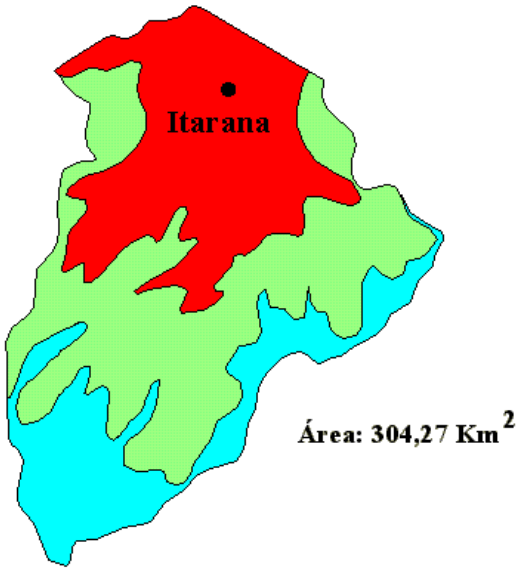
A vegetação das partes mais baixas deu lugar a lavouras temporárias e pastagens.

Precipitação pluviométrica: Através das observações realizadas na Estação Climatológica de Itarana, durante 28 anos, é apresentado abaixo o volume de chuvas para o município. A Estação Climatológica de Itarana está localizada na latitude 19º 52' S e longitude 40º 53' W, numa altitude de 245 m.

Topografia:

Declividade (%)	Classificação do Relevo	Área (km^2)	% do Município
até 8	Plano	29,91	10
de 8 a 45	Ondulado	89,73	30
de 45 a 75	Montanhoso	149,55	50
Maior de 75	Escarpado	29,91	10
Total	**-**	**299,1**	**100**

Figura 2 - Zonas Naturais do Município de Itarana



ZONAS NATURAIS			ÁREA (%)
Zona 1		Terras frias, acidentadas e chuvosas	21,80
Zona 3		Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca	44,30
Zona 6		Terras quentes, acidentadas e secas	33,90

Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

Algumas características das zonas naturais[1] do município Itarana

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	N° Meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 1: **Terras Frias, Acidentadas e Chuvosas**	7,3 – 9,4	25,3 - 27,8	> 8%	3,0	U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 3: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Transição Chuvosa/Seca**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	4,5	U	U	U	U	P	S	S	S	S	U	U	U
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	7	U	P	P	P	S	S	S	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;
[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

O município de Itarana não apresenta nenhuma unidade de conservação oficial (Federal, Estadual ou municipal), ou seja, Reservas Florestais; Biológicas, RPPN e outras. Destaca-se no município o grande número de averbações de áreas de reserva legal em cartório com um total de 409 (quatrocentos e nove) propriedades rurais correspondendo a um percentual de 39,70 % totalizando uma área de 2.374 ha.

Os principais problemas ambientais estão relacionados com a redução drástica da cobertura florestal de forma indiscriminada trazendo consequências diretas para os solos e recursos hídricos. Aliado a este fator acrescenta a presença de práticas inadequadas de cultivo nestas áreas de encosta, contribuindo para o empobrecimento destes solos com surgimento de processos de desertificação totalizando uma área de 61,0 ha. Na área dos recursos hídricos constatamos uma queda na qualidade e quantidade deste recurso nos principais cursos de água.

1.4 Organização social

Conselhos Municipais Existentes:

- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: 14 membros.
- Conselho Municipal de Saúde: 16 membros.
- Conselho Municipal de Assistência Social: 8 membros.
- Conselho Municipal de Turismo: ainda não homologado.
- Conselho Municipal de Educação: 9 membros.
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: 8 membros.
- Conselho Tutelar: 5 membros.
- Conselho de Defesa Civil: 7 membros.

O número de associações ligadas agricultura familiar (5) ainda é pequeno quando comparado ao número de micro bacias (11) do município, onde o ideal seria ter uma por cada micro região. Ressaltamos também que este número de organizações rurais tem crescido significativamente nos últimos anos, fato este relacionado diretamente com o trabalho significativo de algumas associações que estão servindo de exemplo.

Diante desta realidade podemos afirmar claramente que a maioria dos grupamentos formais ainda carece de um trabalho mais sistemático e organizado em torno dos princípios do associativismo. Contudo, percebemos avanços nas associações que fazem o seu diagnóstico e planejamento de suas ações e buscam apoio da ATER oficial para atendimento nos pleitos, onde são orientados nos seus planos de ações.

O INCAPER tem priorizado o atendimento com os grupamentos formais por entender que é uma maneira mais eficaz de atingir o seu público alvo, diante de toda a sua demanda, com isso as nossas metas contemplam ações de gestão para estas organizações rurais. Vale ressaltar que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é muito atuante. Seus conselheiros reúnem-se mensalmente para discutirem propostas e projetos de desenvolvimento para a agricultura familiar do município.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação dos Produtores Rurais de Bela Veneza- APRBV	Bela Veneza	24	Cafeicultura e cultivo do Taro
2	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sossego-APREPUS	Sossego	21	Grupo de Mulheres; Cafeicultura
3	Associação Pomerana de Jatibocas-APJ	Jatibocas	18	Cafeicultura
4	Associação dos Peq. Produtores Rurais de Jatibocas- APEPRAJ	Jatibocas	15	Cafeicultura; Olericultura
5	Associação dos Produtores Rurais de Praça Oito- APO	Praça Oito	09	Cafeicultura
6	Associação Peq.Prod. Rurais do Vale do Loriato- APREVALE	Sossego	16	Qualidade da Banana
7	Associação Ambiental Figueira de St. Joana	Sede	24	Educação Ambiental
8	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Sede	4.000	Assistência social; Médica e Jurídica
9	Sindicato Rural de Itarana	Sede	157	Assistência Social; Jurídica e Treinamentos.
10	Sindicato dos Servidores Públicos Municipal	Sede	106	Assistência Social e Jurídica.
11	Coop. Agropecuária dos Produtores de Itarana-CAPIL	Sede	153	Comercialização de Insumos
12	Cooperativa Agropecuária Centro Serrana- COOPEAVI	Sede	250	Comercialização de Insumos
13	Cooperativa Agropecuária de Itaguaçú- ITACOOP	Sede	21	Comercialização de Insumos

Fonte: INCAPER/ELDR Itarana 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	REPRESENTANTES DA SEMAMA	EFETIVO: Álvaro Henrique Piorotti SUPLENTE: Geraldo Francisco Cícero Pinto
2	REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL	EFETIVO: Laudelino Grunewald SUPLENTE: José Félix Cordeiro
3	REPRESENTANTES DO INCAPER	EFETIVO: César Santos Carvalho SUPLENTE: Jean Carlos Daré
4	REPRESENTANTES DO IDAF	EFETIVO: José Carlos Nunes SUPLENTE: Antônio Mauro G. Rossoni
5	REPRESENTANTES SINDICATO PATRONAL	EFETIVO: Renilton Scardua Júnior SUPLENTE: Sérgio H. Mendes da Silva
6	REPRESENTANTES DA SEMECD	EFETIVO:Dalva Regina Martinelli Meneghel SUPLENTE: Aline Chiabai Costa Franco
7	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITARANA	EFETIVO: Josimar Knaak SUPLENTE: Alcides Koop
8	REPRESENTANTES REGIÕES ALTAS	EFETIVO: Mirlone Holz SUPLENTE: Lutero Klug
9	REPRESENTANTES DAS REGIÕES PRÓXIMAS À SEDE	EFETIVO: Paulo Daniel Fiorotti SUPLENTE: Áurea Helena Herzog da Silva
10	REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO	EFETIVO: José Maurício Santos SUPLENTE: João Henrique Valin
11	REPRESENTANTES DA CAPIL	EFETIVO: Luciano Fiorotti SUPLENTE: Adilza Marquez Rizzi
12	REPRESENTANTES DO INCRA	EFETIVO: Adelar Borges SUPLENTE: João Paulo Guedes
13	REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO	EFETIVO: Thiago Basílio de Souza SUPLENTE: Ricardo F. de Souza Júnior
14	REPRESENTANTES DAS REGIÕES BAIXAS	EFETIVO: Antônio Henrique Dubke SUPLENTE: Carlos Jacob

Fonte: INCAPER/ELDR Itarana 2010.

1.5 Aspectos econômicos

Atividade Cafeeira: A cultura cafeeira reveste-se de grande importância, para o município de Itarana, pela geração de renda nas propriedades, pela obtenção de divisas e impostos para o município, pela transferência de renda aos outros setores da economia, pela contribuição à formação de capital no setor agrícola do município, além da expressiva capacidade de absorção de mão de obra.

O café é um dos produtos primários de maior valor na economia de Itarana. Seu cultivo, processamento, comercialização e transporte propiciam empregos a população do município, sendo este produto crítico para sua economia e desenvolvimento. O café é uma *commodity* facilmente comercializada no município e em qualquer outra região. A produção de café arábica correspondendo por cerca de 73,8% da produção cafeeira do município, contra 26,2% de café conilon. Mais de 60% da área de café conilon é irrigada.

Existem no município cerca de 3.600 pessoas envolvidas diretamente com a cafeicultura, sendo que todo o setor agrícola gera em torno de 5.200 empregos. Outro ponto de relevância é que cerca de 85% do total das propriedades rurais existentes no município produzem café. O café arábica (*Coffea arabica* L.) cultivado em altitudes de 400 a 1200 m, ocupa atualmente cerca de 75% da área total de café do Município e possui forte oscilação natural na produção anual devido ao efeito da bienalidade, sendo este fato bem menor no café conillon (*Coffea canephora* Pierri) que ocupa cerca de 25% da área, em altitudes inferiores 400-500 m (Incaper / Semana, s.d.).

Pecuária Bovina: O rebanho bovino é de aproximadamente 9000 animais, distribuídos em 279 propriedades e ocupando uma área aproximada de 10.341,0 hectares de pastagens.

O crescimento da atividade prevaleceu até a década de noventa, com pequenos ganhos de produtividade, utilizando-se predominantemente pastagens de colonião, jaraguá e angola.

A partir da década de noventa, em função da implementação dos programas de crédito orientado, mudanças tecnológicas significativas passaram a ocorrer. A partir da década de 90, novas forrageiras foram introduzidas, destacando-se a *Brachiaria brizantha*, forrageira resistente à cigarrinha das pastagens. Mais recentemente, sucessivos lançamentos de novas espécies têm ocorrido, com destaque para os tanzânia, grama australiana e tifton.

Agroindústria:
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sossego (APEPRUS): 80 kg/mês de doce de frutas.
Queijaria Família Lambert: 1000 kg/mês.
Queijaria Família Pereira das Posses: 500 kg/mês.
Aguardente Domada: 30.000 l/ano.
Aguardente Itaraninha: 50.000 l/ano.
Serraria de Processamento de Eucalipto (7 unidades): 100.000 caixas tipo “K” por mês.

Comercialização

Café: Compradores regionais de Itarana e municípios vizinhos.

Olerícolas e frutas: CEASA-ES, CEASA-MG (BH), CEASA-MG (G. Valadares), CEASA-RJ, ExtraBOM, Hortifruti, norte do ES e outros Estados (BA, MG, PE, RJ, RS, SE).

Pecuária de Corte: Frigorífico Colatina (FRISA), açougues e invernistas da região.

Pecuária de Leite: Perímetros Urbanos (leite cru); Comércio local; Italat (Itaguaçu); Laticínio Bimbo - Labem (Itaguaçu); Laticínio Colatina (Colatina); Laticínio CAPEL (Resplendor-MG).

Eucalipto: Cerâmicas (lenha, pó de serra, aparas, etc.); fábricas de caixas tipo K (essas caixas são vendidas a horticultores locais, de outros municípios e outros estados);

Construção Civil (varões, escoramentos, taipas, ripas, ripões, etc.); Indústria de Tratamento de Madeira (postes, estacas, moirões, etc.); pecuaristas (estacas para cerca), além de lenha para padarias, restaurantes e residências locais.

Cana de açúcar: Fábricas de aguardente.

Milho, arroz, feijão e mandioca: Consumo interno do Município.

Indústria Caseira: Comércio Local e Grande Vitória.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	36,74
Indústria	8,44
Comércio e Serviços	54,81

Fonte:http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Abóbora	10	10	140	14000	14000
Alho	15	15	90	6000	6000
Arroz	10	10	25	0	0
Banana	125	125	3125	25000	25000
Beterraba	5	5	77	15400	15400
Cacau	30	15	6	400	400
Café	5000	4750	5765	17469	82978
Cana	45	45	2700	60000	60000
Coco-da-baía	5	5	75	15000	15000
Feijão – Safra 1	80	80	72	0	0
Feijão – Safra 2	50	50	50	0	0
Goiaba	5	5	150	30000	30000
Inhame	140	140	2100	15000	15000
Laranja	4	4	28	7000	7000
Limão	100	84	1218	14500	14500
Mamão	15	15	900	60000	60000
Mandioca	10	10	180	18000	18000
Manga	80	55	825	15000	15000
Milho – Safra 1	200	200	480	2400	2400
Palmito	20	20	60	3000	3000
Quiabo	60	60	1320	22000	22000
Repolho	30	30	1260	42000	42000
Tomate	100	100	8000	177777	17778
TOTAL	**6139**	**5833**	**28646**	**559946**	**115489**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Itarana	Bovino	8.641	8.843
	Suíno	1.750	960
	Caprino	300	309
	Ovino	150	155
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	10.000	10.300
	Galinha	5.000	5.150
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Itarana	Leite	1688	2289
	Ovos de Galinha	124	128
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	25	31

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	130,0
OUTROS PEIXES	(X)	Produção em Tonelada	650, 0 T
QUAIS? Carpa; Piau; Pintado; Trairão.		Produtor Nº	250
ALEVINOS	TILÁPIA (X)	Área utilizada em ha	27,0
	OUTROS PEIXES (X)	Produção em Tonelada	66,0 T
	QUAIS? Carpa; Piau; Pintado; Trairão.	Produtor Nº	01

Fonte: INCAPER/ELDR Itarana 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	06
2	Artesanato	03
3	Agroturismo	03

Fonte: INCAPER/ELDR Itarana 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

O município de Itarana apresenta-se com grande variação na sua topografia trazendo nos seus vales abundância de recursos hídricos com presença marcante de cachoeiras aliado a grandes afloramentos rochosos contribuindo assim para um grande potencial turístico. Os pontos turísticos marcantes do município são: Pedra da Onça, Capela de Santa Luzia, Reserva Ecológica Ângelo Maniero, Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, Pesque-pague Pedra da Onça, Pesque-pague Dois Amores, cachoeiras, igrejas, dentre muitos outros.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 11 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Conselho Municipal de Des. Rural Sustentável	Conselheiros	20/10/2010	09
2	Asso. dos produtores Rurais de Bela Veneza	Associados	04/11/2010	23
3	Asso. Pomerana de Jatibocas	Associados	16/11/2010	17
4	Asso. dos Produtores da Praça Oito	Associados	16/11/2010	06

Fonte: INCAPER/ELDR Itarana 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município.

Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente

- **Potencialidades**

- Existência de uma Central de recebimento de embalagens de agrotóxicos;
- Parte alta do município com boa cobertura florestal;
- Boa distribuição dos recursos hídricos no seu território;
- Belezas naturais e paisagísticas;
- Presença de órgãos de fiscalização ambiental no município;
- Ministério Público atuante;
- Boa consciência da população com relação aos aspectos ambientais

- **Problemas**

- Má utilização dos recursos hídricos;
- Erosões em áreas de cultivo;pastagem e estradas;
- Uso inadequado de agrotóxicos;
- Estradas e carreadores construídos de forma inadequada;
- Descarte inadequado de embalagens de agrotóxicos;
- Construções de poços escavados as margens de cursos d'água;
- Deficiência na construção de barramentos e em número insuficiente;
- Predomínio de sistemas de irrigação inadequado com má utilização gerando escassez de recursos hídricos;
- Ausência de coleta seletiva do lixo;
- Deficiência de fossas sanitárias;

Econômico/Produtivo

- **Potencialidades**

- Condições edafoclimáticas propícias para o cultivo do café conilon e arábica;
- Existência de produtores agregando valor com produção de café arábica de qualidade;
- Tradição de cultivos de café que geram renda e emprego;
- Condições edafoclimáticas diversificada para as atividades de olericultura e fruticultura;
- Predominância de pequenas propriedades rurais e tradição na agricultura familiar;
- Excelente frota municipal a disposição do setor agropecuário;
- Alta demanda por produtos florestais e mercado consumidor próximo;

- **Problemas**

- Baixa produtividade dos setores da cafeicultura;fruticultura e silvicultura;
- Baixa qualidade dos cafés produzidos;
- Dificuldade de gestão da produção;
- Pouca disponibilidade de mudas de qualidade para o setor da fruticultura;
- Mão de obra desqualificada para a fruticultura;
- Baixo rendimento dos povoamentos florestais;
- Falta de matéria-prima de eucalipto para as construções rurais;
- Desconhecimento das potencialidades das espécies florestais;
- Sistema caraterizado de compra de café;
- Dificuldade de comercialização direta entre produtores e compradores;

Social

- **Potencialidades**

- Predomínio da agricultura familiar;
- Existência de Sindicados rurais e Cooperativas no município;
- Programa de rádio do Incaper local;
- Existência de boa administração de organização rural/associação;
- Boa distribuição de escolas e postos de saúde no seu território;
- Excelente rede de estradas vicinais com boas condições de transito;
- Existência de uma estação metereológica;

- **Problemas**

- Êxodo Rural;
- Alcoolismo e drogas ilícitas no meio rural;
- Associações rurais desestruturadas;
- Deficiência da cultura do associativismo;
- Deficiência na quantidade de organizações rurais;
- Deficiência no sistema(sinal) da telefonia celular;
- Índice alto de furtos no meio rural;

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Itarana

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	537
Assentados	
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	30
Outros Públicos	10
Somatório	**577**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	
Projeto Contratado	
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	-
Inclusão/Apoio a feiras	-
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	-

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	50	20	20	1	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	4
Café Conilon	50	30	10	1	4	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	4
Fruticultura	215	50	22	3	2	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	15
Olericultura	10	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Pecuária	30	20	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e Aquicultura	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	120	40	35	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	100	45	29	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	15
Atividades Rurais Não Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	2	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		-	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somatório	**577**	**230**	**121**	**43**	**9**	**1**	**12**	**1**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**19**	**0**	**47**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, L. L. F. de; SEDIYMA, G. C.; GUIDONI, A. L. - **Probabilidade de precipitação mensal e anual para o Estado do Espírito Santo.** Cariacica, ES, EMCAPA, 1981. 84 p. (EMCAPA – Boletim Técnico nº 07).

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ITARANA – CMDRI. **Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável 2003/2004.** Itarana: Semama / Incaper, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – INCAPER. **Programa de desenvolvimento da cafeicultura.** s.d. (http://www.incaper.es.gov.br/programas)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL DE ITARANA – PDLS. Itarana: PMI e ELDR do Incaper de Itarana, 2008/2009.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DE ITARANA – DRS. Itarana: Banco do Brasil e ELDR do Incaper de Itarana, 2008.

PROJETO SOSSEGO. Itarana: UFES e Incaper de Itarana, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

MANTENÓPOLIS

http://pt.wikipedia.org/wiki/manten%c3%b3polis

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Mantenópolis

Marlúcia Braga de Oliveira

Delma Suely do Nascimento Santiago

Erick Rodrigues Dias

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal de Mantenópolis

Secretaria Municipal de Agricultura

CMDRS

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mantenópolis

Central das Associações

SENAR

SEBRAE

Escolas do Município

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

José Carlos Grobério (MDR Oeste)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

O município limita-se ao norte com o Estado de Minas Gerais e com o município de Barra de São Francisco; ao sul com os municípios de Alto Rio Novo e Pancas; a leste com o município de Águia Branca e, a oeste com o Estado de Minas Gerais. Dista de Vitória 262 quilômetros. O município encontra-se localizado nas coordenadas geográficas latitude -18.863 e longitude -41.123 na Região Noroeste e no Território Norte do Espírito Santo.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

Em 1928, Alexandrino José Ribeiro fixava residência na região que, mais tarde, constituiria o município de Mantenópolis. Graças ao seu dinamismo e outros cidadãos de igual temperamento que a ele se juntaram, a floresta espessa de então foi cedendo lugar a fazendas e terrenos apropriados à lavoura. Surgiram povoados que, paulatinamente se desenvolviam com afluência de novos elementos, principalmente vindos de Minas Gerais em busca de terras férteis e próprias ao cultivo do café. Em 1948, é descoberta importante lavra de cristal que motivou a intervenção do tenente Floriano Rubim para estabelecer a ordem local.

Dado o progresso da região, Floriano Rubim submeteu à Assembleia Legislativa anteprojeto de lei dispondo sobre a criação do município de Mantenópolis. Aceita aquela proposição, surge finalmente à lei nº 779, de 9 de dezembro de 1953, criando o município de Mantenópolis, com território desmembrado do de Barra de São Francisco. Sua instalação, entretanto, verificou-se a 07 de janeiro de 1954.

Ainda por iniciativa do Tenente Floriano Rubim, também deputado estadual, a Lei nº 926, de 08 de julho de 1955, cria a Comarca de Mantenópolis, a qual se instalou em 25 de Agosto de 1955. O primeiro prefeito eleito foi o Sr. Vicente Amaro da Silva.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

O município de Mantenópolis possui uma área de 320 Km2 (0,70 % do território estadual). Limita-se ao norte com o Estado de Minas Gerais e com o município de Barra de São Francisco; ao sul com os municípios de Alto Rio Novo e Pancas; a leste com o município de Águia Branca e, a oeste com o Estado de Minas Gerais. Seus principais distritos são: São Geraldo, São José e Santa Luzia.

Total de Comunidades: 20

Estradas vicinais: 250 Km

Estradas Intermunicipais: 82 Km

Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Mantenópolis ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 70º lugar (0,683), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**8647**
Homens	4204
Mulheres	4443
Rural	**4965**
Homens	2601
Mulheres	2364

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Mantenópolis o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

A estrutura fundiária de Mantenópolis retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Assoc. Agricultores Familiares Cº. Monte Santo	Crédito Fundiário	6
2	Assoc. Agricultores Familiares Alto Manteninha	Crédito Fundiário	7
3	Assentamento Padre Pedro Pase	INCRA	37
4	Assentamento Florêncio Tozzo	INCRA	
5	Assoc. Agricultores Familiares do Cab. Manteninha	Crédito Fundiário	8
6	Assoc. dos Agricultores Familiares Afluente São José	Crédito Fundiário	6

Fonte: INCAPER/ELDR Mantenópolis, 2010.

Mantenópolis caracteriza-se como um município de agricultura familiar, isto se destaca pelo fato mais de 90% das propriedades rurais possuírem uma área menor de 4 módulos fiscais, e a maior fonte de renda do município ser proveniente da agricultura, principalmente o café arábica, que concentra o maior número de empregos gerados na agricultura, com um número expressivo de comodatários e parceiros, além de possuir 3 assentamentos rurais com um total de 50 famílias assentadas.

No município não existem assentamentos rurais e a estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Mantenópolis	957	430	56	3	1.446

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

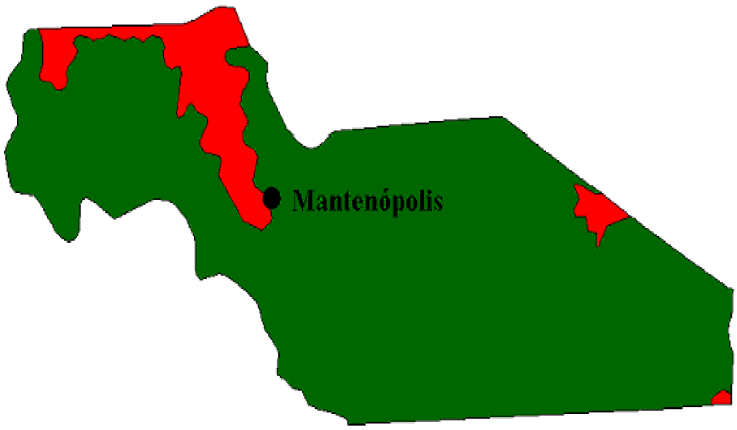
Apresenta topografia fortemente ondulada e montanhosa (localiza-se na Serra dos Aimorés), com predominância do solo classificado como Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico, com fertilidade que varia de média a baixa e PH em torno de 5,0. Encontra-se no município, em menores proporções, Associação de Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico + Terra Roxa Estruturada Similar Eutrófica, onde a fertilidade varia de média a alta e PH de 5,5 e 65.

Possui 50,56% de suas áreas com declividade abaixo de 30%. As altitudes verificadas no Município estão compreendidas entre 420 m na sede do município e 916 m no distrito de São José.

As bacias hidrográficas do Município são as do Rio Doce Suruaca- 128 Km2 (Rio São José) e São Mateus- 192 Km2 (Ribeirão Manteninha), tendo como destaque o Rio São José que nasce no Município. A temperatura média gira em torno de 22º C acentuando-se a precipitação pluviométrica no período de novembro a fevereiro. O Município possui 4 distritos a saber: Sede, São Geraldo, São José e Santa Luzia.

É bem servido de estradas, com boas condições de acesso à Sede, interligando todas as comunidades, possuindo também uma rodovia asfaltada ligando-o à Vitória, capital do Estado, num percurso de 262 km.

Figura 2 - Zonas naturais do município Mantenópolis



Zonas naturais			Área (%)
Zona 2		Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas	96,7
Zona 6		Terras quentes, acidentadas e secas	3,3

Algumas características das zonas naturais[1] do município Mantenópolis

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
					Meses secos, chuvosos/secos e secos[1]											
	Média mín. mês mais frio (°C)	Média máx. mês mais quente (°C)	Decli-vidade	Meses secos[1]	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 2 ➔ Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas	9,4 – 11,8	27,8 – 30,7	> 8%	3,5	U	P	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 6 ➔ Terras quentes, acidentadas e secas	11,8 – 18,0	30,7 – 34,0	> 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);

[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;

[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

As ações voltadas para a conservação do meio ambiente têm tomado proporções maiores a cada ano, com trabalhos de conscientização da população e trabalhos conservacionistas junto aos produtores rurais. O município possui grande quantidade de nascentes e cursos d'água oriundos destas nascentes que tem recebido muita atenção no sentido de preservá-las. A cobertura com matas alcança um total de 278 propriedades, com uma área de cerca de 1891 ha, perfazendo um total de 0,522% da cobertura vegetal do município, estas matas tem sido preservadas em função da consciência e da obrigatoriedade.

1.4 Organização social

Mantenópolis conta com a presença de associações de agricultores e uma Central, que, juntas desenvolvem atividades com o objetivo de desenvolver a Agricultura Familiar. O associativismo vem crescendo consideravelmente no município como fruto de trabalhos de conscientização e mobilização dos agricultores pelos mais diversos segmentos ligados ao setor agrícola.

Por meio da organização dos produtores em associações específicas por grupos produtivos ou por comunidades, vários projetos de diversificação agrícola e inovação tecnológica estão sendo implantados com apoio direto do poder público em todas as suas esferas. As associações (de interesse agrícola ou não) estão ligadas à Central das associações de Mantenópolis que direciona as atividades a serem fomentadas por cada associada.

Programas e Projetos de grande relevância produtiva e social estão sendo desenvolvidos no município, tais como: PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, PRONAF, PRONAF CAPIXABA, Polo Diversificado de Fruticultura, Polo de Manga, Crédito Fundiário, Assentamentos Agrícolas, Programa de Habitação Rural, Projeto Mulheres Empreendedoras e Inclusão Social, Campo Sustentável, Olhos D'água, PSA – Programa Pagamento por Serviços Ambientais, Programa de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar, PROJOVEM e Programa de Valorização do Jovem Rural, etc.

Estão presentes também os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, com 1.250 sócios e o Sindicato Rural com 50 sócios. O CMDR foi reestruturado e tem se reunido regularmente para discutir e gerenciar as atividades de interesse da Agricultura Familiar.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação Peq. Produtores Rurais de Mantenópolis	Mantenópolis	22 famílias	. Venda Coletiva Leite . PAA .Mulheres Emp. Inclusão Social
2	Associação Peq. Prod. Rurais do C º. do Rochedo	Cº. do Rochedo	17 famílias	. PAA .Mulheres Emp. Inclusão Social
3	Associação Peq. Prod. Rurais do Cº. dos Deitados	Cº. dos Deitados	18 famílias	. Venda Coletiva Leite .Compra Coletiva Suplemento .PAA .Mulheres Emp. Inclusão Social
4	Associação Peq. Prod. Rurais Cab. do Córrego Frio	Cº. Frio	18 famílias	.Pronaf Capixaba (Lav. de Café) .PAA .Mulheres Emp. Inclusão Social
5	Associação de Peq. Prod. Rurais do Alto S. Francisco	Alto São Francisco	52 famílias	.Pronaf Capix. (Botijão Semem) .PAA ..Mulheres Emp. Inclusão Social
6	Associação dos Produtores Rurais Córrego do Ouro	Cº. do Ouro	26 famílias	.Venda Coletiva de Leite .Compra Coletiva Suplemento .Aquis. Maq. e Secador de Café (em andamento SEAG) .PAA .Mulheres Emp. Inclusão Social
7	Associação Escola Família Agrícola	Placa	120 famílias	.Mulheres Emp. Inclusão Social .Pronaf Capixaba (Estufa de hidroponia)
8	Associação Alto São José II	Alto São José II	32 famílias	.Secador de Café (SEAG) .Pronaf Capixaba (Sala de

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
9	Associação de Produtores Orgânicos	Mantenópolis	20 família	Degustação e Torref. de Café) .Venda Coletiva de Café .Compra Coletiva de Insumos .PAA .Mulheres Emp. Inclusão Social .PAA
10	Associação dos Feirantes	Mantenópolis	50 famílias	.Mulheres Emp. Inclusão Social .Venda para Merenda Escolar .Centro de Comercialização “Terra Viva” .Pronaf Capix. (Caixa Contenção) .Projeto p/ aquisição de Balanças (em andamento) .Const. Galpão (em andamento)
11	Associação Capinópolis	Placa	12 famílias	.PAA .Mulheres Emp. Inclusão Social .Pronaf Capix. (Lavador de Café)
12	Assoc. dos Agric. Fam. do Assent. Padre Pedro Pase	Assentamento Padre Pedro	28 famílias	.PAA .Mulheres Emp. Inclusão Social .PAA .Mulheres Emp. Inclusão Social .Compra Coletiva de Insumo
13	Associação dos Agric. Rurais do Córrego das Flores	Cº. das Flores	30 famílias	.Pronaf Capix. (Maq. Pilar Arroz) .Venda Coletiva de Le

Fonte: INCAPER/ELDR Mantenópolis, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Presidente	EFETIVO: Geraldo Magelo Xavier SUPLENTE: Não existe
2	Secretaria de Agricultura	EFETIVO: Melchisedec Batista de Souza SUPLENTE: Não existe
3	Secretaria de Educação	EFETIVO: Eliomar Rocha de Oliveira SUPLENTE: Não existe
4	Secretaria de Sáude	EFETIVO: Reomar Robadel SUPLENTE: Não existe
5	Legislativo	EFETIVO: Pedro José Luiz SUPLENTE: Não existe
6	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	EFETIVO: Gerson Gonçalves de Laia SUPLENTE: Não existe
7	Sociedade Civil	EFETIVO:Sebastião Guimarães de Almeida SUPLENTE: Não existe
8	Sociedade Civil	EFETIVO: Baltazar Laurindo Alves SUPLENTE: Não existe
9	Sociedade Civil	EFETIVO: Ailes de Souza Lima SUPLENTE: Não existe
10	Sociedade Civil	EFETIVO: Joarez Correia Pena SUPLENTE: não existe
11	Produtores Rurais	EFETIVO: José Freitas de Souza SUPLENTE: Não existe
12	INCAPER	EFETIVO: Érick Rodrigues Dias SUPLENTE:Não existe

Fonte: INCAPER/ELDR Mantenópolis, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	26,21
Indústria	8,81
Comércio e Serviços	64,98

*Fonte:*http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Banana	50	35	147	4200	147
Café	4550	4300	532	184400	792920
Coco-da-baía	8	8	96	12000	96
Feijão – Safra 1	40	40	24	0	0
Feijão – Safra 2	12	12	7	1750	21
Laranja	18	18	108	6000	108
Manga	25	5	60	12000	60
Milho – Safra 1	60	60	79	1320	79
TOTAL	**4763**	**4478**	**6053**	**221670**	**793431**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Mantenópolis	Bovino	26.162	12.403
	Suíno	770	810
	Caprino	115	110
	Ovino	-	-
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	6.100	6.000
	Galinha	3.800	3.900
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Mantenópolis	Leite	2637	1930
	Ovos de Galinha	24	26
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	1	1

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	3
OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada	12
QUAIS?		Produtor Nº	20

ALEVINOS	TILÁPIA	( )	Área utilizada em ha	-
	OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada	-
	QUAIS?		Produtor Nº	-

Fonte: INCAPER/ELDR Mantenópolis, 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	20
2	Artesanato	80 artesãos
3	Agroturismo	-

Fonte: INCAPER/ELDR Mantenópolis, 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

O município pertence à Região Doce Pontões Capixabas, porém são tímidas as iniciativas para o desenvolvimento do Turismo Rural. Estão sendo implantados estabelecimentos tipo Pesque e Pague como forma de agregar valor à Piscicultura, que também é uma atividade que vem se despontando como alternativa de renda. Observa-se também iniciativas nas atividades de turismo radical, em particular o Vôo Livre, como forma de explorar a topografia acidentada da região. O Conselho Municipal de Turismo está em fase de implantação.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 11 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Cº. Manteninha	Agric. Familiar	16/09/10	7
2	Cº. das Flores / Beija Flor	Agric, Familiar	01/10/10	12
3	Cº. Frio	Agric. Familiar	04/10/10	12
4	Cº. Boa Sorte / Cº. Manteninha	Agric. Familiar	05/10/10	16
5	São José	Agric. Familiar	06/10/10	8
6	São José	Agric. Familiar	08/10/10	12
7	Sede	Agric. Familiar	03/11/10	16
8	Secretaria Municipal Agricultura	Técnicos	10/11/10	17

Fonte: INCAPER/ELDR Mantenópolis, 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município.

Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente
• **Problemas** - Degradação do córrego São José e do Córrego Manteninha - Uso Indiscriminado de Agrotóxico - Desmatamento em áreas de APP - Falta de recolhimento das embalagens de agrotóxicos - Falta de fossas sépticas - Longo período de estiagem - Falta de práticas para preservação do meio ambiente - Cabeceiras e mananciais sem cobertura vegetal • **Potencialidades** - Projetos de preservação de nascentes - Incentivo ao reflorestamento - Implantação do programa de pagamento por serviços ambientais - Remanescentes de matas

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Variedades pouco produtivas de café
- Alto custo de insumos
- Baixa qualidade do café
- Monocultura do café
- Poucas alternativas de comercialização de produtos agrícolas
- Pastagens degradadas
- Preço baixo do leite
- Baixo padrão genético do gado bovino

- **Potencialidades**

- PAA
- Alimentação escolar
- Fortalecimento das associações
- Acesso ao crédito rural
- Capacitação dos agricultores no âmbito de busca de qualidade do café e diversificação agrícola.

Social

- **Problemas**

- Condições de vida insatisfatórias da família rural por falta de informações básicas de Educação Alimentar, Educação Sanitária e Economia Doméstica.
- Baixo número de hortas e pomares domésticos e criação de pequenos animais.
- Perda do excedente da produção por falta de conhecimento de indústria caseira para agregação de valor.
- Desqualificação da mão de obra feminina rural.
- Baixo poder aquisitivo da Família Rural

- **Potencialidades**

- Existência de um espaço exclusivo da Agricultura Familiar (Cantinho da Roça) para comercialização da produção de Agroindústria e Artesanato.
- Existência de Central de Associação com 21 Associações.
- Existência de Escola Família.
- Interesse do público feminino para atividades de Artesanato

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Mantenópolis

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	361
Assentados	
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	50
Outros Públicos	37
Somatório	**448**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	27
Projeto Contratado	27
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	7
Inclusão/Apoio a feiras	-
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	-

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	180	100	50	5	10	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	25	0	1
Café Conilon	30	15	5	2	6	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Fruticultura	220	30	50	15	20	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Olericultura	28	6	7	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	80	20	10	-	10	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	1	-
Pesca e Aquicultura	5	10	4	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Silvicultura	30	40	15	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	12	-	12	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	111	13	33	6	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
Agroecologia	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Organização Social		236	188	29	75	1	5	1	1	1	-	3	-	-	-	4	25	4	2
Somatório	**698**	**472**	**376**	**58**	**150**	**2**	**10**	**2**	**2**	**2**	**1**	**6**	**0**	**0**	**0**	**8**	**52**	**8**	**4**

4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura. Municípios.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

MARILÂNDIA

http://pt-br.facebokk.com/pages/maril%c3%a2india-do-esp%c3%adrito-santo-brasil/162960773746798?sk=notes

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Marilândia

Élio José dos Santos

Doracy Cássia Jaretta Ardison

Edson Milanesi

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal de Marilândia

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Ação Social

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

SICOOB

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sindicato Rural

Central das Associações

Associações de Seis Horas, Patrão mor e Alto Liberdade

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

José Carlos Grobério (MDR Oeste)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

O Município de Marilândia, localiza-se a uma latitude sul de 19º24’45” e uma longitude oeste de Greewich de 40º32’38” e possui uma área de 309,0 km2, equivalente a 0,67% do território estadual. Limita-se ao norte com os municípios de Colatina e Linhares, ao sul com Colatina; a leste com Linhares e a oeste novamente com Colatina. Marilândia encontra-se na região noroeste, dentro do pólo Colatina e está da capital Vitória cerca de 163 km.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

A colonização do Município começa a ser escrita por volta da década de 1920. Naquela época, o atual município não passava de uma grande área coberta por matas virgens. A região no interior ao norte do Rio Doce encontrava-se sem ocupação naquela época, um pouco devido ao esquecimento dos governos do estado e da nação, além da região estar em litígio com o estado de Minas Gerais, não possuindo limites definidos. Por outro lado também foi atribuída a resistência dos indígenas botocudos, nativos da região, que impediam o avanço e estradas para a ocupação da região.

A partir da Republica, ocorreu um grande fluxo migratório para o norte do Estado, gerando necessidade de mão de obra para as lavouras de café em expansão. Atraídos pela fertilidade do solo de terras ainda inexploradas, os imigrantes italianos foram os primeiros desbravadores de Marilândia, que aqui chegaram por volta de 1925.

As primeiras famílias, como Fregona, Ceolin, Lorenzoni, Zago, entre outras, abriram clareiras, construíram moradias de madeira e iniciaram o plantio de café. Naquela época essa região foi a que atraiu maior quantidade de descendentes de italianos, pois o governo doava terra a quem tivesse interesse em povoar e trabalhar. A maioria destes colonos veio, principalmente de Castelo, Alfredo Chaves e Venda Nova do Imigrante. À medida que as famílias iam chegando, formou-se o povoado de nome Liberdade. Mais tarde, esse povoado mudou seu nome para Marilândia, influenciados pelos Padres Salesianos, que visitaram a região, denominando-a de "Terra de Maria" e adotaram como padroeira Nossa Senhora Auxiliadora.

Esses padres vieram para a região a fim de evangelizar, para atrair meninos para o seminário, em busca de alimentos para manutenção dos seminários e organizar festas religiosas. Acabaram assim ajudando na construção da primeira Igreja de Marilândia, entre 1.932 a 1.934.

Segundo o censo de 2.000 a população do município era de 9.924, sendo a população no meio rural de 5.943 habitantes e a população urbana era de 3.981 habitantes, portanto 59,88% vivem no meio rural e 40,12% vivem em meio urbano. O município conta com apenas dois distritos; a sede, com a maioria das comunidades e o distrito de Sapucaia.

O crescimento de Marilândia foi reconhecido quando em 22-10-1949, a lei nº 256, elevou o povoado à sede de distrito de Colatina. A lei nº 3345, de 14-05-1980, criou o município de Marilândia. Sua instalação ocorreu a 31-01-1983. Distrito criado com a denominação de Marilândia pela lei estadual nº 779, de 29-12-1953, subordinado ao município de Colatina. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o distrito de Marilândia, figura no município de Colatina.

Elevado à categoria de município com a denominação de Marilândia, pela lei estadual nº 3345, de 14-05-1980, desmembrado de Colatina. Sede no antigo distrito de Marilândia. Constituído de 2 distritos: Marilândia e Sapucaia. Desmembrado de Colatina. Instalado em 31-03-1983.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

O Distrito de Marilândia compreende a sede e as comunidades de Alto Liberdade, Jequitiba, Jeremias,Santa Cecilia, São Pedro, São Jose, Aparecida, Pavão, São Miguel, Alto Patrão Mor, Patrão Mor, Taquarussu, Gracilandia, Lagoa do Oleo, Feijoal, Fazenda Batista, Boninsenha, Germano, Paixão, São Marcos, Seis Horas, Limoeiro e Santo Hilário. O Distrito de Sapucaia, tem Sapucaia, onde é a sede distrital e as comunidades de Santana, Monte sinai, Santa Rosa, Alegria e Brejal. Assim permanecendo em divisão territorial.

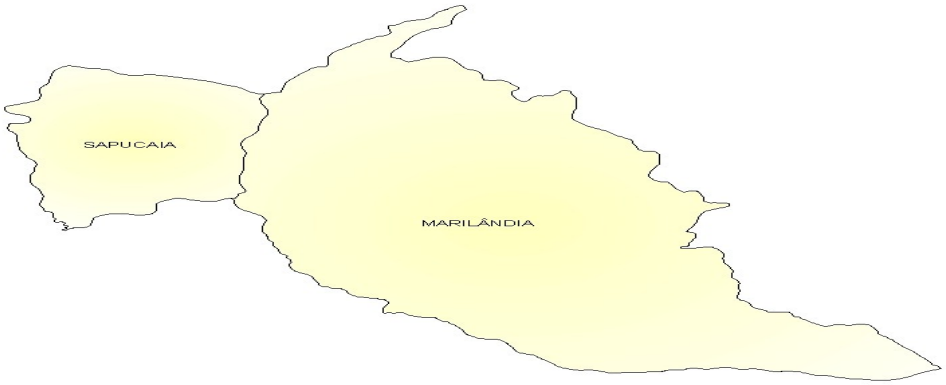


Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Marilândia ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 27º lugar (0,745), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**5648**
Homens	2729
Mulheres	2919
Rural	**5459**
Homens	2843
Mulheres	2616

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Marilândia o módulo fiscal equivale a 18 hectares.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	ASSOCIAÇÃO DE AGRCULTORES DE APARECIDA	CREDITO FUNDIÁRIO	3
2	ASSOCIAÇAO N.S.DA PENHA	CREDITO FUNDIARIO	11
3	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES Cº DA RAIZ	CREDITO FUNDIARIO	3

Fonte: INCAPER/ELDR Marilândia 2010.

A forma de colonização e de transferência da terra de pai para filho, favoreceu que a divisão de terras fosse feita de forma gradativa, o que contribui para que o município seja formado por pequenas propriedades e comunidades próximas umas das outras, devido a quantidades de famílias que ainda permanecem no campo.

Em Marilândia a reforma agrária aconteceu naturalmente. Com a necessidade de pessoas para conduzir as lavouras cafeeiras, vieram terceiros para dividir as tarefas, tornando-se meeiros, trabalhando no café em regime de parceria, onde o proprietário prepara o plantio, o faz e repassa a terceiros, dividindo os gastos com insumos para a condução das lavouras e dividindo a produção no final da colheita. A maior curiosidade é que, por menor que seja a propriedade, ainda encontramos ai um parceiro.

Desta forma, a estrutura fundiária de Marilândia retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas.

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Marilândia	535	481	104	1	1.121

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

Com o desordenado desmatamento do passado, houveram sérios problemas ambientais, embora já se tenha tido uma consciência critica da realidade, com relação à erosão do solo, a degradação da fauna e a diminuição dos recursos hídricos. Já podemos notar varias áreas recuperadas, o retorno de lagoas, embora artificiais, mas ocupando o espaço que já havia sido de lagoas naturais e a preservação da mata atlântica, o que restou. A topografia representa um relevo montanhoso, com algumas regiões de várzeas e pequenas chapadas, tendo o solo predominante Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico A moderado, com textura argilosa.

O clima é quente, com temperatura média de 29°.

Figura 2 – Zonas naturais do município

ZONAS NATURAIS		ÁREA (%)
Zona 3	Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca	6,00
Zona 6	Terras quentes, acidentadas e secas	93,80
Zona 9	Terras quentes, planas e secas	0,20

Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

Algumas características das zonas naturais[1] do município

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	Nº meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 3: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Transição Chuvosa/Seca**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	4,5	U	U	U	U	P	S	S	S	S	U	U	U
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U
				7	U	P	P	P	S	S	S	S	S	P	U	U
Zona 9: **Terras Quentes, Planas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	< 8%	7	U	P	P	P	S	S	S	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;
[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

No passado, com o grande numero de serrarias na região, as matas eram agredidas fortemente, porem com o passar dos anos e as informações ambientais, quase todas as serrarias foram desativadas e com isso o município recuperou parte da área de florestas, pois muitas áreas foram colocadas em descanso e estão vegetando naturalmente. O município possui uma boa parte de floresta nativa e em recuperação. Segundo dados do Novo Pedeag, Marilândia possui 11% de cobertura florestal natural.

1.4 Organização social

Para manter a tradição, as famílias que aqui se instalaram, criaram a Associação da Colônia Italiana, preservando seus costumes, suas danças e comidas típicas e até hoje realizam suas festas típicas e religiosas. Por ser um povo muito hospitaleiro é forte o costume de se associarem para a realização de tarefas comunitárias e religiosas, porém com o descrédito no cooperativismo, ficam sempre arredios quando propostos para trabalharem atividades que visam rendimentos, pois dentro do município acabou fechada uma cooperativa, não causando prejuízos aos agricultores, mas no município vizinho, Colatina, com o fechamento da Cooperativa foi enorme o prejuízo causado a vários agricultores familiares que ali depositavam café para futuros negócios.

No município existem registradas 16 associações de agricultores, apesar de observarmos que poucas atuam de forma mais eficaz. Existe ainda uma colônia de pesca, na comunidade de Boninsenha, comunidade esta as margens do Rio Doce, porém faltam estrutura e organização dos mesmos. Conta ainda com dois sindicatos, o Sindicato Rural e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que é uma extensão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina.

Na parte de crédito, existe uma Agência da Cooperativa de Crédito do Sicoob, que apesar de municipal, é uma extensão da Agência de Rio Bananal.

Cada comunidade tem o seu conselho comunitário ligado à igreja, existem na sede os conselhos municipais de Saúde, Tutelar, da Criança e do Adolescente, da Educação (merenda escolar) e o de Desenvolvimento Rural. E está para ser criado o Conselho de meio Ambiente. Há quatro associações de produtores rurais que tem comodato com a Secretaria Estadual de Agricultura em secadores e máquina de café, são elas, Central das Associações-01 secador em córrego Seco, Associação de Produtores de Seis Horas-02 secadores e uma máquina de beneficiar café (desde 2006) Associação de produtores de Alto Patrão mor- 01 secador e 01 máquina de beneficiar e esta adquirindo em financiamento outro secador e a Associação de Alto Liberdade recebeu recentemente 01 secador e 01 máquina de beneficiar. Nesta ultima safra foram mais de 23.000 sacos de café maduro beneficiado (aproximadamente 6.000 sacas piladas).

Recentemente foram criadas 04 associações para o credito fundiário, sendo: Associação dos Agricultores Familiares de Córrego da Raiz(3), Associação de Agricultores Familiares de Aparecida(3), Associação Nossa Senhora da Penha(11) Estas já adquiriram as terras e a Associação Nossa Senhora dos Anjos que esta pleiteando um crédito fundiário. Constar essas associações/organizações numa lista.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SEIS HORAS	CÓRREGO SEIS HORAS	30	SECAGEM E BENEFICIAMENTO DE café, COMPRA DE INSUMOS AGRICOLAS
2	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE ALTO PATRÃO MOR	ALTO PATRÃO MOR	33	SECAGEM E BENEFICIAMENTO DE CAFÉ, COMPRA DE INSUMOS AGRICOLAS
3	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE Cº SECO	Cº SECO	7	SECAGEM E BENEFICIAMENTO DE CAFÉ
4	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE ALTO LIBERDADE	ALTO LIBERDADE	18	SECAGEM E BENEFICIAMENTO DE CAFE, COMPRA DE INSUMOS AGRICOLAS
5	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE PAUL DE GRAÇA ARANHA	PAUL	25	COMPRA DE INSUMOS AGRICOLAS
6	ASSOCIAÇÃO COMUNIÁRIA DE APARECIDA	Cº APARECIDA	20	X
7	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO PEDRO	Cº SÃO PEDRO	X	X
8	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE LIMOEIRO	Cº LIMOEIRO	15	SECAGEM CAFE
9	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE MARILANDIA	BAIRRO SORRISO	X	X
10	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SANTO HILARIO	Cº SANTO HILARIO	X	X
11	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SANTANA	Cº SANTANA	X	X
12	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SAPUCAIA	Cº SAPUCAIA	30	COMPRA INSUMOS, PALESTRAS,FESTA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO
13	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE MONTE SINAI	MONTE SINAI (RADIO)	X	X
14	ASSOCIAÇÃO DE	Cº SANTA ROSA	X	X

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
	PRODUTORES RURAIS DE SANTA ROSA			
15	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE ALTO LIBERDADE	ALTO LIBERDADE	X	X
16	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES DE MONTE SINAI	MONTE SINAI (RADIO)	35	PALESTRAS

Fonte: INCAPER/ELDR Marilândia, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	INCAPER	EFETIVO: ELIO JOSE DOS SANTOS SUPLENTE:OSVALDINO MARTINS DE OLIVEIRA NETO
2	SINDICATO RURAL DE MARILANDIA	EFETIVO: ACACIO FRANCO SUPLENTE:HERVECIO CAMATA
3	SINDICATO DOS TRABALHDORES RURAIS DE COLATINA – COM BASE MARILANDIA	EFETIVO: LUIZ ANTONIO DE MATOS SUPLENTE:MARIA NORMELITA RONCHETE ALTOE
4	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	EFETIVO: ALEXANDRE DRAGO NETO SUPLENTE: ADELMO PEREIRA
5	ESCOLA FAMILIA	EFETIVO: PEDRO BERTOCHI PENHOLATO SUPLENTE: MARCONI COMÉRIO
6	SICOOB	EFETIVO: ANTONIO FABRICIO ARRIVABENE BONINSENHA SUPLENTE: RAMÃO LORENZONI
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	EFETIVO: RITA ALTOE PERIM SUPLENTE: LISLAINY CAMATA MIRELLI
8	SECRETARIA MUNCIPAL DE SAUDE	EFETIVO: MARINETE ALBANI CAMATA SUPLENTE: RITA DE CASSIA FRISSO MARCARINI
9	CAMARA MUNICIPAL	EFETIVO: ADILSON REGIANI SUPLENTE:TENORIO GOMES DA SILVA
10	CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS PRODUTORES RURAIS DE MARILANDIA	EFETIVO: SERGIO PADOVAN SUPLENTE: BRAZ SALVADOR DRAGO

Fonte: INCAPER/ELDR Marilândia, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

O café, variedade Robusta, é a principal atividade econômica do Município, sendo cultivado em todas as propriedades. Também se destaca a banana e o coco em menor escala, representando uma renda extra aos agricultores familiares. Por estar dentro do Pólo da manga, Marilândia vem desenvolvendo gradativamente pequenas áreas com a cultura.

Um dos grandes problemas enfrentados na parte econômica é a falta de emissão de notas fiscais por parte dos agricultores. Num recente levantamento pela secretaria municipal de Agricultura, constatou-se que menos de 50% dos agricultores tinham blocos para emissão de notas fiscais. Um trabalho intenso esta sendo realizado tentado resolver este problema, pois o Município produz e não é contabilizado como produção sua por falta de nota fiscal. A cultura do eucalipto, para serraria e caixotaria começa a representar uma nova opção de renda.

O Agroturismo está começando a ser despertado, porém existem apenas três propriedades rurais explorando o turismo de lazer, com área de recreação, locais estes chamados de bicas d'água, onde durante o verão recebem inúmeros turistas de todo o estado e estado vizinho (Minas Gerais).

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	39,65
Indústria	9,22
Comércio e Serviços	51,14

*Fonte:*http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Banana	120	120	636	5300	636
Cacau	150	125	50	400	50
Café	8100	7500	13500	18000	135000
Cana	30	30	600	20000	600
Coco-da-baía	190	190	1672	8800	1672
Feijão – Safra 1	30	30	18	0	0
Feijão – Safra 2	40	40	24	2400	96
Mandioca	30	30	450	15000	450
Manga	60	23	230	10000	230
Milho – Safra 1	120	120	132	1100	132
TOTAL	**8870**	**8208**	**17312**	**81000**	**138866**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Marilândia	Bovino	8.011	7.561
	Suíno	1.005	1.020
	Caprino	75	80
	Ovino	170	160
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	4.900	5.010
	Galinha	7.100	7.000
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Marilândia	Leite	1129	1179
	Ovos de Galinha	42	45
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	7	8

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	1,3
OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada	2
QUAIS?		Produtor Nº	1

ALEVINOS	TILÁPIA	( )	Área utilizada em ha
	OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada
	QUAIS?		Produtor Nº

Fonte: INCAPER/ELDR Marilândia, 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	5
2	Artesanato	5
3	Agroturismo	4

Fonte: INCAPER/ELDR Marilândia 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

O turismo no município é feito basicamente nas propriedades que exploram as bicas d'águas e as lagoas naturais. São três os pontos de bicas: Água Viva Alto Liberdade; Farol clube, em São Pedro e Encanto das Águas em Córrego Novo. A Lagoa Boa Vista na Fazenda Batista é a mais frequentada por turistas da região. Existe ainda o turismo religioso, destacando, a Pedra do Cruzeiro, onde todos os anos é celebrada em maio uma missa no alto do pico de 850 metros de altitude. Há também os tapetes de Corpus Christ, festa religiosa tradicional, mesmo ainda antes da emancipação municipal.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos). Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município. Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente
• **Problemas** - Uso intensivo de agrotóxico - Desmatamento das áreas de APP - Falta de fossas sépticas - Secas prolongadas - Diminuição do números de nascentes • **Potencialidades** - Nascentes - Belezas naturais e paisagísticas - Resquícios de mata - Preocupação com problemas ambientais - Termo de ajuste de conduta - Criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Baixa qualidade do café Conilon
- Alto custo dos insumos
- Pouca disponibilidade de água
- Grande números de irrigações
- Falta de oportunidades para os jovens
- Pouca diversificação

- **Potencialidades**

- PAA
- Alimentação escolar
- Captação de águas das estradas através do programa de caixas secas

Social

- **Problemas**

- CMDRS pouco atuante
- Êxodo de jovens
- Associação desorganizada
- Alto índice de alcoolismo
- Drogas no meio rural

- **Potencialidades**

- Número expressivo de associações
- Jovens matriculados em EFA

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Marilândia

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	350
Assentados	10
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	50
Outros Públicos	100
Somatório	**510**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	25
Projeto Contratado	25
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	1
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	1
Inclusão/Apoio a feiras	1
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	-

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	350	100	450	0	5	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fruticultura	110	110	195	3	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olericultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	20	20	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	5	5	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e Aquicultura	5	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	15	5	2	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	30	30	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	7	7	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		15	15	18	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2	-	-
Somatório	**542**	**297**	**737**	**22**	**6**	**2**	**0**	**1**	**1**	**1**	**0**	**1**	**0**	**0**	**1**	**0**	**2**	**0**	**0**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

NOVO PEDEAG 2007-2025 – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba. **Região Polo Colatina**. Secretaria de Estado da Agricultura,Abastecimento, Aquicultura e Pesca, Vitória,2008

SEPLAE - Secretaria de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento – Informações Municipais do Estado do Espírito Santo V.1 – 1.994.

ELDR – Escritório Local de Desenvolvimento Rural, INCAPER.

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

NOVA VENÉCIA

http://www.es.gov.br/site/files/arquivos/imagem/pedradoelefante2.jpg

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Nova Venécia

Álvaro Derli Vago

Dejaira de Aguiar Panciere

José Elias Gava

Maria Auxiliadora Corona Gava

Theomir Basseti Filho

Rubens Marques da Silva

Welington Braida Marré

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal de Nova Venécia

Secretaria Municipal de Agricultura

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

Escolas Agrícolas

SEBRAE

SENAR

Associação de Produtores

IDAF

Cooperativa de Laticínios Veneza

COOABRIEL – Café

IEMA

SINDICATOS

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Carlos Lobo Teixiera (CRDR Noroeste)

Samir Serodio Amim Rangel (Assessor Técnico)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Situada na Macro região Noroeste e Micro região Noroeste II do Espírito Santo, o município está a 255 quilômetros de Vitória, a capital do Estado, fazendo divisa com São Mateus, Boa Esperança, Ponto Belo, Ecoporanga, Vila Pavão, Barra de São Francisco, Águia Branca e São Gabriel da Palha. Pertencendo ao Território da Cidadania Norte do Espírito Santo.

- Área do Município - 1.447,77 km², equivalente a 3,13% do Território Estadual.
- Latitude (s) – 18º42'48"
- Longitude (W.Gr) – 40º24'05"
- Altitude Sede (m) - 66

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

O território do atual município de Nova Venécia foi habitado pelos Índios Aimorés, que, fugindo dos combates com as forças portuguesas, nas proximidades da foz do rio Cricaré, procuraram refúgio nas serras situadas nas cabeceiras daquele rio.

A primeira penetração no território efetuou-se em 1870, pelo Major Antônio Rodrigues da Cunha, Barão de Aimorés, quando, em Cachoeira do Cravo, no rio Cricaré, foi tentado a explorar uma serra que dali se avistava. Com a chegada de outros colonizadores, fundou-se um núcleo populacional denominado serra dos Aimorés, em virtude da região ter sido habitada inicialmente pelos índios dessa tribo.

Tangidos pela seca de 1880, vários grupos cearenses reuniram-se aos primeiros colonizadores e, em 1890, chegaram os imigrantes italianos para o vale do rio São Mateus. Em 1893, a Serra dos Aimorés foi elevada à sede de distrito do município de São Mateus. No ano seguinte, a sede do distrito foi transferida para a Vila Aimoreslândia, que, mais tarde, passou a ser conhecida por Nova Venécia, em razão do número de italianos residentes, vindo de Veneza.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

Distrito criado com a denominação de Serra dos Aimorés, pela lei municipal de 13-08-1896 e por ato municipal de janeiro de 1902, subordinado ao município de São Mateus. Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Venécia, pela lei estadual nº 767, de 11-12-1953, desmembrado de São Mateus. Sede no antigo distrito de Nova Venécia. Constituído de 4 distritos: Nova Venécia, Córrego Grande, Guararema e Rio Preto. Instalado em 26-01-1954.

Em divisão territorial datada de 1-07-1960, o município é constituído de 4 distritos: Nova Venécia, Córrego Grande, Guararema e Rio Preto. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-1-1991. Em divisão territorial datada de 1-06-1995, o município aparece constituído de 3 distritos: Nova Venécia, Guararema e Santo Antônio do Quinze. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Nova Venécia ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 33º lugar (0,738), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**30831**
Homens	15051
Mulheres	15780
Rural	**15200**
Homens	8060
Mulheres	7140

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Nova Venécia o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Córrego Alegre	Assentamento Estadual	16
2	Pip-Nuck	Assentamento Federal	50
3	Gaviãozinho	Assentamento Federal	25
4	Córrego Celestrino	Assentamento Federal	31
5	Córrego do Augusto	Assentamento Federal	25
6	Rodeio	Assentamento Federal	35
7	Travessia	Assentamento Federal	21
8	Três Pontões	Assentamento Federal	20
9	13 de Maio	Assentamento Federal	45
10	Campo Verde	Crédito Fundiário	18
11	Córrego do Limão	Crédito Fundiário	11
12	São José dos Grilos	Crédito Fundiário	60

Fonte: INCAPER/ELDR Nova Venécia, 2010.

A agricultura familiar configura-se como um setor de natureza estratégica, principalmente pela sua responsabilidade na produção de alimentos e elevada capacidade de geração de emprego por unidade de capital aplicado.

Ainda é forte o sistema de regime de parceria, sendo que ultimamente com a implantação do Crédito PRONAF vem crescendo o número de comodatários dentro da própria estrutura familiar.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Nova Venécia	1.949	1.597	416	49	4.011

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

Figura 2 – Zonas naturais do município

Zonas naturais			Área (%)
Zona 6		Terras quentes, acidentadas e secas	88,7
Zona 9		Terras quentes, plana e secas	11,3

Algumas características das zonas naturais[1] do município Nova Venécia

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
					Meses secos, chuvosos/secos e secos[1]											
	Média mín. mês mais frio (°C)	Média máx. mês mais quente (°C)	Decli-vidade	Meses secos[1]	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 6 ➔ Terras quentes, acidentadas e secas	11,8 – 18,0	30,7 – 34,0	> 8%	6	P	P	P	P	P	P	P	S	S	P	U	U
				6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U
Zona 9 ➔ Terras quentes, plana e secas	11,8 – 18,0	30,7 – 34,0	< 8%	6	P	P	P	P	P	P	P	S	S	P	U	U
				6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;
[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

O município tem a Área de Proteção Ambiental – APA Pedra do Elefante com 2.562 ha e fragmentos de mata; tendo aproximadamente 5% da área do município com cobertura vegetal remanescente da mata atlântica, estamos desenvolvendo o Projeto Corredor Ecológico na referida área unindo a mesma com as reservas particulares e áreas de preservação permanente do município.

1.4 Organização social

Existem atualmente 35 associações ligadas aos interesses da agricultura Familiar que desenvolvem precariamente poucas atividades em torno dos princípios do associativismo, sendo a maioria prestadora de serviços na seca e beneficiamento do café conilon para os sócios e outros produtores. Destaca-se principalmente a Associação da Comunidade da Travessia que faz também um trabalho de interação entre sócios e familiares com treinamentos nas atividades agropecuárias e culturalmente festejos nas datas comemorativas da comunidade.

As Cooperativas COOABRIEL e VENEZA prestam bastante serviços aos sócios nas atividades de café e leite respectivamente, favorecendo muito o desenvolvimento regional. Há também um trabalho bom de parceria com os Sindicatos Patronal e dos Trabalhares integrados com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável abonados pela Prefeitura Municipal.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	. Sindicato dos trabalhadores Rurais de NV/VP	Av. Mateus Toscano, 144-Centro-Nova Venécia	11000	Feiras, Exposição, PAA
2	. Cooperativa de Laticinios Veneza	Av. Belo Horizonte, 123 –B.Filomena– N.Venécia	1200	Feiras, Exposição, Cursos
3	. COOABRIEL	Rua Mato Grosso, 96 – B. Beira Rio – N.Venécia	980	Cursos, Exposições
4	. Central das Associações	Praça São Marcos, S/nº – Centro – N.Venécia	25	PAA, Capacitação
5	. CREDSOL	Av. Vitória, Centro – Nova Venécia	130	Crédito Rural
6	. Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Guararema	. Guararema – Nova Venécia	50	. Beneficiamento de arroz e café.
7	. Associação de Moradores de Cedrolândia	. Cedrolândia/Guararema - Nova Venécia	40	. Beneficiamento de Café.
8	. APARCOP – Associação de Pequenos Agricultores do Córrego da volta	. Córrego da Volta – Nova Venécia	29	. Beneficiamento de Café.
9	. APARCHAP – Associação de Pequenos Agricultores da Região da Chapadinha	. Chapadinha – Santa Helena – Nova Venécia	25	. Beneficiamento de Café.
10	. AMPA – Associação de Pequenos e Médios Agricultores da Região do Patrimonio da Areia	. Patrimônio da Ateia/Sta.Cruz – Nova Venécia	60	. Beneficiamento de Café.
11	. APARCA – Associação dos Pequenos Agricultores da Região do Córrego da Areia.	. Córrego da Areia / São Luiz Gonzaga – Nova Venécia	72	. Beneficiamento de Café e Maquinário (trator de pneu).
12	. APARCOP – Associação de Pequenos Agricultores da Região do Córrego do Poção.	. Poção – Nova Venécia	17	. Beneficiamento de Arroz, Café e Maquinário (trator de pneu).
13	. APAC – Associação de Pequenos agricultores de Cristalino.	. Cristalino – Nova Venécia	20	. Beneficiamento de Café.
14	. APARECE – Associação de Pequenos Agricultores da região do	. Assentamento Pip-Nuck –	20	. Beneficiamento de Café.

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
	Córrego da Estiva.	Nova Venécia		
15	. Associação de Moradores e Pequenos Produtores de Boa Vista.	. Boa Vista – Nova Venécia	20	. Cafeicultura
16	. AFASLUR – Associação de Agricultores(as) Familiares de São Luiz Rei – ÁGUA VIVA	. São Luiz Rei – Nova Venécia	25	. cafeicultura
17	. ADCAM – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Alto Muniz.	. Cachoeira do Muniz - Nova Venécia	35	. Beneficiamento de Arroz, Café e Maquinário (trator de pneu)
18	. ADECRAM – associação de Desenvolvimento Comunitário da Região de Alto Muniz.	. Cachoeira do Muniz – Nova Venécia	50	. Beneficiamento de Arroz.
19	. APARSI – Associação de Pequenos Agricultores Rurais da Região de Santo Isidoro.	. Santo Isidoro – Nova Venécia	30	. cafeeicultura.
20	. APMAT – Associação de Pequenos e Médios Agricultores da Travessia.	. Travessia – Nova Venécia	23	. Beneficiamento de Café, Caminhão e Núcleo de Inseminação.
21	. AAPP – NOVA ESPERANÇA – Associação de Agricultores do Patrimônio da Penha – NOVA ESPERANÇA	. Patrimônio da Penha – Nova Venécia	20	. Beneficiamento de Café.
22	. APAMAG – SEMENTE VIVA – Associação dos Pequenos e Médios Agricultores do Guarabú.	. Guarabú – Nova Venécia	21	. Beneficiamento de Café.
23	. APARCOF – Associação de Pequenos Agricultores da Região do Córrego das Flores	. Córrego das Flores – Nova Venécia	23	. Beneficiamento de café
24	. FONTE NOVA – Associação de Produtores Rurais, Meeiros, Parceiros e Arrendatários da Comunidade dos Grillos.	. Patrimônio dos Grillo – Nova Venécia	20	. cafeicultura.
25	. FORTALEZA – associação de Produtores Rurais, Meeiros e Comodatário da Comunidade da Fortaleza.	. Fortaleza - Nova Venécia	28	. Beneficiamento de Café e Arroz.
26	. AARCOP – Associação de Agricultores da Região do Córrego da Penha	. Córrego da Penha – Nova Venécia	29	. Cafeicultura
27	. RITALÂNDIA – Associação de agricultores familiares de Santa Rita do Pip-Nuck e Luzilândia.	. Santa Rita do Pip-Nuck – Nova Venécia	20	. Beneficiamento de Café e Resfriador de Leite.
28	. APARSAG – Associação de Pequenos Agricultores de São Gonçalo.	. São Gonçalo - Nova Venécia	71	. Beneficiamento de Arroz, Café, Resfriador e Caminhão.
29	. Associação dos Produtores Rurais do Cº do Limão.	. Córrego do Limão - Nova	21	. Cafeicultura

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
		Venécia		
30	. Associação de Pequenos Produtores do Assentamento Pip-Nuck	. Assentamento Pip-Nuck – Nova Venécia	20	. Cafeicultura
31	. CÓRREGO ALEGRE - Associação de Pequenos Produtores do Assentamento Córrego Alegre	. Córrego Alegre – Nova Venécia	15	. Horticultura
32	. CELESTRINO – Associação de Produtores Rurais do Assentamento Celestrino.	. Assentamento Celestrino – Nova Venécia	18	. Cafeicultura
33	. UNIVERSO ORGÂNICO – Associação Veneciana de Agroecologia	. Nova Venécia	15	. Agricultura Orgânica.
34	. CÓRREGO DO RODEIO – Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Córrego do Rodeio.	. Assentamento Córrego do Rodeio	45	. Beneficiamento de Café e resfriador de Leite.
35	. CÓRREGO DO AUGUSTO – Associação dos Pequenos agricultores do Assentamento Córrego do Rodeio.	. Assentamento Córrego do Augusto	25	. Cafeicultura.
36	. GUARABÚ – Associação de Pequenos agricultores Rurais da Região do Guarabú.	. Guarabú – Nova Venécia	11	. Crédito Fundiário.
37	. AMAPEL – Ass. dos Moradores dos Arredores da pedra do Elefante	. Serra de Baixo N. Venécia	18	. Agroecológico e Agroturismo

Fonte: INCAPER/ELDR Nova Venécia, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	. Secretaria Municipal de Agricultura	EFETIVO: José Elias Gava SUPLENTE: Bráz Marré
2	. Incaper	EFETIVO: Alvaro Derli Vago SUPLENTE: Theomir Bassetti Filho
3	. Câmara de Vereadores	EFETIVO: Flaminio Grillo SUPLENTE: Sebastião Raimundo
4	. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Venécia/Vila Pavão	EFETIVO: Ademir Cassaro SUPLENTE: Paulo Roberto Ton
5	. Sindicato Patronal	EFETIVO: Mateus Merlim Lourenço SUPLENTE: José Carlos Taglia Ferre
6	. IDAF	EFETIVO: Jordano Pereira Avelar SUPLENTE: Agostinho Sergio
7	. Associação de Pequenos agricultores da Região do Córrego da Areia - APARCA	EFETIVO: João Daré Ventorim SUPLENTE: Nilton Pião de Souza
8	. Assentamento Córrego Alegre	EFETIVO: Juraci Quintino Francisco SUPLENTE:
9	. Cooperativa de Laticínios Veneza	EFETIVO: Aluizio Marchi SUPLENTE: João Marcarini Filho
10	. Assentamento Córrego do Rodeio	EFETIVO: Antonio Boldrini Sobrinho SUPLENTE: Pedro Colona Netto
11	. Secretaria de Educação	EFETIVO: Rita de Cássia Ofrante SUPLENTE: Edna Aparecida V. Chisté
12	. M.P.A.	EFETIVO: Laercio Ventorim SUPLENTE: Marcos Antonio S. Nogueira
13	. COOABRIEL	EFETIVO: Wander Ramos Gomes SUPLENTE: Valdecir Schimidt
14	. Secretaria Municipal de Meio Ambiente	EFETIVO: André Milanez Malacarne SUPLENTE: José Carlos C. Jorge

Fonte: INCAPER/ELDR Nova Venécia, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

A cafeicultura e a pecuária bovina (leite) são as atividades mais importantes do setor primário do município, seguidas pelas extrações de rochas ornamentais que tem crescido muito na região. A infraestrutura de beneficiamento e armazenagem de café é satisfatória com os armazéns da COOABRIEL, Zanote Café, Calegare Comércio de Café e outros que tem armazéns próprios intermedeiam e comercializam produtos.

Quanto ao leite a Cooperativa Veneza tem uma estrutura de armazenamento e industrialização com capacidade para beneficiar 140.000 litros/leite/dia, atendendo ao município e região. Existe na agroindústria 03 Alambiques com produção aproximada de 200.000 litros de aguardente anualmente. Contamos com uma pequena agroindústria artesanal de açúcar mascavo e uma fábrica de polpas de frutas.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	24,76
Indústria	17,4
Comércio e Serviços	57,84

*Fonte:*http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Abacaxi	12	6	210	35000	35000
Arroz	100	100	300	0	0
Banana	80	80	1440	18000	1440
Borracha	104	104	83	798	83
Cacau	40	40	10	250	10
Café	21000	19600	23814	1215	23814
Cana	850	850	43350	51000	43350
Coco-da-baía	100	100	2000	20000	2000
Feijão – Safra 1	150	150	225	0	0
Feijão – Safra 2	150	150	210	1400	210
Goiaba	13	10	110	11000	110
Laranja	51	51	194	3804	194
Limão	15	15	240	16000	240
Mamão	35	35	325	95000	325
Mandioca	500	500	7500	15000	7500
Manga	5	5	75	15000	75
Maracujá	10	10	150	15000	150
Milho – Safra 1	500	500	1125	2250	1125
Palmito	60	60	36	600	36
Pimenta	110	110	330	3000	330
Tangerina	63	63	378	6000	378
TOTAL	**23948**	**22539**	**85105**	**310317**	**84580**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Nova Venécia	Bovino	96.054	97.393
	Suíno	6.125	6.246
	Caprino	940	958
	Ovino	1.890	1.946
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	28.980	29.559
	Galinha	8.600	8.772
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Nova Venécia	Leite	7613	8033
	Ovos de Galinha	60	54
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	41	41

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	5
2	Artesanato	1
3	Agroturismo	1

Fonte: INCAPER/ELDR Nova Venécia 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

Nova Venécia é um município que possui vários atrativos turísticos e naturais, tais como: Área de Preservação Ambiental da Pedra do Elefante (Corredor Ecológico), Fazenda Santa Rita, Matriz de São Marcos, Pedra da Fortaleza, Santuário de Nossa Senhora Mãe Peregrina (Gameleira), Sítio Pionte, Prainha, Parque Aquático dos Grillos, Patrimônio do Bis, Lagedão e Cachoeira do Cº da Areia.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela abaixo indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 10 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de N.V/V.P	CMDRS-NV	19/10/10	15
2	Associação de Produtores Rurais - Córrego Dantas	Agricultores	05/10/01	18

Fonte: INCAPER/ELDR Nova Venécia 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município.

Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente
• **Problemas** - Uso inadequado do solo - Uso intensivo de agrotóxico - Nascentes desprotegidas - Secas prolongadas • **Potencialidades** - Projeto Corredores Ecológico - Existência de APA- Pedra do Elefante - Grupo expressivo em processo de transição agroecológica - Extensão Florestal

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Assistência técnica insuficiente
- Baixa produtividade da lavoura
- Déficit hídrico
- Preço baixo do Café
- Pequena reserva alimentar para o período de estiagem (pecuária Leiteira)
- Baixa produtividade do leite
- Alta produção de folhosas no inverno e baixa produção no verão (olericultura)
- Mudas de baixa qualidade (fruticultura)
- Uso de sementes não certificadas
- Mão-de-obra escassa
- Probores (falta de mudas e qualidade das estacas)
- Falta de conhecimento e pratica na Fruticultura
- Cadeia produtiva e desorganizada para a comercialização (fruticultura)

- **Potencialidades**

- CEASA-Norte
- PAA
- PNAE (Alimentação escolar)
- Linhas de crédito para acesso a implementos agrícolas

Social

- **Problemas**

- Baixo nível de educação associativista do agricultor familiar
- Pouca participação dos sócios nas atividades (Associação)
- Pouca prestação de serviço das Associações

- **Potencialidades**

- CMDRS
- STR atuante
- Cooperativa VENEZA atuante
- Associações de Agricultores familiares

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Nova Venécia

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	1000
Assentados	17
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	10
Outros Públicos	50
Somatório	**1077**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	100
Projeto Contratado	100
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	5
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	5
Inclusão/Apoio a feiras	2
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	10

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	1000	300	700	50	40	1	1	0	0	10	0	1	0	0	0	0	100	5	0
Fruticultura	210	50	40	10	-	1	-	-	-	1	-	-	4	1	-	-	-	-	-
Olericultura	10	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	250	250	50	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	60	100	60	8	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pesca e Aquicultura	20	15	10	4	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	125	140	25	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	373	-	60	5	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	30	50	30	10	-	1	1	-	-	3	-	1	-	-	-	-	-	1	1
Organização Social		80	50	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-
Somatório	**2078**	**995**	**1035**	**123**	**40**	**4**	**4**	**0**	**0**	**16**	**0**	**3**	**4**	**1**	**0**	**0**	**100**	**16**	**2**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAF-NV – Instituto de Defesa Agropecuária e Floresta do Espírito Santo do Estado do Espírito Santo – Nova Venécia - Arquivos.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

INCAPER-NV – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Nova Venécia – Arquivos.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

NOVO PEDEAG – Plano Estratégico de Desenvolvimento de Agricultura Capixaba

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

PANCAS

http://www.pancas.es.gov.br/?attachment_id=628

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Pancas

Lélio do Carmo Hatum

Neusiléia Pagung Ribeiro

Selma Rodrigues Pereira Guerra

Natanael Maturano

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal de Pancas

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas

IDAF

Associações de Produtores Rurais

Banco do Brasil S/A

BANESTES

BANDES

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

José Carlos Grobério (MDR Oeste)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Latitude-Sul: 19º13’10”
Longitude-Oeste de Greenwich: 41º51’11”:
Região: Noroeste do Estado do Espírito Santo.
Território: Colatina/ES

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

O município de Pancas emancipou-se em 13 de maio de 1963, desmembrando-se assim do município de Colatina, pela lei número 1837 de 21 de fevereiro de 1963. A emancipação se deu no governo do Dr. Franscisco Lacerda de Aguiar, então governador de estado do ES. Ficando assim o município de Pancas com os seguintes distritos: Laginha, Alto Rio Novo, Vila Verde, e em 1980 São Lourenço passa a ser distrito chamado Palmerindo. Em 1987 Alto Rio Novo passa a ser município com o distrito de Palmerindo.

A ocupação da região iniciu-se por volta do ano de 1918 por pessoas oriundas de diversas regiões do estado de Minas Gerais. Sebastião Cândido Barbosa (Sebastião Laurindo) e Sebastião Luiz de Souza foram os primeiros desbravadores da região. São da fase inicial do desbravamento: Carlos Roos, Januário Pedro Ribeiro, Franz Onesorge, Rodolfo Ferreira de Mendonça, José Alves de Souza, Alexandrino de Abreu e Silva, Antônio Olímpio da Rocha, Maria Melado Vogt, José Joaquim Pinto, Jose Sodré de Souza, João Ribeiro de Barcelos, entre outros.

O Município possui 60% da sua população descendente de pomeranos, sendo o restante dividido entre italianos e mestiços e cultiva fortemente heranças de seus antepassados.

A região mantém Festas Populares, Grupos Folclóricos, Culinária Típica (tendo destaque para o – Brout e a linguiça pomerana), além disso, um rico artesanato, conservação de dialeto e costumes: como músicas, instrumentos, danças e modo de vida rural.

Os aspectos culturais, além de marcados pelas tradições, expressam uma identidade cultural própria de um Brasil rural que traz consigo a simplicidade, o modo de vida que expressa tranquilidade e uma agricultura de base familiar. Dependendo da região pode-se vivenciar, somada a beleza natural escondida entre montanhas e vales, os mais tradicionais hábitos da família rural brasileira.

Beleza e tranquilidade se misturam ao som de violas, concertinas, sanfonas, tocadas pelos mais velhos que numa roda de amigos lembram a juventude, há também combinado a tudo isso os sabores de uma gastronomia típica de fogão a lenha.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

Distritos: Sede, Laginha, Vila Verde

Principais Comunidades: Pratinha, Panquinhas, São Pedro, São José Pequeno, Barra do São Pedro, Espinho, Laginha, São Bento, Santa Rosa, Aricanga, Roda D'água, Floresta, Brejo, Ubá, Perdida, Santa Ana, Montes Claros, Pedra Bonita Veadinho, Bela Aurora, Sumidouro do Pancas, Vargem Alegre, Paraná, Alto Pancas, Icaraí, Coração Do Norte, Vila Verde, Pião, Boa Vista, São José, Alto Pião, Vila Verde, Carapina, Mangue, Gambá.

Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Pancas ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 76º lugar (0,667), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**10099**
Homens	4922
Mulheres	5177
Rural	**11449**
Homens	6079
Mulheres	5370

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Pancas o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Associação Familiar da Bela Aurora	Crédito fundiário	3
2	Associação Familiar Ferreira Martins	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	2
3	Associação Familiar dos Produtores Rurais Menezes Peixoto	Crédito fundiário	6
4	Associação Familiar dos Produtores Rurais do Córrego Panquinhas	Crédito fundiário	20
5	Associação Familiar Muler Linhaus	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	2
6	Associação Familiar Norato Lima	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	5
7	Associação Familiar Alves da Silva	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	2
8	Associação de agricultores familiares do Córrego Pião	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	3
9	Associação Familiar Vasconcelos Prudêncio	Combate a pobreza rural	3
10	Associação Familiar Bolsanelo de Oliveira	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	5
11	Associação Familiar Córrego Laranja da Terra	Crédito Fundiário	3
12	Associação Familiar Matias da Luz	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	5
13	CAF- Ademir Alves de Lima	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	1
14	CAF- Ademir Haase	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	1
15	Projeto de Assentamento Madre Cristina	INCRA	35
16	Projeto de Assentamento Geraldo Sperandio	INCRA	71
17	Projeto de Assentamento Margarida Alves	INCRA	6
18	Associação Familiar dos Agricultores Bernardo	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	8
19	Associação Familiar dos Agicultores	CAF-Cooperativa de	6

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
	Custódio	Agricultores familiares	
20	Associação Familiar do Agricultores Grandra da Cruz	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	5
21	Associação Familiar dos agricultores Rodrigues de Freitas	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	4
22	Associação Familiar dos Agricultores Souza e Silva	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	4
23	Associação Familiar dos Agricultores Passos Alves	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	5
24	Associação Paixão da Silva	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	6
25	Associação Fernandes Firme	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	5
26	Valter de Oliveira Passos	CAF-Cooperativa de Agricultores familiares	1

Fonte: INCAPER/ELDR Pancas, 2010.

A estrutura fundiária de Pancas retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Pancas	1.404	926	128	14	2.472

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

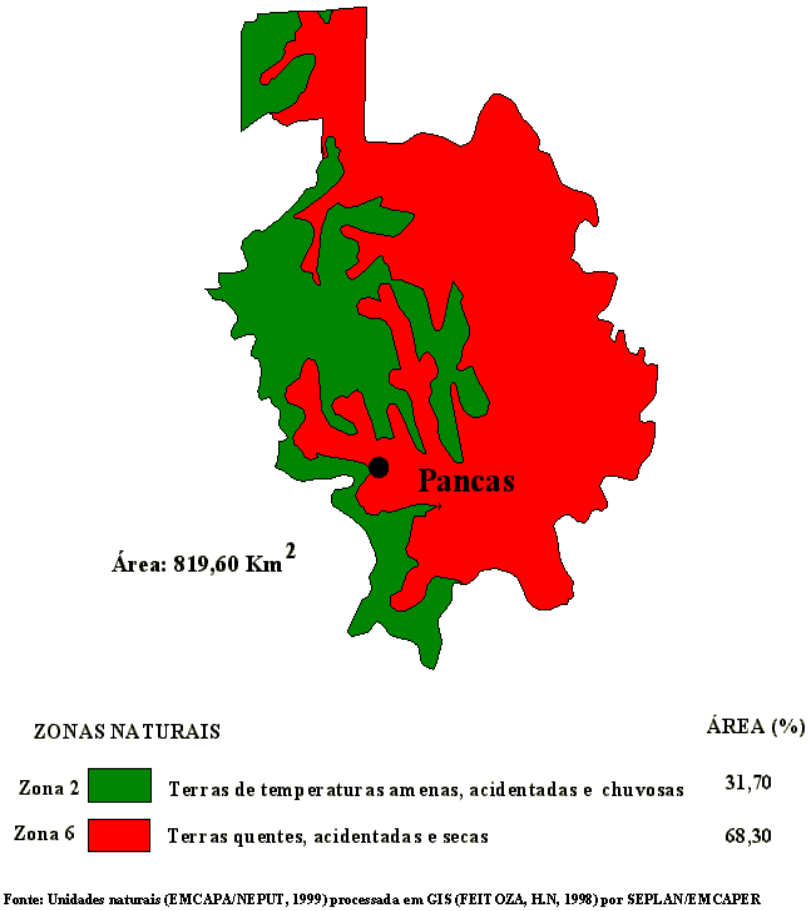
1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

Nosso relevo apresenta-se montanhoso, acidentado e fortemente ondulado, nossos solos são na sua maioria de origem Litólicos, Eutróficos ou Distróficos. Nossos solos apresentam um alto índice de erosão, decorrente da prática de uma agricultura intensiva, fora da capacidade de uso do solo recomendada para os mesmo. Tal uso inadequado do solo, remonta à origem da cafeicultura neste município, através de programas governamentais, onde o cafeicultor foi incentivado a promover uma cafeicultura intensiva, muitas vezes, inclusive, com desmatamento de florestas.

Nosso clima apresenta-se quente nas partes baixas e Frio e seco nas regiões mais altas com precipitação pluviométrica mais acentuada entre os meses de Novembro à Janeiro, nossos principais recursos hídricos são o Rio Pancas, o Rio Panquinhas e o Rio São José que corta o distrito de Vila Verde. O município de Pancas apresenta ainda sua cobertura vegetal decorrente de remanescentes da mata Atlântica, Capoeiras, Pastagem, bosque de eucalipto e Lavouras cafeeiras na sua maioria. Nossos recursos minerais geradores de renda são o Granito, Mármores e Pedras Semi-Preciosas

Figura 2 - Zonas naturais do município de Pancas



Algumas características das zonas naturais[1] do município de Pancas

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	Nº meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 2: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Chuvosas**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	3,5	U	P	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);

[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco.

[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

O município de Pancas, possui como característica ambiental marcante, a existência de um Parque nacional, recentemente transformado em Monumento Natural dos Pontões capixabas, o qual engloba aproximadamente 30% da área deste município.

Seu clima é do tipo tropical chuvoso, com verão seco e estação chuvosa adiantando-se para o outono. Sendo, que aproximadamente 31,70 % de terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas e 68,3 % de Terras quentes, acidentadas e secas, nossa precipitação Pluviométrica Anual é:Ç

Normal : 92 - 113 mm

Observada: 325 - 407 mm

Período Chuvoso: Setembro a Maio

Temperaturas Médias Anuais: Máxima: 30,7 °C / Média: 29,2 °C / Mínima: 27,8 °C

Umidade Relativa Média Anual: 76%

Horas de Insolação: 2.700

Nossos Solos predominantes possuem como características principais, segundo estudo do solo classificado pelo LEVANTAMENTO DE RECURSOS DOS SOLOS DO ESPÍRITO SANTO, como “Lva4” -LATOSSOLO VERMELHO AMARELO DISTRÓFICO – com horizonte “A” moderado, solo de textura argilosa, relevo variando de ondulado a forte ondulado, com vegetação dominante “SUBCADUCIFÓLIA”. A área em estudo possui afloramentos rochosos.

O Relevo dominante no município de Pancas é Forte Ondulado, variando para relevo acidentado, de altitude variando de 110 a 480 metros, formados basicamente por argilas (barro), a cobertura vegetal originalmente coberta por Mata Atlântica, a intensa devastação restringiu o revestimento florestal basicamente a área do Parque Estadual dos Pontões Capixabas e grande parte da bacia constituem pastos e lavouras cafeeiras.

Quanto à vegetação natural, à exceção de algumas manchas de campo, ocorre com maior frequência na região a floresta subcaducifólia tropical (mata tropical), vegetação que se caracteriza pela queda das folhas das árvores durante o período seco, a cobertura atual da citada área em estudo compõe-se de ervas de porte arbustivo, tais como “Assa Peixe”, “Erva Canudo”, “Vassoura” e “Picão Preto”, a fauna local compõe-se de pequenos roedores, raposas, répteis como lagartos, cobras e diversas espécies de sapos, além de Aves, tais como Psitacídeos (papagaios, maritacas e caturritas) e Aves de rapina, tais como corujas, gaviões e falcões, muitos em extinção, devido às queimadas e caça predatória.

Podemos dentre tantos, citar: a raposa, o ouriço, a jaguatirica, a paca, o cágado, o tatu, o queixada, a cutia, a capivara, jacus, tucanos, pica-paus, papagaios, periquitos, beija-flores, bem-te-vis, sanhaços, garças brancas, jacupembas, sabiás, jutiris, rolas, surucuás, mutuns"... e tantas, tantas outras.: o jararacuçu, a ouricana, a caiçara, a coral, o surucucu, pico-de-jaca, a caninana, e outras não venenosas". Abelhas e vespas de várias espécies

1.4 Organização social

O município de Pancas possui 31 Associações que englobam, na sua maioria interesses da classe da agricultura familiar, ligadas aos diversos setores, tais como comercialização da produção, compra de insumos e aspectos técnicos das diversas culturas da região. Atualmente estas associações estão focadas na organização e viabilização da venda de produtos agrícolas para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, através do programa PAA – DOAÇÃO SIMULTÂNEA, o qual tem-se revelado de grande utilidade às diversas comunidades deste município, bem como às diversas entidades filantrópicas e sociais beneficiadas pelo referido programa, as quais recebem alimentos frescos e regionais, contribuindo assim com a agricultura local, dando sustentabilidade ao sistema agrícola local e à agricultura familiar.

Existe ainda neste município, um Sindicato representativo da classe de trabalhadores rurais, o qual é um importante parceiro do INCAPER na execução das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, tanto no tocante à prestação de serviços aos seus associados, como também aos não associados, como no caso do PRONAF, expedindo declarações de aptidão para agricultores familiares e implementando a aplicação do crédito fundiário seja no planejamento, bem como na execução das normas do referido programa de reforma agrária. Temos ainda o CMDR, do qual fazemos parte, juntamente com diversas Associações de Produtores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria de Agricultura municipal e produtores rurais.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação de Produtores Rurais do Vale do Ubá	Cº Ubá	35	Trator agrícola, PAA, Inseminação Artificial, Resfriador de Leite
2	Associação de Produtores Rurais do Cº Boa Vista	Cº Boa Vista	19	Apicultura, Secador de Café e Resfriador de Leite, PAA
3	Associação de Produtores Rurais do Cº Paraná	Cº Paraná	21	PAA – doação, Resfriador de Leite, Merenda Escolar
4	Associação de Produtores Rurais do Córrego Pião	Cº Pião	28	Poda de café, Resfriador de Leite, Meio Ambiente.
5	Associação de Produtores Rurais de Montes Claros	C º Montes Claros	50	Secador, maquina de pilar café, comunitários, Heveicultura Apicultura
6	Associação de Produtores Rurais do Córrego Floresta	C.º Floresta	72	Assistência técnica Coletiva em café e Eucalipto, Termo de Ajuste de Conduta para Uso Racional da Água
7	Associação de Produtores Rurais do C º São Pedro	Cº São Pedro	41	Manga, PAA Cafeicultura, Resfriador de Leite
8	Associação de Produtores Rurais do C º Icaraí	Barra do Icaraí	17	Viveiro de Mudas
9	Associação de Produtores Rurais do C º Brejo	C º Brejo	36	PAA- doação Maquina de pilar café, Barragem
10	Associação de Produtores Rurais do C º São Bento	Cº São Bento	22	Trator agrícola, Barragem, PAA, Merenda Escolar, Termo de Ajuste de Conduta para Uso Racional da Água
11	Associação de Produtores Rurais do Cº Ferrugem	Cº Ferrugem	40	Assentamento
12	Associação de Produtores Rurais do Cº Bananal do Roque	Cº Bananal do Roque	15	Comercialização da Produção
13	Associação de Produtores Rurais do Cº Bela Aurora	Cº Bela Aurora	8	Comercialização do Leite
14	Associação de Produtores Rurais do Cº São José	Cº São José Beira Rio – V. Verde	25	PAA- doação, Secador de Café.
15	Associação de Apicultores	Cº Brejo,	27	Casa do Mel com Equipamento

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
		Laginha		completo para apicultura comunitária
16	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Vila Verde e Pequenos Agricultores da Região de V. Verde - ADVV	Vila Verde	21	Meio Ambiente e Urbanismo
17	Associação de Produtores Rurais do Cº José Chico	Cº José Chico – V. Verde	8	Café – Produção de Mudas
18	Associação de Mulheres Produtoras de Artesanato e Indústria Caseira de Vila Verde	Vila Verde	30	PAA-doação, Projeto Mulheres Empreendedoras, Resfriador de Leite, Merenda Escolar e Participação em Feiras
19	Associação de Produtores Rurais da Barra do Cº São Luiz	Barra do Cº São Luiz	24	Excursões Técnicas
20	Associação de Produtores Rurais do Cº Aricanga	Cº Aricanga	16	Termo de Ajuste de Conduta para Uso Racional da Água
21	Associação de Produtores Rurais do Cº Coração do Norte e Icarai	Cº Coração do Norte	30	PAA-doação e Comercialização da Manga e Secador de Café
22	Associação familiar de Produtores Rurais Menezes Peixoto	Cº Icarai	5	PAA-doação, comercialização em Feiras Livres.
23	Associação de Produtores Rurais do Cº V. Alegre	Cº V. Alegre,	17	Termo de Ajuste de Conduta para Uso Racional da Água
24	Associação de Produtores Rurais do Cº do Gambá	Cº do Gambá	17	Planejamento com a ADM
25	Associação de Produtores Rurais do Cº Alto Pancas	Cº Alto Pancas	50	PAA-doação Projeto Mulheres empreendedoras, Resfriador de Leite, Despolpadeira de Frutas, Microtrator com implementos, Merenda Escolar.
26	Associação de Produtores Rurais do Córr. Espinho	Cº. Espinho	19	PAA, Merenda Escolar
27	Associação de Produtores Rurais do Vale do Prata	Cº da Prata	30	PAA-doação, Merenda Escolar, Secador de café
28	Associação de Produtores Rurais do Cº Pedra Bonita	Cº Pedra Bonita	17	Viveiro de café, secador
29	Associação de Produtores Rurais	Cº	12	Compra de Insumos, Agroturismo

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
	da Pedra do Camelo - APARPEC	Panquinhas		Comunitário.
30	Associação de produtores rurais Unidos Venceremos	Alto Pancas	12	PAA- doação, Merenda Escolar, Inseminação Artificial, Compra de insumos, Resfriador de Leite, Galpão Comunitário
31	Associação de artesão Vale dos Pontões	Pancas	15	Projeto Mulheres empreendedoras, Participação em Feiras, Agroturismo
32	Associação familiar dos produtores rurais do Cº Panquinhas	Cº Panquinhas	12	Secador de café coletivo
33	Associação de Produtores Rurais "CHAMA VIVA"	C.º Turmalina	20	Comercialização em Feira Comunitária
34	Assosciação de Produtores Rurais do C.º São Bento da Vila Verde	C.º São Bento, Vila Verde	25	Resfriador de Leite e Merenda Escolar

Fonte: INCAPER/ELDR Pancas, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	EFETIVO: Diego Garcia do Nascimento SUPLENTE:
2	Poder Legislativo	EFETIVO: Cícero Quedevez Grobério SUPLENTE:
3	Poder Executivo-Prefeito Municipal	EFETIVO: Luiz Pedro Schumacher SUPLENTE:
4	INCAPER	EFETIVO: Lélio do Carmo Hatum SUPLENTE: Selma Rodrigues Pereira Guerra
5	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	EFETIVO: Reginaldo Muniz SUPLENTE: Aguimair Araújo do Nascimento
6	Agricultores Familiares	EFETIVO: Nilário Lins SUPLENTE: Arnaldo Gerke
7	Agricultores Familiares	EFETIVO: Licínio Vervloet SUPLENTE: Sebastião Claúdio da Costa Santos
8	Agricultores Familiares	EFETIVO: Célia Viana dos Santos Benfica SUPLENTE: Élson Peixoto
9	Agricultores Familiares	EFETIVO: Lucimar Rodrigues VARGAS SUPLENTE: Romildo Camilo de Álvarenga

Fonte: INCAPER/ELDR Pancas, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

Como principais atividades econômicas geradoras de renda deste município temos a Cafeicultura e a Pecuária de Leite, seguidas da cultura do Eucalipto, da fruticultura decorrente do Polo de Manga, Agro turismo e Agroindústria em pequena escala.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	32,1
Indústria	9,24
Comércio e Serviços	58,66

*Fonte:*http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Arroz	30	30	75	0	0
Banana	70	70	1050	15000	1050
Cacau	50	40	8	205	8
Café	9700	8700	7771	8932	77708
Coco-da-baía	60	60	720	12000	720
Feijão – Safra 1	130	130	78	0	0
Mandioca	30	30	480	16000	480
Manga	50	10	64	6400	64
Milho – Safra 1	250	250	450	1800	450
TOTAL	**10370**	**9320**	**10696**	**60337**	**80481**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Pancas	Bovino	26.386	28.017
	Suíno	3.270	3.240
	Caprino	450	470
	Ovino	380	370
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	10.600	10.560
	Galinha	15.350	13.420
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Pancas	Leite	3490	4107
	Ovos de Galinha	89	96
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	36	39

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	25
OUTROS PEIXES	(X)	Produção em Tonelada	100
QUAIS? PINTADO, CARPA, TAMBAQUI, BAGRE		Produtor Nº	180
ALEVINOS	TILÁPIA ( )	Área utilizada em ha	
	OUTROS PEIXES ( )	Produção em Tonelada	
	QUAIS?	Produtor Nº	

Fonte: INCAPER/ELDR Pancas, 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	10
2	Artesanato	180/2
3	Agroturismo	25

Fonte: INCAPER/ELDR Pancas, 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

Paisagens: formações rochosas, remanescentes de Mata Atlântica. Por possuir paisagem exótica e exuberante, a cidade de Pancas recebe o título de cidade poesia, de paisagem deslumbrante e notável beleza.

Lugar de imponentes pontões rochosos envolvidos por remanescentes de Mata Atlântica, que escondem diversidade de vida e belos riachos escorrendo sobre pequenas partes desprendidas dos grandes pontões. Escorrem em direção a um ponto de encontro: o rio, que no fundo do vale “serpenteia” a procura de caminho entre as montanhas. Um cenário assim, é propício à pratica do Agroturismo, acolhendo aqui aventureiros, amantes da natureza e aqueles que curtem esportes radicais. Dessa maneira, começa à despontar o Agroturismo, como forma alternativa de renda e desenvolvimento econômico da região.

A morfologia não apenas dá condições para essa prática, como também possibilita as mais diversas práticas esportivas integradoras do homem com a natureza. Sendo possível a contemplação de espécies da fauna e flora, muitas vezes endêmicas ou ainda desconhecidas pelo mundo científico, destacando-se as orquídeas e bromélias, encontradas nos topos de montanhas e que traduzem a sua capacidade de resistir aos mais inóspitos ambientes, revelando que cada vez mais é possível superar, mesmo quando acreditar que não há mais nenhuma força para continuar.

Aliado a todo o cima exposto, esta o fato do município oferecer maravilhosas condições naturais para a prática de várias atividades de aventura e ecológicas: montanhismo, trekking, alpinismo, caminhadas, asa-delta, rapell, motocross, enduros, mountain bike, trilhas e outros, que já atraem para cá, turistas do mundo todo.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela abaixo indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	COMUNIDADE SEDE/ SEDU	LIDERANÇAS E PRODUTORES	01/09/10	15
2	CÓRREGO SÃO LUIZ	PRODUTORES	02/09/10	25
3	SEDE-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LIDERANÇAS E PRODUTORES	20/09//10	48
4	LAGINHA/ GALPÃO COMUNITARIO	LIDERANÇAS E PRODUTORES	30/09/10	76

Fonte: INCAPER/ELDR Pancas 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município. Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente

- **Problemas**

- Falta de projetos de Proteção Ambiental para o município
- Pouca oferta de mudas de essências nativas e florestais
- Falta de conscientização ambiental no meio rural
- Grandes restrições às explorações agropecuárias na área do Parque dos Pontões Capixabas
- Exploração descontrolada de jazidas minerais (GRANITO)
- Falta de apoio político para as áreas dentro do Parque
- Falta de proteção das nascentes
- Falta de saneamento básico
- Uso indiscriminado de agrotóxicos
- Assoreamento de Rios e Córregos

- **Potencialidades**

- Grande numero de nascentes no município
- Iniciativa privada na reciclagem do lixo
- Divulgação pelo IDAF da coleta de embalagem de Agrotóxicos
- Elevada preocupação ecológica da comunidade Pomerana do município
- Grande área de remanescentes florestais no município
- Alocação de um gestor do Instituto Chico Mendes no município para zelar pelo Parque dos Pontões capixaba.
- Existência de grupo organizado pelo SEBRAE para o desenvolvimento do Agroturismo Ecológico (Trilhas, Escaladas, Vôo Livre etc...)

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- A cafeicultura é de baixa produtividade.
- A baixa remuneração para o café foi um problema acusado elevado preço dos insumos e da mão de obra
- Falta de semente certificada de milho
- Alimentação suplementar deficiente na época seca
- Baixo preço do leite
- Pastagem degradada
- Falta de projetos de diversificação de acordo com vocação regional
- Poucas alternativas de diversificação rural
- Poucas alternativas de comercialização,tanto dos produtos agrícolas, produtos processados e artesanatos
- Seca prolongada
- Falta de água em algumas regiões
- Pouca opção de renda para as mulheres
- Poucas alternativas de comercialização
- Falta de conhecimento das normas sanitárias para a comercialização de alimentos elaborados
- Agricultores familiares querendo participar do PAA propondo alimentos elaborados, mas sem conhecimento das normas da vigilância sanitária, sem padronização, sem conhecimento sobre embalagens.
- Falta de alternativa de comércio para alimentos com muita produção no município, cito, banana, coco, tanto para o produto in natura quanto para o produto elaborado.
- Muitas associações formadas, sem objetivos concretos e sem plano de trabalho,pouco entendimento sobre associativismo
- Falta de máquinas agrícolas para fazer carreador, poços de peixe e terreiros
- Estradas mal conservadas

- **Potencialidades**

- Produtores organizados em diversas associações
- Programa de aquisição de alimentos (P.A.A.) já implantado no município
- Programa de Alimentação Escolar e Agricultura Familiar
- Associações de produtores equipadas com resfriadores de leite ,máquinas de pilar café, despolpadeiras, máquinas e implementos agrícolas bem como equipamentos p/ beneficiamento do mel dentre outros
- Mulheres participativas e ativas em associação
- Proximidade da CEASA -NOROESTE e participação do município no COINTER
- Excedente de produção de banana e coco, além de frutíferas como manga, acerola, graviola, etc
- Grande capilaridade das linhas de leite

Social

- **Problemas**

- CMDR pouco atuante
- Falta de participação e ou representação ativa dos agricultores no CMDR
- Desconhecimento de cidadania, Direitos e deveres
- Pouco participação da classe produtiva nos projetos que diz respeito a agricultura local
- Falta assistência médica de qualidade no interior
- Inoperância do viveiro de mudas municipal
- Dificuldade na marcação de exames especializados
- Falta de apoio a programas de prevenção a saúde da mulher(mamografia)

- **Potencialidades**

- Sindicato rural atuante
- Vigilância Sanitária atuante
- Agência de desenvolvimento Municipal (ADM) contribuindo na organização de associações e parcerias
- Apoio do INCAPER ao desenvolvimento agropecuário
- Secretária de Turismo apoiando o desenvolvimento municipal na área de turismo

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Pancas

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	550
Assentados	200
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	
Outros Públicos	80
Somatório	**830**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	25
Projeto Contratado	25
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	19
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	28
Inclusão/Apoio a feiras	3
Inclusão/Apoio outros mercados	2
Organização e gestão da comercialização	25

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	30	20	20	5	3	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5	1	1
Café Conilon	400	180	30	15	10	1	1	0	0	2	0	3	0	0	0	0	35	1	2
Fruticultura	150	150	200	8	5	-	1	-	-	2	-	1	-	-	-	-	3	-	-
Olericultura	153	108	107	4	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	60	33	15	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	150	45	54	3	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e Aquicultura	10	5	12	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	80	53	34	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	203	113	98	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	910	10	37	50	46	-	3	-	-	2	-	-	-	-	-	2	17	1	-
Agroecologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		10	37	50	76	-	5	-	-	2	-	-	-	-	-	3	17	2	-
Somatório	**2146**	**727**	**644**	**152**	**140**	**1**	**14**	**0**	**0**	**9**	**0**	**5**	**0**	**0**	**0**	**6**	**112**	**5**	**3**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

SANTA TERESA

Foto: Armando Bartolini

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Santa Teresa

Carlos Alberto Sangali de Mattos

José Luiz Nunes

Daiane Pereira Sobrinho

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

SEAG-ES

SEDETUR

Prefeitura Municipal de Santa Teresa

SECT

IFES – Campus Santa Teresa

IDAF

IEMA

MDA

SENAR

SEBRAE

Associações, Sindicatos e Organizações Não-Governamentais:

APROAST

APROMAI

COAAF

COOPEAVI

ESFA

FLOREST

Museu de Biologia Mello Leitão

SARAR

Sindicato Rural de Santa Teresa; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Teresa

NÒVABRA

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Gerson Tavares da Motta (MDR Central)

Celia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Mesoregião 03: Central Espírito-santense
Microrregião 8: Santa Teresa
Longitude: 40º 35’ 28 “W;
Latitude: 19º 56’ 12” S.
Distância da Capital do Estado: 80 km
Municípios Limítrofes:
- Norte: São Roque do Canaã;
- Sul: Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina;
- Leste: João Neiva, Ibiraçu e Fundão;
- Oeste: Itarana e Itaguaçu.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

A história de Santa Teresa começa em 1875, quando chegaram os primeiros imigrantes italianos, trazidos pela Expedição Tabachi..

As correntes migratórias provenientes da Itália continuaram e em 1877 chegaram os primeiros alemães, suíços e poloneses. Os colonos dedicavam-se a agricultura, tendo de início, além da cultura do café e cereais, realizado algumas experiências bem sucedidas, semelhantes às culturas do Trentino, pátria de origem de muitos imigrantes, tais como a videira e o bicho da seda. Mas a cultura que se desenvolveu de fato foi a do café, que perdura até hoje como principal produto agrícola da região.

O nome da cidade provém da fé de uma das colonizadoras que, aos pés de uma árvore conhecida na região por *Pau-Peba*, fixou uma imagem de Santa Teresa, trazida da Itália. Na sombra dessa árvore se reuniam os corajosos colonizadores para suas orações.

A pequena vila rapidamente se desenvolveu e já em 1891 foi criado e instalado o município de Santa Teresa. Em 1895 foram criadas a Comarca e a Paróquia.

Em 1995 foi desmembrado o distrito de São Roque do Canaã, dando origem a um novo município.

Santa Teresa é também chamada "Beija-flor do Espírito Santo", graças à abundância destas aves na região e, principalmente, por ser a terra onde nasceu e viveu o cientista Augusto Ruschi — pioneiro nas pesquisas com beija-flores e fundador do Museu de Biologia Professor Mello Leitão, localizado na cidade.

Santa Teresa possui uma das mais exuberantes biodiversidades do mundo, e está cercado pelas montanhas da região serrana do Espírito Santo, com cerca de 40% de seu território composto de Mata Atlântica.

A cidade é considerada o berço da imigração italiana no Brasil, por ser a primeira cidade fundada por imigrantes italianos no Brasil.

O Município de Santa Teresa, emancipado em 1890, com uma área total de 671,94 km², dividido em seis distritos com sedes urbanizadas e abastecidas com água tratada.

A etnia em sua maioria de descendência europeia, como italianos (predominante), alemães, suíços e poloneses, e cuja presença traduz-se através das manifestações culturais como gastronomia, canto e dança.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

Santa Teresa (Sede), Vinte e cinco de Julho, São João de Petrópolis, Santo Antônio do Canaã, Alto Santa Maria, Alto Caldeirão.

Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Santa Teresa ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 5º lugar (0,789), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Destacamos outros índices capazes de caracterizar o município.

- IDS (Índice de Desenvolvimento Social) um coeficiente de 0,7022 - superior à média capixaba de 0,6378;
- Natalidade: 1,5%
- Mortalidade: 0 a 1 ano = 1,2%; 1 a 4 anos = 0,76%; geral = 0,43%
- Expectativa média de vida: 74,85 anos.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**11768**
Homens	5687
Mulheres	6081
Rural	**10055**
Homens	5228
Mulheres	4827

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Santa Teresa o módulo fiscal equivale a 18 hectares.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Associação dos Produtores Fundiários do Rio XV de Agosto	PCNF	07
2	Associação dos Produtores Rurais do Jardim da Montanha	PCNF	05
3	Associação dos Produtores Rurais de Terra Nova	PCNF	05
4	Reginaldo Luiz Sperandio	PCNF	01
5	Antônio Carlos Sperandio	PCNF	01
6	Ari Sperandio	PCNF	01
7	Assentamento Tomazini	INCRA	39

Fonte: INCAPER/ELDR Santa Teresa, 2010.

A estrutura fundiária de Santa Teresa retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Santa Teresa	1.392	1.090	169	5	2.656

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

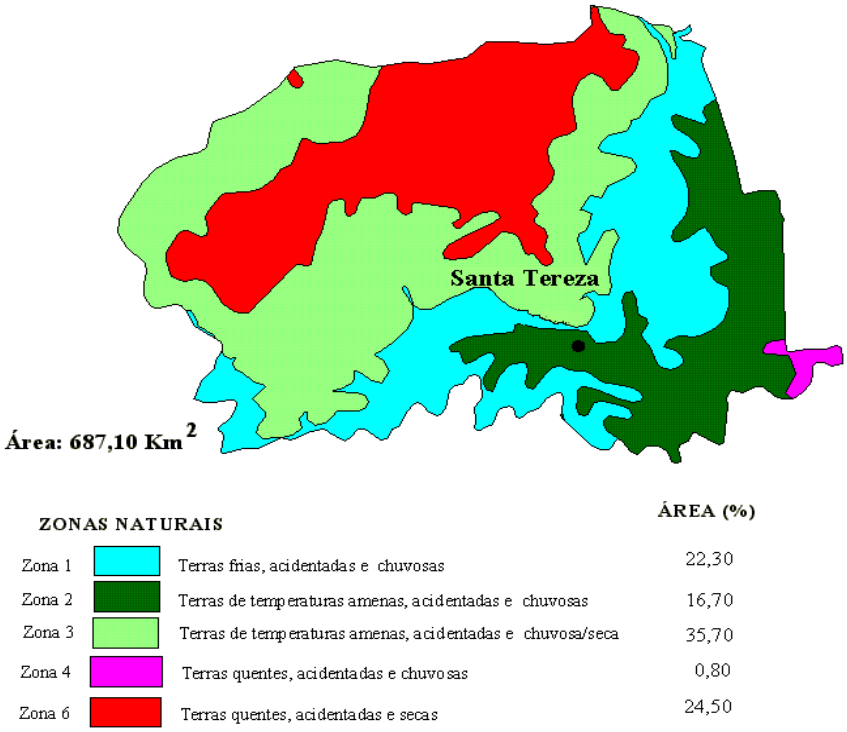
1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

Apesar de o município de Santa Teresa possuir cerca de 40% de cobertura florestal nativa, as demais áreas sofrem com impactos ambientais em função da exploração de diversas atividades econômicas em áreas marginais para o cultivo e criação e com o uso inadequado de práticas conservacionistas, acarretando sérios problemas, tais como: pastagens degradadas, assoreamento de córregos e rios, sedimentação em estradas por erosão, baixa produtividade das atividades econômicas, diminuição da capacidade de retenção de água no solo e desaparecimento e/ou diminuição de vazão de nascentes.

Para minimizar tais impactos estão sendo realizadas ações de conservação do solo e dos recursos hídricos, como construção de caixas de infiltração e barragens, reflorestamento em áreas com forte declividade, proteção de nascentes, recuperação de matas ciliares e orientações preservacionistas dos produtores.

Figura 2 – Zonas naturais do município



Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

Algumas características das zonas naturais[1] do município Santa Tereza

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	Média mín. mês mais frio (°C)	Média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	Meses secos[1]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[1]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 1 ➔ Terras frias, acidentadas e chuvosas	7,3 – 9,4	25,3 – 27,8	> 8%	3,0	U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 2 ➔ Terras de temperaturas amenas acidentadas e chuvosas	9,4 – 11,8	27,8 – 30,7	> 8%	2,5	U	P	U	U	U	P	P	P	P	U	U	U
				3,0	U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 3 ➔ Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca	9,4 – 11,8	27,8 – 30,7	> 8%	4,5	U	U	U	U	P	S	S	S	S	U	U	U
Zona 4 ➔ Terras quentes, acidentadas e chuvosas	11,8 – 18,0	30,7 – 34,0	> 8%	2,5	U	P	U	U	U	P	P	P	P	U	U	U
Zona 6 ➔ Terras quentes, acidentadas e secas.	11,8 – 18,0	30,7 – 34,0	> 8%	7	U	P	P	P	S	S	S	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);

[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;

[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.1.1 Solo

Classificação	Tipologia	Área - km²	%
Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico	LVd3, LVd4 e LVd5	403,14	60%
Terra Roxa Estruturada Similar Eutrófica	TRPe2	67,19	10%
Terra Roxa Estruturada Eutrófica	Ter	67,19	10%
Cambissol (associação de solos cambissólicos distróficos com Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico).	Cd1	33,59	5%
Solos Litólicos eutróficos e distróficos e Afloramentos de Rocha	R	100,78	15,00%

1.3.1.2 - Topografia/Relevo

Declividade - %	Classificação	Área	% do Município
Até 8	Plano	67,19 Km²	10
8 a 45	Ondulado	201,57 Km²	30
45 a 75	Montanhoso	335,97 Km²	50
Mais de 75	Escarpado	67,19 Km²	10

1.3.1.3 Clima

Região	Clima	Altitude (m)	Temp. média anual	Temp. Médias Máximas	Temp. Médias Mínimas	Evapotrans-piração Potencial anual
Alta 60%	Úmido Frio	500/1065	19,9º C	29,3ºC	10,6ºC	1.094 mm
Baixa 40%	Seco Quente	140/500	23,1º C	32,8ºC	13,4ºC	1.320 mm

1.3.1.4 - Precipitação Média* (mm)

Região	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Alta	175	122	130	76	57	60	59	35	57	123	192	246	1332
Baixa	142	102	104	51	28	22	26	11	32	88	180	218	1004
Rebio	228	116	156	88	50	33	56	56	66	107	232	225	1413

Região Alta – 28 anos de dados – Sede; Região Baixa – 29 anos de dados – São João de Petrópolis. Fonte: EMCAPA Boletim técnico nº 7 - 1981.

Rebio – Pluviômetro da Reserva Biológica Augusto Ruschi – dados de 1976 a 2008 inclusive.

1.3.1.5 Hidrografia

Nome	**Bacia Hidrográfica**	**Localização da Foz**
Rio Timbuí	Bacia do Rio Reis Magos	Oceano Atlântico em Nova Almeida, Serra – ES
Rio Lombardia	Bacia do Rio Piraqueaçu	Oceano Atlântico em Santa Cruz, Aracruz – ES
Santa Maria do Rio Doce	Bacia do Rio Doce	Rio Doce em Colatina – ES

Possui ainda as nascentes do Córrego Triunfo (que deságua no Rio Doce, em Colatina), e do Córrego Piabas (que deságua no Ribeirão Três Barras, daí para o Rio Fundão e, finalmente, para o Rio Reis Magos).

1.3.2 Aspectos Ambientais

O Município de Santa Teresa possui duas regiões agroclimáticas distintas. Uma região mais elevada, onde está localizada a Sede do Município, de clima frio e úmido, relevo montanhoso com picos que ultrapassam os 1.000 metros de altitude, excelente cobertura vegetal nativa e de florestas econômicas, nascentes de vários rios importantes do Estado, e outra região baixa, clima quente e seco (Vale do Rio Doce), abaixo dos 400 metros de altitude, com relevo plano ondulado e passível de ser mecanizável.

Os principais cursos d'água do Município nascem na região alta (com precipitação pluviométrica maior que a evapotranspiração) e correm para a região baixa, amenizando o problema de deficiência hídrica, embora a proteção e conservação de nascentes na região alta deixe a desejar. Na região baixa, há carência natural de água (devido a evapotranspiração ser maior que a precipitação pluviométrica), agravada por fatores como a precária conservação do solo, áreas de preservação permanente desprotegidas, estradas com locação e drenagem inadequadas (causando erosões e assoreamentos) e insuficiência de estruturas (barragens e açudes) para armazenar água no período das chuvas.

A ocupação da área do município está distribuída em 50% para a agricultura (sendo 38% de agropecuária e 12% de florestas econômicas), 38% de matas nativas e capoeiras em regeneração (Mata Atlântica de Montanha), 8% de inaproveitáveis (pedras e afloramentos de rocha) e 4% de outros usos (áreas urbanas, estradas, rios, construções). Quanto à cobertura vegetal, o município é dotado de uma geografia ímpar, que associada aos elementos edafoclimáticos da região e às dificuldades para a exploração humana, contribuíram em muito para a preservação. As formações vegetais mais importantes no município são a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Ombrófila Aberta, conhecidas respectivamente como Mata Atlântica de Montanha e Capoeiras em Estágio Secundário de Regeneração. Hoje o município possui cerca de 24.000 ha de Mata Atlântica de Montanha e Capoeiras em regeneração.

Tais condições propiciaram um alto desenvolvimento do endemismo vegetal, e de acordo com a tese de doutorado da bióloga Luciana Dias Thomaz, defendida na UNESP de Rio Claro, SP, foram encontradas em apenas um hectare, 476 espécies arbóreas, pertencentes a 178 gêneros e 66 famílias - índice que supera os valores conhecidos para as florestas tropicais do mundo – e há também o fato que das 476 espécies, 104 foram identificadas pela primeira vez na Mata Atlântica e estão sendo descritas cinco espécies novas e, possivelmente, também um gênero novo.

O município possui excelentes áreas de preservação, merecendo destaque a Reserva Biológica Augusto Ruschi (IBAMA), com 3.600,0 ha; Reserva Biológica de Santa Lúcia (Museu de Biologia Mello Leitão) com 400,0 ha; Parque Natural Reserva Municipal de São Lourenço (PMST) 363,0 ha. A maior parte dos remanescentes de floresta nativa do município está incluída na REBMA (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica), dentro do Programa “O Homem e a Biosfera”, da UNESCO. O município ainda possui 03 (três) RPPN’s, RPPN Sol Poente – Rio Saltinho com 75,0 ha, Fazendinha Rancho Alegre – Valão de São Pedro com 4,0 ha e Fazenda Polisseni – Valsugana Velha com 25,0 ha.

Os recursos minerais são explorados de maneira desordenada. A retirada de argila, para as cerâmicas de telhas e tijolos, deixa buracos no solo que, quando alagados, são focos de proliferação de mosquitos e doenças. A escavação de túneis nas encostas para a exploração de pedras preciosas e semipreciosas têm como agravante o trazer e deixar cascalhos (subsolo) na superfície, que irão assorear áreas mais abaixo. Além disso, os túneis ficam abertos, servindo de abrigo para morcegos, alguns transmissores da "raiva" (hidrofobia) na região. Os principais minerais explorados são Argila, Granito, Gnaisse, Água-marinha, Berilo, Andaluzita e Crizolito.

1.4 Organização social

O município tem cerca de 51 comunidades rurais e todas possuem organização informal, geralmente ligadas à parte religiosa e também responsáveis pela promoção de eventos locais. O município ainda possui 16 (dezesseis) associações de agricultores familiares com organização formal e 01 (uma) associação comunitária, que abrange todo o município, que é a Caixa Beneficente Contra Mordeduras de Cobras. Vale ressaltar que algumas das associações obtiveram uma consciência crítica, com ganho expressivo para o crescimento do grupo e desenvolvimento sustentável da comunidade.

Salientamos a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural que se reúne sistematicamente para discutirem propostas e projetos de desenvolvimento para a agricultura familiar do município. Santa Teresa é um dos municípios capixabas com melhores índices de qualidade de vida para a população, apresentando os seguintes números:

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	FLOREST (Associação de Flores e Plantas Ornamentais de Santa Teresa)	Sede	20	- Participação em eventos como: Feira do Verde (Vitória); Bioflores (Stª Mª Jetibá); Festa do Vinho e Feira do Agronegócio (Stª Teresa); Expocol (Colatina) e Granexpoes (Carapina) - Viabilização Mercado Flores na CEASA ES.
2	Associação dos Produtores Agropecuários de Tabocas	Tabocas	25	- Festividades religiosas e culturais
3	Associação Sociedade Recreativa de Alto Caldeirão	Alto Caldeirão	30	- Festividades religiosas e culturais
4	Associação dos Produtores Rurais de Alto Caldeirão	Alto Caldeirão	30	- Festividades religiosas e culturais
5	Associação dos Produtores Rurais de Nova Valsugana	Nova Valsugana	20	- Festividades religiosas e culturais
6	Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de São Marcos, São José e São Valentim	São Marcos	30	- Aquisição em regime de comodato com SEAG, Secador de Café; - Construção de galpão para máquinas de beneficiamento de café, com recursos da Prefeitura Municipal; - Viveiro de produção de mudas de café clonal; - Aquisição de máquina de pilar café;
7	Associação dos Produtores Rurais de Aparecidinha	Aparecidinha	30	- Realização da Festa do Rodeio.
8	APROMAI (Associação dos Produtores e Moradores da Área de Influência da Reserva Biológica Augusto Ruschi)	Penha	290	- Aquisição de Secador café com recursos da SEAG; - Aquisição de retroescavadeira em regime de comodato com a Prefeitura Municipal, com recursos da SEAG e Prefeitura, objetivando construção de caixas secas, terreiro e carreadores; - Construção de Galpão para máquinas de beneficiamento de café, com recursos da Prefeitura Municipal; - Viveiro de produção de mudas de essências nativas parceria Petrobrás;

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
				- Mobilização de lideranças e comunidades para solicitação de asfalto Caminhos do Campo; - Expansão da atividade comercial de floricultura como alternativa de renda para as famílias; -Diagnóstico Socioeconômico Ambiental da região; - Trabalho de pesquisa flora e fauna e do Macaco Muriqui em Parceria com a Fundação Boticário. - Aquisição de um caminhão 814 Ford com recursos da SEAG, para viabilizar o transporte de café, para beneficiamento e transporte de insumos; - Aquisição de um veículo FIAT Uno ano 2010, para atender a demanda dos associados; - Contenção de Águas das Chuvas.
9	Associação de Produtores Rurais de Rio Perdido	Rio Perdido	58	- Aquisição de máquinas e implementos agrícolas.
10	Associação de Produtores Rurais da Baixada Teresense	Baixada Teresense	20	- Festividades religiosas e culturais
11	Associação dos Produtores de Várzea Alegre	Várzea Alegre	30	- Festividades religiosas e culturais
12	Associação dos Produtores Rurais de Córrego Frio	Córrego Frio	20	- Festividades religiosas e culturais
13	Associação de Moradores de Várzea Alegre	Várzea Alegre	100	- Festividades religiosas e culturais
14	APRUVIT (Associação de Produtores de Uva/Vinho de Santa Teresa)	Sede	43	- Reforma da Sede; - Montagem do Escritório; - Cursos de Gestão da Propriedade Rural, parceria INCAPER, Prefeitura e SEBRAE; - Curso de Cultura da Cooperação, parceria INCAPER, Prefeitura e SEBRAE; - Cronograma de reuniões mensais de

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
				planejamento e acompanhamento de ações; - Organização de compra de insumos e de venda da produção; - Apresentação de Projeto para Recuperação das Estradas vicinais à Prefeitura Municipal; - Participação nos eventos: Expocol-Colatina, GRANEXPOES-Carapina, Festa do Imigrante Italiano-Santa Teresa, Feira do Agronegócio e Agroturismo-Santa Teresa; - Participação nos eventos: Sabores da Terra; Festa da Uva e do Vinho e Festa do Imigrante Italiano - Participação dos sócios em curso de aplicação de defensivos agrícolas, ministrado pelo SENAR; - Participação no 2º Curso da Cultura da Cooperação (CULTCOOP); - Consultorias técnicas em embalagem e rotulagem. - Realização de visitas técnicas para troca de experiências. - Apresentação Formal da Associação na Câmara Municipal; - Recebimento do Título de Utilidade Pública; - Elaboração de Projeto encaminhado a SEAG, para aquisição de EPI's e refratômetro;
15	APROAST (Associação de Produtores de Artesanato de Santa Teresa).	Sede	58	- Participação na Feira Arte de Guarapari; Feira de Natal Praça dos Desejos (Vitória); Festa do Imigrante de Santa Teresa; - Participação nos eventos:

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
				GRANEXPOES-Carapina, Festa do Imigrante Italiano-Santa Teresa, Feira do Agronegócio e Agroturismo-Santa Teresa. - Viabilização de projeto de Integração das 03 (três) Santas (Santa Maria, Santa Leopoldina e Santa Teresa).
16	Associação dos cafeicultores da Comunidade do Rio XV de Agosto e Região – A.C.C.XV	Rio XV de Agosto	22	- Limpeza de carreadores. - Projeto de produção de água. - Saneamento do Rio. - Asfaltamento da estrada principal.
17	Caixa Beneficente Contra Mordedura de Cobra	Sede	230	- Compra e venda em conjunto. - Aquisição de soro antiofídico em conjunto.
18	Cooperativa Agropecuária Centro Serrana (COOPEAVI)	Sede V. Alegre	**550** **300**	- Financiamento com linha de crédito para insumos, assistência técnica agrícola e veterinária, estocagem e armazenamento de café, recolhimento de amostra de café para degustação, comercialização de insumos agropecuários a preço subsidiado para cooperados e recebimento de embalagens vazias de agrotóxico.
19	Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (COAAF)	Sede	36	- Transporte e comercialização com revenda da produção e aquisição de relógios de dupla tarifação – relógio verde.
20	Sindicato Rural de Santa Teresa	Sede	139	- Realização de Encontro de cafeicultores e cursos de capacitação em aplicação de agrotóxico, inseminação artificial e processamento de alimentos.
21	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Teresa	Sede	6100	- Elaboração de projetos de crédito rural, DAP's, crédito fundiário – aquisição de terras, Habitação Rural - Minha Casa Minha Vida, organização de associações. - Assessoria jurídica, Programa de Farmácia – medicamentos a preço de custo, plano de saúde e previdência rural.

Fonte: INCAPER/ELDR Santa Teresa, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	SMADE – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	EFETIVO:Jorge Faustino Tononi Natalli SUPLENTE:Evandro Rodrigues de Oliveira
2	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	EFETIVO: Magaly Florêncio M. Broseghini SUPLENTE: Ranusa Coffler
3	Secretaria Municipal de Educação	EFETIVO: Ronaldo Sergio Dondoni SUPLENTE: Kátia Wietchesky
4	INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural	EFETIVO: Carlos Alberto Sangali de Mattos SUPLENTE: José Luiz Nunes
5	Câmara Municipal	EFETIVO: Luiz Carlos Novelli SUPLENTE: ---
6	IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária Florestal	EFETIVO: Rogério Fardin SUPLENTE: ---
7	IFES – Instituto Federal do Espírito Santo Campus Santa Teresa	EFETIVO: Francisco Bráz Daleprani SUPLENTE: João Nacir Colombo
8	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Teresa	EFETIVO: Adriana Rubia Rasseli Bazon SUPLENTE: Bruno Luiz Bridi
9	Sindicato Rural Patronal de Santa Teresa	EFETIVO: Lacyr André Ferreira SUPLENTE: Dirceu Carreta
10	APROMAI – Associação de Produtores e Moradores da Área de Influência da Reserva Biológica Augusto Ruschi	EFETIVO: Nelcimar Alberto Lucas SUPLENTE: Marcos Antônio Pereira
11	AVIST – Associação dos Vitivinicultores de Santa Teresa	EFETIVO: Firmino Doerll SUPLENTE: Sandro Salvador
12	ACPGLES – Associação dos Criadores e Produtores de Gado de Leite do Espírito Santo	EFETIVO: Marcos Corteletti SUPLENTE: Cláudio Ferrari
13	Associação de Produtores de São Marcos, São José e São Valentim	EFETIVO: Avelino Belumatti SUPLENTE: Alceu Pedro Chisté
14	Associação dos Produtores Rurais de Tabocas	EFETIVO: Geraci Mognato SUPLENTE: Divanir Pascoal Zotelle

Fonte: INCAPER/ELDR Santa Teresa, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

Principais Atividades Setoriais

- Industrial: cerâmica, aguardente, esquadrias, móveis, serrarias, fábricas de embalagens hortícolas, leite pasteurizado, queijo frescal, iogurte, coalhada, bebida láctea, processamento de frutas, confecções, indústrias caseiras (massas, doces, vinhos, artesanatos);
- Comércio Varejista: gêneros alimentícios, armarinho, móveis, floricultura, material de construção, eletrodoméstico, papelaria, insumos agropecuários, combustíveis e lubrificantes, medicamentos, etc;
- Restaurantes, bares, lanchonetes;
- Prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de: Agropecuária, Mecânica, Elétrica, Eletrônica, Advocatícia e Jurídica, Contábil, Médica, Odontológica, Laboratorial, Comunicação (Correio, Telefonia e Internet), Segurança (Pública e Particular), Hospedagem, Energia elétrica, Água e Saneamento, Limpeza e Higiene.

Principais Mercados

- Café: Compradores regionais de Santa Teresa e municípios vizinhos.
- Olerícolas e frutas: CEASA-ES, CEASA NOROESTE, norte do ES e outros estados (BA, PE, SE, MG).
- Pecuária Bovina: Esta atividade está presente em cerca de 276 propriedades, ocupando uma área aproximada de 10.000,0 ha de pastagem, com rebanho de 9.100 cabeças.
- Pecuária de Corte: Frigorífico Colatina (FRISA), açougues locais e invernistas da região.
- Pecuária de Leite: Perímetros Urbanos (leite cru e leite Tipo C); Comércio local e Grande Vitória (leite pasteurizado tipo A, queijo frescal, iogurte, bebida láctea e coalhada); Pureza (Santa Maria de Jetibá); fabricantes de queijo de municípios vizinhos.
- Eucalipto: Cerâmicas (lenha, pó de serra, aparas, etc.); fábricas de caixas tipo K (essas caixas são vendidas a horticultores locais, de outros municípios e outros estados); Construção Civil (varões, escoramentos, taipas, ripas, ripões, etc.); Indústria de Tratamento de Madeira (postes, estacas, moirões, etc.); Fábrica de paletes e móveis; pecuaristas (estacas para cerca), além de lenha para padarias, restaurantes e residências locais.
- Cana de açúcar: Fábricas de aguardente e bovinocultura

- Milho, arroz, feijão e mandioca: Consumo interno do Município.
- Indústria Caseira: Comércio Local e Grande Vitória.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	35,65
Indústria	9,02
Comércio e Serviços	55,33

*Fonte:*http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Abobora	50	50	650	13000	650
Arroz	50	50	240	0	0
Café	11000	8588	12471	1452	12471
Cana	500	500	30000	60000	30000
Chuchu	30	30	1800	60000	1800
Coco-da-baía	8	8	80	10000	80
Feijão – Safra 1	200	200	140	700	140
Gengibre	6	6	180	30000	180
Goiaba	6	6	240	40000	240
Inhame	15	15	300	20000	300
Laranja	15	15	300	20000	300
Limão	5	5	140	28000	140
Mandioca	50	50	900	18000	900
Manga	102	85	1530	18000	1530
Milho – Safra 1	900	900	2727	3030	2727
Pimenta	2	2	2	1000	2
Quiabo	10	10	200	20000	200
Repolho	50	50	2000	40000	2000
Tangerina	30	30	510	17000	510
Tomate	250	250	18750	0	0
TOTAL	**13279**	**10850**	**73160**	**400182**	**54169**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Santa Teresa	Bovino	9.359	9.341
	Suíno	9.756	9.883
	Caprino	132	134
	Ovino	200	203
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	146.186	149.109
	Galinha	125.330	129.089
	Codorna	571	588

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Santa Teresa	Leite	903	906
	Ovos de Galinha	2440	4400
	Ovos de Codorna	11	17
	Mel de Abelha	99	111

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	40
OUTROS PEIXES	(X)	Produção em Tonelada	200
QUAIS? Carpas, Pacu, Tambaqui, Pintado, etc.		Produtor Nº	200
ALEVINOS	TILÁPIA ( )	Área utilizada em ha	
	OUTROS PEIXES ( )	Produção em Tonelada	
	QUAIS?	Produtor Nº	

Fonte: INCAPER/ELDR Santa Teresa, 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	53
2	Artesanato	220
3	Agroturismo	28

Fonte: INCAPER/ELDR Santa Teresa, 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

Santa Teresa apresenta enorme potencial para desenvolvimento através do mercado turístico, dada a grande quantidade e variedade de recursos naturais, científicos e culturais existentes no município. Constitui-se hoje referência nacional no tocante à colonização italiana (primeira colônia italiana no Brasil) e mundial pelos trabalhos e estudos desenvolvidos pelo cientista e naturalista Augusto Ruschi (beija-flores, orquídeas e bromélias). A cidade possui atrativos científicos como o Museu de Biologia Mello Leitão e o Museum Seraphicum São Francisco de Assis, atrativos culturais como as inúmeras casas de imigrantes preservadas (inclusive a construção de 1875 – a residência de Virgílio Lambert), A IFES (Instituto Federal do Espírito Santo campus de Santa Teresa), a Casa de Augusto Ruschi e diversos grupos culturais italianos, alemães e poloneses, que se manifestam através da dança, canto e música.

Entre os atrativos naturais está o Parque Municipal de São Lourenço, a Pedra da Onça, os Vales do Canaã, do Caravaggio e de Tabocas, além de cachoeiras situadas tanto em áreas de lazer (que possuem infraestrutura de recepção ao visitante) como em áreas de mata. O município conta com serviços de rede hoteleira, bancária, telefonia fixa e móvel (inclusive rural), e boas vias de acesso (rodovias estaduais e federais) aos municípios vizinhos, apesar das dificuldades de trânsito na época de chuvas (principalmente nas estradas vicinais).

O conjunto territorial formado pelos municípios limítrofes (São Roque do Canaã, Fundão, Ibiraçu, Itarana, Itaguaçu, João Neiva, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá) favorece o arranjo regional, o que permite tanto a diversificação como o aumento da oferta turística, sendo Santa Teresa “A Montanha” de todo o noroeste capixaba e sudoeste mineiro, polarizando o fluxo turístico destas regiões.

Pesquisa realizada em 2003 (FAES / SEBRAE) nos municípios de Santa Teresa, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, conhecidos como o polo turístico das “Três Santas” demonstrou o município de Santa Teresa com a maior variedade de produtos ligados ao agroturismo e agroindústria e também com a maior taxa de retorno financeiro para os agricultores participantes. A infraestrutura turística do município vem crescendo, mas é insuficiente em vários quesitos, não havendo um trabalho organizado e ações conjuntas entre os diversos componentes do trade e da administração pública, agravando desta forma os problemas gerados pela sazonalidade e obviamente pela concorrência com outros polos receptivos.

Estão programados para serem trabalhados e implantados os circuitos e roteiros da Uva e do Vinho, Delícias de Santa Teresa, Vale do Canaã, Flores e Ecoturismo e Turismo de Aventura. A especulação imobiliária é um fato presente há vários anos e que merece mais atenção de todos os envolvidos, pois já vêm apresentando, ainda que de maneira pouco perceptível, problemas como a fragmentação contínua das já pequenas propriedades rurais e a implantação de condomínios rurais e sítios de lazer, ocupando espaços antes destinados à produção.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 11 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Sede/ Prefeitura Municipal de Santa Teresa	Representante de Entidades do Conselho	20/04/2010	12
2	Sede/ Prefeitura Municipal de Santa Teresa	Representante de Entidades do Conselho	02/07/2010	9
3	Sede/ Auditório da Procuradoria de Justiça – Abimar Pereira dos Santos	Representante do Conselho (produtores, técnicos e autoridades)	04/02/2010	22
4	Sede/ Auditório da Procuradoria de Justiça – Abimar Pereira dos Santos	Representante do Conselho (produtores, técnicos e autoridades)	15/04/2010	62
5	Sede/ Auditório da Procuradoria de Justiça – Abimar Pereira dos Santos	Representante do Conselho (técnicos e	26/08/2010	21

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
		autoridades)		
6	Sede/ Prefeitura Municipal de Santa Teresa	Representante do Conselho (técnicos)	10/09/2010	15
7	Santo Antônio do Canaã/ Propriedade do Sr. Marcos Corona	Técnicos e Produtores	01/02/2010	22
8	Santo Antônio do Canaã/ Propriedade do Sr. Luiz Carlos Galletti	Técnicos e Produtores	01/03/2010	23
9	Santo Antônio do Canaã/ Agropecuária Paraíso	Técnicos e Produtores	05/04/2010	37
10	São João de Petrópolis/ Propriedade do Sr. Valmir Milanezi	Técnicos e Produtores	03/05/2010	18
11	Sede/ Propriedade do Sr. José Carlos Sabino	Técnicos e Produtores	07/06/2010	18
12	Sede/ Propriedade do Sr. Edimar Ermogenes	Técnicos e Produtores	02/08/2010	30
13	Alto Santa Maria/ Propriedade do Sr. José Luiz Possatti	Técnicos e Produtores	30/08/2010	25
14	Sede/ Propriedade do Sr. Geraldo Romagna	Técnicos e Produtores	04/10/2010	20
15	Sede/ APRUVIT	Vitivinicultores	09/01/2010	24
16	Sede/ APRUVIT	Vitivinicultores	06/02/2010	29
17	Sede/ APRUVIT	Vitivinicultores	06/03/2010	22
18	Sede/ APRUVIT	Vitivinicultores	10/04/2010	39
19	Sede/ APRUVIT	Vitivinicultores	08/05/2010	33
20	Sede/ APRUVIT	Vitivinicultores	12/06/2010	26
21	Sede/ APRUVIT	Vitivinicultores	03/07/2010	25
22	Sede/ APRUVIT	Vitivinicultores	31/07/2010	34
23	Sede/ APRUVIT	Vitivinicultores	28/08/2010	32
24	Sede/ APRUVIT	Vitivinicultores	02/10/2010	32

Fonte: INCAPER/ELDR Santa Teresa, 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município.

Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente
• **Problemas** - Escassez de água no período seco; - Erosão do solo a assoreamento de rios no período das chuvas; - Uso inadequado de defensivos agrícolas; - Manejo de irrigação inadequado. • **Potencialidades** - Preservação de Nascentes; - Belezas naturais e paisagísticas (Diversificação agrícola); - Preocupação com problemas ambientais.

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Baixa produtividade e rentabilidade das lavouras cafeeiras;
- Falta de conhecimento para a formação do custo de produção;
- Má qualidade da produção de café;
- Baixa produtividade do rebanho bovino;
- Alta incidência de ecto e endo parasitos nos rebanhos;
- Baixa qualidade do leite e derivados produzidos;
- Baixa incidência de prenhes;
- Escassez de madeira para atender as necessidades das propriedades e serrarias;
- Incidência de pragas exóticas;
- A Floricultura ainda é uma atividade pouco consolidada no município;
- Alto custo de transporte dos produtos;
- Produção insuficiente (Volume, espécies, variedade e constância);
- Necessidade de capacitação de produtores para produzir Uva;
- Alto custo de implantação da Uva;
- Atividade não desenvolvida de maneira econômica, profissional e sustentável (Manga);
- Produto com qualidade inferior as exigências de mercado(Manga);

- **Potencialidades**

- Geração de emprego, renda e alimentação para a agricultura familiar (Piscicultura);
- A banana é uma atividade adaptada as regiões climáticas do município, e pode gerar emprego e renda, e ainda se adapta a agricultura familiar;
- Geração de emprego e renda para a agricultura familiar ao longo do ano, através da Agricultura Orgânica;
- Através da fruticultura de clima temperado, gerar mais emprego e distribuição de renda, oportunizando o desenvolvimento do agroturismo no fomento de matéria-prima;
- Agregação de valor dos produtos do meio rural;
- Incentivar o cultivo de Palmáceas, que é uma cultura adaptada as regiões climáticas do município, com cunho preservacionista e econômico, contribuindo para a perenização das nascentes, córregos, rios e florestas;
- Incentivar o cultivo de cacau, que é uma cultura adaptada as regiões de clima quente e agricultura familiar.

Social

- **Problemas**

- Baixo nível de organização dos produtores;
- Pouco interesse em conhecer o custo de produção das atividades;
- Comercialização individualizada;
- Associação desorganizada;

- **Potencialidades**

- Número expressivo de associações;
- Incentivar a comercialização em conjunto;
- Orientar na participação de eventos que envolvam a cultura da cooperação.

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Santa Teresa

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	500
Assentados	
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	50
Outros Públicos	10
Somatório	**560**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	50
Projeto Contratado	50
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	-
Inclusão/Apoio a feiras	-
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	-

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	250	25	228	0	9	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	10	0	0
Café Conilon	250	25	227	10	12	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	10	0	0
Fruticultura	261	40	261	-	6	1	2	-	-	2	-	6	-	-	-	-	15	-	-
Olericultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	340	4	4	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	40	-	40	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e Aquicultura	50	50	50	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	255	35	155	1	2	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	10	-	-
Floricultura	40	-	40	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	500	-	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	20	20	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		17	17	14	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somatório	**2006**	**216**	**1532**	**27**	**39**	**4**	**5**	**1**	**0**	**9**	**0**	**11**	**0**	**1**	**0**	**0**	**50**	**0**	**0**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Castro, L.L.F. de; Sediyma, G.C. Guidoni, A.L. – Probabilidade de Precipitação mensal e anual para o Estado do Espírito Santo. Cariacica – ES – EMCAPA, 1981 – 84p. – Boletim Técnico nº 07002E

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves.

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. ELDR Santa Teresa – Escritório Local de Desenvolvimento Rural.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPES – Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves. Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Espírito Santo – IDS, Relatório 2004. Vitória, ES. 2004.

Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura: Novo PEDEAG 2007-2025 – Vitória: SEAG, 2008.

Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Santa Teresa - ES 2002/2012 – Prefeitura Municipal de Santa Teresa – 2002.

Plano PluriAnual 2006/2009 - Prefeitura Municipal de Santa Teresa, Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

REBIO - Reserva Biológica Augusto Ruschi, Santa Teresa, ES – 2009.

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo – Escritório Local de Santa Teresa, 2009.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Teresa, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

SÃO DOMINGOS DO NORTE

Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte.

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de São Domingos do Norte

Célio Roberto Cuquetto

Vinícius Nascimento

Margarida Scalzer Boscaglia

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte

Secretaria Municipal de Agricultura;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos do Norte;

Associações de Produtores Rurais de São Domingos do Norte;

CEAq – Cooperativa dos Aquicultores.

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Carlos Lobo Teixiera (CRDR Noroeste)

Samir Serodio Amim Rangel (Assessor Técnico)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Localização do município:
Latitude: 19º 08’ 38,40”
Longitude: 40º 37’ 26,40”
Região: Noroeste II

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições
Comunidade nascida em 1927, em virtude da exploração de imigrantes italianos que partiram através da imensa floresta, que permanecia intacta ao norte do Rio Doce, a procura de terra férteis. Em 1928, com a inauguração da ponte sobre o Rio Doce, ligando Colatina ao Norte do Estado, muitos pioneiros foram para a região, trabalhando na abertura das estradas e na extração de madeira, atividade que se transformou na principal fonte de renda, graças à fácil travessia do rio para alcançar a estrada de ferro que já ligava toda a região com a Capital do Estado – Vitória.

Com a facilidade em adquirir terras, grande número de pequenos proprietários rurais iniciaram a cultura do café, arrasando com o que ficará das matas após a retirada das madeiras de lei. A atividade cafeeira possibilitou a fixação dos colonos e a sustentação econômica do empreendimento agrícola de colonização. Nas décadas de 40 e 50 a região foi a principal produtora de café do Estado e o Município de Colatina chegou a ser o maior produtor do país.

Hoje, na condição de município, não possui distrito, e sim, possui 27(vinte e sete) pequenos núcleos comunitários, com população entre 80 e 350 habitantes. O Município teve sua emancipação política em 18 de março de 1990, porém a Lei nº 4.247, sob o nº 51/90, sendo só sancionada em 30 de março de 1990. A instalação do Município foi em 1º de janeiro de 1993. Município localizado ao norte do Estado do Espírito Santo, com uma área de 299 Km^2 , divisando com os municípios de Pancas, Governador Lindemberg, São Gabriel da Palha, Águia Branca, Rio Bananal e Vila Valério.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

São domingos do Norte (Sede).

Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, São Domingos do Norte ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 52º lugar (0,710), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**3437**
Homens	1715
Mulheres	1722
Rural	**4564**
Homens	2449
Mulheres	2115

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em São Domingos do Norte o módulo fiscal equivale a 18 hectares.

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Assentamento Sete De Setembro	Crédito Fundiário	4
2	Assentamento Vitória Haes	Crédito Fundiário	3
3	Assentamento Sagrado Coração de Jesus	Crédito Fundiário	13

Fonte: INCAPER/ELDR São Domingos do Norte, 2010.

O Município possui cerca de 1200 imóveis rurais, sendo que, é forte a influência da mini e pequena propriedade no total de imóveis rurais existentes no Município.

A estrutura fundiária de São Domingos do Norte retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
São Domingos do Norte	625	511	84	2	1.222

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

O relevo é ondulado e montanhoso, com um solo latossolo vermelho amarelo, mecanização nas áreas planas e nas áreas onduladas, com área de pastagens degradadas, sendo proposto para os locais o plantio de seringueira, eucalipto, etc.

O clima tropical úmido, com temperaturas que variam de 16º a 35ºC, tendo a média das máximas em 31ºC e a média das mínimas em 19ºC. O regime pluviométrico está em torno de 1.100mm anuais,com maiores incidências nos meses de outubro e março.

Figura 2 – Zonas naturais do município

ZONAS NATURAIS		ÁREA (%)
Zona 3	Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca	1,40
Zona 6	Terras quentes, acidentadas e secas	96,90
Zona 9	Terras quentes, planas e secas	1,70

Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

Algumas características das zonas naturais[1] do município São Domingos do Norte

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	Nº meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 3: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Transição Chuvosa/Seca**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	4,5	U	U	U	U	P	S	S	S	S	U	U	U
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	6	P	P	P	P	P	P	P	S	S	P	U	U
				6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U
Zona 9: **Terras Quentes, Planas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	< 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;
[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

O Município de São Domingos do Norte possui 05 unidades de proteção de nascentes, dentro do PROJETO “OLHOS D’ÁGUA”, com uma cobertura de 3% de floresta Mata Atlântica.

1.4 Organização social

No município existem 12 associações ligadas aos interesses da agricultura familiar, e 01 Cooperativa dos Aquicultores do ES (CEAq). Muitas Associações tem um histórico ligado ao assistencialismo político, o que dificulta a realização de um trabalho sistematizado e organizado em torno dos princípios do Associativismo. Entretanto, algumas associações estão realizando trabalhos para desenvolverem alguns projetos de desenvolvimento sustentável para a região, onde destacamos dentre elas as Associações: Córrego do Catete, Córrego São Francisquinho, Córrego Dúmer, que estão articulando coletas e comercialização do Polo da Manga Ubá.

Assim, uma dos nossos focos é aperfeiçoar a gestão destas Associações, disponibilizando uma ATER pública que esteja vinculada aos anseios dos Agricultores familiares, visto que, este já está mencionado pelo novo PEDEAG, sendo uma das estratégias de desenvolvimento, não só do município, mas sim como de toda a região Noroeste.

Os agricultores familiares deste município contam ainda com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo um parceiro efetivo no ELDR na promoção do PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES, oferecendo aos mesmos Assistência Social, Jurídica, Crédito Fundiário e Rural, com uma atuação mais abrangente na vida social, política e econômica do município. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), está estruturado, e seus conselheiros se reúnem mensalmente para discutir proposta de desenvolvimento.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Montes Claros	Córrego Montes Claros	40 famílias	-Secagem e beneficiamento de café dos sócios, aquisição de trator, caminhão e resfriador de leite em comodato com a SEAG.
2	Associação dos Pequenos Agricultores do Córrego Dumer	Córrego Dumer	35 famílias	-Secagem e beneficiamento de café dos sócios, aquisição de trator, máquina de café, secador de café em comodato com a SEAG.
3	Associação dos Pequenos Agricultores do Município de São Domingos Do Norte	Córrego do Catete	30 famílias	-Secagem e beneficiamento de café dos sócios, aquisição de trator, secador de café e máquina em comodato com a SEAG.
4	Associações dos Produtores Rurais do Córrego Rancho Fundo	Córrego Rancho Fundo	25 famílias	-Aquisição de um resfriador de leite
5	Associação dos Produtores do Córrego Negro	Córrego Negro	15 famílias	-Núcleo de inseminação artificial
6	Associação do Produtores Rurais do Córrego São Francisquinho	Córrego São Francisquinho	25 famílias	
7	Associação dos Produtores Rurais do Córrego da Divisa	Córrego da Divisa	20 famílias	
8	Associações dos Produtores Rurais do Córrego Santa Helena	Córrego Santa Helena	20 famílias	
9	Associação dos Produtores Rurais do Córrego Sabiá III	Córrego Sabia III	15 famílias	
10	Associações dos Produtores Rurais do Córrego Sabiá I	Córrego Sabiá I	18 famílias	
11	Associação dos Produtores Rurais do Córrego Cristal	Córrego Cristal	17 famílias	
12	Associação dos Apicultores de São Domingos Do Norte	Rua Mário Caetano, 79 – Bairro Centro	12 famílias	
13	Cooperativa dos Aquicultores do ES	Rua Ananias Custódio, 68 – Bairro Octávio Bonaparte	85 famílias	-Construção da Sede, Aquisição de caminhão, câmara fria.

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
14	Sindicato do Trabalhadores Rurais de São Domingos Do Norte	Rua Mário Caetano, 79 – Bairro Centro	1500 famílias	-PAA, merenda escolar, compra coletiva de calcário, sacaria, milho.
15	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Avenida Honório Fraga, s/n – Bairro Centro	50 famílias	

Fonte: INCAPER/ELDR São Domingos do Norte, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Secretaria Municipal de Agricultura	EFETIVO: Paulo Cesar Bruni SUPLENTE: Rogério Scaramussa
2	Secretaria Municipal de Educação	EFETIVO: Sanio Colnago Santiago SUPLENTE: Eliani Soares Queiroz
3	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	EFETIVO: Keny Borhy SUPLENTE: Roque Sirqueira Gomes
4	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	EFETIVO: Roni Marcos Alves De Oliveira SUPLENTE: Waldir Marquat
5	Secretaria Municipal de Ação Social	EFETIVO: Luis Carlos Barbieri SUPLENTE: Daiane Lutke
6	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	EFETIVO: Angelo Anastácio Zorzanelli SUPLENTE: Ricardo Scaramussa Chagas
7	Escritório Local do INCAPER	EFETIVO: Célio Roberto Cuquetto SUPLENTE: Vinicius Nascimento
8	Escritório Local do IDAF	EFETIVO: Paulo Roberto Zotelli SUPLENTE: Gustavo Roque Colnago
9	Sindicato do Trabalhadores Rurais	EFETIVO: Renato Romagna SUPLENTE:Ana Paula Oliveira Destefani
10	Associação dos Produtores Rurais do C° Dumer	EFETIVO: Nilo José Cozzer SUPLENTE:Rômulo Merote Cozzer
11	Associação dos Produtores Rurais do C° Montes Claros	EFETIVO: Pedro Marim SUPLENTE: Antonio Luis Dos Santos
12	Associação dos Produtores Rurais do C° Cristal	EFETIVO: Elias Machado SUPLENTE: Francisco de Assis Moschem
13	Associação dos Produtores Rurais do C° Rancho Fundo	EFETIVO: Arlindo Marchi SUPLENTE: Edmilson Trevizani
14	Associação dos Produtores Rurais do C° Negro	EFETIVO: Antônio Zorzanelli SUPLENTE: Miro Alves
15	Associação dos Produtores Rurais do C° Catete	EFETIVO: Gerverson Storch SUPLENTE: Orlando Dias Dos Santos
16	Associação dos Produtores Rurais do C° São Francisco	EFETIVO: José Valdecir Santana SUPLENTE: Arione Rubim Pinto Rosa

Fonte: INCAPER/ELDR São Domingos do Norte, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

Quanto a economia, o município possui como fonte principal, a cultura do café, mas os agricultores estão partindo para a diversificação agrícola, como a fruticultura (polo de manga, laranja, maracujá, banana), mel, seringueira e cacau.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	33,89
Indústria	21,34
Comércio e Serviços	44,77

Fonte:http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Arroz	10	10	28	0	0
Banana	20	20	160	8000	160
Borracha	34	9	12	1364	1
Cacau	46	8	3	375	3
Café	6300	5400	8370	2583	13948
Cana	30	30	900	30000	900
Coco-da-baía	300	250	2250	9000	2250
Feijão – Safra 1	100	100	80	0	0
Feijão – Safra 2	30	30	24	0	0
Laranja	25	20	260	13000	260
Mandioca	15	15	240	16000	240
Maracujá	8	8	160	2000	160
Milho – Safra 1	150	150	330	2200	330
TOTAL	**7068**	**6050**	**12817**	**120322**	**18263**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade Pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
São Domingos do Norte	Bovino	19.400	17.582
	Suíno	785	810
	Caprino	115	120
	Ovino	150	140
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	4.100	4.050
	Galinha	5.950	6.000
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
São Domingos do Norte	Leite	3145	3318
	Ovos de Galinha	34	37
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	16	18

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	25 há
OUTROS PEIXES	(X)	Produção em Tonelada	350 t/há
QUAIS? Pacu, tambaqui, tambacu, camarão		Produtor Nº	12
ALEVINOS	TILÁPIA	( )	Área utilizada em ha
	OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada
	QUAIS?		Produtor Nº

Fonte: INCAPER/ELDR São Domingos do Norte, 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	4
2	Artesanato	-
3	Agroturismo	-

Fonte: INCAPER/ELDR São Domingos do Norte, 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

Pedra de Nossa Senhora Aparecida, localizada no Córrego Dúmer, visitada pelos religiosos e devotos. Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, localizada no Córrego Santa Helena, visitada por vários religiosos.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela abaixo indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Auditório da Câmara Municipal de São Domingos Do Norte	Representantes de Associações e Lideranças Locais	14/10/10	24 Lideranças

Fonte: INCAPER/ELDR São Domingos do Norte, 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município. Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente

- **Potencialidades**

- Existência de programas com foco ambiental sendo executado no município.
- Poder público constituído e movimentos sociais engajados com problemas ambientais.

- **Problemas**

- Mau uso da água, com o uso de irrigações de forma inadequada.
- Poucas barragens pra aproveitamento da água/ contenção de água ineficiente pra produção.
- “Mau” uso das barragens / Poucas barragens licenciadas.
- Necessidade de intensificar a divulgação de Programas Florestais e Ambientais.

Econômico/Produtivo

- **Potencialidades**

- Tradição na produção de café com sólido parque cafeeiro, porém com Monocultura.
- Existência de produtos diversificados com foco na fruticultura.
- Existência de produtos diversificados com foco na produção de madeira.
- Existência de produtos diversificados com foco no aproveitamento dos recursos hídricos.
- Existência de uma agricultura em transição da convencional para a agroecológica.

- **Problemas**

- Baixa produtividade do Café nas lavouras e pouca qualidade no produto final.
- Necessidade de melhorar o desenvolvimento genético dos bovinos.
- Necessidade de melhorar as pastagens e a alimentação dos bovinos sobretudo no período de seca.
- Uso inadequado e indiscriminado de agrotóxicos.

Social
• **Potencialidades** - Ampliação das ações dos CMDRS - Existência de Associações. - Tradição em organização rural. - Presença de movimentos sociais vinculados ao campo. • **Fraquezas** - Faltam estudos sobre a cadeia produtiva da produção gerada pela Agricultura Familiar. - Comercialização ineficiente dos produtos da Agricultura Familiar. - Necessidade de haver maior interação entre instituições, como: CAF, Credsol, Associações, Institutos públicos e privados, etc... - Pouco conhecimento sobre gestão de propriedades. - Pouco estímulo ao Bloco de Notas e maior divulgação e realização de Bloco de notas aos filhos de agricultores que também são produtores rurais.

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

São Domingos do Norte

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	500
Assentados	20
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	10
Outros Públicos	
Somatório	**530**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	50
Projeto Contratado	50
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	3
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	2
Inclusão/Apoio a feiras	1
Inclusão/Apoio outros mercados	1
Organização e gestão da comercialização	1

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	500	200	100	10	20	0	2	0	0	1	0	2	1	0	0	0	50	0	0
Fruticultura	310	119	123	5	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-
Olericultura	7	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	85	44	44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	70	24	27	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e Aquicultura	16	7	8	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	116	59	34	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	30	9	11	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	4	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	33	30	10	2	-	1	-	1	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Organização Social		-	-	36	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	1	-
Somatório	**1171**	**495**	**365**	**64**	**20**	**1**	**4**	**1**	**0**	**6**	**0**	**9**	**2**	**0**	**0**	**0**	**51**	**1**	**0**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves.
- INCAPER
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- PEDEAG – Plano de Desenvolvimento da Agricultura (2000/2025)
- PMDRS – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- PMSDN
- UTE

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

SÃO GABRIEL DA PALHA

Fonte: /nema.com.br

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de São Gabriel da Palha

Carlos Lobo Teixeira

João Celso de Souza

Samir Serodio Amim Rangel

João Luis Perinni

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Central Municipal das Associações dos Agricultores Familiares;

Movimento dos Pequenos Agricultores;

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente;

Sindicato Rural de São Gabriel da Palha;

Escola Família Agrícola do Bley;

Banco do Brasil;

BANESTES;

CREDISOL;

COOABRIEL;

IDAF.

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Carlos Lobo Teixiera (CRDR Noroeste)

Samir Serodio Amim Rangel (Assessor Técnico)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Distancia da sede à capital (km): 210

Altitude sede (m): de 180 a 200.

Latitude (s): 19º 01`00°.

Longitude (W.GR): 40º 32`11º.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

A expansão demográfica do interior colatinense resultou, a partir de 1950, no surgimento de uma vila. Muitas casas de folhas de palmeiras aí foram construídas. Vem deste fato a denominação São Gabriel da Palha. O município foi criado em 21 de fevereiro de 1963, pela Lei nº 1.837, desmembrado de Colatina, e instalado em 14 de maio de 1963.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

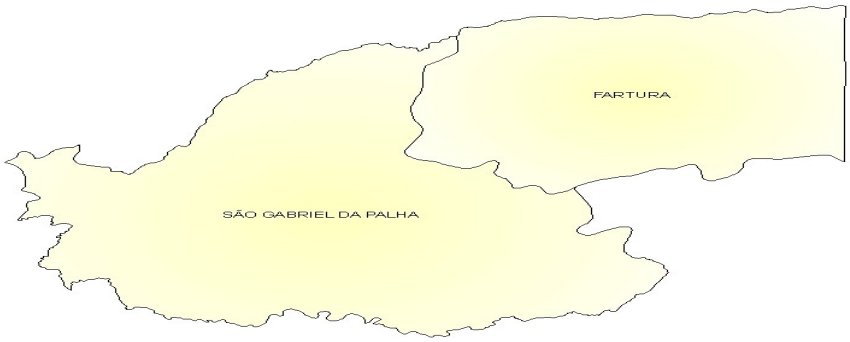


Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, São Gabriel da Palha ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 30º lugar (0,742), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**24325**
Homens	11922
Mulheres	12403
Rural	**7534**
Homens	3983
Mulheres	3551

Fonte:http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em São Gabriel da Palha o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Associação Estiva.	Banco da Terra	30.
2	Associação Esperança.	Banco da Terra	30.

Fonte: INCAPER/ELDR São Gabriel da Palha, 2010.

OBS: Além das duas Associações acima citadas, o ELDR de São Gabriel da Palha, atende 02 (dois) Assentamentos do município de Nova Venécia (Treze de Maio e Três Pontões) , totalizando 65 Agricultores Familiares assentados.

O município de São Gabriel da Palha é composto basicamente de pequenas propriedades rurais, já possuindo uma reforma agrária natural, onde a principal atividade agrícola é o cultivo do café conilon. O sistema de cultivo do café conilon, existentes nestas pequenas propriedades rurais é o de parceria agrícola.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 2 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
São Gabriel da Palha	1.206	627	82	5	1.920

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

Meses Úmido: Novembro, dezembro e janeiro. Precipitação > ou = evapotranspiração potencial.

Meses Parcialmente Seco: Fevereiro, março, abril, julho e outubro. Evapotranspiração potencial > que a precipitação, que por sua vez é > ou = 0,5 evapotranspiração potencial.

Meses Secos: Maio, junho, agosto e setembro. Precipitação < 0,5 evapotranspiração potencial.

Os dados que compõem o boletim agroclimatológico de São Gabriel são coletados semanalmente e no final de cada mês, estes dados são preparados, elaborados e fornecidos à população, na forma de um boletim, onde o mesmo é acompanhado de um gráfico, inerente a cada dado coletado, e exposto no mural do ELDR do Incaper de São Gabriel da Palha, ficando assim, à disposição dos interessados.

Dados pluviométricos:

Período úmido (meses)	3
Excedente hídrico anual (mm)	28
Índice de umidade no verão (PP/ETP)	0,95
Período Seco (meses)	4
Déficit hídrico anual (mm)	357
Índice de umidade no inverno (PP/ETP)	0,44

FONTE: Extraído de Feitosa (1986).
OBS: PP = Precipitação pluviométrica, ETP = Evapotranspiração potencial.

Figura 2 – Zonas naturais do município

ZONAS NATURAIS		ÁREA (%)
Zona 6	Terras quentes, acidentadas e secas	100,00

Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

Algumas características das zonas naturais[1] do município de São Gabriel da Palha

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	Nº meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;
[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

O rio São José, margeia o município de São Gabriel da Palha e é a principal fonte de captação de água, para abastecimento da população e uso em irrigação. A sub-bacia hidrográfica do Rio São José, abrange uma área de 8129 km2, abrigando uma população de 253379 habitantes (Censo IBGE 2000). Seus principais afluentes são: Córrego Águas Claras, Córrego do Ouro, Córrego Braço do Sul, Córrego Sabiá, Córrego Bley, Córrego São Gabriel, Córrego Sete de Setembro, Córrego Padre Francisco, Córrego Valério e Córrego Salvador. Ele nasce no município de Mantenópolis e deságua na lagoa Juparanã no município de Linhares, onde a vazão média na sua foz é de 1140m3/s. Atualmente a cobertura vegetal remanescente, oriunda da mata atlântica, em estágio avançado e médio de regeneração, é da ordem de 12%. O tipo de solo predominante no município é: latossolo vermelho amarelo, distrófico e álico.

1.4 Organização social

O município é sede da maior cooperativa de café conilon do Brasil, a COOABRIEL – Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel Ltda. A comercialização do café conilon em grãos, em sua maior parte, é realizada pela cooperativa.

Além da cooperativa destacamos a presença de conselhos municipais relacionados com a temática rural fortes e atuantes, com destaque o Conselho Municipal de Vigilância Ambiental e o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Vale ressaltar que o Conselho Municipal de Desenvolvimento rural Sustentável é muito atuante. Seus conselheiros reúnem-se ordinariamente mensalmente e extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias, para discutirem propostas e projetos de desenvolvimento rural sustentável para a agricultura familiar do município.

Com relação às associações de agricultores de base familiar, as mesmas, ainda, estão carentes de planejamento anual de trabalho, necessitando de discutirem com mais intensidade e envolvimento os problemas: sociais, econômicos e ambientais, que atingem e afligem suas comunidades. Atualmente, com a criação da Central Municipal das Associações dos Agricultores Familiares de São Gabriel da Palha, a mesma, em seu planejamento anual, tem contribuído, para que as associações de agricultores familiares, vinculada a esta Central, sejam motivadas para a elaboração de seus planejamentos anuais de trabalhos, entre outros.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	APACI - Associação dos Pequenos Agricultores do Córrego Invejado;	Córrego Invejado	38	Apoio a Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
2	APAGRO - Associação de Pequenos Agricultores de General Rondon;	Córrego General Rondon	19	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
3	AGRIBASE - Associação dos Pequenos Agricultores do Córrego da Barra Seca;	Córrego Barra Seca	32	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
4	APREMPROCA - Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Córrego Alegre;	Córrego Alegre	23	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
5	Associação de Agricultores do Córrego Paiol;	Córrego São José	17	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
6	AGESTE - Associação Grupo Estiva;	Córrego Barra Seca	30	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
7	AGESPE - Associação Grupo Esperança	Córrego Barra Seca	30	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
8	APROCOC - Associação dos Pequenos e médios prprodutores do Córrego Comprido	Córrego Comprido	35	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
9	Associação de Produtores Rurais do Flor da Terra Roxa e Arredores	Córrego Flor da Terra Roxa	44	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
10	Associação dos Pequenos Agricultores do Três Pontões	Córrego Três Pontões	19	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
11	JATIBARRAS - Associação de Pequenos Agricultores do Córrego Jacarandá, Tiradentes e Duas Barras;	Córrego Duas Barras	25	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
12	AMOPRUCA - Associação de Moradores e Produtores Rurais do Castelan e Região	Córrego Castelan	85	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
13	Associação de Pequenos Agricultores do Córrego Bley e Araras	Córrego Bley	26	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
14	Associação de Moradores de Queixada e Ipiranga	Córrego Queixada	46	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
15	APREFA - Associação de Produtores de Farturinha e Arredores	Córrego Farturinha	40	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
16	Associação do Córrego Sete	Córrego Sete	26	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
17	ACESA-ES – Associação Central da Saúde Alternativa do Estado do Espírito Santo	São Gabriel da Palha	107	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
18	ASPROMI – Associação de Produtores do Córrego Maruí	Córrego Maruí	16	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
19	ASPROMEL - Associação dos Produtores de Mel	CEMAAF - SGP	23	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
ss 20	ACEFANGER - Associação do Centro Fam. de Formação em Alternância Munic. em General Rondon;	General Rondom	45	Venda de Horti- fruti e Cafeicultura
21	CEMAAF – Central Municipal das Associações dos Agricultores Familiares	São Gabriel da Palha	22	PAA e Merenda Escolar

Fonte: INCAPER/ELDR São Gabriel da Palha, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Incaper	EFETIVO: Carlos Lobo Teixeira SUPLENTE: Samir Seródio Amin Rangel
2	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente	EFETIVO: Dauri José Tamanhão SUPLENTE: Geraldo Souza Neto
3	Câmara municipal de Vereadores	EFETIVO: Altair Ferreira SUPLENTE: Ivão Sartori
4	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	EFETIVO: José Luiz da Conceição SUPLENTE: Deusdete Benincá Pupim
5	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	EFETIVO: Genair Alves Pinheiros SUPLENTE: Paulo Roberto Valentim
6	COOABRIEL – Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel LTDA.	EFETIVO: João Ronquetti SUPLENTE: Édis Luiz Colombi
7	Sindicado dos Trabalhadores Rurais de São Gabriel da Palha e Vila Valério	EFETIVO: Jacimar Capaz SUPLENTE: Maria Darlene Simões de Almeida
8	Associação dos Pequenos agricultores do Córrego Barra Seca (AGRIBASE)	EFETIVO: Evandro Marchesini SUPLENTE: Roberto Matiello
9	Associação Grupo Estiva (AGESTE)	EFETIVO: Edvaldo Ferreira da Gama SUPLENTE: Ataídes Potim
10	Associação de Produtores de Farturinha e Arredores (APREFA)	EFETIVO: Izaias Carlos Knaack SUPLENTE: Geraldo Partelli
11	Associação de Pequenos e Médios Produtores do Córrego Comprido (APROCOC)	EFETIVO: Paulo Fleger SUPLENTE: Aguinaldo Colombi
12	APEFAB – Associação Promocional das Escolas Famílias Agrícola do Bley	EFETIVO: Glovanir Fávero SUPLENTE: Romildo Vaz

Fonte: INCAPER/ELDR São Gabriel da Palha, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

O café é uma cultura de tradição com boa infraestrutura para beneficiamento e comercialização, mas recentemente e de forma gradativa tem havido dificuldades no momento da colheita por falta de mão de obra.

O município de São Gabriel da Palha possui uma economia bastante diversificada, sendo que os principais geradores de emprego e renda são as atividades da indústria da Confecção, a cafeicultura, a pecuária, e em menor escala, a silvicultura, a suinocultura, a cultura de arroz, a banana, cana - de- açúcar, feijão, mandioca, milho, pimenta-do-reino, fruticultura de clima tropical (abacaxi, acerola, citros, coco-anão, goiaba, graviola, manga e maracujá).

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	22,85
Indústria	12,06
Comércio e Serviços	65,09

Fonte:http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Arroz	10	10	20	0	0
Banana	30	30	240	8000	240
Borracha	360	270	567	2100	567
Cacau	40	32	14	438	14
Café	9000	8000	11040	4600	36800
Cana	50	50	1750	35000	1750
Coco-da-baía	650	550	5775	10500	5775
Feijão – Safra 1	40	40	28	0	0
Feijão – Safra 2	20	20	12	0	0
Laranja	25	25	300	12000	300
Limão	15	15	240	16000	240
Mandioca	35	35	595	17000	595
Maracujá	12	12	240	20000	240
Milho – Safra 1	150	150	270	1800	270
TOTAL	**10437**	**9239**	**21091**	**127438**	**46791**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
São Gabriel da Palha	Bovino	21.375	22.215
	Suíno	2.290	2.245
	Caprino	130	140
	Ovino	250	240
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	9.750	9.700
	Galinha	7.800	7.850
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
São Gabriel da Palha	Leite	3001	3338
	Ovos de Galinha	46	50
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	20	23

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	5,0
OUTROS PEIXES	(X)	Produção em Tonelada	20,0
QUAIS? Carpa, Carpa Capim, Tambacu, Curimatã, Tambaqui.		Produtor Nº	125

ALEVINOS	TILÁPIA	( )	Área utilizada em ha
	OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada
	QUAIS?		Produtor Nº

Fonte: INCAPER/ELDR São Gabriel da Palha, 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	05
2	Artesanato	01
3	Agroturismo	01

Fonte: INCAPER/ELDR São Gabriel da Palha, 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

O parque da Ilha é um ponto turístico, situado próximo ao patrimônio São José, às margens do Rio São José, onde atrai várias famílias, durante o ano, com o objetivo de lazer, entre outros.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela abaixo indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 10 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Sede (auditório do STR de São Gabriel da Palha). Reunião programada do CMDRS.	Agricultores familiares, Lideranças municipais e associativistas, Presidente do STR de São Gabriel da Palha, Técnicos da prefeitura municipal de São Gabriel da Palha e Incaper.	18/10/2010 .	13.
2	Sede (auditório do STR de São Gabriel da Palha). Reunião técnica (FOFA).	Agricultores familiares, Lideranças municipais e associativistas, Presidente do STR de São Gabriel da Palha, Técnicos da prefeitura municipal de São Gabriel da Palha e Incaper.	19/10/2009 .	16.
3	Reunião programada sobre LDO 2010 e prioridades para o setor.	Agricultores familiares, Lideranças municipais e associativistas, Presidente do STR de São Gabriel da Palha, Técnicos da prefeitura municipal de São Gabriel da Palha e Incaper.	12/03/2009 .	10.
4	Sede (auditório do STR de São Gabriel da Palha). Reunião programada do CMDRS.	Agricultores familiares, Lideranças municipais e associativistas, Presidente do STR de São Gabriel da Palha, Técnicos da prefeitura municipal de São Gabriel da Palha e Incaper.	08/11/2010 .	11.
5	Sede (auditório do STR de São Gabriel da Palha). Reunião programada sobre a cultura da manga.	Agricultores familiares, Lideranças municipais e associativistas, Presidente do STR de São Gabriel da Palha, Técnicos da prefeitura municipal de São Gabriel da Palha e Incaper.	11/11/2010.	37.
6	Excursão sobre Pecuária Leiteira (IFES Santa Teresa).	Lideranças Pecuaristas.	12 e 13/11/2010 .	7.
7	Sede (auditório do sindicato rural patronal de São Gabriel da Palha). Reunião Programada sobre: Produtos Alternativos de Renda.	Agricultores familiares e lideranças rurais.	17/11/2010 .	73.

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
8	Assentamento Três Pontões (Córrego Barra Seca). Reunião Programada sobre Associativismo.	Assentados da Reforma Agrária.	18/11/2010 .	42.

Fonte: INCAPER/ELDR São Gabriel da Palha 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município. Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente

- **Problemas**

- Baixo índice de nascentes recuperadas no município;
- Uso inadequado da irrigação;
- Falta de conscientização na construção e uso de barragens coletivas;
- Construção de caixas secas e terraços, abaixo da quantidade necessária, a cada ano;
- Uso Indiscriminado de Agrotóxicos;
- Falta de Conscientização na implantação de sistemas agroflorestais;
- Degradação do Rio São José e seus afluentes;
- Desestruturação do COMVIGIA.

- **Potencialidades**

- Existência do COMVIGIA – Conselho Municipal de Vigilância Ambiental;
- Existência de uma diretoria de meio ambiente, vinculada à secretaria municipal de agricultura e meio ambiente;
- Existência da Escola Família Agrícola do Bley (MEPES).

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Dificuldade na comercialização da manga da variedade Ubá;
- Qualidade do café abaixo do interesse do mercador consumidor;
- Comercialização (desinformação de mercado);
- Produção e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros (ausência de grupos produtivos);
- Deficiência de assistência técnica para dinamizar a produção e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros;
- Baixa capacidade de suporte das pastagens;
- Rebanho Bovino com Baixa Capacidade Genética;
- Dificuldades na aquisição de mudas e condução da lavoura de seringueira;
- Falta de uma associação dos produtores de borracha de São Gabriel da Palha e arredores;
- Falta de uma associação dos produtores de leite de São Gabriel da Palha e arredores;
- Deficiência nos tratos culturais na lavoura de café conilon;
- Deficiência na organização e comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros na feira livre e outros;
- Deficiência na comercialização do mel, produzido no município.

- **Potencialidades**

- Existência do grupo gestor do polo de manga;
- Existência da COOABRIEL – Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel Ltda.;
- Existência da CEMAAF – Central Municipal das Associações dos Agricultores Familiares;
- Equipe técnica do Incaper, COOABRIEL, prefeitura municipal, MPA e MEPES;
- Existência de agentes financeiros tais como: SICOOB, Banco do Brasil, BANESTES etc.;
- Realização dos simpósios Estaduais de Seringueira;
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;
- Existência da associação dos apicultores de São Gabriel da Palha;
- Necessidade da criação da associação dos produtores de borracha de São Gabriel da Palha e arredores;
- Existência da Feira livre;
- Merenda Escolar;
- Existência de Laticínios (Industria de Produto Lácteos), em numero de dois.

Social

- **Problemas**

- Falta de mão de obra qualificada para a exploração dos seringais;
- Desestruturação do COMVIGIA;
- Baixa produtividade do café conilon;
- Deficiência na diversificação agrícola;
- Drogas no meio rural;
- Êxodo de jovens;
- Contaminação pelo uso excessivo de agrotóxicos;
- Estradas vicinais ruins.

- **Potencialidades**

- Instalação da multinacional Michelin no município de Sooretama;
- Crédito de custeio e investimento do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- Número expressivo de associações;
- Secretaria Municipal de Agricultura estruturada com 4 (quatro) técnicos agrícolas e 1 (um) engenheiro-agrônomo;
- Jovens matriculados em EFA;
- Existência da CREDISOL – Cooperativa de Crédito Solidário;
- Sistema de parceria agrícola nas lavouras de café conilon, coco anão e seringueira.

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

São Gabriel da Palha

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	890
Assentados	125
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	40
Outros Públicos	30
Somatório	**1085**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	75
Projeto Contratado	75
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	1
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	-
Inclusão/Apoio a feiras	1
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	1

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	600	100	85	6	15	1	0	0	1	1	0	5	0	0	0	0	0	1	0
Fruticultura	149	75	74	3	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Olericultura	7	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	44	24	20	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	78	40	38	2	-	1	1	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-	1
Pesca e Aquicultura	15	8	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	72	38	39	5	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	100	-	60	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	-	10	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	11	4	4	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1
Organização Social		-	4	15	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Somatório	**1076**	**301**	**336**	**35**	**15**	**2**	**3**	**0**	**1**	**4**	**0**	**13**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**4**	**2**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEMAAF – SGP – Central Municipal das Associações de Agricultores Familiares de São Gabriel da Palha. Associações dos Agricultores Familiares Existentes no Município de São Gabriel da Palha.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDAF – Instituto de Defesa agropecuária e Florestal do Espírito Santo

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural. Boletim Agroclimatológico de São Gabriel da Palha.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

SÃO ROQUE DO CANAÃ

CACHOEIRA DO MISTERIOSO. FOTO - ELDR SÃO ROQUE DO CANAA

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES – (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de São Roque do Canaã

Aliamar Comério

Arestides Otaviano de Oliveira Júnior

Guaracy Mario Sperandio

Jocinete Maria Schneider

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico –SMDE – PMSRC

Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – CTDRS

Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR

IFES Campus Santa Teresa

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria do Rio Doce

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Gerson Tavares da Motta (MDR Central)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

A Sede do município com altitude de 120 metros está localizada na Latitude 19º 44’ 23” S e Longitude 40º 39’ 24” W e está situada na região central do território noroeste capixaba.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

O povoado de São Roque do Canaã começou a se formar em fins do século XIX, como consequência do avanço das levas de imigrantes europeus, sobretudo de origem italiana, alemã (pomerana) e polonesa. O município de São Roque do Canaã veio a conquistar sua emancipação política de Santa Teresa, no dia 18 de dezembro de 1995 (Diário Oficial), após plebiscito popular realizado em 25 de junho de 1995.

As principais datas comemorativas do município são:
- Festa da Emancipação político-administrativa – 25 de Junho;
- Festa de São Pedro – 29 de Junho;
- Padroeiro do município (São Roque) – 16 de Agosto;
- Rodeio – Setembro;
-Festa da Goiaba – Setembro
-Festa dos Amigos - Setembro
- Virada de Ano – 31 de Dezembro.

O município faz divisa ao Norte com Colatina, ao Sul com Santa Teresa, a Leste com João Neiva e a Oeste, com Itaguaçu.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

Está distribuída em três distritos: Santa Júlia, São Jacinto e São Roque do Canaã (Sede).

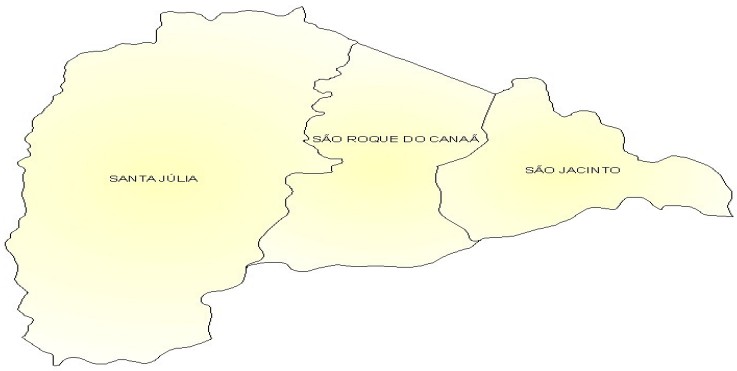


Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, São Roque do Canaã ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 23º lugar (0,751), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**5584**
Homens	2772
Mulheres	2812
Rural	**5689**
Homens	2916
Mulheres	2773

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em São Roque do Canaã o módulo fiscal equivale a 18 hectares.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Associação dos Agricultores Familiares Nossa Senhora da Penha	Crédito Fundiário	08
2	Associação dos Agricultores Familiares de São Julião	Crédito Fundiário	05
3	Associação Agrícola do Sagrado	Crédito Fundiário	04
4	Associação Agrícola do Boa Vista	Crédito Fundiário	04
5	Associação dos Agricultores Familiares da Saúde	Crédito Fundiário	06
6	Associação dos Agricultores Familiares da Família Régis	Credito Fundiário	01
7	Associação dos Agricultores Rurais Familiar Barloesius	Crédito Fundiário	04

Fonte: INCAPER/ELDR São Roque do Canaã, 2010.

Em sintonia com a maior parte dos municípios capixabas, a agricultura no município tem como base principal a pequena propriedade, trabalhada fundamentalmente pela mão de obra familiar. Segundo dados obtidos junto à Secretaria Municipal de Administração (2005), 89,3% das propriedades do município tem uma área inferior a 75,0 ha. O café se sobressai nesse meio como a principal atividade agrícola, sendo cultivada tanto a variedade Arábica (regiões acima de 450 m de altitude) quanto o cultivar Conilon (regiões abaixo de 450 m de altitude).

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
São Roque do Canaã	571	496	55	2	1.124

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

Do ponto de vista topográfico, São Roque do Canaã possui duas regiões distintas, sendo uma de região alta, com altitudes acima de 500 metros (até 1.143 metros, na Cabeceira do Córrego Jacutinga, divisa com Itaguaçu), onde predomina um clima frio e úmido; e uma região baixa, com clima quente e seco e altitudes abaixo de 500 metros até 80 metros na foz do Córrego Picadão do Mutum no Rio Mutum.

Percentualmente, o relevo se apresenta da seguinte forma estimativa:

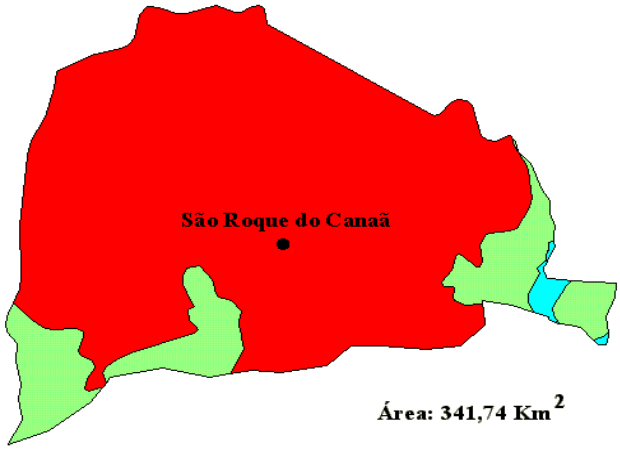
Declividade do Solo (%)	Área – km²	% da área do município
Até 8% - Plano	68,34	20
De 8 a 45 % - Ondulado	136,68	40
De 45 a 75 % - Montanhoso	102,51	30
Acima de 75 % - Escarpado	34,18	10
Total	341,71	100

O solo predominante é o Latossolo Vermelho Amarelo Eutrófico (75%), Distrófico (15%) e Litossolos (10%). Em algumas regiões, observa-se solos erodidos devido à práticas inadequadas adotadas pelos produtores. Em contrapartida, em outras regiões, os produtores vem adotando práticas conservacionistas, tais como rotação de culturas, roçagem do mato nas lavouras em áreas com declive, plantio em curvas de nível, construção de caixas secas ao longo das estradas. A temperatura média Anual é de 23,1ºC.

O município possui quatro bacias hidrográficas principais, sendo que duas delas possuem nascentes dentro do seu território:

a) Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria do Rio Doce – rio que nasce no município de Santa Teresa e tem os seguintes afluentes: Santa Júlia (na divisa com Colatina), Rio Mutum ou Boapaba (fora do município), Córrego São Bento, Córrego São Dalmácio, Córrego Picadão de São Roque, Córrego São Sebastião, Córrego São Pedro, Córrego Santa Rosa e outros.
b) Bacia Hidrográfica do Rio Santa Júlia – recebe os seguintes afluentes: Córrego Jacutinga, Córrego Palmital, Córrego Misterioso (este recebe o Córrego Alto Misterioso), Córrego Seco, Córrego Tancredo (este recebe o Córrego Alto Tancredo e o Córrego Tancredinho) e outros.
c) Bacia Hidrográfica do Rio Mutum ou Boapaba – recebe os seguintes afluentes: Córrego São Jacinto, Córrego Cachoeira do Mutum, Córrego Picadão do Mutum (na divisa com Colatina), Córrego Sagrado, Córrego São Miguel (fora do município) e outros.
d) Bacia Hidrográfica do Rio Triunfo – bem a leste do município, nasce no município de Santa Teresa, recebe o Córrego Bonsucesso e segue para o município de João Neiva e daí para o Rio Doce em Colatina

Figura 2 – Zonas naturais do município



ZONAS NATURAIS			ÁREA (%)
Zona 1		Terras frias, acidentadas e chuvosas	2,60
Zona 3		Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca	13,40
Zona 6		Terras quentes, acidentadas e secas	84,00

Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

Algumas características das zonas naturais[1] do município de São Roque do Canaã

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)	Declividade	N° Meses secos[2]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[3]											
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 1: **Terras Frias, Acidentadas e Chuvosas**	7,3 – 9,4	25,3 - 27,8	> 8%	3,0	U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 3: **Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Transição Chuvosa/Seca**	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	4,5	U	U	U	U	P	S	S	S	S	U	U	U
Zona 6: **Terras Quentes, Acidentadas e Secas**	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	7	U	P	P	P	S	S	S	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;
[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

Devido ao relevo menos acidentado e à necessidade de energia para abastecimento das cerâmicas, o desmatamento do município foi bem acentuado, tendo hoje uma área estimada de 1.000 ha de mata nativa (cerca de 2,5 a 3% da área total), situadas principalmente nas cabeceiras dos rios Santa Júlia, Mutum e São Jacinto. A escassez de água na época seca tem gerado sérios conflitos de vizinhança, necessitando da intervenção do Ministério Público através de Termo de Ajuste de Conduta – (TAC). A necessidade de recuperação de nascentes e do armazenamento de água é uma prioridade a ser altamente considerada.

1.4 Organização social

O Município possui várias organizações sociais atuando diretamente no setor rural e algumas ligadas a parte recreativa, cultural e esportiva na Sede do município.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação dos Produtores Rurais de Alto Santa Júlia	Alto Santa Júlia	37	-Secagem e beneficiamento de café -Projeto Produção de Água -Concurso de Qualidade de Café -Concientização Ambiental -Curso e Palestras -Programa Renovar Arábica
2	Associação dos Produtores Rurais de Tancredinho	Tancre- dinho	27	-Secagem e beneficiamento de café -Concientização Ambiental. -Compra Conjunta -Palestras
3	Associação dos Produtores Rurais de Sagrado	Sagrado	40	-Instalação de Secador e Máquina de beneficiar Café -Aquisição de Área para construção da Sede -Palestras - Mobilização para Funcionamento da Agroindustria
4	Associação dos Produtores Rurais de Agrovila de Santa Júlia	Agrovila	15	-Concientização Ambiental -Cursos e Palestras -Núcleo de Inceminação Artificial -Viveiro de Mudas -Jardim Clonal
5	Associação dos Moradores da Saúde	Córrego da Saúde	500	-Tratamendo e Distribuição de Água. -Atividades sociais.
6	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Roque do Canaã	Distrito da Sede	2.040	-Elaboração de Projetos de Crédito Rural e Fundiário -Prestação de serviços sociais aos asssociados
7	Associação Beneficente e	Distrito da Sede	100	-Escolinha de Futebol -Promoção de Eventos Sociais e

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
	Cultural de São Roque do Canaã – ABC			Culturais
8	Cooperativa Agropecuária de São Roque do Canaã	Distrito de Santa Júlia	105	-Assistência Técnica e Controle de Qualidade da Goiaba; -Festa da Goiaba; -Elabação de Projetos para captação de recursos, para: Construção de armazem para classificação e comércialização de café conilon; Ampliação da Agroindústria de polpa de frutas; Construção do laticínio para processamento de Leite e derivados.
9	Associação Amor Consciente a Natureza - AACN	Distrito da Sede	30	-Trabalhos relacionados ao Meio Ambiente: projetos de recuperação de nascentes e reflorestamento.
10	Cooperativa dos Produtores de Cachaça do Estado do Espirito Santo - UNICANA	Sede	18	-Responsabilidade Técnica Coletiva de Produtores de Cana-de-açúcar e Cachaça; -Defende os Interesses da Categoria.

Fonte: INCAPER/ELDR São Roque do Canaã, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econônico.	EFETIVO: GERALDO ANSELMO MOSCHEN SUPLENTE:MATHEUS CORTELETTI ZANETTI
2	Secretaria Municipal de Admistração e Finanças	EFETIVO: CARLOS MAGDO DALCOMUNE SUPLENTE:ALEXSANDRACASSANI GOVASKY
3	Secretaria Municipal de Educação	EFETIVO:VIVIANI DEMETRAS SILVA SUPLENTE:MARISTELA FADINI MELOTTI
4	Secretaria Municipal de Ação Social	EFETIVO:MÔNICA CHIARATTI GRINEVOLD SUPLENTE:ELIANI GUIDONI MOSCHEN
5	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Esporte e Lazer	EFETIVO:DIONES ANDRÉ SUPLENTE:GLAUBER REGATHIERI ROLDI
6	Câmara Municipal de Vereadores	EFETIVO:JÚNIOR PRIORI PERINNI SUPLENTE:ADILSON BRAS BROSEGHINI
7	INCAPER – Instituto Capixada de Pesquisa e Extenção Rural	EFETIVO:ARESTIDES O DE OLIVEIRA JÚNIOR SUPLENTE:ALIAMAR COMÉRIO
8	Associação dos Produtores Rurais de Tancredinho	EFETIVO:EDISON WIEDENHOEFT SUPLENTE:ELIDEVALDO VORME NIPPES
9	Associação dos Produtores Rurais da Agrovila	EFETIVO:DEJAIR MARCOS DIPRE SUPLENTE:ROMERITO SILVESTRE
10	Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de São Roque Canaã	EFETIVO:LUIS CARLOS BREGONCI SUPLENTE:ÂNGELA MARTHA BARATELA
11	UNICANA	EFETIVO:ELITON FABIANO BOSCHETTI SUPLENTE:EDMAR BONATTO
12	Associação dos Produtores Rurais de Alto Santa Luzia	EFETIVO:ELIAS CASSIMIRO MOREIRA SUPLENTE:JORCELINO ELIAS
13	Associação dos Moradores da Saúde	EFETIVO:ANTÔNIO CARLOS CORONA GATTI SUPLENTE:AGUINALDO BONATTO
14	COOAPE - Cooperativa Agropecuária de São Roque do Canaã	EFETIVO:SERGIO FRANCISCO DA SILVA SUPLENTE:JUCIMAR RAMOS

Fonte: INCAPER/ELDR São Roque do Canaã, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

São Roque do Canaã é um destaque regional na produção de cachaça, cerâmica (telhas, tijolos, etc.) e esquadrias de madeira. A partir de meados do século XX, uma série de fábricas que atuam nesses ramos se instalou na região, sendo, desde então, importantes empregadoras de mão de obra e geradoras de receita para o município. Não obstante, é a agricultura que ainda ocupa a maior parte da população local.

Se, por um lado, o café representa a principal fonte de renda dos produtores são roquenses, por outro, é importante salientar que o potencial produtivo da região ainda não é explorado em sua plenitude. A baixa produtividade se deve ao fato das lavouras terem sido implantadas com mudas de baixo potencial produtivo, aliada à correção e adubação do solo inadequadas e insuficientes. Este diagnóstico da cafeicultura municipal esta mudando a cada dia, principalmente devido ao crédito rural do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, que está financiando a renovação das lavouras de baixo potencial produtivo e nosso prognóstico é que, a curto e médio prazos, estaremos com o parque cafeeiro praticamente todo renovado, com material de alto potencial genético.

Apesar do grande peso exercido pela cultura do café na economia do município, é importante salientar que a maior parte dos produtores rurais desenvolvem alguma atividade agropecuária complementar, gerando, com isso, fontes alternativas de trabalho e renda. Assim, outras atividades que merecem ser mencionadas são o cultivo de olerícolas, cana-de-açúcar e a fruticultura. Vale destacar que São Roque do Canaã é um dos maiores produtores estaduais de tomate, porém o cultivo desse produto ainda é marcado pelo elevado uso de agrotóxicos, o que representa riscos à saúde do produtor e do consumidor, além de provocar a contaminação do meio ambiente.

A cana-de-açúcar é plantada, na sua maior parte, em três comunidades rurais do município (São Dalmácio, São Bento e São Sebastião) e voltada para a produção de cachaça. A tradição local na fabricação dessa bebida remonta ao início do século do XX, sendo, desde aquela época, produzida nos moldes da agroindústria familiar. Hoje, 21 engenhos realizam o trabalho de produção e envasamento da cachaça em São Roque do Canaã. Tão expressiva produção acabou incentivando o surgimento da Cooperativa dos Produtores de Cachaça do Estado do Espírito Santo – UNICANA constituída dia 02/02/1999, objetivando congregar produtores de cana-de-açúcar, destinados à produção de cachaça, realizando o interesse econômico desde o plantio, produção, comercialização, além de outros.

É crescente também em São Roque do Canaã o cultivo comercial de frutíferas como goiaba, banana, pinha e manga. No caso dessa última, é importante salientar que o município está inserido no “Polo de Manga” – Programa do Governo do Estado – que objetiva formar zonas de produção de algumas frutas, segundo as condições edafoclimáticas de cada região. Como a fruticultura representa uma alternativa na geração de renda no meio rural, é interessante que esta atividade seja estimulada, através, sobretudo, de trabalhos específicos de assistência técnica e de estudos para uma melhor inserção no mercado.

Os principais produtos agropecuários comercializados são: Café, para compradores regionais; Olerícolas e Frutas para a CEASA-ES, sendo a manga Ubá para Trop Brasil em Linhares; Cana de açúcar para alambiques e pecuaristas locais; Leite para Laticínio em Colatina e produção de queijo para o comércio local. Bovinos e Suínos abatedouros regionais.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	31
Indústria	14,03
Comércio e Serviços	54,97

*Fonte:*http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Banana	100	80	2000	25000	2000
Cacau	10	10	2	200	2
Café	5500	5380	8568	15925	85677
Cana	750	750	20250	27000	20250
Coco-da-baía	35	35	308	8800	308
Feijão – Safra 1	100	100	90	0	0
Feijão – Safra 2	30	30	18	0	0
Goiaba	80	70	2548	36400	2548
Laranja	10	10	47	4700	47
Mandioca	10	10	160	16000	160
Manga	10	10	140	14000	140
Milho – Safra 1	80	80	160	2000	160
Tomate	80	80	6400	0	0
TOTAL	**6795**	**6645**	**40691**	**150025**	**111292**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
São Roque do Canaã	Bovino	9.057	10.944
	Suíno	870	895
	Caprino	98	95
	Ovino	180	190
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	9.650	9.620
	Galinha	2.100	2.150
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
São Roque do Canaã	Leite	1199	1354
	Ovos de Galinha	12	13
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	6	6

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(x)	Área utilizada em ha	3
OUTROS PEIXES	( )	Produção em Tonelada	30
QUAIS?		Produtor Nº	20
ALEVINOS	TILÁPIA ( )	Área utilizada em ha	
	OUTROS PEIXES ( )	Produção em Tonelada	
	QUAIS?	Produtor Nº	

Fonte: INCAPER/ELDR São Roque do Canaã, 2010.

Tabela 9 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	15
2	Artesanato	10
3	Agroturismo	6

Fonte: INCAPER/ELDR São Roque do Canaã, 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

No aspecto do turismo, destacam-se as seguintes atrações: Cachoeira do Arpini, Pedra do Misterioso, Pedra de São Francisco, Pedra de Nossa Senhora das Dores, Pesque pague Vale Verde, Igreja e Casarões de São Pedro, Igreja Matriz na Sede e outras. Nas comunidades rurais onde possuem Igrejas ligadas à doutrina católica, são festejados os dias dos respectivos padroeiros, com promoção de festas, apresentação esportiva, círculo de orações e dançantes.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 11 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	ALTO SANTA JÚLIA	AF	22/09/10	12
2	TANCREDINHO / TANCREDO	AF	08/10/10	8
3	SÃO JACINTO	AF	20/10/10	6
4	SEDE	CMDRS	05/11/10	7
5	SEDE	STR	08/11/10	4
6	SEDE	COOPERATIVA	08/11/10	4
7	SEDE	LIDERANÇAS	06/10/10	18

Fonte: INCAPER/ELDR São Roque do Canaã, 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município. Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente

- **Problemas**

- Escassez de água no período das secas, principalmente para Irrigação;
- Córregos assoreados sem proteção ciliar e solo marginal erodido;
- Mananciais com grande variação de vazão entre a máxima (enchentes) e vazão mínima (seca).

- **Potencialidades**

- Presença de fragmentos florestais na maioria das propriedades;
- Os Agricultores estão se conscientizando sobre a importância da Preservação e Adequação de suas Propriedades;

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Má qualidade da bebida, devido a manejo inadequado na colheita e pós colheita;
- Baixa Produtividade de Lavouras de Café Arábica;
- Baixa produtividade de lavouras de Café Conilon;
- Escassez de alimento volumoso na época da seca;
- Pastagens degradadas;
- Banana: Perdas de plantas e frutos por ataque de pragas e/ou doenças;
- Goiaba: Perdas de frutos por ataque de pragas e/ou doenças;
- Aplicação inadequada de Agrotóxicos.

- **Potencialidade**

- Organização Rural;
- Áreas adequadas para produção de café especiais;

Social
• **Problemas** - Falta de Organização dos Produtores; - Falta de comprometimento dos Associados; - CMDRS pouco atuante; - Estradas mal conservadas; • **Potencialidades** - Associações e cooperativas legalmente constituída; - CMDRS formalizado.

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

São Roque do Canaã

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	670
Assentados	30
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	50
Outros Públicos	10
Somatório	**760**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	50
Projeto Contratado	50
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	1
Inclusão/Apoio a feiras	-
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	3

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	100	40	100	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Café Conilon	270	40	270	0	15	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Fruticultura	100	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Olericultura	40	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	26	-	20	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	35	2	35	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e Aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	5	5	2	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	110	-	100	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	30	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	2	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		-	32	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Somatório	**688**	**92**	**704**	**30**	**22**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**0**	**0**	**0**	**0**	**31**	**0**	**2**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo. *São Roque do Canaã*: Uma história de fé, trabalho e vitórias. Belo Horizonte: O Lutador, 1999. 251p.

CASTRO, L.L.F. de; SEDIYMA, G.C. e GUIDONI, A.L. – Probabilidade de precipitação mensal e anual para o Estado do Espírito Santo. Cariacica-ES, EMCAPA, 1981. 84 p. (EMCAPA Boletim Técnico Nº 7).

COMÉRIO,A. Mobilização Social para Produção de Água e Conservação do Solo na Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria do Rio Doce – Estado do Espírito Santo; Lavras, MG:Universidade Federal de Lavras;2008;24p.

COSTA, Enio Bergoli da. Manual técnico para a cultura do café no Estado Santo. Vitória, ES: SEAG-ES, 1995. 163p.

EMATER/RS-ASCAR. Fichas pedagógicas; coordenado por Alberto Bracagioli. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. 70p. (Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania: Sub-programa Desenvolvimento Rural Sustentável Enfoque Agroecológico; n. 4)

GEIFUS, Frans. 80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San Salvador: Prochalate-IICA, 1997. 208p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Plano Estratégico da Agricultura Capixaba – Pedeag. www.incaper.es.gov.br.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – 2001-2004. Município de São Roque do Canaã.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – 2007. Município de São Roque do Canaã.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

VILA PAVÃO

http://www.es.gov.br/site/files/arquivos/imagem/vilapavaopmvp.jpg

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Vila Pavão

Wantuil Luiz Cordeiro

Dulcino Bento Zucatelli

Rogério Duraes de Oliveira

Sireny de Freitas

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Câmara Municipal de Vereadores

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS

CEIER –Centro Estadual Integrado de Educação Rural;

CEMEAS – Centro Municipal Educação Agroecológica;

MEPES;

Prefeitura Municipal de Vila Pavão "Vila Pavão que Queremos" através das Secretarias;

Secretaria Municipal de Agricultura;

Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

SICOOB;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Venécia e Vila Pavão;

VENEZA;

ACESA;

IDAF.

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Carlos Lobo Teixiera (CRDR Noroeste)

Samir Serodio Amim Rangel (Assessor Técnico)

Celia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Vila Pavão esta localizado a latitude Sul de 18º 36!”54” e uma longitude Oeste de Greenwinde 40º 36” 39”’, possuindo área equivalente a 0,94% do território Estadual com 435km².

Está localizado ao norte do Espírito Santo, limita-se com Ecoporanga ; Barra São Francisco e Nova Venécia, distante 286km² da capital do Estado, Vitória, 28 km de Nova Venécia e 48 km de Barra de São Francisco. Localização na divisão administrativa Região Noroeste; Microrregião: Noroeste II.

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

A construção da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, e a abertura da estrada que liga Nova Venécia a Vila Pavão, em 1940, foram as obras que desencadearam o povoamento e a colonização do município. Os tropeiros e caminhoneiros faziam divulgação “das terras quentes” aos imigrantes pomeranos e italianos no Sul do estado e nas regiões de limites com Minas Gerais. Foi isso que atraiu grande número de descendentes pomeranos e alguns italianos para o local.

Etnicamente, o município tem predominância de pomeranos, italianos e caboclos.

Os pomeranos descendem da Pomerânia, uma das 38 províncias pertecentes à antiga Prússia, vieram para a região a partir da Segunda Gerra Mundial. Já os caboclos passaram a explorar a região por volta de década de 1920, principalmente, fugindo da seca do sertão. Mas foi por volta da década de 40 que a colonização se intensificou.

O município de Vila Pavão foi emancipado de Nova Venécia no dia 01 de julho de 1990(dia do plebiscito, também considerando o “Dia da Cidade”). O nome “Vila Pavão” foi colocado por tropeiros que pernoitavam na única casa do “pavão” existente na encruzilhada onde hoje fica o centro da cidade, que tinha em sua varanda o desenho dessa ave.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

O município possui 15 comunidades e é dividido em três regiões. Além da Sede, o município possui as Vilas de Praça Rica (15 km) e Todos os Santos (17 km).

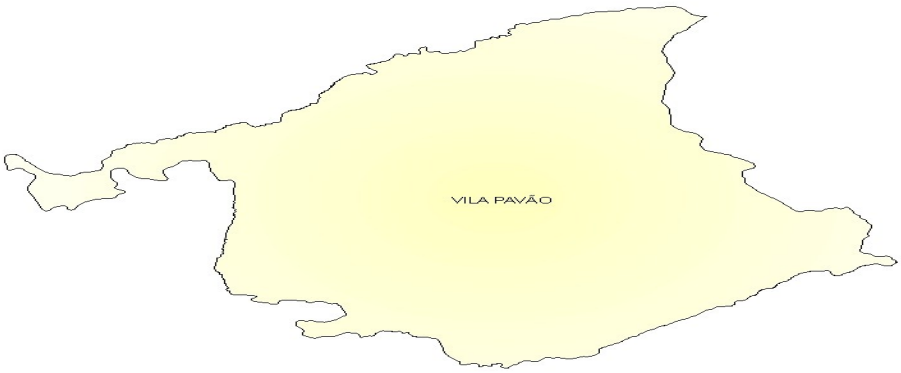


Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Vila Pavão ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 67º lugar (0,688), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**2998**
Homens	1489
Mulheres	1509
Rural	**5674**
Homens	3004
Mulheres	2670

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Vila Pavão o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Assentamento Três Corações	INCRA	80
2	Associação Três Corações	INCRA	38

Fonte: INCAPER/ELDR Vila Pavão, 2010.

A estrutura fundiária de Vila Pavão retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Vila Pavão	806	429	55	5	1.295

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

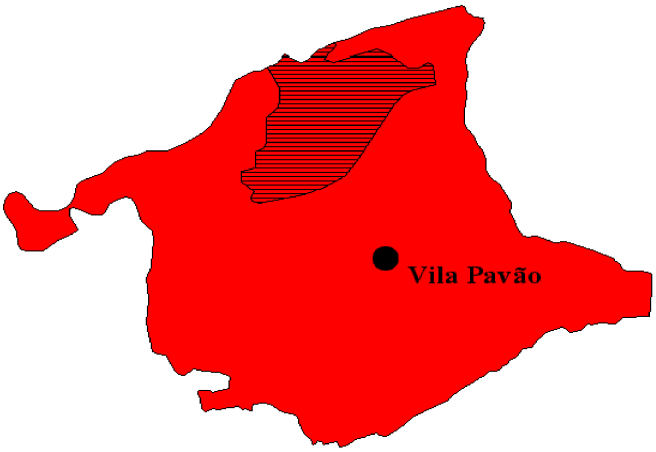
Vila Pavão caracteriza-se por um clima tropical com temperatura média anual de 23ºC, com mínima de 17ºC e máxima de 34ºC. Com índice de precipitação média no últimos 5 anos, de 1.013,78 milímetros. A bacia hidrográfica que compõe a paisagem hidrográfica é a do Rio

São Mateus cuja área é de 929 Km². Os principais rios são o (Rio Cricaré na divisa com Nova Venécia) é o Rio XV de Novembro (divisa com Barra de São Francisco e Ecoporanga).

Parte dos cursos d'água tem parcela de suas reservas utilizadas para irrigação, abastecimento urbano, formação de represas e bebedouros naturais para animais. Os solos predominantes são os classificados como Lotos solo Amarelo Distrófico, com fertilidade de 5% (alta), 60% (média) e 35% (baixa).

A topografia apresenta a seguinte configuração escarpadas (3%), acidentadas (27%), ondulados (30%) e planos (40%).

Mapa com as zonas naturais



Zonas naturais			Área (%)
Zona 6		Terras quentes, acidentadas e secas	88,1
Zona 9		Terras quentes, plana e secas	11,9

Algumas características das zonas naturais[1] do município Vila Pavão

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
					Meses secos, chuvosos/secos e secos[1]											
	Média mín. mês mais frio (ºC)	Média máx. mês mais quente (ºC)	Decli-vidade	Meses secos[1]	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 6 è Terras quentes,	11,8 –	30,7 –	> 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U

acidentadas e secas	18,0	34,0														
Zona 9 è Terras quentes, plana e secas	11,8 – 18,0	30,7 – 34,0	< 8%	6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);

[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;

[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.3.2 Aspectos Ambientais

No passado, a área municipal era revestida pelos tipos florestais perenifólio, hidrófilo e meso fólio. Atualmente predominam as lavouras de café, matas secundárias e pastagens.

O granito destaca-se como principal recurso mineral do município

No paisagismo podemos destacar a formação rochosa do município como sendo uma das mais lindas do Espírito Santo. Várias “Pedras” dão uma característica especial à região. São “Pedras” muito visitadas por turistas e praticantes de esportes radicais. Entre elas, podemos destacar a Pedra do Cruzeiro e a Pedra da Igreijona (praticamente dentro do centro da cidade), a Pedra da Rapadura, as Tri Gêmeas e a Pedra da Dona Rita no interior, dentre outras tantas.

1.4 Organização social

No município existem 9 (nove) associações de agricultores familiares, todos com bom nível de organização e estrutura física adequada para dar condições de trabalho e assistência aos seus associados; possuindo secadores, piladores de café, caminhão, tratores e outros bens.

Possui ainda um grupo de Mulheres ”Arte da Casa” que tem o objetivo fabricar doces, pães, biscoitos para venda no mercado local e regional. Possui ainda um Centro de Comercialização, onde os agricultores familiares entregam seus produtos para serem comercializados. A operacionalização do Centro é feito em parceria com Prefeitura Local e entidades parceiras.

Os agricultores contam também com subsede dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Rural, que tem dado apoio as atividades desenvolvidas no município, oferecendo assessoria contábil, jurídica e técnica. A Secretaria Municipal de Agricultura possui uma equipe de 4 técnicos agrícolas que prestam assistência aos agricultores familiares em Crédito Rural. Possui 3 Escolas CEMEAS – Centros Municipais de Educação e Agroecológica com técnicos que atuam junto às famílias rurais. Vale ressaltar que o movimento dos pequenos agricultores - MPA - vem atuando com bastante presença na comercialização dos produtos da agricultura familiar fornecendo produtos para as escolas Estadual e Municipal. Uma das metas para o ano de 2011 é realizar junto com as associações e os grupos organizados gestão no sentido de capacitar e fortalecer a cultura do associativismo.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Associação Pequenos Agricultores do Córrego Estevão	Córrego do Estevão	25	PAA- Cursos e palestras- Atendimento com pilador e secador de Café; Aração.
2	Associação Pequenos Agricultores do Córrego das Flores.	Córrego das Flores	18	-
3	Associação Pequenos Agricultores do Córrego Grande.	Córrego Grande	20	Atendimento com pilador e secador, Cursos e palestras, compra coletiva.
4	Grupo Arte da Casa.	Vila Pavão	10	Cursos e palestras; Venda e Compra Coletiva
5	Associação Pequenos Agricultores do Córrego da Laginha.	Córrego da Laginha	15	Máquina de Café Pilar e secagem café.
6	Movimento de Pequenos Agricultores/MPA	Vila Pavão	40	Cursos, Venda Coletiva, Casas Rurais.
7	Associação Pequenos Agricultores do Córrego Rio XV de Novembro.	Córrego Rio XV Novembro	15	PAA- Atendimento com pilador de Café.
8	Associação Pequenos Agricultores do Córrego São Francisco de Assis.	Córrego São Francisco de Assis	18	Máquina de Café Pilar e secagem café.
9	Associação Pequenos Agricultores do Córrego São Sebastião.	Córrego São Sebastião	20	PAA – Atendimento com Secador e Pilador de Café. Compra Coletiva.
10	Associação Pequenos Agricultores do Córrego do Socorro.	Córrego do Socorro	25	PAA – Compra conjunta; Cursos e palestras.
11	Associação Pequenos Agricultores do Córrego Todos Santos e Todos Anjos.	Córrego Todos Santos e Todos Anjos	15	PAA
12	Sindicato dos Trabalhadores	Vila Pavão e	1.700	Assistência na área previdenciária,

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
	Rurais	Nova Venécia		jurídica; leis trabalhistas e informações gerais.

Fonte: INCAPER/ELDR Vila Pavão ,2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Associação de Pequenos Agricultores Córrego Estevão	EFETIVO: Gilmar Guêis SUPLENTE:
2	Associação de Pequenos Agricultores Córrego Grande	EFETIVO:João Pionte Rossim SUPLENTE:
3	Associação de Pequenos Agricultores Córrego Rio XV de Novembro	EFETIVO: Orly Saick SUPLENTE:
4	Associação de Pequenos Agricultores Córrego São Francisco de Assis	EFETIVO: Vanilso Bute SUPLENTE: Carlinho Campana
5	Associação de Pequenos Agricultores Todos Santos e Todos Anjos	EFETIVO: Odilon Mariano da Fonseca SUPLENTE:
6	Câmara Municipal de Vila Pavão	EFETIVO: José Pereira da Silva SUPLENTE:
7	CEIER	EFETIVO: Claudinei Helmer SUPLENTE:
8	Comunidade Beira Rio - MPA	EFETIVO: Evaldino Tones SUPLENTE: Aulira Lenke
9	INCAPER	EFETIVO: Wantuil Luiz Cordeiro SUPLENTE: Rogério Durães de Oliveira
10	Laticínio Veneza	EFETIVO: Evaldo Tavares Renes SUPLENTE:
11	NAC	EFETIVO: Hélio Luiz Matheus SUPLENTE:
12	Secretaria Municipal de Administração Recursos Humanos	EFETIVO: Geraldo Simonassi SUPLENTE:
13	Secretaria Municipal de Agricultura	EFETIVO: Antônio Alves de Souza Filho SUPLENTE: Carlos Henrique Buge
14	Secretaria Municipal de Obras e Transportes	EFETIVO: Ivanir Pionte SUPLENTE:
15	Secretaria Municipal de Saúde	EFETIVO:Claúdio da Cruz de Oliveira SUPLENTE: Scheila Ferreira Leal Espindula
16	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	EFETIVO: Edna da Silva SUPLENTE: Ademir Cassaro

Fonte: INCAPER/ELDR Vila Pavão, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

A cafeicultura é a principal atividade agrícola do município. A Atividade cafeeira é conduzida prioritariamente por produtores de base familiar, tendo como tamanho médio das lavouras em torno de 6,0 hectares. Quanto à comercialização, ela é realizada por meio de intermediários locais e regionais e uma pequena parte para COOABRIEL.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	38,65
Indústria	22,76
Comércio e Serviços	38,58

*Fonte:*http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Abacaxi	1	1	25	25000	25
Arroz	10	10	30	0	0
Banana	48	48	576	12000	576
Café	10240	9600	11520	1200	11520
Coco-da-baía	60	60	960	16000	960
Feijão – Safra 1	15	15	18	1200	18
Mandioca	60	60	43	720	43
Maracujá	20	20	700	35000	700
Milho – Safra 1	350	350	560	1600	560
TOTAL	**10804**	**10164**	**14432**	**92720**	**14402**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009

Vila Pavão	Bovino	20.135	21.958
	Suíno	3.370	3.441
	Caprino	200	206
	Ovino	200	204
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	21.580	22.659
	Galinha	6.500	6.630
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Vila Pavão	Leite	1670	1859
	Ovos de Galinha	59	53
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	53	51

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	( )	Área utilizada em ha	5,0 hectare
OUTROS PEIXES	(X)	Produção em Tonelada	50,0 (t)
QUAIS?		Produtor Nº	20
ALEVINOS	TILÁPIA ( )	Área utilizada em ha	
	OUTROS PEIXES ( )	Produção em Tonelada	
	QUAIS?	Produtor Nº	

Fonte: INCAPER/ELDR Vila Pavão, 2010.

Tabela 10 – Principais Atividades rurais não agrícolas

Nº	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	10
2	Artesanato	05
3	Agroturismo	-

Fonte: INCAPER/ELDR Vila Pavão, 2010.

1.6 Aspectos Turísticos

Tendo a população formada basicamente por descendentes de pomeranos, italianos e africanos, o município de Vila Pavão possui uma diversidade cultural muito rica. Em decorrência dessa diversidade, acontece anualmente a Festa do POMITAFRO, destinado a representar os movimentos culturais. A Pomitafro é o maior evento de integração étnica cultural do Brasil. Considerada hoje também a "Festa da Cidade", a Pomitafro foi criada pelos professores do Centro de Integração de Educação Rural/CEIER EM 1989. A palavra Pomitafro saiu das iniciais de Pomeranos, Italianos e Afros, principais colonizadores do município e que visa resgatar a identidade histórica e cultural do povo capixaba. Todos os anos, durante a Pomitafro, as casas de Vila Pavão são enfeitadas para movimentar a cultura capixaba, onde participam dezenas de grupos étnicos vindos de diversas partes do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais.

Além da Pomitrafo, a Festa da Colheita", realizada no mês de julho e a Festa do Padroeiro São Pedro", compõem o calendário festivo cultural do município.

Outro ponto importante do turismo da cidade é a culinária que apresenta peculiaridade dos imigrantes, como almoços típicos pomeranos e italianos, café coloniais, o ("Brote" pão feijão de farinha de trigo e fubá com ou sem banana).

As belezas naturais das formações rochosas também atraem turistas.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 11 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Reunião do CMDR'S de 2011	Prod.Lideranças	01/10/2010	12
2	Reunião DRP Elaboração do PROATER de 2011	Prod.Lideranças	18/10/2010	16

Fonte: INCAPER/ELDR Vila Pavão, 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município. Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente

- **Problema**

- Uso incorreto do solo;
- Uso indevido de agrotóxico;
- Geração de lixo urbano e rural;
- Pouca concorrência ambiental;
- Pouco conhecimento sobre leis ambientais;
- Falta de mudas para reflorestamento
- Secas prolongadas;
- Estradas sem devida adequação;
- Escassez de água;
- Uso inadequado da irrigação nas lavouras;
- Pouco comprometimento na preservação das nascentes;

- **Potencialidades**

- Belezas naturais e paisagistas;
- Grande quantidade de nascentes;
- Existência de Escolas Agroecológica Rural;
- Conselho Municipal atuante;
- Secretaria de Meio Ambiente;
- Escola com curso de técnico em Meio Ambiente.

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Baixa produtividade e rentabilidade da lavoura;
- Auto custo dos Insumos;
- Preço baixo do Leite;
- Necessidade de uma agricultura familiar Empreendedora;
- Baixa capacidade Suporte das Pastagens;
- Pastagens degradadas;
- Pouca tecnologia na pecuária;
- Baixo padrão genético
- Café com baixa qualidade;
- Alimentação suplementar na seca deficiente

- **Potencialidades**

- Educação municipal com foco na agroecologia;
- Grupos Produtores diversificados;
- PAA;
- Alimentação Escolar;
- Acesso a linha de crédito;
- Escolas Agroecológicas – Mepes, Ceier, CMEAS.
- Conselho Municipal atuante;
- Assistência Técnica ampliada.
- Centro de Comercialização da agricultura familiar.
- Existência de associações de produtores rurais.

Social

- **Problemas**

- Falta uma central de associações;
- Evasão dos Jovens do campo
- Associações desarticuladas sem efeito de associativismo;
- Muita burocracia para formalizar associações;
- Associações com pouco conhecimento de gerenciamento.
- Baixa capacidade de diversificação nas propriedades.

- **Potencialidades**

- Numero expressivo de associações;
- Existência de grupo de mulheres;
- Existência de grupo de produtores;
- Secretaria Municipal de Agricultura com três técnicos;

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Vila Pavão

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	450
Assentados	50
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	14
Outros Públicos	100
Somatório	**614**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	20
Projeto Contratado	25
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	4
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	2
Inclusão/Apoio a feiras	-
Inclusão/Apoio outros mercados	3
Organização e gestão da comercialização	3

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	300	50	30	3	8	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	10	2	0
Fruticultura	95	40	40	7	3	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Olericultura	5	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	45	10	8	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	125	35	23	5	2	-	1	-	-	1	-	2	-	-	-	-	10	2	-
Pesca e Aquicultura	6	5	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	15	5	10	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	20	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		15	14	26	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Somatório	**614**	**172**	**151**	**42**	**14**	**0**	**2**	**1**	**0**	**3**	**0**	**6**	**0**	**0**	**0**	**0**	**20**	**8**	**0**

4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATISTICA. IBGE.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PLANO Municipal de desenvolvimento rural sustentável de Vila Pavão. [Espírito Santo]:2004 / 2005 -25 f.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Informações de saúde do município de Vila Pavão. Vitória: 2000 Não paginado.

FUNDAÇÃO LUTERANA SEMENTES. Vila Pavão – um projeto moderno para agricultura familiar. Vitória, ES:IECLB, ano II n.5,p.3.dez. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO. Plano municipal de Educação. Vila Pavão,ES: s.n,[199-]. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO. Secretaria municipal de saúde. Plano municipal de saúde: 2001-2004.[Espírito Santo]

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Prefeitura Municipal de Vila Pavão. Oferta turística de Vila Pavão.[Espírito Santo]. Não paginado.

VILA PAVÃO. Vila Pavão, ES:Prefeitura Municipal “Vila Pavão Que Queremos”. Setembro 2006. 22p.

ANUARIO ES. 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013

VILA VALÉRIO

gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/06/5165...

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES - (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Vila Valério

Joventino Vieira de Souza

Sandra Vilela

José Carlos de Oliveira Neres

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

Prefeitura Municipal de Vila Valério

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

Associações de Produtores Rurais do Município

Equipe de apoio na elaboração

João Carlos Juliatti (CRDR Noroeste)

Carlos Lobo Teixiera (CRDR Noroeste)

Samir Serodio Amim Rangel (Assessor Técnico)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Ludmila Nascimento Nonato (Área de Operações Ater)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Localização do município

Área: 474,78 Km2
Altitude: 140 m
Latitude: 18º 59’ 53” S
Longitude: 40º 23’ 20” W.Gr.
Região Noroeste
Distância da capital: 238 Km

1.2 Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 - Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

O município de Vila Valério teve sua colonização realizada a partir de 1943, por uma companhia polonesa, sob chefia do engenheiro polonês, Esteves Bonislau Rochiski. A denominação do município é uma homenagem ao primeiro médico, um polonês de nome Valério. O município foi criado em 28 de março de 1994, pela lei nº 4.892. Desmembrado de São Gabriel da Palha, incorporou a seu território parte do distrito de São Jorge da Barra Seca, pertencente ao município de Linhares. Sua instalação se deu em 1º de janeiro de 1997.

Dos municípios do estado, Vila Valério foi um dos poucos a ter, a partir da primeira metade da década passada, o fluxo migratório invertido, após longos anos de êxodo rural. A ocupação da população local está diretamente relacionada com a atividade agrícola. Neste cenário, predomina a existência da mini e pequena propriedades, sendo que a parceria agrícola é muito forte entre todas as categorias de produtores do município.

1.2.2 - Distritos e principais comunidades

O Município possui uma área de 474,78 Km^2. São três os seus Distritos: Sede, São Jorge da Barra Seca e Jurama. Além desta divisão político-administrativa, o Município está dividido em 10 Setores Administrativos. Vila Valério limita-se ao Leste com Sooretama; ao Sul, com Rio Bananal; ao Sudoeste, com São Domingos do Norte; a Oeste e Noroeste, com São Gabriel da Palha; ao Norte, com São Mateus; e, ao Nordeste, com Jaguaré.

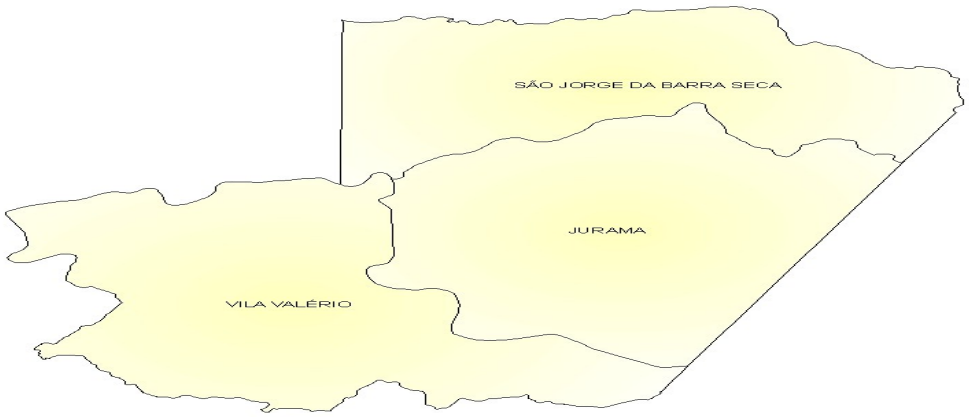


Figura 1 – Mapa do município/distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Vila Valério ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 59º lugar (0,699), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos demográficos

Situação do Domicílio/Sexo	2010
Urbana	**5042**
Homens	2520
Mulheres	2522
Rural	**8788**
Homens	4688
Mulheres	4100

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P, em 12 de maio de 2011.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)[1].

Em Vila Valério o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Associação de Prod. Rurais Esperança de Um Trabalho Melhor	Crédito fundiário	7
2	Associação de Prod. Rurais Santa Luzia	Crédito fundiário	5
3	Associação de Prod. Rurais Ferreira Bastos	Crédito fundiário	7

Fonte: INCAPER/ELDR Vila Valério, 2010.

[1] Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

É forte a influência da pequena e mini propriedade no total de imóveis rurais existentes no município. A ocupação da população local está diretamente relacionada com a atividade agrícola predominando o sistema de parceria e comodato.

A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Vila Valério	1.501	711	89	12	2.313

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

1.3.1 Caracterização edafoclimática

O relevo da região é de transição do ondulado a Oeste ao altiplano no Centro e a Leste. A altitude média é de 200 m. Sobressai-se, ao Centro, a Serra da Pedra Roxa, formação rochosa no sentido norte/sul, o qual tem sido considerado um dos melhores pontos para a prática do vôo livre em todo o País. Os solos predominantes são classificados como: Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico e Pdizólico, com uma fertilidade variando de média a baixa, e Ph em torno de 5,0. Possui área agricultável aproximada de 42.500 ha, representando 90% da área total do município.

Algumas práticas veem sendo adotadas no sentido de reverter a situação de degradação do solo, tais como:

- Construção e manutenção de caixas secas;

- Plantio em nível;

- Melhorias no sistema de irrigação (mudança de aspersão para micro aspersão);

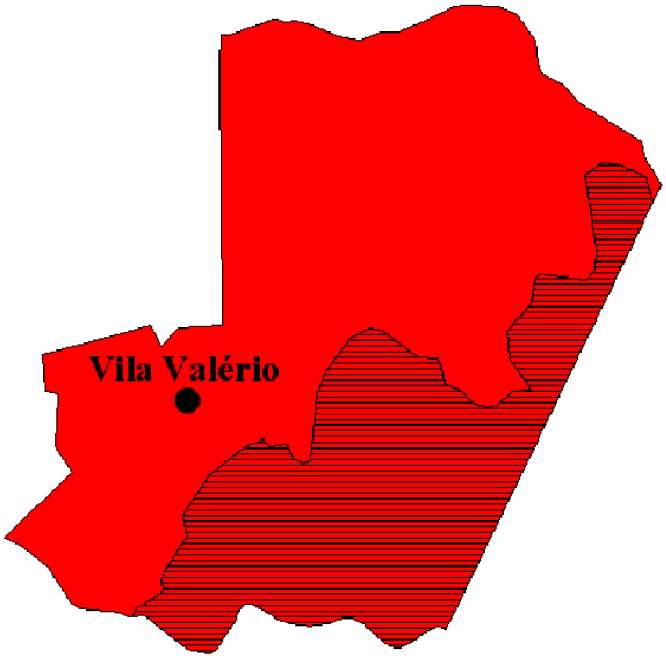
- Padronização na implantação de novas lavouras (adensamento);

- Proteção das margens das represas (APP);

- Proteção e recuperação de nascentes (reflorestamento do entorno);

- Reposição da cobertura florestal com espécies nativas e exóticas.

Figura 2 – Zonas naturais do município de Vila Valério



Zonas naturais			Área (%)
Zona 6		Terras quentes, acidentadas e secas	66,0
Zona 9		Terras quentes, plana e secas	34,0

Algumas características das zonas naturais[1] do município Vila Valério

Temperatura		Relevo	Água												
Média mín. mês mais frio (ºC)	Média máx. mês mais quente (ºC)	Decli-vidade	Meses secos[1]	Meses secos, chuvosos/secos e secos[1]											
				J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 6 ➔ Terras quentes, acidentadas e secas	11,8 – 18,0	30,7 – 34,0	> 8%	6	P	P	P	P	P	P	P	S	S	P	U
				6,5	U	P	P	P	S	S	P	S	S	P	U
Zona 9 ➔ Terras quentes, plana e secas	11,8 – 18,0	30,7 – 34,0	< 8%	6	P	P	P	P	P	P	P	S	S	P	U

[1] Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);
[2] Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;
[3] U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

Dados sobre a precipitação no município, segundo Feitosa (1986)*

Período úmido: 3 meses

Excedente hídrico anual (mm): 28

Índice de umidade no verão (PP/ETP): 0,95

Período seco (meses): 4

Déficit hídrico anual (mm): 357

Índice de umidade no inverno (PP/ETP): 0,44

* Observação:

PP= Precipitação pluviométrica

ETP= Evapotranspiração potencial.

MESES ÚMIDO: Novembro, dezembro e janeiro.

Precipitação > ou = Evapotranspiração potencial.

MESES PARCIALMENTE SECO: Fevereiro, março, abril, julho e outubro. Evapotranspiração potencial > que a precipitação, que por sua vez é > ou = 0,5 Evapotranspiração potencial.

MESES SECOS: Maio, junho, agosto e setembro. Precipitação < 0,5 Evapotranspiração potencial.

Hidrografia e Clima: A paisagem hidrográfica é formada por pequenos córregos, bastantes ramificados, que alimentam os Rios Barra Seca, ao Norte, e São José, ao Sul. Dentre os córregos, destacam-se os que compõem as microbacias do Padre Francisco/Dourado, do Paraisópolis, do Paraíso Novo/Sete Quedas, e, do Córrego Valério.

O Clima é o tropical, sub-quente semiúmido, caracterizado por período seco de 4 a 6 meses. O índice pluviométrico situa-se em torno de 900 mm, sendo as chuvas mal distribuídas no decurso do ano. A temperatura média é de 30º.

1.3.2 Aspectos Ambientais

A ocupação da região se deu a partir da década de 40, como nova fronteira agrícola no norte do Estado. A necessidade de desmatar para plantar, primeiro, e, a indústria extrativa, depois, deixaram largo rastro de destruição no Município. Atualmente, o município conta com apenas 5% da área com cobertura florestal, destacando-se uma ínfima parte da Reserva Biológica de Sooretama.

As escarpas nuas de cobertura vegetal fazem aumentar a erosão, com o consequente assoreamento dos córregos e rios. A reversão de tal quadro só se torna possível a partir da implementação de política que vise a conservar o solo e a água, e a restituir parte da cobertura vegetal devastada (RL).

1.4 Organização social

Vila Valério possui atualmente 13 associações atuantes, todas com projetos voltados para agricultura familiar, e também uma sede do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), movimento social de muita expressão, com aproximadamente 200 famílias com participação direta nas ações desenvolvidas, principalmente no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O objetivo principal da criação das associações do município é a melhoria nas condições de trabalho na agricultura. A principal dificuldade é em relação à organização de suas atividades e de entendimento do princípio associativista. Mesmo existindo alguns pontos negativos de organização interna, são as associações que viabilizam projetos de desenvolvimento sustentável para suas comunidades.

Das associações atuantes podemos destacar Pavãozinho, Marimbú, Bom Jardim, Jurama, Boa vista e Dourado. Todas com projetos comunitários e campanha de melhoramento da qualidade do café conilon. Para o ano de 2010 pretende-se melhorar a metodologia de trabalho das associações de forma que todos se envolvam nas atividades.

Os agricultores de Vila Valério podem contar com Sindicato Rural (Patronal), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável que é muito atuante. Seus conselheiros reúnem-se bimestralmente para discutirem propostas e projetos de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar do Município.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares existentes no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)	Vila Valério	200 famílias	PAA Projeto de moradia Grupo de mulheres Cursos e palestras Elaboração de projetos e emissão de DAPS Mutirões Comunitários
2	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Vila Valério	350 famílias	Plano de aposentadoria Elaboração de contratos (parceria, arrendamento e ouros) Prestação de serviços de advocacia Prestação de assistência médica
3	Sindicato Rural	Vila Valério	27 famílias	Elaboração de contratos (parceria, arrendamento e ouros) Cursos em convênio com Senar Elaboração de projetos para captação de recursos
4	Cooabriel	Vila Valério	255 famílias	Aquisição e comércio de café Venda de insumos agrícolas Venda de mudas de café Assist. técnica para associados Análise de solo e foliar Cursos e palestras Simpósio Brasil Café Conilon
5	Conselho de Desenvolvimento de Vila Valério - CONDEVA	Vila Valério	43	Cursos, palestras Mobilização da sociedade para realização de ativi- dades inerentes as necessidades da comunidade urbana
6	Associação de Pequenos Agricultores da Região de Pavãozinho e Paraisópolis	Cº Pavãozinho	25 famílias	Compra conjunta Trabalho Comunitário Beneficiamento e armazenamento de café Implantação de lavoura comunitária (café) Promoção de eventos comunitários (torneios de futebol, palestras, cursos) Aração e gradagem do solo
7	Assoc. de Pequenos Agricultores do Córrego Boleira e Arredores	Cº Boleira	32 famílias	Promoção de eventos: festas, torneios de futebol, palestras,encontros, cursos, reuniões
8	Associação de Pequenos Agricultores do Cº Mação	Cº Mação	30 famílias	Compra conjunta Promoção de eventos

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
9	Associação de Pequenos Agricultores do Cº Boa Vista	Cº Boa Vista	27 famílias	Beneficiamento de café
10	Associação dos Pequenos Agricultores do Paraíso Novo	Cº Paraíso Novo	25 famílias	Beneficiamento de café
11	Associação dos Peq. Produtores de Duas Barras e Jacarandá	Cº Duas Barras	40 famílias	Outorga d'água Compra conjunta Curso de pintura Torneio de futebol Palestra: Saúde da mulher Festa da Associação
12	Associação dos Peq. Agricultores do Córrego Dourado	Cº Dourado	28 famílias	Eventos sociais e reuniões Compra conjunta
13	Associação de Peq. Agricultores do Córrego Gom Jardim I e II	Cº Bom Jardim	18 famílias	Beneficiamento e armazenagem de café Compra conjunta de insumos
14	Associação dos Peq. Agricultores do Córrego Vargem Alegre	Cº Vargem Alegre	15 famílias	Beneficiamento de café
15	Associação de Peq. Agricultores do Córrego Marimbu	Cº Marimbu	23 famílias	Beneficiamento de café Compra conjunta
16	Associação de Peq. Agricultores da Região de Jurama e Arredores	Jurama	27 famílias	Compra conjunta Beneficiamento de café
17	Associação de Peq. agricultores do Córrego Areia	Cº Areia	7 famílias	Eventos comunitários Crédito Fundiário
18	Associação de Peq. Agricultores do Córrego Saúde	Cº Saúde	6 famílias	

Fonte: INCAPER/ELDR Vila Valério, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	INCAPER	EFETIVO: JOVENTINO VIEIRA DE SOUZA SUPLENTE: JOSÉ CARLOS DE OLIV. NERES
2	ASSOCIAÇÃO DO BARRA SECA	EFETIVO: JOSE LOPES CRUZ (CADICO) SUPLENTE: JOSIAS PAGUNG
3	ASSOCIAÇÃO DA JURAMA	EFETIVO: JOAQUIM MAGESKI SUPLENTE: ALAERTE ARÇARI
4	ASSOCIAÇAO SEDE	EFETIVO: GILMAR PIN SUPLENTE: JOSÉ FRANCISCO PARTELI
5	CRÉDITO FUNDIÁRIO	EFETIVO: LEOMAR BERGER SUPLENTE: LEOMAR BORCHARDT
6	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	EFETIVO: DARCI GRAMELISK SUPLENTE: SANDRO GRONER
7	REPRESENTANTE DAS MULHERES RURAIS	EFETIVO: ROSA SIRILO LORENCINI SUPLENTE: ROSIMERE CAMPOS DELORTO
8	REPRESENTANTE DOS JOVENS RURAIS	EFETIVO: ROMEU CAMPO DELORTO SUPLENTE:
9	SEC. ESPORTE E LAZER	EFETIVO: GISLANE PIRCHNER SUPLENTE:
10	SEC. DE EDUCAÇAO	EFETIVO:LUCIANO TETZNER SUPLENTE:
11	SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	EFETIVO: FRANCISCO PEREIRA SANTANA SUPLENTE:
12	SEC. DE AGRICULTURA	EFETIVO: ANDERSON DOS SANTOS SUPLENTE:
13	SEC. DE INFRA ESTRUTURA E RURAL	EFETIVO: SERGIO ANTONIO RONCONI SUPLENTE:
14	SEC. DE SAUDE	EFETIVO: ALRINETE MONTAVANELI SUPLENTE:

Fonte: INCAPER/ELDR Vila Valério, 2010.

1.5 Aspectos econômicos

Segundo o INCAPER o município de Vila Valério é essencialmente agrícola. Aproximadamente 95% da renda gerada no Município está direta ou indiretamente ligada a atividade agropastoril. A cultura predominante é a do café *conillon*. Com a diversificação agrícola, outros produtos têm apresentado bom desempenho na geração de emprego e renda, dentre estes, destaca-se o coco anão, comercializado *in natura* para consumo da água e a cultura da Pimenta-do-reino. Ainda, há que se destacar a pecuária de corte, frutíferas diversas, culturas anuais e seringueiras.

É de aproximadamente 42.500 ha a área cultivável no Município. Conforme demonstra a tabela nº 02 observamos que a cultura que se destaca é o café conilon, seguido pela cultura do coco. A pimenta-do-reino ocupa o 3º lugar na economia do Município.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas

Atividades	% no PIB Municipal/2008
Agropecuária	62,67
Indústria	4,31
Comércio e Serviços	33,02

Fonte:http://www.ijsn.es.gov.br/index.phpoption=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Banana	40	40	123	3075	123
Café	25000	21900	33000	0	0
Coco-da-baía	1000	900	9720	10800	9720
Feijão – Safra 1	50	50	30	0	0
Feijão – Safra 2	13	13	8	0	0
Manga	4	4	54	13500	54
Maracujá	5	5	50	10000	50
Milho – Safra 1	150	150	270	1800	270
Pimenta	50	35	74	2114	74
TOTAL	**26312**	**23097**	**43329**	**41289**	**10291**

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espirito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Vila Valério	Bovino	9.709	8.570
	Suíno	1.530	1.590
	Caprino	120	110
	Ovino	360	350
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	6.100	6.200
	Galinha	9.350	9.320
	Codorna	-	-

Variável: Valor da Produção (Mil reais)			
Município	**Tipo de Produto**	**2008**	**2009**
Vila Valério	Leite	1243	1303
	Ovos de Galinha	51	55
	Ovos de Codorna	-	-
	Mel de Abelha	6	7

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp e http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1, em 2011.

1.6 Aspectos Turísticos

Dentre os atrativos turísticos sobressai-se, ao Centro, a Serra da Pedra Roxa, formação rochosa no sentido norte/sul, o qual tem sido considerado um dos melhores pontos para a prática do voo livre em todo o país. A Rampa do Veinho é apropriada à prática deste esporte, independentemente da direção do vento, tornando-se uma permanente possibilidade de bons voos, atraindo turistas e praticantes desse esporte em vários campeonatos realizados em nível nacional.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 9 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 9 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Auditório da Secretaria Municipal de Educação - VV	CMDRS	15/10/10	14

Fonte: INCAPER/ELDR Vila Valério, 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município.

Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente
• **Problemas** - Uso de irrigação de forma errada; mal projetada; - Uso indiscriminado dos recursos hídricos; - Poluição dos cursos d'água; - Falta de conscientização para produzir e conservar água; - Pouca conservação do solo - Secas prolongadas • **Potencialidades** - Nascentes - Preocupação com problemas ambientais - Áreas aptas para construção de represas coletivas

Econômico/Produtivo

- **Problemas**

- Produtividade irregular: Alguns (+) outros (-)
- Pouca informação e formação em Gestão e Comercialização
- Alto custo dos insumos
- Pouco conhecimento de tecnologias para café de qualidade para o AF
- Pouco retorno do café de qualidade
- Pouco uso da agricultura de subsistência

- **Potencialidades**

- Tradição e maior produção de café conilon do Brasil
- PAA
- Alimentação escolar
- Linhas de crédito para acesso a implementos agrícolas
- Aprovação de um Centro de Comercialização de produtos da Agricultura Familiar.
- Diversificação agrícola crescente
- Feira Municipal

Social

- **Problemas**

- CMDRS pouco atuante
- Dificuldade para comercializar produtos da diversificação
- Associação desorganizada (sem estrutura e gestão)
- Estradas ruins
- Falta de projetos direcionados para Mulheres Rurais

- **Potencialidades**

- Número expressivo de associações
- Jovens matriculados em EFA
- Secretaria municipal de agricultura estruturada com 4 técnicos agrícolas
- Agricultores empreendedores
- Campeonato Municipal
- Crédito Fundiário
- Compra balcão da CONAB

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

Vila Valério

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	790
Assentados	
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	10
Outros Públicos	
Somatório	**800**

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	25
Projeto Contratado	25
Mercado e Comercialização	**Nº**
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	1
Inclusão/Apoio a feiras	1
Inclusão/Apoio outros mercados	-
Organização e gestão da comercialização	1

TABELA – Resumo da programação por atividade

	INDICADORES																		
ATIVIDADES	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	800	600	200	14	20	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	25	1	0
Fruticultura	46	75	62	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olericultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	55	90	60	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e Aquicultura	5	10	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	40	55	32	3	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	32	40	32	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	10	15	15	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		4	12	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
Somatório	**988**	**889**	**418**	**46**	**24**	**1**	**1**	**0**	**0**	**2**	**1**	**1**	**0**	**0**	**1**	**0**	**26**	**1**	**0**

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves.

INCAPER.

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PMVIVA – Prefeitura Municipal de Vila Valério

SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura

SEFAZ. Secretaria de Estado da Fazenda.

SEMAG – Secretaria Municipal de Agricultura de Vila Valério

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação de Vila Valério